



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA
DOUTORADO**



FABIANE ARAÚJO DE OLIVEIRA

**ENTRE O SENTIR E O AGIR: A CIDADANIA AMBIENTAL NA APA
FLORESTA MANAÓS.**

**MANAUS – AM
Setembro, 2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA
DOUTORADO**



FABIANE ARAÚJO DE OLIVEIRA

**ENTRE O SENTIR E O AGIR: A CIDADANIA AMBIENTAL
NA APA FLORESTA MANAÓS.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, na linha de pesquisa em Dinâmicas Socioambientais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Olívia A. Ribeiro Simão

Coorientador: Prof. Dr. James Connelly

MANAUS – AM
Setembro, 2019

Ficha catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

O48c Oliveira, Fabiane Araújo de
Entre o Sentir e o Agir: A Cidadania Ambiental na APA Floresta
Manaós. / Fabiane Araújo de Oliveira . 2019
307 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Maria Olívia A. Ribeiro Simão
Coorientador: James Connelly
Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na
Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Topofilia. 2. Virtude. 3. Mobilização. 4. Sustentabilidade. I.
Simão, Profa. Dra. Maria Olívia A. Ribeiro. II. Universidade Federal
do Amazonas III. Título

Fabiane Araújo de Oliveira

**ENTRE O SENTIR E O AGIR: A CIDADANIA AMBIENTAL NA APA
FLORESTA MANAÓS.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, na área de concentração de Dinâmicas Socioambientais.

Aprovada em: 06/12/2019.

BANCA EXAMINADORA

Maria Olivia de Albuquerque Ribeiro Simão
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Presidente

Elizabeth da Conceição Santos
Universidade do Estado do Amazonas – UEA
Membro Titular

Edvânia dos Santos Schropfer
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Membro Titular

Ieda Hortêncio Batista
Universidade do Estado do Amazonas – UEA
Membro Titular

João Bosco Ladislau de Andrade
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Membro Titular

Carlos Augusto da Silva
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Membro Titular



Poder Executivo
Ministério de Educação
Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia



Mestrado conceito 4 Homologado pelo CNE (Port. MEC 1077, de 31/08/2012, DOU 13/09/2012, seq. 1, p. 25)
Doutorado 4 Homologado pelo CNE (Portaria 1325, de 21/9/2011, D.O.U 22/9/2011, seq. 1, p. 634)

Ata da 56ª Defesa Pública da Tese de Doutorado da discente **Fabiane Araújo de Oliveira**, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia do Centro de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas, Área de Concentração em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (CASA), realizada no dia **06 de dezembro de 2019**.

Aos seis dias do mês de dezembro de 2019, às 14h30min, na sala Vitória Régia do Centro de Ciência do Ambiente, realizou-se a **quinquagésima sexta**, Defesa Pública da Tese de Doutorado, intitulada **ENTRE O SENTIR E O AGIR: A CIDADANIA AMBIENTAL NA APA FLORESTA MANAÓS**, sob orientação da Profa. Dra. Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão e coorientação do Prof. Dr. James Connelly, da discente **Fabiane Araújo de Oliveira** em conformidade com o Art. 55 do Regimento Interno do PPG/CASA, como parte final de seu trabalho para a obtenção do grau de **DOUTORA EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**, Área de Concentração em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (CASA). A comissão Julgadora foi constituída pelos seguintes membros Profa. Dra. Elizabeth da Conceição Santos, Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva, Profa. Dra. Edivânia dos Santos Schropfer, Prof. Dr. João Bosco Ladislau de Andrade e Profa. Dra. Ieda Hortêncio Batista. A presidente da comissão julgadora deu início a sessão, convidando os membros da Comissão e a Doutoranda a tomarem seus lugares. Em seguida, a senhora presidente informou a todos o procedimento do exame. A palavra foi facultada a candidata para apresentação de uma síntese do seu estudo. Retomada a sessão, foram apresentadas as arguições da comissão e a candidata respondeu as perguntas formuladas pelos membros da Comissão Julgadora. Após a apresentação e arguição pelos membros da Comissão Julgadora, a presidente da sessão solicitou a saída de todos os presentes para que a comissão pudesse reunir privadamente. Finda a reunião a presidente foi comunicada por representante da comissão do resultado do julgamento, na presença dos demais membros. A presidente então convidou a todos os presentes a retomarem ao recinto e em seguida proclamou o resultado informando ao público presente e a candidata que seu trabalho fora aprovado, com a Média Final **10.0**. A sessão foi encerrada. Eu Luis Guilherme Magalhães Queiroz, Servidor do PPG/CASA, lavrei a presente, sem rasuras, que vai assinada por mim, pelos membros da Comissão Julgadora e pela Doutoranda.

Manaus (AM), 06 de dezembro de 2019.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Maria Olívia de Albuquerque
Ribeiro Simão
CPF nº 321.316.582-49

Profa. Dra. Elizabeth da Conceição Santos
CPF nº 036.052.782-20

Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva
CPF nº 068.502.782-18

Profa. Dra. Edivânia dos Santos Schropfer
CPF nº 635.493.366-91

Prof. Dr. João Bosco Ladislau de Andrade
CPF nº 100.076.102-97

Profa. Dra. Ieda Hortêncio Batista
CPF nº 474.211.182-68

Fabiane Araújo de Oliveira

Fabiane Araújo de Oliveira
Doutoranda

Luis Guilherme m. Queiroz

Luis Guilherme Magalhães Queiroz
Secretário em exercício do PPG/CASA

Ao meu Aba Pai que me confiou esta missão.

À minha mãe por ser exemplo.

Aos meus maiores presentes, meu esposo, André, e meus filhos André Lucas e André Levi por me apoiarem sempre.

Aos cidadãos ambientais que se dedicam na conservação e preservação ambiental.

AGRADECIMENTO

Tantas experiências vividas, tantos caminhos trilhados, tantas lágrimas, orações e descobertas, todos necessários para a preparação desta tese. A frase “O caminho se faz ao caminhar” (Antônio Machado), para mim, foi uma vivência de fé, quando você somente obedece e não sabe o porvir devido a sua limitação humana, mas crê que Aquele que pode fazer infinitamente mais do que pensamos, imaginamos ou sonhamos está com você. Esse foi o meu maior aprendizado: a maturidade da fé, por isso, agradeço primeiramente **a Deus**, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia, socorro bem presente na hora de angústia.

Agradeço à **minha mãe** pelas orações, por estar sempre ao meu lado quando preciso, à senhora todo meu amor e gratidão.

Ao **meu esposo**, André, que, mesmo não querendo a realização deste, apoiou minha decisão, é o meu principal incentivador, agradeço pela paciência em todo o processo da realização deste trabalho. Aos **meus filhos**, André Lucas e André Levi, por serem tão especiais, tão maravilhosos, tão obedientes e compreensivos, sou muito feliz por ser sua mãe.

À **Profa. Dra. Maria Olívia de A. Ribeiro Simão**, por ter acreditado, embarcado e me orientado nesta jornada. Obrigada pela confiança e pelo apoio em todos os momentos, inclusive aqueles, pelas madrugadas, jamais esquecerei. Ao **Prof. Dr. João Bosco Ladislau** por ser meu manão, por estar sempre disponível, sempre aberto a discussões e principalmente pelo nosso relacionamento tão frutífero para o Reino.

Ao **Prof. Dr. James Connelly** e à **Universidade de Hull/Inglaterra**, que me oportunizaram conhecer as amplas discussões em torno da virtude e cidadania ambiental. À **Universidade Federal do Amazonas** e ao **Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia – PPGCASA**, pela oportunidade de realização desse importante passo na minha vida acadêmica e profissional. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa no Amazonas – **FAPEAM**, pela concessão de uma bolsa de estudo, benefício fundamental para meu trabalho. Meus agradecimentos também para a Polícia Civil do Estado do Amazonas – **PC/AM** e para a Secretaria Municipal de Educação – **SEMED**, por ter concedido licença para que eu pudesse estudar. Por fim, não posso deixar de agradecer a todos as pessoas que estiveram comigo e que fizeram parte dessa minha caminhada até aqui. Muito obrigada, Marcileia, Profa. Edivânia e Silma. Meu muito obrigada. Relembrando as palavras da saudosa Sandra “livrem suas peles”.

*E tudo foi criado por uma palavra,
Céus e mares; terra e árvores; pássaros e flores; peixes
e borboletas
Tudo para perfumar e enfeitar um lar
Homem e a Mulher criados, tudo está muito bom!!
Harmonia, paz e sustento existia
Mas a dúvida, o querer mais, transformou tudo que era
belo e perfeito em insuficiência então a desobediência
reinou e reina.
A ingratidão dominou; A degradação começou
Melancolia, tristeza, descontentamento,
tédio, prostração sobreveio, “vou fazer do meu jeito”
Fruto da separação, quebra, a pá virada.
Cegueira, hipocrisia, dissimulação, conveniência
Hedonismo, a busca moral pelo prazer,
único propósito da vida.
Egoísmo, indiferença
Racionalização sem cura
Uma natureza não apenas natural mas humana que
urge a restauração
A reparação, a cura da alma, da vida em todo o
Planeta.
E tudo foi criado por uma palavra
E por uma palavra pode ser restaurado.*

André Brito

RESUMO

Arrogado pela cidadania ambiental, o cidadão desnuda a relevância e repercussão do seu comportamento na promoção da sustentabilidade enquanto relação do direito de usufruir e conservar um ambiente equilibrado para as próximas gerações e dever de atuar na sustentação de um bem coletivo, em defesa da vida. Nessa acepção, o exercício da cidadania ambiental visa viver de forma sustentável para que outros possam viver bem. A tese é um estudo de caso com uma abordagem qualitativa na dialética da complexidade sistêmica, constituindo-se uma tríade de análise, a saber: topofilia, mobilização e virtude, sendo transversalizadas pelo tema da cidadania ambiental. Tal método objetivou inflexões analíticas dos quadros conceituais e referenciais da tese, compreendendo as interações existentes entre suas dimensões constituintes. Observar-se-á a adoção de ferramentas metodológicas diversas devido à complexidade dos desdobramentos nas categorias de análise. Participaram do estudo moradores, docentes, discentes, administrativos, prestadores de serviços, usuários legais, gestores da instituição superior de ensino, presidentes de associação ou responsáveis e informantes-chave ambientais. O primeiro capítulo aborda a história ambiental do *locus* da pesquisa, contextualizando sobre o processo de lutas, avanços e conquistas na questão ambiental. O segundo capítulo versa sobre o sentimento topofílico emanado pelos sujeitos entrevistados e sua relação com o exercício da cidadania ambiental. O terceiro expõe a disposição de mobilização popular na defesa desta área de proteção exarado pelas atividades privadas e coletivas de atuação. Para finalizar, o quarto capítulo alude à ética ambiental virtuosa. A tese elucida a complexidade entre o sentir o agir do exercício da cidadania ambiental exarado na APA Floresta Manaós.

Palavras-chave: Topofilia; Virtude; Mobilização; Sustentabilidade.

ABSTRACT

Arrogated by environmental citizenship, citizens denounce the relevance and repercussion of their behavior in promoting sustainability as a relationship of the right to enjoy and preserve a balanced environment for the next generations and the duty to act in support of a collective good, in defense of life. In this sense, the exercise of environmental citizenship aims to live in a sustainable way so that others can live well. The thesis is a case study with a qualitative approach in the dialectics of systemic complexity constituting a triad of analysis, namely: topophilia, mobilization and virtue, being transversalized by the theme of environmental citizenship, this method aimed at analytical inflections of the conceptual and referential frameworks of the thesis, understanding the existing interactions between its constituent dimensions. It will be observed the adoption of various methodological tools due to the complexity of developments in the categories of analysis. Participating in the study were residents, teachers, students, administrators, service providers, legal users, higher education institution managers, association presidents or responsible persons and key environmental informants. The first chapter addresses the environmental history of the research locus, contextualizing on the process of struggles, advances and achievements in the environmental issue; the second chapter deals with the topophilic feeling emanated by the subjects interviewed and its relationship with the exercise of environmental citizenship; the third exposes the willingness of popular mobilization in the defense of this area of protection exhorted by the private and collective activities of performance and to conclude the fourth chapter alluding to virtuous environmental ethics. The thesis elucidates the complexity between the feeling of acting and the exercise of environmental citizenship enshrined in the APA Manaós Forest.

Keywords: Environmental Citizenship; Topophilia; Virtue; Mobilization; Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Estratégia metodológica adotada neste estudo..... | 27 |
| Figura 2 – Etapas do procedimento metodológico..... | 29 |
| Figura 3 – Área de Proteção Ambiental - APA Floresta Manaós..... | 34 |
| Figura 4 – Registro de diversos ambientes na APA Floresta Manaós..... | 36 |
| Figura 5 – Esquema conceitual das Categorias de Análise..... | 40 |
| Figura 6 – Total geral de entrevistados na APA Floresta Manaós agrupados por sexo..... | 45 |
| Figura 7 – Total por categoria de sujeitos entrevistados na APA Floresta Manaós agrupados por sexo..... | 45 |
| Figura 8 – Análise combinatória entre idade e gênero dos sujeitos partícipes da pesquisa..... | 47 |
| Figura 9 – Escolarização geral dos sujeitos entrevistados..... | 48 |
| Figura 10 – Escolarização por categoria de sujeitos..... | 48 |
| Figura 11 – Distribuição geográfica da origem nacional dos sujeitos entrevistados | 49 |
| Figura 12 – Identificação dos bairros nos quais os sujeitos entrevistados residem com destaque aos bairros contidos no <i>buffer</i> , aflorando os sujeitos partícipes internos e no entorno da APA Floresta Manaós..... | 50 |
| Figura 13 – IDH Manaus-São Paulo-Minas Gerais..... | 55 |
| Figura 14 – Taxa de desflorestamento dos fragmentos florestais urbanos na cidade de Manaus – 2005 a 2010..... | 57 |
| Figura 15 – Taxa de desflorestamento 2005/2010..... | 58 |
| Figura 16 – Manaus, década de 1970-1980..... | 58 |
| Figura 17 – Cidade Flutuante..... | 59 |
| Figura 18 – Horto Municipal em 1970..... | 60 |
| Figura 19 – Avenida André Araújo, década de 1970..... | 60 |
| Figura 20 – Bairro Japiim..... | 61 |
| Figura 21 – Manaus, década de 1970..... | 64 |
| Figura 22 – Fôlder do Residencial Eliza Miranda..... | 65 |
| Figura 23 – Repercussão da construção do empreendimento Eliza Miranda nos jornais da cidade de Manaus..... | 66 |
| Figura 24 – Instalação das dependências da UFAM..... | 66 |
| Figura 25 – Instalação dos cursos no <i>Campus</i> | 70 |

| | |
|--|-----|
| Figura 26 – Instalação da Faculdade de Educação Física..... | 71 |
| Figura 27 – Resquícios da ocupação dos posseiros: plantação de abacaxi..... | 72 |
| Figura 28 – Construção pretérita provisória no Setor Sul, <i>Minicampus</i> | 73 |
| Figura 29 – Construção arquitetônica de Severiano Porto no <i>Campus</i> Universitário..... | 73 |
| Figura 30 – Vistoria de Severiano Porto no <i>Campus</i> Universitário..... | 75 |
| Figura 31 – Construção hodierna no Pavilhão Norte..... | 75 |
| Figura 32 – Planta Geral do <i>Campus</i> Setor Norte..... | 76 |
| Figura 33 – Vista aérea do município de Manaus em 1983..... | 77 |
| Figura 34 – Vista aérea do município de Manaus em 2017..... | 77 |
| Figura 35 – Análise Etnográfica da ocupação do entorno da Reserva Ducke..... | 78 |
| Figura 36 – Martha Falcão, professora do Instituto de Ciências Biológicas – ICB da Universidade Federal do Amazonas – UFAM..... | 83 |
| Figura 37 – Estrada pretérita para setor norte do <i>Campus</i> Senador Arthur Virgílio Filho..... | 84 |
| Figura 38 – Organograma UFAM/CCA demonstrando a ligação direta com a Reitoria..... | 94 |
| Figura 39 – Linha do tempo sobre história ambiental do fragmento florestal até transformação em APA Floresta Manaós..... | 101 |
| Figura 40 – Área de Proteção Ambiental - APA UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELIZA MIRANDA e ACARIQUARA (Decreto Municipal N. 1.503 de 27/03/2012)..... | 105 |
| Figura 41 – 27ª Reunião do Conselho Gestor da APA Floresta Manaós..... | 115 |
| Figura 42 – 27ª Reunião Extraordinária APA Floresta Manaós..... | 114 |
| Figura 43 – Sofá utilizado para consumo e tráfico de entorpecentes..... | 119 |
| Figura 44 – Banco de madeira improvisado para encontros entre os descartes de resíduos..... | 119 |
| Figura 45 – Segurança privada contratada pela Universidade para segurança patrimonial..... | 120 |
| Figura 46 – Vigilantes institucionais do <i>Campus</i> da UFAM..... | 121 |
| Figura 47 – Materiais de trabalho individual dos vigilantes institucionais..... | 122 |
| Figura 48 – Espaço utilizado para a prática de culto dentro da Área de Proteção Ambiental..... | 124 |
| Figura 49 – Cartazes fixados nas árvores da Área de Proteção Ambiental..... | 124 |
| Figura 50 – Estacionamento irregular adentrando a Área de Proteção Ambiental.... | 125 |

| | |
|--|-----|
| Figura 51 – Destino irregular de resíduos sólidos na APA Floresta Manaós..... | 125 |
| Figura 52 – Percepção do impacto ambiental pelos sujeitos entrevistados..... | 132 |
| Figura 53 – Percepção do impacto ambiental por categoria de sujeitos entrevistados..... | 133 |
| Figura 54 – Relação tofílica de apego dos sujeitos entrevistados..... | 136 |
| Figura 55 – Apego por categoria de sujeitos..... | 137 |
| Figura 56 – Sentimentos em relação à APA Floresta Manaós apresentados pelos entrevistados (professores, estudantes, gestores, usuários, prestadores de serviços)..... | 139 |
| Figura 57 – Sentimentos dos sujeitos em forma de nuvem de palavras..... | 140 |
| Figura 58 – Grau de orgulho emanado pelos sujeitos entrevistados..... | 142 |
| Figura 59 – Motivos de orgulho ou falta dele emanados dos sujeitos entrevistados | 143 |
| Figura 60 – Motivo de orgulho ou falta dele, por categoria de sujeito..... | 143 |
| Figura 61 – Relação ética ambiental dos sujeitos entrevistados..... | 148 |
| Figura 62 – Relação ética ambiental dos sujeitos entrevistados por categoria..... | 148 |
| Figura 63 – Relação dos sujeitos antropocêntricos e o apego..... | 150 |
| Figura 64 – Relação dos sujeitos biocêntricos e o apego..... | 150 |
| Figura 65 – Profissão de fé dos sujeitos entrevistados..... | 153 |
| Figura 66 – Relação homem-ambiente e sua profissão de fé..... | 153 |
| Figura 67 – Tempo de contato dos sujeitos com a APA Floresta Manaós..... | 159 |
| Figura 68 – Quantidade dos sujeitos entrevistados entre o maior e menor tempo de contato..... | 159 |
| Figura 69 – Transtornos percebidos por categoria de sujeitos entrevistados..... | 161 |
| Figura 70 – Sentimento de responsabilidade ambiental por categoria de sujeitos.... | 163 |
| Figura 71 – Nuvem de palavras das declarações de atitudes ambientais dos cidadãos da APA Floresta Manaós..... | 164 |
| Figura 72 – Programa de Extensão PET INDÍGENA..... | 166 |
| Figura 73 – Programa de Extensão PIFPS, com idosos..... | 167 |
| Figura 74 – AGROUFAM – Barracas de plantas..... | 168 |
| Figura 75 – AGROUFAM – Barracas de frutas..... | 168 |
| Figura 76 – Móveis vendidos na AGROUFAM..... | 169 |
| Figura 77 – Ações de responsabilidade ambiental declaradas pelos sujeitos entrevistados..... | 169 |
| Figura 78 – Responsáveis pela atuação ambiental segundo os sujeitos entrevistados..... | 174 |

| | |
|--|-----|
| Figura 79 – Instrumentação apontada pelos sujeitos entrevistados para o alcance da conservação ambiental..... | 180 |
| Figura 80 – Motivos de cuidar do ambiente exarados pelos sujeitos entrevistados... | 185 |
| Figura 81 – Conceito de cidadania ambiental dos sujeitos entrevistados..... | 187 |
| Figura 82 – Reconhecimento dos sujeitos entrevistados como cidadãos ambientais | 188 |
| Figura 83 – Reconhecimento de cidadania ambiental por categoria de sujeitos..... | 188 |
| Figura 84 – Nível de disposição dos sujeitos entrevistados em atuar em defesa da APA..... | 189 |
| Figura 85 – Disposição em atuar em defesa da APA, por categoria de sujeitos..... | 190 |
| Figura 86 – Atuação dos sujeitos entrevistados diante de atos lesivos à APA Floresta Manaós..... | 191 |
| Figura 87 – Disposição dos sujeitos entrevistados em adotar medidas sustentáveis | 193 |
| Figura 88 – Dificuldades dos sujeitos entrevistados em adotar uma postura sustentável..... | 195 |
| Figura 89 – Conhecimento da existência da APA pelos sujeitos entrevistados..... | 208 |
| Figura 90 – Participação dos sujeitos entrevistados no processo de implantação da APA..... | 208 |
| Figura 91 – Participação dos sujeitos entrevistados na implantação da APA, por categoria de sujeitos..... | 211 |
| Figura 92 – Sujeitos que participam ou participariam de Associação - Geral..... | 213 |
| Figura 93 – Sujeitos que participam ou participariam de Associação - Por categorias..... | 213 |
| Figura 94 – Motivos apontados pelos sujeitos entrevistados para sua não participação em Associação..... | 214 |
| Figura 95 – Contribuição das virtudes para a conservação ambiental..... | 223 |
| Figura 96 – Contribuição das virtudes para conservação ambiental, por categorias de sujeitos..... | 224 |
| Figura 97 – Exposição de motivos sobre a importância das virtudes pelos sujeitos entrevistados..... | 225 |
| Figura 98 – Virtudes que ajudam na conservação ambiental segundo os sujeitos entrevistados..... | 228 |
| Figura 99 – Virtudes ambientais pessoais dos sujeitos entrevistados..... | 229 |
| Figura 100 – Visibilidade da injustiça ambiental declarada pelos sujeitos entrevistados..... | 240 |

| | |
|--|-----|
| Figura 101 – Visibilidade da injustiça ambiental, por categoria de sujeitos entrevistados..... | 241 |
| Figura 102 – Evidências de injustiça ambiental elencadas pelos sujeitos entrevistados..... | 242 |
| Figura 103 – Como os sujeitos entrevistados acreditam que nos tornamos virtuosos | 245 |
| Figura 104 – Responsáveis pela transmissão de virtudes, apontados pelos sujeitos entrevistados..... | 245 |
| Figura 105 – Vícios pessoais ambientais declarados pelos sujeitos entrevistados..... | 250 |
| Figura 106 – Vícios gerais que degradam o ambiente, apontados pelos sujeitos entrevistados..... | 251 |
| Figura 107 – Canais de conhecimento para conservação ambiental, apontados pelos sujeitos entrevistados..... | 259 |
| Figura 108 – Canais de conhecimento para conservação ambiental, por categoria de sujeitos | 260 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 – Síntese conceitual das categorias teóricas..... | 40 |
| Quadro 2 – Critérios de inclusão/exclusão na pesquisa..... | 42 |
| Quadro 3 – Conjuntos Habitacionais criados na década de 70 e 80, próximos ao fragmento florestal..... | 63 |
| Quadro 4 – Pensar Bem e Mal, segundo o Filósofo Morin..... | 129 |
| Quadro 5 – Direitos e deveres do cidadão brasileiro..... | 202 |
| Quadro 6 – Tipos de cidadania ambiental..... | 203 |
| Quadro 7 – Lista relacional entre vício da falta, virtude e vício pelo excesso..... | 227 |
| Quadro 8 – Evolução no atendimento total e tratamento de esgoto em Manaus..... | 242 |

LISTA DE QR CODES

| | |
|--|-----|
| QR CODE 1 – Programa Coroado..... | 52 |
| QR CODE 2 – Lei 321/95..... | 65 |
| QR CODE 3 – Resolução nº109/17/SUFRAMA..... | 66 |
| QR CODE 4 – Portaria 886/77 sobre a criação do GT Biota..... | 83 |
| QR CODE 5 – Portaria 419/80..... | 86 |
| QR CODE 6 – Atas das Reuniões do GT Biota e primeiro Boletim da Universidade | 88 |
| QR CODE 7 – Política Ambiental da UFAM..... | 100 |
| QR CODE 8 – Portarias que disciplinam a estrutura e funcionamento do Conselho Consultivo da APA Floresta Manaós..... | 111 |
| QR CODE 9 – Termo de Referência..... | 114 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------------|---|
| AGROUFAM | Feira da Agricultura Familiar da UFAM |
| APA | Área de Proteção Ambiental |
| ASSUA | Associação dos Servidores da Universidade do Amazonas |
| BD | Banco de Dados |
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| CAL | Cidadania Liberal |
| CCA | Centro de Ciências do Ambiente |
| CEA | Centros de Educação Ambiental |
| CEP/UFAM | Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas |
| CGU | Controladoria-Geral da União |
| CMADS | Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável |
| CMMA | Conselho Municipal de Meio Ambiente |
| CNUMAD | Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| COHAB/AM | Companhia de Habitação da Amazônia |
| CONAMA | Conselho Nacional do Meio Ambiente |
| CONSAD | Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração |
| CONSUNI | Conselho Universitário |
| FEF | Faculdade de Educação Física |
| GT | Grupo de Trabalho |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICB | Instituto de Ciências Biológicas |
| ICE | Instituto de Ciências Exatas |
| ICMBio | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| ICMS | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços |
| IEs | Instrumento econômico |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| INPA | Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia |
| IPBES | Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos |
| IRE | Imposto de Renda ecológico |
| MEC | Ministério da Educação |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| MS | Ministério da Saúde |
| NUCAM | Núcleo para a Conservação Ambiental do Campus |
| ONGs | Organizações Não Governamentais |
| PCD | Pessoa Com Deficiência |
| PF | Polícia Federal |
| PM | Polícia Militar |
| PNEA | Política Nacional de Educação Ambiental |
| PPG/CASA | Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia |

| | |
|----------------|---|
| PROPESP | Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação |
| REVIS | Refúgio da Vida Silvestre |
| SEDEMA | Secretaria de Defesa do Meio Ambiente |
| SEMMA | Secretaria Municipal de Meio Ambiente |
| SNUC | Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza |
| TCFA | Taxa de Controle e Fiscalização do IBAMA |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UC | Unidade de Conservação |
| UFAM | Universidade Federal do Amazonas |
| UMA | Unidade Ambiental |
| ZFM | Zona Franca de Manaus |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 22 |
| PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 26 |
| ÁREA DE ESTUDO..... | 34 |
| PROCEDIMENTOS ÉTICOS | 38 |
| PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE | 39 |
| RESULTADO E DISCUSSÃO DO PERFIL DOS ENTREVISTADOS..... | 42 |
| 1. O ARADO DA TERRA: A HISTÓRIA AMBIENTAL DO <i>CAMPUS</i> SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO FILHO..... | 54 |
| 1.1 A explosão demográfica em Manaus e o prelúdio das invasões..... | 55 |
| 1.2 A consolidação das invasões: a resistência de um fragmento florestal | 59 |
| 1.3 O Cultivo da Semente: A Formação da Área do <i>Campus</i> Senador Arthur Virgílio Filho | 67 |
| 1.3.1 O processo ocupacional do <i>Campus</i> | 69 |
| 1.3.2 GT Biota e Severiano Porto: arquitetando a conservação..... | 74 |
| 1.4 Embebição: Memórias dos Conflitos em Defesa do <i>Campus</i> | 79 |
| 1.5 O Broto Emergiu: Grupo de Trabalho Biota (GT Biota)..... | 83 |
| 1.6 A Robustez da Árvore: Centro de Ciências Ambientais do Amazonas – CCA | 91 |
| 1.7 Frutos: APA Floresta Manaós..... | 102 |
| 1.8 Resiliência da Árvore: A Vigilância Constante..... | 116 |
| 2. CIDADANIA AMBIENTAL: ENTRE TERRITÓRIO E LUGAR – UMA ANÁLISE TOPOFÍLICA | 127 |
| 2.1 Cidadania, Território e Lugar | 127 |
| 2.2 A Relação topofílica emergente na cidadania ambiental: O elo afetivo do sujeito com o lugar | 135 |
| 2.3 Diga-me o que pensa e te direi quem és: O cidadão e sua perspectiva ambiental | 147 |
| 2.4 A construção do lugar, paisagem e aspectos topofóbicos..... | 160 |
| 2.5 Sentimento topofílico manifestado na responsabilidade de conservação | 162 |
| 2.6 A dialogicidade da responsabilidade ambiental..... | 173 |
| 3. CIDADANIA AMBIENTAL: PARA ALÉM DOS DIREITOS E DEVERES – A NECESSIDADE DO MOVER-SE EM DEFESA DA VIDA..... | 178 |
| 3.1 Cidadania: participação, responsabilidade e conquistas | 178 |
| 3.2 O exercício cidadão na esfera privada: o pulsar da cidadania ambiental – de onde vem?..... | 179 |
| 3.3 Cidadania Ambiental – o que é? | 186 |

| | |
|--|------------|
| 3.4 A Disposição Popular dos Sujeitos da APA Floresta Manaós..... | 189 |
| 3.5 Esfera Pública de Cidadania Ambiental: a emersão da APA Floresta Manaós..... | 200 |
| 3.6 O exercício da cidadania ambiental coletiva via associações..... | 212 |
| 4. A ÉTICA AMBIENTAL MARCADA PELA VIRTUDE..... | 222 |
| 4.1 As virtudes dos cidadãos ambientais da APA Floresta Manaós | 222 |
| 4.2 A virtude da justiça e a visibilidade das injustiças ambientais | 239 |
| 4.3 Como nos tornamos virtuosos?..... | 245 |
| 4.4 O exercício de autoavaliação e o reconhecimento dos vícios ambientais | 249 |
| 4.5 Educação Cívica Ambiental Virtuosa: criando cidadãos ambientais responsáveis | 259 |
| CONCLUSÃO..... | 275 |
| REFERÊNCIAS | 281 |
| APÊNDICES | 297 |
| APÊNDICE A: Roteiro de Entrevista semiestruturada..... | 297 |
| APÊNDICE B: Solicitação de Anuência à Prefeitura do <i>Campus</i> Senador Arthur Virgílio Filho..... | 299 |
| APÊNDICE C: Solicitação de Anuência à SEMMAS | 300 |
| APÊNDICE D: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos entrevistados | 301 |
| ANEXOS..... | 303 |
| ANEXO 1: Anuência da SEMMAS | 303 |
| ANEXO 2: Anuência da Prefeitura do <i>Campus</i> Senador Arthur Virgílio Filho | 305 |
| ANEXO 3: Aprovação do CEP/UFAM..... | 306 |

INTRODUÇÃO

Segundo Berend (2006), os problemas ambientais ganharam atenção após inúmeras manifestações populares impulsionadas pelas várias tragédias, como o acidente de poluição do ar em Londres, conhecido como “O Grande Nevoeiro”, o qual provocou a morte de 12 mil pessoas em 1952¹.

Após dez anos do fato, Rachel Carlson, de forma clara, mas poética, publica o livro “Primavera Silenciosa” (1960), consolidando mais uma denúncia sobre os atos lesivos ao ambiente, alertando para os impactos da ação antrópica sobre o ambiente. Análogo a este livro, outro exemplo foi a obra “*The Limits to Growth*” (1972), que também possibilitou uma reflexão sobre a capacidade do ambiente em suportar as atividades humanas.

Embora tenhamos presenciado inúmeras tratativas imbuídas de alertar o homem, temos visto poucos efeitos disso na mudança de atitudes e comportamento. Assim, é necessário indagar acerca da dimensão ambiental em que se faz necessária maior ênfase para a promoção dessas mudanças.

O fato é que cientistas, governos e universidades amplamente endossam a necessidade de tornar as sociedades mais sustentáveis, contudo pouca atenção foi dada para o papel da própria pessoa na condição de cidadão, o que poderiam ou deveriam fazer nesse sentido, conforme defendem Dobson e Valencia (2004). A verdade é que, de acordo com Bell (2004), todos devemos assumir a responsabilidade por nossas próprias ações, como indivíduos, como membros de uma comunidade ou de uma organização.

Neste contexto, a cidadania ambiental compreende as obrigações éticas que nos vinculam tanto à sociedade como aos recursos naturais do planeta, de acordo com nosso papel social, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Assim, conforme Gutierrez (2008), o cidadão crítico e consciente é aquele que compreende, interessa-se, reclama e exige seus direitos ambientais do setor social correspondente, mostrando-se, dessa forma, disposto a exercer sua própria responsabilidade ambiental.

É impossível, por conseguinte, compreender o lugar e sua importância sem se referir aos valores que lhe dão sentido e conteúdo. Assim, o cidadão se sente alheio quanto a questões ambientais sobre as quais ele acredita não possuir influência, pois “os problemas relacionados ao meio ambiente parecem estar tão fora de nosso alcance que ficamos à deriva” (Scruton, 2016, p. 17).

¹ O evento ficou conhecido como Big Smoke, caracterizando-se como um período de poluição atmosférica causado pela queima de carvão pela indústria.

Nesse sentido, é importante compreender a teia de relações que sustenta a vida. Poluição urbana, ilhas de calor, resíduos sólidos, agrotóxicos, eventos extremos, desmatamentos, matança de botos, queimadas ilegais, desigualdades sociais, violência das mais distintas formas, enfim, os mais diversos tipos de degradação ambiental só podem ser compreendidos a partir de uma análise que comporte a visão sistêmica da vida. Respeitar o sistema ambiental é respeitar-se.

Muito se tem discutido sobre os princípios morais externados na cidadania como declínio no “capital social”, ao mesmo tempo em que se reconhece sua importância, como sustentam Dobson e Valencia (2004).

Em relação à questão ambiental, a ideia de cidadania ambiental reivindica que as pessoas procedam de forma díspar por causa do ambiente, sendo "uma tentativa de tornar a conservação ambiental e a sustentabilidade um dever importante de cidadania que os cidadãos de todo o mundo devem estar cientes" (UNEP, 2002).

O exercício da cidadania ambiental configura-se como direito e obrigação de todos os cidadãos para com as condições que possibilitem ao ser humano atuar na defesa da vida e participar na promoção do equilíbrio ambiental do planeta. O dever do cidadão ambiental é viver de forma sustentável para que outros possam viver bem. Outra característica da cidadania ambiental, segundo Dobson (2007), é o reconhecimento de que direitos e responsabilidades transcendem as fronteiras nacionais, sendo assim tanto internacionais quanto intergeracionais.

Nesse sentido, esta pesquisa de tese teve o intuito de ajudar a suscitar uma reflexão, ainda em construção, em torno da cidadania ambiental, se exercida ou não, em uma Área de Conservação na cidade de Manaus, Amazonas. Isto posto, a pesquisa traz uma análise da cidadania ambiental como constituição relacional da própria cidadania, da topofilia, da virtude e de uma possível mobilização popular na APA Floresta Manaós.

Nossas reflexões partiram de algumas indagações. Indagamos, inicialmente, se os sujeitos, que possuem uma relação direta ou indireta com este fragmento ambiental, podem dispor de uma inclinação, uma sensibilidade para as causas ambientais ou não. Também indagamos se, nos lugares que passam por processo de implantação de APA, pode-se pressupor uma participação coletiva popular ou não. Indagamos, ainda, se os sujeitos que usufruem dos benefícios oriundos de uma área verde podem ser mais dispostos a preservar ou conservar o lugar ou não. Finalmente, indagamo-nos se, no espaço que engloba uma universidade, os cidadãos que o frequentam possuem uma bagagem conceitual, cultural e intelectual pró-ambiental ou não.

Além disso, averiguamos se a topofilia dos sujeitos que moram na APA Floresta Manaós e seu entorno, bem como aqueles que a frequentam, promove a cidadania ambiental. Buscamos identificar, também, virtudes e desvirtudes que podem contribuir ou prejudicar o exercício da cidadania ambiental e a atuação das associações envolvidas direta e indiretamente com a APA na promoção da cidadania ambiental, via mobilização popular ambiental desses sujeitos.

O fato é que, antes destes tempos, nunca se presenciou, com tanta recorrência, a barbárie humana em todos os níveis. A solidariedade, a alteridade e outros valores que nos tornam humanos parecem estar sendo diluídos e, com eles, a possibilidade de mobilização popular e a consciência das degradações ambientais, as quais repercutem na vida do indivíduo, da sociedade e da humanidade.

Feita esta reflexão inicial, falemos da estrutura organizacional desta tese. Ela está organizada em quatro capítulos, nos quais encontram-se as análises dos objetivos que orientaram a pesquisa, de forma a sistematizar a reflexão sobre aspectos da relação topofílica dos sujeitos com o lugar e com as virtudes e desvirtudes emanadas dessa inter-relação, correlacionando a sua disposição para manifestar algum nível de mobilização em prol da conservação ambiental, emergindo, assim, aspectos que denotam a cidadania ambiental do *locus* da pesquisa em questão.

O capítulo I refere-se à história ambiental da APA. A abordagem, neste sentido, iniciará com a explosão demográfica ocorrida próxima do lugar, resultante de invasões que culminaram no surgimento e consolidação de bairros no entorno, e chegará até a formação da área do *Campus* Senador Arthur Virgílio Filho. A explanação que faremos nesse capítulo contemplará também a descrição dos aspectos geográficos, o processo ocupacional do *Campus*, as memórias dos conflitos em sua defesa, a consolidação das Ciências Ambientais neste espaço, os movimentos ambientais que floresceram e que institucionalizaram políticas públicas ambientais refletidas nos dias atuais.

No capítulo II, ocorrerá a análise das categorias elencadas, as quais explicitarão a cidadania ambiental do local e possibilitarão averiguar a topofilia dos sujeitos que moram na APA Floresta Manaós e seu entorno, bem como daqueles que a frequentam. Deste modo, a abordagem será organizada a partir da reflexão sobre a cidadania ambiental como território e lugar, e sobre a topofilia emergente do sujeito com o ambiente: quanto ao que ele sente em estar neste lugar, sua percepção quanto à sua responsabilidade com este espaço, suas atitudes no sentido de expressar esse sentimento de responsabilidade para com o ambiente, seus

sentimentos de pertencimento, orgulho e apego, bem como suas demonstrações de representação acerca do local, entre outros.

O capítulo III tem por objetivo avaliar a cidadania ambiental por meio da disposição na esfera privada e coletiva, demonstrando o grau de ânimo para mobilização em defesa da APA Floresta Manaós. Dessa forma, o capítulo versará sobre as profusas motivações acerca da defesa ambiental, a disposição manifesta nos sujeitos que possuem contato direto com a área protegida em questão, os obstáculos e as ações de cidadania emergentes na esfera privada, bem como o estado da ação popular e sua aspiração em intervir contra atos lesivos.

O desfecho da análise das categorias temáticas trará reflexões acerca da ética virtuosa no exercício da cidadania ambiental, com o objetivo de relatar as virtudes autodeclaradas dos sujeitos envolvidos com a APA Floresta Manaós, que podem contribuir para o exercício de cidadania ambiental. Assim, o capítulo abordará os princípios hodiernos que norteiam a ética ambiental e o debate sobre importância dessa virtude, bem como problematizará sobre meios e motivos para seu fomento, sobre as virtudes e vícios ambientais.

De igual modo, refletir-se-á sobre a capacidade de autoanálise dos sujeitos entrevistados, sobre a visibilidade das injustiças ambientais e sobre como se dá a transmissão dessas virtudes, encaminhando-se, finalmente, na parte conclusiva, para o apontamento de uma educação em prol da cidadania ambiental virtuosa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A sustentação adotada para elaboração e desenvolvimento desta tese firmou-se a partir do aporte teórico da dialética da complexidade sistêmica, sob uma perspectiva transversal e interdisciplinar, na busca da emersão das fronteiras disciplinares. Isso posto, este estudo buscou analisar o exercício da cidadania ambiental na APA Floresta Manaós, localizada na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas/Brasil. Para tanto, delineamos quatro objetivos específicos que revelaram elementos peculiares das categorias de análise temáticas, para transversalização do tema sobre a cidadania ambiental, a saber: topofilia, virtude e mobilização popular. Esta pesquisa, segundo Yin (2015, p. 54), caracteriza-se como um Estudo de Caso Único, o qual possibilita a adoção da diversidade de métodos para emersão de dados, assim, utilizamos os métodos da Pesquisa Exploratória de forma precípua e o Estudo de Caso, no decorrer da pesquisa, para obtenção de dados secundários e primários, que compuseram uma abordagem qualitativa das categorias de análise temática.

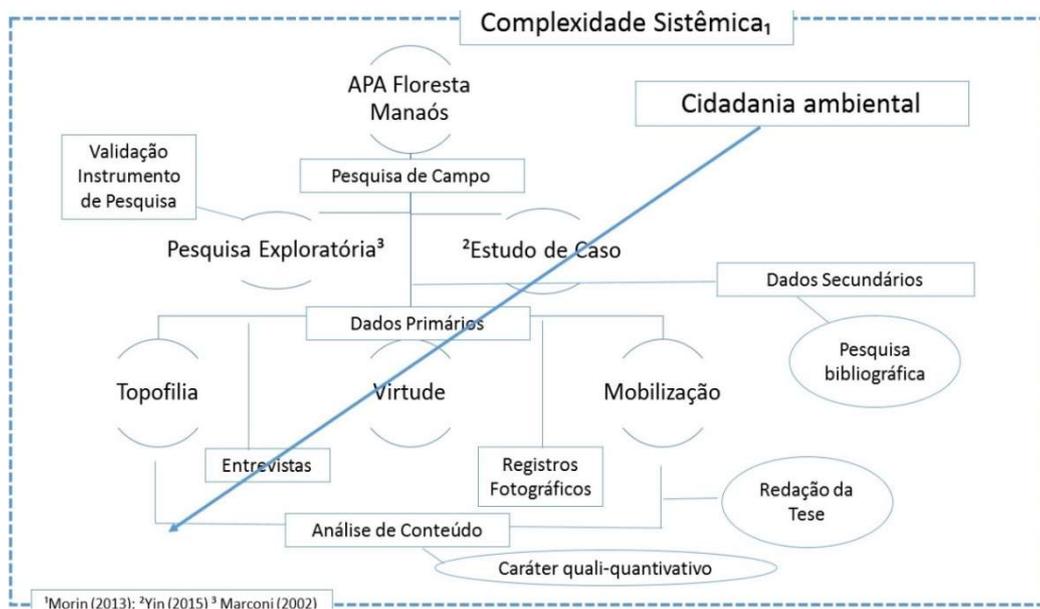
O trabalho teve um caráter qualitativo e, nessa perspectiva, o pesquisador lança mão de quantificar alguns dados, carregando, em seu bojo, uma pesquisa que ganha novas dimensões, possibilitando uma relação intersociocultural de grande carga valorativa para o processo da pesquisa e sua consequência para os envolvidos, uma vez que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que, de acordo com Minayo (2001, p.22), corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Esses métodos foram escolhidos por considerar que a Cidadania Ambiental (CA) tem um caráter eminentemente relacional entre o ambiente e o ser humano, levando em conta, portanto, o processo grupal, que é histórico, dinâmico e inacabado, ou seja, o processo que ocorre em grupo passa a ser compreendido quando atentamos para o contexto social, histórico, político e cultural em que ele se desenvolve. Assim, o desenvolvimento, que pensamos ser individual, é de caráter social, potencializando a atividade humana e coletiva.

Para conhecer a variável e o contexto em que o estudo se dá, fez-se necessária uma Pesquisa Exploratória, integrando as ações de levantamento bibliográfico e de entrevistas preliminares para formação de questões e compreensão do problema. Neste sentido, Lakatos e Marconi (2003) aludem que tal método possui uma tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno e clarificar ou modificar conceitos. Em geral, esta pesquisa assume a forma de estudo de caso ou de pesquisa bibliográfica, se considerarmos as características propostas por Gressler (2004) e Yin (2015).

Vemos, em Yin (2015, p. 04), que a necessidade diferenciada da pesquisa de estudo de caso surge do desejo de entender fenômenos sociais complexos. Destarte, observando o protocolo de pesquisa de estudo de caso, a emergência do exercício da CA pôde ser compreendida pela relação topofílica dos sujeitos com o lugar, com as virtudes e desvirtudes emanadas dessa inter-relação, correlacionando a sua disposição para manifestar algum nível de mobilização em prol da conservação ambiental (Figura 1).

Figura 1 - Estratégia metodológica adotada neste estudo



Fonte: Própria, 2019

Assim, para compreender o encadeamento sistêmico entre o sentir e o agir, fez-se necessário adotar a complexidade sistêmica, como preconizada por Morin (2007), como método de reflexão para emergência do real, considerando os sete princípios seguintes.

a) **Princípio sistêmico ou organizacional:** permite religar o conhecimento das partes com o conhecimento do todo e vice-versa. Adotando o que diz Pascal, citado por Morin (2008, p. 25), “considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, assim como conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes”, elegemos uma diversidade de representantes simbólicos externada nas unidades de sujeito.

b) **Princípio hologramático:** assim como num holograma, cada parte contém praticamente a totalidade da informação do objeto representado, como numa organização complexa, não só a parte está no todo, mas também o todo está na parte, ou seja, cada pessoa ouvida durante as entrevistas de forma qualitativa aflora propriedades da sociedade a que pertence, trazendo a quase totalidade da informação do todo (sociedade), uma célula social.

Nessa compreensão, cada elemento da sociedade carrega em si mesmo qualidades e atributos básicos da sociedade, via cultura, linguagem, entre outros.

c) **Princípio de retroatividade:** esse princípio rompe com o princípio de causalidade linear, levando em conta o conceito de circuito retroativo. Anteriormente, o princípio linear ditava a causa-efeito, no entanto, na retroatividade não só a causa age sobre o efeito, mas o efeito retroage informacionalmente sobre a causa, permitindo a autonomia organizacional do sistema.

d) **Princípio de Recursividade:** é um princípio que vai além da pura retroatividade. Um processo recursivo é aquele cujos produtos são necessários para a própria produção do processo. É uma dinâmica autoprodutiva e auto organizacional. A ideia de circuito recursivo é mais complexa e rica que a de circuito retroativo, é uma ideia primordial para se conceber a autoprodução e a auto-organização. É um processo no qual os efeitos ou produtos são, simultaneamente, causadores e produtores do próprio processo, no qual os estados finais são necessários para a geração dos estados iniciais.

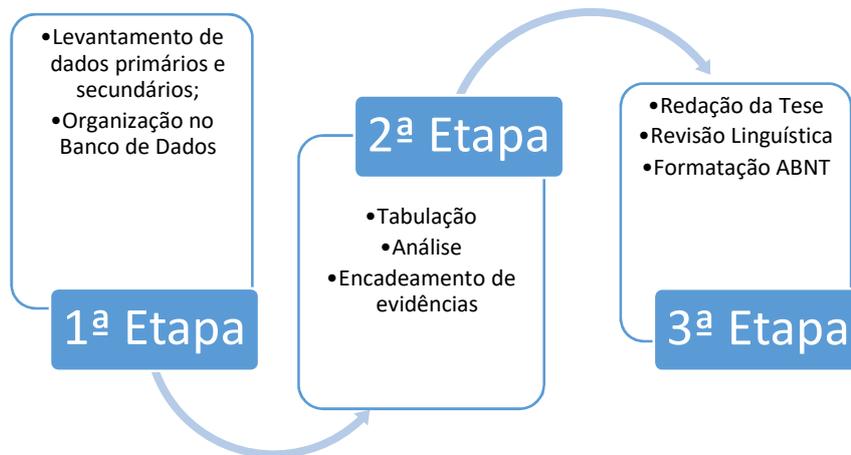
e) **Princípio de autonomia/dependência:** este princípio introduz a ideia de processo auto-eco-organizacional. Não há possibilidade de autonomia sem múltiplas dependências. Nossa autonomia como indivíduos não só depende da energia que captamos biologicamente do ecossistema, mas também da informação cultural. São múltiplas as dependências que nos permitem construir nossa organização autônoma.

f) **Princípio Dialógico:** num mesmo espaço mental, este princípio ajuda a pensar lógicas que se complementam e se excluem, mesmo que estas sejam antagônicas, opostas. O princípio dialógico pode ser definido como a associação complexa (complementar, concorrente/ antagônica) de instâncias necessárias, conjuntamente necessárias à existência, ao funcionamento e ao desenvolvimento de um fenômeno organizado.

g) **Princípio de reintrodução do sujeito cognoscente em todo conhecimento:** por este princípio é devolvido o papel ativo ao sujeito que foi excluído pelo objetivismo epistemológico, ditando a neutralidade e a imparcialidade. Assim, este princípio reintroduz o papel do sujeito observador/computador/conceituador/estrategista em todo conhecimento. O sujeito não reflete a realidade. O sujeito constrói a realidade por meio dos princípios já mencionados anteriormente.

Dessa forma, esta pesquisa foi conduzida considerando 3 (três) etapas até sua conclusão em tese, buscando encadeamento processual na análise dos dados para construção da final da tese (Figura 2).

Figura 2 - Etapas do procedimento metodológico



Fonte: Própria, 2017

Na fase exploratória e inicial da coleta de dados, durante a pesquisa de campo, foi construída uma base documental com arquivos técnicos, iconográficos e acadêmicos sobre a história ambiental do *Campus* Senador Arthur Virgílio Filho - UFAM, assim como a consulta de dados secundários, conforme apresentado por Yin (2015), e, para validação do instrumento de coleta de dados, de acordo com o que apresentam Babbie (2001) e Gil (1999), foram realizados vários pré-testes até a adequação da linguagem, a partir de entrevistas preliminares de forma semiestruturadas, qualitativas e abertas. Tal exercício requereu um esforço demasiado, pois, de acordo com Duarte (2002), não se trata de uma tarefa simples, uma vez que se faz necessário compreender a melhor maneira de formular as perguntas, avaliar o grau da resposta e ter controle das expressões corporais.

A partir da validação do instrumento, iniciamos a observação direta e as entrevistas. Com a utilização de anuências, deu-se início à etapa de coleta de dados no período de setembro de 2018, tendo sido concluída em março de 2019, totalizando 6 (seis) meses. Nesse período, foi experimentada dificuldade de acesso a algumas categorias de sujeitos, como, por exemplo, os gestores e os presidentes de associação, os quais, por possuírem agenda concorrida, desmarcavam as entrevistas ou externavam que não queriam participar do estudo.

A abordagem com os moradores e usuários precisava ser feita com muita cautela, uma vez que tais grupos mostravam-se assustados devido ao índice de violência na cidade. Já os prestadores de serviço, por sua vez, não dispunham de tempo para responder as perguntas, visto que se fazia necessário atender os clientes e, quando perguntados sobre a possibilidade de serem ouvidos em outro local ou horário, declinavam da proposta.

O grupo com menos dificuldade de abordagem foi o dos docentes/discentes. Contudo, em todas as categorias de sujeito, era necessário tomar cuidado a respeito das divagações e fugas do tema para não comprometer a qualidade do trabalho, uma vez que, ao se falar de gostos, interesses pessoais, percepção ambiental e experiências, as pessoas ficam mais livres para expressarem suas ideias, valores, crenças, significações, expectativas de futuro e visões de mundo, surgindo, assim, o risco de o pesquisador perder-se dos objetivos da pesquisa, conforme adverte Duarte (2002).

Assim, as informações foram colhidas a partir das entrevistas semiestruturadas individuais, assim como de observação direta, espontânea, sistemática, conforme defendido por Minayo (2001) e por Marconi & Lakatos (2003), tendo a participante se utilizado de uma abordagem multimétodos, de acordo com Gunther *et al.* (2008).

A partir de um roteiro de entrevista semiestruturado, os temas de interesse foram: a) a relação topofílica do sujeito com ambiente; b) a cidadania ambiental; c) as virtudes ou desvirtudes emanadas e; 4) as questões sobre a disposição do sujeito em se mobilizar em favor do ambiente (ver apêndice).

Quanto aos participantes, foram selecionadas pessoas adultas, com idade acima de 18 anos. A escolha dos participantes foi feita independentemente de gênero, religião ou etnia, desde que o selecionado atendesse aos critérios de proximidade com o fragmento urbano em questão, fosse essa proximidade geográfica, funcional ou institucional, dentre outros. Quanto aos critérios de exclusão, estes foram pautados a partir da distância do sujeito e da falta de relação com o *locus* da pesquisa.

Assim, foram escolhidos os seguintes grupos de sujeitos: a) moradores do perímetro interno referente ao Conjunto Atílio Andreaza, localizado no Bairro Japiim, e do entorno da APA, com domicílio em áreas localizadas em uma faixa de 10 metros externos ao perímetro da APA Floresta Manaós; b) docentes universitários que ministram aulas no *Campus* Senador Arthur Virgílio Filho, distribuídos nas áreas de conhecimento dos cursos de Graduação da UFAM, sorteados para pesquisa, a saber: Ciências Agrárias – Zootecnia; Ciências Biológicas – Ciências Biológicas; Ciências Exatas – Física e; Ciências Humanas – Arquivologia; c) discentes universitários do *Campus* Senador Arthur Virgílio Filho, distribuídos nas áreas de conhecimento dos cursos de Graduação da UFAM, sorteados para pesquisa, a saber: Ciências Agrárias – Agronomia; Ciências Biológicas – Educação Física; Ciências Exatas – Ciências da Computação e; Ciências Humanas – Filosofia; d) técnicos administrativos; e) prestadores de serviços; 6) usuários legais que usufruem de projetos de extensão ofertados; 7) gestores institucionais da UFAM; 8) presidentes de associação ou representantes; e 9) informantes-

chave ambientais, os quais participaram de marcos históricos diretos na transformação deste fragmento em área de proteção ambiental.

Estes foram os preceitos de inclusão e exclusão dos participantes, obedecendo ao critério de saturação, a partir das definições de Thiry-Cherques (2009) e de Fraser e Gondim (2004), ou seja, quando as respostas começaram a repetir-se, entendeu-se ser esta uma indicação da saturação. A descrição e a delimitação da população-base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituíram um desafio a ser enfrentado, posto que se trata de uma pesquisa qualitativa, tendo uma diversidade de sujeitos, cada um com sua especificidade, requerendo cuidado e atenção.

Em uma pesquisa de base qualitativa, segundo Duarte (2002), o número de sujeitos que compõem o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado *a priori* devido à dependência da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações. Diante desse quadro, a análise dos dados caminhou juntamente com o avanço da pesquisa, na medida em que, enquanto emergiam “dados” originais ou pistas que pudessem indicar novas perspectivas à investigação em curso, as entrevistas continuavam a acontecer, descontinuando somente quando as respostas iniciavam um padrão de repetição dentro das categorias emergentes durante a análise de conteúdo, o que se fez a partir das ideias de Bardin (2009).

À medida que as entrevistas eram colhidas, foi necessária uma organização das informações relativas aos objetos de investigação (topofilia, virtude, mobilização e cidadania ambiental), as quais foram se tornando densas e cada vez mais consistentes, sendo possível identificar as recorrências e as repetições, apontando, conforme defendem Duarte (2002), Thiry-Cherques (2009) e, ainda, Fraser e Gondim (2004), para o “ponto de saturação” daquela categoria de sujeito entrevistado, mas não impedindo o retorno aos sujeitos entrevistados para maiores esclarecimentos. Foi possível reconhecer tal necessidade na categoria de informantes-chave ambientais.

O procedimento que se tem mostrado mais adequado é o de ir realizando entrevistas (a prática tem indicado um mínimo de 20, mas isso varia em razão do objeto e do universo de investigação), até que o material obtido permita uma análise mais ou menos densa das relações estabelecidas naquele meio e a compreensão de “significados, sistemas simbólicos e de classificação, códigos, práticas, valores, atitudes, ideias e sentimentos” (Dauster, 1999, p. 2). Eventualmente é necessário um retorno ao campo para esclarecer dúvidas, recolher documentos ou coletar novas informações sobre acontecimentos e circunstâncias relevantes que foram pouco explorados nas entrevistas. (DUARTE, 2002, p. 06).

Sanadas as questões que envolviam a delimitação do universo da pesquisa, bem como os critérios para seleção dos sujeitos a serem entrevistados e a elaboração do roteiro de entrevistas, iniciamos a realização da pesquisa juntamente com a organização e a análise dos dados qualitativos. Participaram da pesquisa 109 pessoas, representando as respectivas categorias de sujeitos que possuem contato com o fragmento, a saber: 30 moradores (internos e externos); 10 administrativos; 9 presidentes/responsáveis de associação; 11 discentes; 10 docentes; 10 gestores; 10 prestadores de serviço; 10 usuários e 9 informantes-chave ambientais. Seguindo as etapas de gravação da narrativa, foi utilizado o aplicativo *Gravador de Voz Pro*, versão 32, oferecido pela *Quality apps* no aparelho móvel *Samsung Note 5*. Assim, as entrevistas foram transcritas e inseridas numa planilha do *excel* do *Microsoft Office Professional Plus 2013* para análise.

Para o desenvolvimento da história ambiental, Leff (2001) exprime que:

(...) se a história ambiental é entendida como o campo espaço-temporal no qual ocorrem transformações do meio pela ação do ser humano (pelas racionalidades econômico-culturais de apropriação da natureza), seu campo estará definido segundo a delimitação territorial, cultural e temporal de cada estudo. (LEFF, 2001, p. 391).

Neste caso, a tese se propôs a refletir sobre a história ambiental do *Campus* Senador Arthur Filho, no período de 1970 até os dias atuais. Para tanto, foram utilizados documentos institucionais, artigos, dissertações, registros iconográficos e depoimentos de pessoas que foram fundamentais para conservação do patrimônio. Sendo assim, foi possível obter dados da vivência particular destes participantes, oportunizando à pesquisadora o resgate de oitavas dos sujeitos que vivenciaram a situação que se pretendeu estudar, neste caso, a história ambiental do *Campus* Senador Arthur Virgílio Filho, pois, segundo Spindola e Santos (2003, p.120), parte da premissa de “que os conhecimentos sobre os indivíduos só são possíveis com a descrição da experiência humana, tal como ela é vivida e tal como ela é definida por seus próprios atores”.

A transcrição da gravação ocorreu simultaneamente ao período da coleta, logo após as entrevistas, possibilitando a elaboração do primeiro *corpus* do material. De acordo com Santos e Santos (2008, p.716), esta etapa é uma “tarefa árdua que demanda tempo, mesmo para um pesquisador experiente”. Assim, foram necessárias aproximadamente 5 (cinco) horas em média para transcrever 1 (uma) hora de entrevista. No caso de dúvidas, devido à falha na gravação, ela foi omitida e representada por reticências.

De posse do *corpus* empírico, foi realizada uma leitura flutuante de todas as entrevistas, destacando os pontos relevantes e selecionando os temas mais marcantes para o

desenvolvimento da compilação dos testemunhos, e traçada a cronologia e a imbricação entre os eventos. Nominamos este exercício de codificação dos dados, que, para Santos e Santos (2008, p.718), “consiste na marcação de partes consideradas importantes para atingir os objetivos da pesquisa”.

Assim, de posse do material codificado, foram elaborados os desdobramentos das informações que emergiram para realização do agrupamento e feita a relação entre os eventos e a análise das categorias temáticas. Tal decodificação consistiu na afinidade temática e síntese do material para redação da tese.

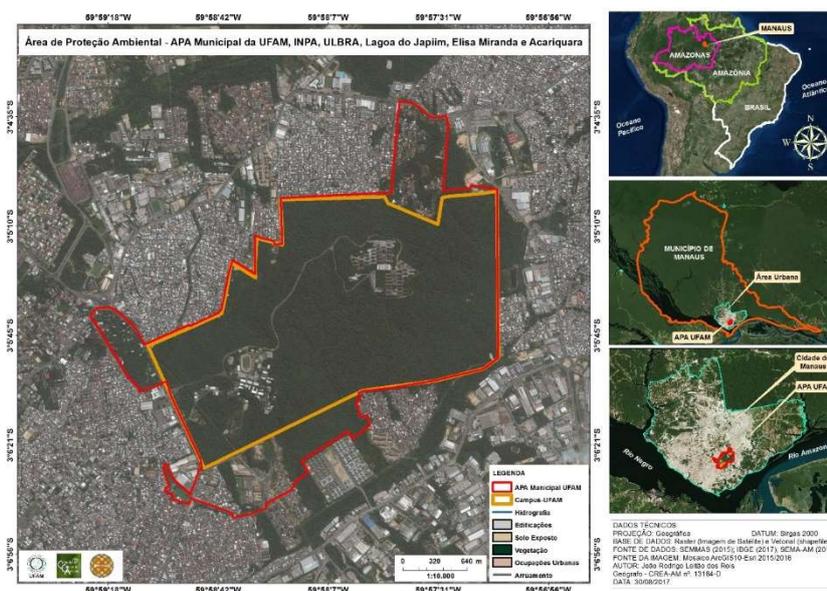
Nesse sentido, apesar de esta tese estar disposta em capítulos, para tão somente gerar um efeito didático que favorecesse uma melhor leitura e compreensão das inflexões, as categorias são indissociáveis e alimentadas de forma retroagida e recursiva durante sua exposição, refletindo a consonância da rede de articulação entre as dimensões da virtude, topofilia e mobilização, e expondo as formas de exercício da cidadania ambiental no sistema ambiental da APA Floresta Manaós. Dessa forma, esta tese elucida a complexidade inerente à tessitura entre o sentir e o agir na promoção da sustentabilidade e supera questões paradigmáticas ambientais, proporcionando elementos peculiares de um novo arquétipo de pesquisa e de explicação do fazer ambiental.

ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo escolhida para a realização deste estudo foi a APA Floresta Manaós, localizada na zona Centro-Sul do município de Manaus/Amazonas/Brasil, com significativa importância para o centro urbano de Manaus, evidenciada pela possibilidade da pesquisa científica, visitação pública, recreação, contato com a natureza, dentre outras possibilidades. Entretanto, o lugar vem sofrendo as mais diversas pressões antrópicas, sendo necessário, portanto, um conhecimento sobre o exercício da cidadania ambiental dos sujeitos que possuem contato direto com o local.

Inicialmente denominada como APA Municipal da UFAM, INPA, ULBRA, Lagoa do Japiim, Eliza Miranda e Acariquara (Figura 3), foi criada pelo Decreto Municipal N. 1.503, de 27/03/2012, reunindo 759,15 ha, formados pelos fragmentos florestais do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, do Parque Lagoa do Japiim e da Área Verde do Conjunto Acariquara. Esta pesquisa, no entanto, se concentrou no *Campus* Universitário Senador Virgílio Filho, com 6,7 milhões de metros quadrados, com um perímetro 16,9 km de terreno. A Área de Proteção é o terceiro maior fragmento verde em área urbana do mundo e o primeiro do país, segundo Cavalcante *et al.* (2014). Atualmente, a Comissão Gestora da área substituiu o nome para APA Floresta Manaós, conforme Decreto 4.515, de 26/07/2019.

Figura 3 - Área de Proteção Ambiental - APA Floresta Manaós



Fonte: LEITÃO (2017).

Apesar de ter sido incluída inicialmente na composição da denominação da APA, o Conjunto Habitacional Eliza Miranda não está inserido na área instituída oficialmente no Decreto de criação, conquanto faz limite com a mesma, contudo outros conjuntos habitacionais, por exemplo, o Conjunto Atilio Andreazza, o qual está localizado dentro do perímetro determinado, não foi contemplado nesta nomenclatura, despertando um estranhamento e levantando questionamentos sobre a implantação desta APA.

Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), este fragmento florestal urbano é limítrofe aos bairros do Aleixo, Coroado, Distrito Industrial, Japiim e Petrópolis, alguns destes com origens datadas da década de 70, provenientes, na sua maioria, de ocupações desordenadas.

Cavalcante *et al.* (2014) advertem que uma questão importante na criação desta APA foi a de conferir *status* de área protegida para a área abrangida pela UFAM, uma vez que, mesmo apresentando uma área representativa de vegetação, não possuía proteção determinada por um instrumento legal específico.

É importante ressaltar que, apesar de estar localizada em uma instituição de ensino superior (UFAM), segundo Marcon *et al.* (2012), pouco se sabe sobre os efeitos da fragmentação dentro da cidade de Manaus, uma vez que a partir de 1998, todo o perímetro do *Campus* foi ocupado de forma irregular pelas comunidades que habitam os bairros do entorno, como relata Forsberg (1999), provocando uma enorme pressão das bordas sobre a diversidade biológica existente no fragmento, como apontam Marcon *et al.* (2012).

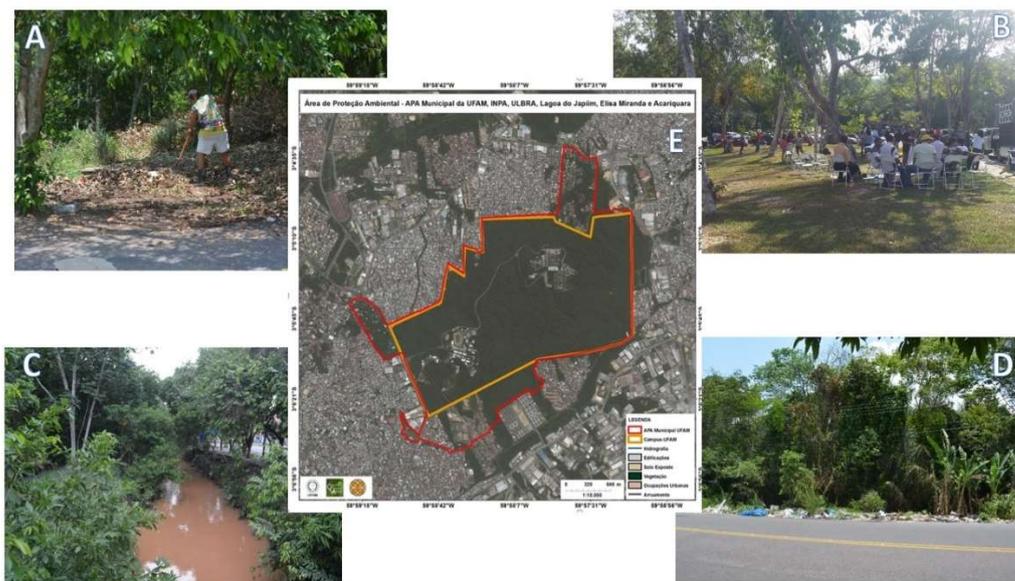
Forsberg (1999, p. 89, tradução nossa) define que “a floresta do *Campus* é um fragmento da floresta tropical² da Amazônia Central. É coberta principalmente por floresta de terra firme (terra firme) em Latossolos e Argissolos”.

Luiz (2009), em seus estudos, afirma que a área recebe elevada interferência antrópica em praticamente toda sua fronteira com os bairros adjacentes, além de ser abrigo de boa parte da biodiversidade encontrada na Região Norte. Entre as espécies com material botânico registradas no estudo, estão a castanheira, o buritizeiro, o cipó, a escada-de-jabuti e as herbáceas. É inquestionável a função desempenhada por esse fragmento na melhoria da qualidade ambiental do seu entorno, uma vez que esta área serve de abrigo para diversas espécies da fauna e da flora locais.

² “Campus Forest is a fragment of the Central Amazonian tropical rain forest. It is covered mostly by upland forest (terra firme) on Oxisols and Ultisols”. (FORSBERG, 1999, p. 89).

Outros estudos acadêmicos apontam que foram encontrados nesse espaço, além de resíduos sólidos (lixo doméstico), diversos recipientes de reagentes químicos nas proximidades dos igarapés que ali existem. Há relatos de que tem se tornado comum o encontro de pessoas não autorizadas utilizando o fragmento, assim como a coleta de frutos e armadilhas para animais (Figura 4).

Figura 4 – Registro de diversos ambientes na APA Floresta Manaós



A – Disposição de um comunitário para conservar o ambiente; B – Manifestação Popular;
C – Degradação de um igarapé; D – Lixeira Viciada; E – Mapa da APA Floresta Manaós.

Fonte: Própria, 2017.

Nery *et al.* (2004) informam que se trata de uma região heterogênea composta por ambientes como floresta primária, capoeira, campinarana, floresta secundária, floresta desmatada, floresta tropical úmida de terra firme (com platôs, vertentes e baixios), florestas de crescimento e área antrópica, sofrendo forte pressão por meio da supressão de áreas de floresta, caça e poluição da rede de igarapés primários que recortam a área, como apontam Goulart e Callisto (2003).

Também é comum andar pelas trilhas da UFAM e se deparar com animais como a preguiça, sauím-de-coleira, araras e uma infinidade de insetos, como ressalta Caldas (2016) observando que o fragmento florestal merece destaque por sobreviver em meio ao caos do contexto socioeconômico da capital, pois, apesar de a área sofrer com pressões da expansão de bairros, instalação de novas indústrias, isolamento das espécies, cruzamento genético ocasionando perda de variabilidade, invasão de espécie exótica e efeito de borda, o local ainda

possui nascentes, igarapés e inúmeros exemplares de fauna e flora, contribuindo para a manutenção climática e refúgio de vida silvestre em rota migratória.

A extensão da área do *Campus* é considerável, bem como a carência de publicações que versem sobre suas peculiaridades ambientais e florestais, biodiversidade, efeitos das edificações, estradas, fluxo diário de pessoas e veículos, além de reflexões sobre o manejo e a conservação deste fragmento, como apontam Marcon *et al.* (2012), razão pela qual se justifica necessidade desta pesquisa em questão.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Devido a uma pesquisa de campo envolvendo humanos realizada numa área de proteção ambiental, ainda na elaboração do projeto para qualificação, foram encaminhados ofícios à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS, solicitando autorização para pesquisa na Área de Proteção Ambiental em questão, e à Prefeitura da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, para obtenção do Termo de Anuência destas instituições para a realização da pesquisa (ver Apêndice).

Em dezembro de 2017, recebemos o Termo de Compromisso e Autorização para Realização da Pesquisa nº 15/2017, aprovada pela Gestora das Áreas de Proteção Ambiental, Angeline Ugarte Amorim, e pelo Diretor do Departamento de Áreas Protegidas, Marcio Bentes Lima. Por sua vez, por meio do Memorando nº25/2018, expedido no dia 22 de fevereiro de 2018, obtivemos autorização para a realização da pesquisa, da Prefeitura do *Campus* Universitário (ver Anexos 1 e 2).

Em seguida, atentando aos cuidados éticos dispostos na Resolução 196/96 (BRASIL, 1996), que define as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas, e da Resolução nº466, de 2012, do Ministério da Saúde (MS), o projeto foi submetido para análise e recebeu aprovação no Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM), no CAEE 88386918.6.0000.5020, descrito no Parecer nº 2.844.663 (Anexo 3).

A partir destas aprovações, deu-se início às atividades de coleta de dados, realizadas no período de outubro de 2018 a fevereiro de 2019, quando, após nossa apresentação aos sujeitos da pesquisa, explanamos acerca da importância do estudo, bem como seus objetivos, métodos, benefícios e potenciais riscos e minimização aos participantes, explanando, inclusive, a respeito do comprometimento ao anonimato e à confidencialidade dos dados, buscando, assim, obtermos a concordância da participação por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de todos os envolvidos.

A pesquisa ainda se comprometeu a assegurar a correta utilização e preservação da APA, em consonância com os princípios relativos a respeitar a integridade dos ecossistemas naturais abrangidos e garantir a proteção integral da flora e fauna que justificaram a criação da Unidade.

PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE

No intuito de apreciar os objetos do estudo de maneira dilatada, utilizando o delineamento de Estudo de Caso proposto por Yin (2015), foi possível a utilização de várias técnicas e instrumentos para fornecer uma perspectiva sistêmica da cidadania ambiental e sua constituição relacional via topofilia dos sujeitos, suas virtudes e mobilização. Assim, empregamos entrevistas, conforme proposto por Minayo (2001) e também por Marconi e Lakatos (2003); história de vida, como apontado em Santos e Santos (2008), em Josso (2004) e, ainda, em Spindola e Santos (2003); observação direta, como proposto por Fonseca (2002); análise iconográfica, de acordo com Souto (2010); e análise documental, como proposto por Ludke e André (1986).

Após a coleta dos dados, foi conduzida a organização das informações no Banco de Dados (BD), com uso do Programa *Microsoft Excel*, ensejo em que foram realizados agrupamentos organizados de informações em planilhas, conforme emersões das técnicas de coleta, relacionando-se e apresentando uma conjuntura situacional que possibilitou a geração de outras leituras das informações e assimilação das realidades que compõem o real.

Partindo do que propõe Yin (2015), objetivando a criação do Banco de Dados, foi necessário criar uma estrutura específica para tal; listar os campos de interesse, a saber: topofilia, virtudes, cidadania ambiental e mobilização popular; testar os campos com a aplicação do pré-teste e da pesquisa exploratória, sendo esta última na fase de elaboração do projeto; efetuar o lançamento de dados, o que ocorreu após o término das entrevistas; e, finalmente, cariar os relatórios a partir do BD.

Para compreender relação constitucional da emersão da cidadania ambiental, utilizamos 4 (quatro) categorias de análise como conceitos teóricos fundamentais: (1) topofilia; (2) virtude; (3) mobilização popular; e (4) cidadania (Figura 5 e Quadro 1).

Figura 5 - Esquema conceitual das Categorias de Análise



Fonte: Adaptado de TUAN (2012); AURÉLIO (2017); CF (1988); ARISTÓTELES (2016).

Quadro 1 - Síntese conceitual das categorias teóricas

| Categoria | Conceito |
|--|---|
| CIDADANIA¹ (Transversal) | Relacionamento político com o estado, geralmente expresso em termos de direitos e obrigações entre membros e entre eles e o estado. |
| TOPOFILIA² | O elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. |
| MOBILIZAÇÃO POPULAR³ | Colocar em movimento, em atuação. Finalização de qualquer projeto que teve no princípio: planejamento, estratégia, captação de recursos, organização chegando à sua finalização e objetivo: a mobilização . |
| VIRTUDE⁴ | A virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consistente numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria-prática. |

Fonte: Adaptado de ¹ PINSKY (2008); DOBSON (2007); ² YU-FU-TUAN (2012); ³ VIOLA (1987); ⁴ ARISTÓTELES (2016).

Por meio da revisão de literatura e outras fontes de evidências múltiplas, foi possível absorver o bojo conceitual até o momento e trabalhar no levantamento real dos dados, para tabular, aglutinar e reorganizar o conceito epistemologicamente. Essa nova organização das fontes de evidência e dos dados coletados é uma nova forma de avançar no conceito daquela categoria, segundo Noda (2017). Embora a Educação Ambiental (EA) seja um dos pilares para a emergência da CA, esta abordagem não aparecerá neste trabalho como categoria de

análise, ela emergiu na discussão do trabalho, imbuída de novos aspectos para sua implementação, e, na sua finalização, direcionamos a reflexão para uma alternativa.

A análise de conteúdo foi empregada na análise de documentos e entrevistas, pois, segundo Bardin (2009) é uma técnica de tratamento de dados coletados, que visa à interpretação de material de caráter qualitativo, assegurando uma descrição objetiva, sistemática e com a riqueza manifesta no momento de sua coleta. Esta técnica teve como ponto de partida a organização de diferentes fases da análise distribuídas em três partes importantes: (1) Pré-análise; (2) Exploração do material; e (3) Tratamento dos resultados.

A partir disso, procedemos à inferência e à interpretação, como proposto por Bardin (2009, p. 121), partindo de testes por associação de palavras para suscitar as associações relativas aos temas da pesquisa. Na fase da pré-análise, estabelecemos uma organização do material, a partir da escolha de documentos/informações relevantes, permitindo-nos uma “leitura flutuante” do material até que a decisão sobre quais informações deveriam ser consideradas na análise ficasse mais clara.

Na fase da exploração do material, Bardin (2009) ressalta que sua análise exige codificação, ou seja, transformação de dados brutos dos textos por recortes, agregação ou enumeração, até que sua codificação atinja a representação do conteúdo ou sua expressão. Para codificação, utilizamo-nos de palavras, temas, contextos e relações para chegarmos à categorização das informações extraídas.

O tratamento dos resultados e a realização das interpretações foram feitas a partir do uso da técnica de análise descritiva-explicativa, possibilitando a exposição e a análise das características do fenômeno urbano-ambiental.

A pesquisa necessitou utilizar um viés que permitisse agregar uma visão multifacetada sobre o ambiente. Assim o estudo buscou centrar o trabalho em uma análise da complexidade sistêmica, ressaltando as relações, as interações e a análise das organizações dos sistemas entre o todo e suas partes, como proposto em Morin (2005), considerando a complexidade das retroações entre as dimensões em torno do exercício da cidadania ambiental.

RESULTADO E DISCUSSÃO DO PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Ao tratarmos de cidadania ambiental sob um aspecto qualitativo emergido nas categorias de análise temática (topofilia, virtude e mobilização), veremos a importância precípua de compreendermos os sujeitos que exprimiram o desejo de participar do trabalho, uma vez que a maioria das discussões sobre cidadania frequentemente traça um ideal como reivindicação de direitos ou como exercício de responsabilidades. Assim, traremos a questão da percepção, valores e comportamentos para a análise dos sujeitos, posto que são as pessoas que sentem, decidem, agem e institucionalizam as práticas.

Diante desse pressuposto, é salutar delinear um breve perfil dos sujeitos que possuem contato com a APA Floresta Manaós, conhecendo algumas características que poderão trazer à luz futuras ações e reflexões de manejo para este espaço. As informações a seguir referem-se às 109 (cento e nove) pessoas ouvidas com roteiro de entrevistas, de forma aberta, qualitativamente, que, obedecendo ao roteiro metodológico, foram distribuídas em 9 (nove) unidades de sujeitos, atendendo a critérios de proximidade, quais sejam, geográficas, funcionais e institucionais, com o fragmento florestal urbano em questão.

Assim, foram escolhidos os moradores do perímetro interno e do entorno da APA Floresta Manaós, professores, universitários, discentes, técnicos-administrativos, prestadores de serviços, usuários legais que frequentam a UFAM, gestores, presidentes de associação e informantes-chave ambientais, ou seja, pessoas que, no seu cotidiano, possuem contato direto com o objeto de estudo. Os critérios de inclusão e exclusão aplicados aos entrevistados serviram de base para a escolha dos participantes (Quadro 2).

Quadro 2 - Critérios de inclusão/exclusão na pesquisa

(Continua)

| Nº | Sujeito | Critérios de Inclusão e Exclusão |
|----|--|---|
| 01 | Morador da APA Floresta Manaós e entorno | <p style="text-align: center;">INCLUSÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> * Morador direto – com domicílio em áreas localizadas na APA; * Morador indireto – com domicílio em áreas localizadas no entorno formado por uma faixa de 10 metros externos ao perímetro da APA; <ul style="list-style-type: none"> * Idade a partir de 18 anos; * Exprimir desejo de participar da pesquisa. <p style="text-align: center;">EXCLUSÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> * Não ser morador direto ou indireto; * Não exprimir o desejo de participar da pesquisa; * Menores de 18 anos. |

Quadro 2 - Critérios de inclusão/exclusão na pesquisa

(Continuação)

| | | |
|----|--|--|
| 02 | Universitários frequentadores da APA Floresta Manaós | <p style="text-align: center;">INCLUSÃO</p> <p>* Universitários do <i>Campus</i> Senador Virgílio Filho, dos Cursos de Graduação da UFAM sorteados para pesquisa, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ciências Agrárias – Agronomia; Ciências Biológicas – Educação Física; • Ciências Exatas – Ciências da Computação; Ciências Humanas – Filosofia; <p style="padding-left: 40px;">* Idade a partir de 18 anos;</p> <p style="padding-left: 40px;">* Expressir desejo de participar da pesquisa.</p> <p style="text-align: center;">EXCLUSÃO</p> <p>* Não expressir o desejo de participar da pesquisa;</p> <ul style="list-style-type: none"> * Universitários de outros <i>campi</i>; * Menores de 18 anos; * Cursos não sorteados. |
| 03 | Professores da Universidade Federal do Amazonas – UFAM | <p style="text-align: center;">INCLUSÃO</p> <p>* Docentes que ministram aulas no <i>Campus</i> Senador Virgílio Filho, nos Cursos de Graduação da UFAM sorteados para pesquisa, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ciências Agrárias – Zootecnia; Ciências Biológicas – Ciências Biológicas; • Ciências Exatas – Física; Ciências Humanas – Arquivologia; <p style="padding-left: 40px;">* Expressir desejo de participar da pesquisa.</p> <p style="text-align: center;">EXCLUSÃO</p> <p>* Não expressir o desejo de participar da pesquisa;</p> <ul style="list-style-type: none"> * Docentes dos cursos não sorteados. |
| 04 | Administrativos da Universidade Federal do Amazonas – UFAM | <p style="text-align: center;">INCLUSÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> * Expressir desejo de participar da pesquisa; * Diversidade de funções. <p style="text-align: center;">EXCLUSÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> * Não expressir o desejo de participar da pesquisa; * Repetição de função. |
| 05 | Prestadores de serviços | <p style="text-align: center;">INCLUSÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> * Expressir desejo de participar da pesquisa; * Diversidade de funções. <p style="text-align: center;">EXCLUSÃO</p> <p>Não expressir o desejo de participar da pesquisa;</p> <ul style="list-style-type: none"> * Repetição de função. |
| 06 | Presidentes da Associação de Moradores dos bairros no entorno da APA | <p style="text-align: center;">INCLUSÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> * Expressir o desejo de participar da pesquisa. <p style="text-align: center;">EXCLUSÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> * Não expressir o desejo de participar da pesquisa; |
| 07 | Usuários Legais | <p style="text-align: center;">INCLUSÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> * Expressir o desejo de participar da pesquisa. <p style="text-align: center;">EXCLUSÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> * Não expressir o desejo de participar da pesquisa. |
| 08 | Gestor | <p style="text-align: center;">INCLUSÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> * Expressir o desejo de participar da pesquisa; * Estar no cargo de gestor da instituição. <p style="text-align: center;">EXCLUSÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> * Não expressir o desejo de participar da pesquisa. |

Quadro 2 - Critérios de inclusão/exclusão na pesquisa

(Conclusão)

| | | |
|----|------------------------------|---|
| 09 | Informantes-Chave Ambientais | <p style="text-align: center;">INCLUSÃO</p> <p>* Expressar o desejo de participar da pesquisa; * Possuem contato longo com o lugar.</p> <p style="text-align: center;">EXCLUSÃO</p> <p>* Não expressar o desejo de participar da pesquisa; * Possuir contato recente com o lugar.</p> |
|----|------------------------------|---|

Fonte: Própria, 2019.

De forma geral, foram selecionados os moradores que residem no perímetro interno, afeto ao Conjunto Atílio Andreazza (Japiim) e ao seu entorno em até 10 (dez) metros da demarcação da APA Floresta Manaós, pois recebem e geram os impactos ambientais diretos vivenciados cotidianamente.

Os docentes, por sua vez, foram definidos por sorteio, revelando para o grupo de entrevistados representatividade das diferentes áreas do conhecimento: (1) em Agrárias - Zootecnia; (2) em Humanas – Arquivologia; (3) em Exatas – Física e; (4) em Biológicas – Ciências Biológicas.

Os universitários também foram definidos por sorteio, possuindo representatividade de diferentes áreas do conhecimento, a saber: (1) em Agrárias – Agronomia; (2) em Humanas – Filosofia; (3) em Exatas - Ciências da Computação e; (4) em Biológicas - Educação Física.

Quanto aos técnicos administrativos, prestadores de serviços e gestores, a escolha aconteceu em função da diversidade de funções que exercem na instituição, distribuídos nos departamentos, pró-reitorias e reitoria.

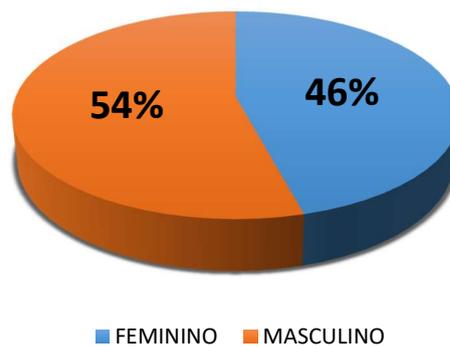
Em relação aos presidentes e/ou representantes de associações, a seleção ocorreu de acordo com a categoria que representam no entorno da APA Floresta Manaós, ou seja, representantes estudantis, docentes, técnico-administrativos e presidentes de bairros, uma vez que tais figuras são agentes de mobilização da comunidade, possibilitando o exercício e a reflexão sobre cidadania.

Os informantes-chave ambientais incluídos no trabalho, após sugestão da banca de qualificação, são assim denominados por ser notória e evidente sua participação na construção do pensamento ambiental na instituição, sendo fundamentais para a pesquisa seu explícito saber sobre o lugar e as formas históricas de inserção do cuidado ambiental como valor na instituição.

Partindo da máxima asseverada pelo filósofo Antônio Machado, “caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”, o plano de trabalho que norteou este estudo foi flexível e sofreu ampliação na inclusão de mais um sujeito, depois da sugestão de um docente abordado durante o levantamento de dados, a saber: a inclusão da categoria referente aos usuários legais, entendidos como todas as pessoas que fazem aproveitamento do espaço da instituição por meio dos projetos de extensão desenvolvidos na instituição. Os entrevistados desse grupo foram escolhidos de forma aleatória após um levantamento dos cursos que desenvolvem projetos desta modalidade.

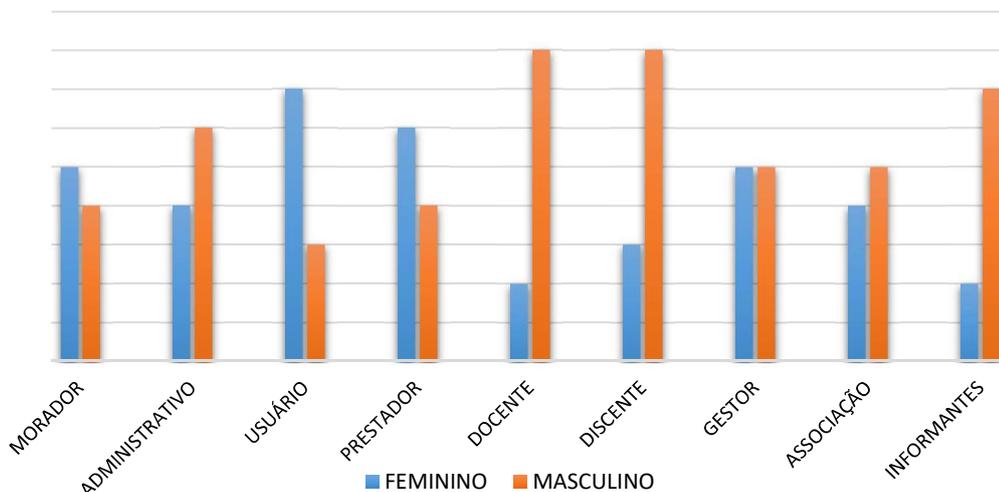
Isto posto, o delineamento dos sujeitos que possuem contato com a APA Floresta Manaós emergiu formando uma representatividade, em relação ao gênero, praticamente equilibrada, sendo 46% do gênero feminino e 54% do gênero masculino (Figura 6).

Figura 6 – Total geral de entrevistados na APA Floresta Manaós agrupados por sexo



Fonte: Própria, 2018.

Figura 7 - Total por categoria de sujeitos entrevistados na APA Floresta Manaós agrupados por sexo



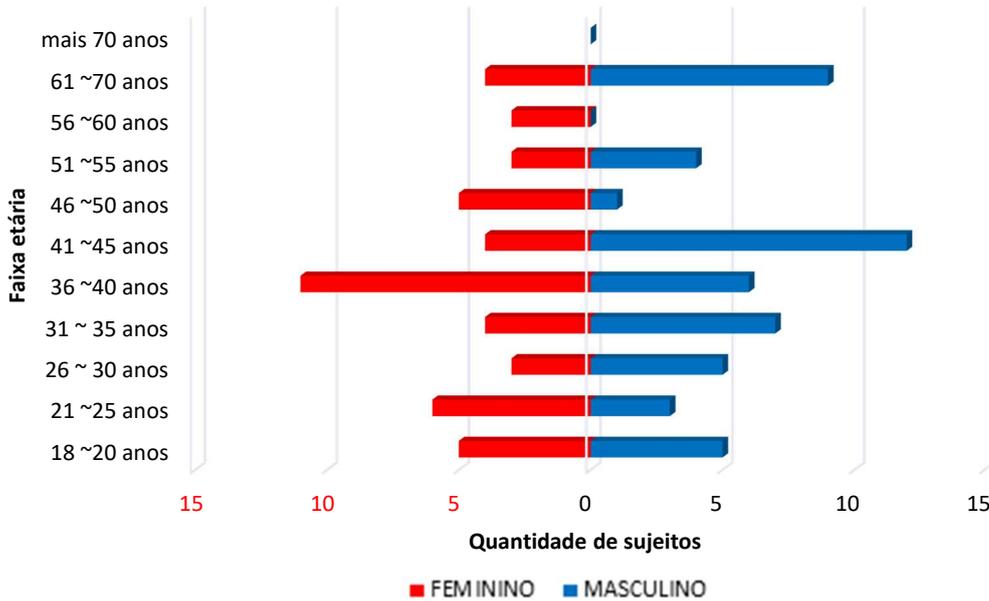
Fonte: Própria, 2018.

A categoria de sujeitos com maior representatividade feminina foi o grupo formado por moradores, usuários e prestadores (Figura 7). Durante as entrevistas, demonstraram boa receptividade em participar, abrindo seus lares para o recebimento da pesquisadora ou interrompendo suas atividades laborais para responder à entrevista. Tal configuração se dá devido à especificidade de cada unidade, podendo ser justificada segundo processos históricos e culturais impressos. Um exemplo disso é a representação na categoria dos usuários, em que as mães levam seus filhos para o desenvolvimento de atividades oferecidas pela Universidade, bem como os prestadores de serviço, em que a mulher, buscando um espaço no mercado, insere-se na esfera do trabalho formal e informal. O grupo com maior expressão masculina foi o formado pelos administrativos, docentes, discentes, representantes de associação e informantes-chave ambientais.

É importante assinalar uma pequena diferença nas respostas entre os gêneros. De modo geral, o gênero feminino demonstrou mais apego ao ambiente do que o masculino, mas ambos se sentem responsáveis pelas ações que exercem diante dele. Foi unânime a matéria sobre a importância da virtude na formação ambiental humana, contudo as mulheres apresentaram maior capacidade de reconhecimento, autoanálise dos seus defeitos ambientais do que os homens. Daqueles que assumiram possuir algum vício ambiental, a indolência (preguiça) e a indiferença foram as causas ou motivações mais apontadas pelo público feminino, enquanto a ganância e a preguiça, pelo masculino. Sobre o nível de disposição, houve um equilíbrio de média para alta entre os sexos.

A partir de uma análise combinatória entre as variáveis idade e gênero (Figura 8), foi elaborada a pirâmide etária dos entrevistados. A apresentação gráfica nos mostra uma base irregular com baixa participação de jovens representados pelos discentes. Ganha maior expressão entre a faixa de 36 a 45 anos, possuindo maior expressão feminina entre 36 e 40 anos e masculina de 41 e 45 anos, refletindo as categorias de administrativos, docentes, presidentes de associação, prestadores de serviço e usuários, visto que são representantes de menores que usufruem dos projetos sociais desenvolvidos pela Universidade. Os sujeitos com participação na faixa entre 61 a 70 anos espelharam os informantes-chave ambientais, os quais contribuíram com as falas do desvelar da história ambiental na atual área de conservação. Não foi entrevistada nenhuma pessoa com mais de 70 anos.

Figura 8 - Análise combinatória entre idade e gênero dos sujeitos partícipes da pesquisa

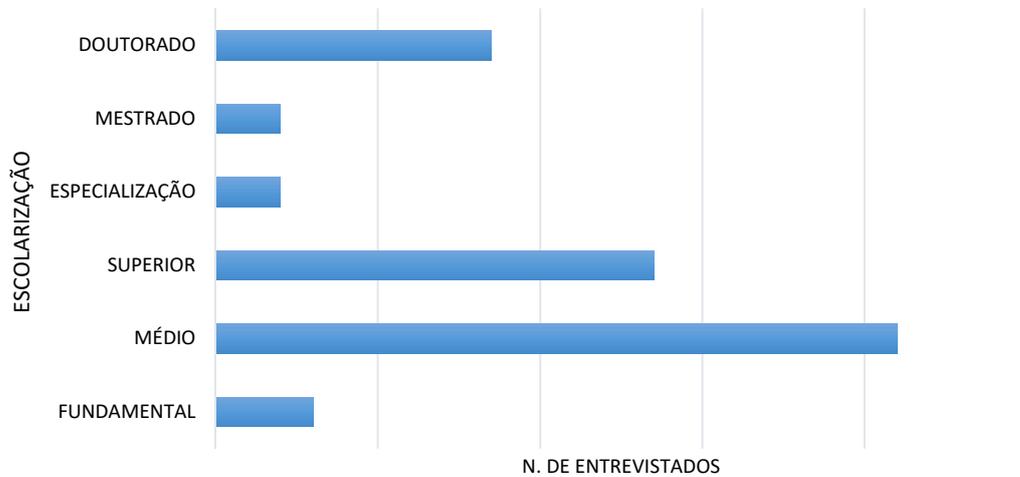


Fonte: Própria, 2018.

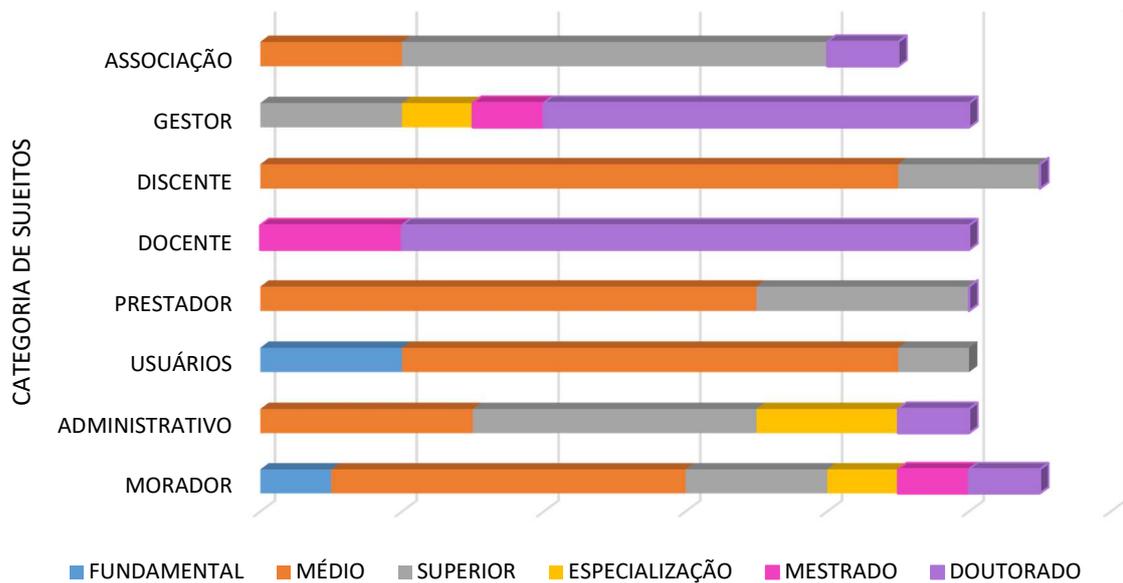
O nível de escolarização dos participantes variou entre o ensino fundamental e o doutorado. Não foi ouvida nenhuma pessoa iletrada. A maior expressão foi do ensino médio, superior e doutorado (Figuras 09 e 10). Foram ouvidas poucas pessoas que possuíam o ensino fundamental, sendo estes representantes apenas das categorias moradores e usuários.

A maior expressão do ensino médio veio das categorias morador, usuário, prestador e discente, posto que os alunos ingressam na Universidade com este nível de escolaridade. Os usuários do espaço da área de conservação ambiental, geralmente, são pais de crianças e adolescentes que participam dos projetos da Universidade e os prestadores são motoristas de ônibus, cobradores, vendedores diversos, lavadores de carro e vendedores ambulantes (“picolezeiros”), demonstrando, assim, um número diversificado de atividades e categorias laborais.

Quanto à participação de pessoas detentoras de diplomas de ensino superior, pôde ser observado entre todas as categorias de sujeito, principalmente entre os presidentes de associação e técnicos administrativos da UFAM os quais sentiram a necessidade de um conhecimento mais especializado para o desenvolvimento e otimização do trabalho. O nível acadêmico de doutoramento teve grande repercussão entre os docentes e gestores, grupo pelo qual se faz necessário maior especialização do conhecimento devido sua função dentro do universo acadêmico.

Figura 9 - Escolarização geral dos sujeitos entrevistados

Fonte: Própria, 2018.

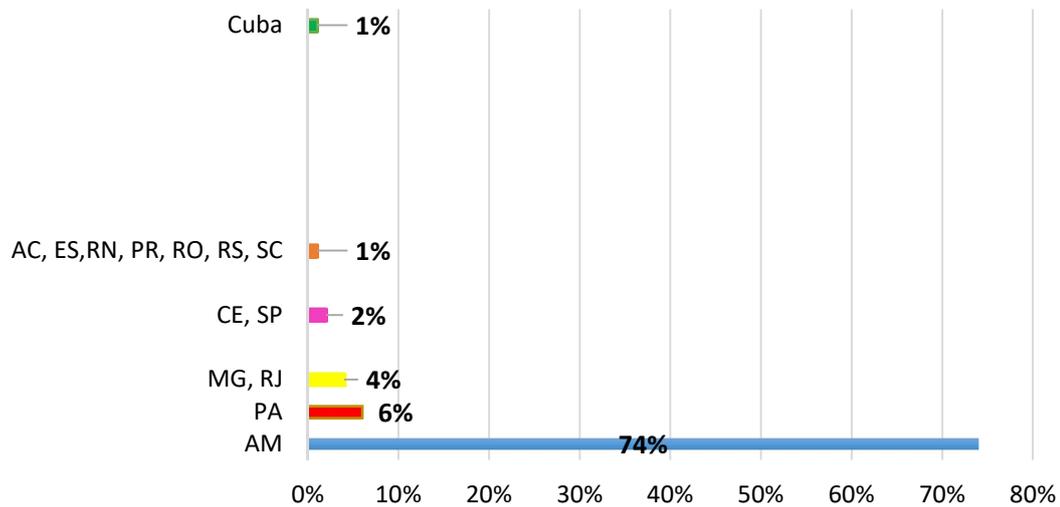
Figura 10 - Escolarização por categoria de sujeitos

Fonte: Própria, 2018.

Dentre os entrevistados, a grande maioria era de brasileiros, dos quais 74% nasceram no Amazonas e apenas 1 (um) indivíduo era natural de Cuba. Quando consideramos os sujeitos oriundos do Estado do Amazonas, vimos que mais de 80% eram naturais de Manaus e 19,9% de outros 13 (treze) municípios do Amazonas. Quanto aos demais, 13% eram de outros

estados brasileiros. Os números evidenciam que Manaus continua recebendo muitos imigrantes em função de ser a capital do Estado e possuir um Polo Industrial (Figura 11), ou seja, pessoas em busca de postos de trabalho ou emprego e melhoria de vida.

Figura 11 - Distribuição geográfica da origem nacional dos sujeitos entrevistados



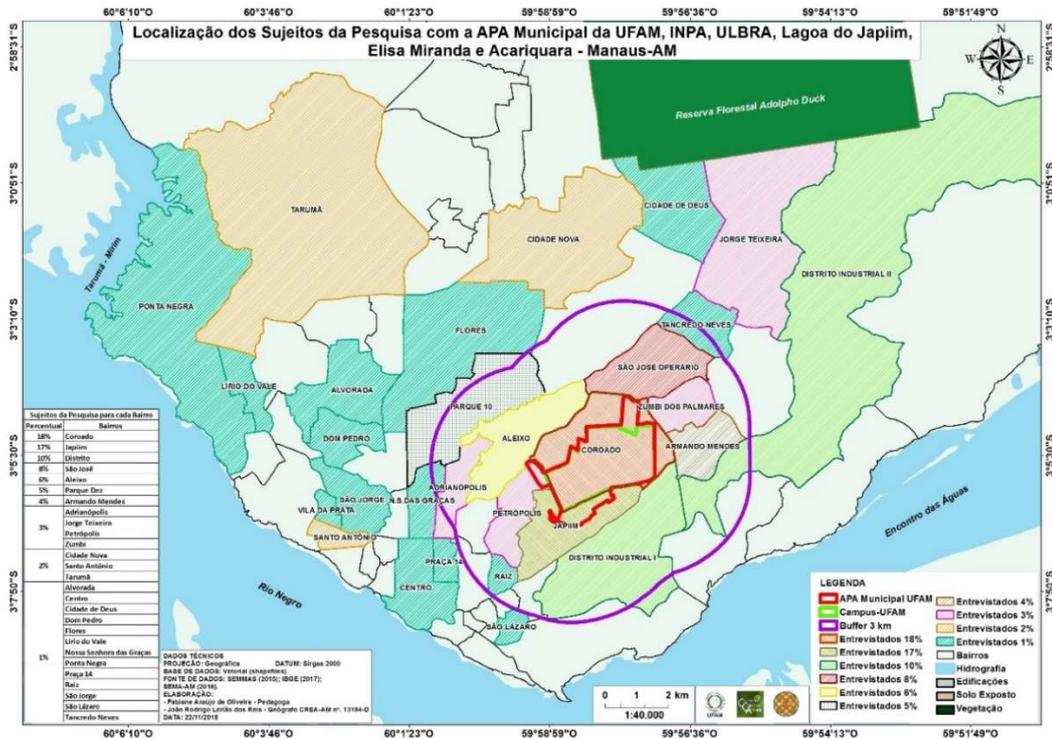
Fonte: Própria, 2018.

Verificamos a existência de uma diversidade de pessoas que possuem contato com o fragmento florestal aqui estudado, espalhados na cidade de Manaus, dispostos nos bairros coloridos e identificados abaixo na Figura 12.

As localidades representadas na pesquisa são de 28 (vinte e oito) bairros, com a seguinte participação em percentuais: 18% do bairro Coroadó, 17% do Japiim, 10% do Distrito Industrial, 8% do São José Operário, 6% do Aleixo, 5% do Parque Dez, 4% do Armando Mendes, Adrianópolis, Jorge Teixeira, Petrópolis e Zumbi, 3% da Cidade Nova, 2% do Santo Antônio e Tarumã 2, e 1% dos bairros Alvorada, Centro, Cidade de Deus, Dom Pedro, Flores, Lírio do Vale, Nossa Senhora das Graças, Ponta Negra, Praça 14, Raiz, São Jorge, São Lázaro, Tancredo Neves e Vila da Prata.

Estes números nos apontam que a área de conservação em estudo recebe pessoas com diferentes realidades ambientais, pessoas com contato indireto, visto que se utilizam da APA como local de trabalho ou estudo. Em contrapartida, a maioria dos sujeitos que possuem contato direto foi ouvida e emergiu nas categorias de sujeito: morador, presidente de associação e usuários, sendo esta última provinda dos bairros que circunvizinham o *locus* da pesquisa. (Figura 12).

Figura 12 - Identificação dos bairros nos quais os sujeitos entrevistados residem com destaque aos bairros contidos no *buffer*, aflorando os sujeitos partícipes internos e no entorno da APA Floresta Manaós



Fonte: LEITÃO (2018).

É importante tomar conhecimento se a distância geográfica influencia no afloramento do sentimento de apego dos sujeitos entrevistados ao lugar, uma vez que Hall (1981) se posiciona que, na distância social (entre 120 a 350 cm), as pessoas estabelecem os negócios impessoais, enquanto, na distância pública (em volta de 350 a 750 cm), as pessoas se situam fora do círculo de envolvimento umas das outras. A proximidade do contato propicia uma vinculação afetiva que deixa marcas no homem. Então, deixar-se distanciar é dificultar os contatos socioafetivos e este distanciamento, infelizmente, torna-se muito comum no nosso cotidiano.

O que temos visto é o distanciamento mesmo na proximidade. Vemos pessoas próximas umas das outras, próximas do verde, mas distantes de laços relacionais afetivos. A distância que temos do outro (ou do verde) promove um sentimento de vazio, solidão, sensação de estarmos construindo um mundo que não é compartilhado através do contato com o próximo. Nesse sentido, sobre a liquidez das relações sociais e da memória afetiva, segundo Bauman (2008), a incerteza e a frugalidade da vida constituem o retrato de uma sociedade em que ocorre a liquefação dos valores e onde se empobrecem as relações interpessoais.

Para Scruton (2016):

(...) nenhum projeto de larga escala terá êxito se não estiver enraizado no raciocínio prático de pequena escala. Somos nós que temos de agir, criar consenso e trabalhar em conjunto as decisões tomadas em nosso nome, fazendo o sacrifício necessário para o bem das futuras gerações”. (SCRUTON, 2016, p. 8).

A proximidade com o outro e com verde possibilita, ainda que com dificuldade, o cerne da verdadeira transformação ética e moral frente às tragédias humanas e ambientais, pois, em um mundo que está sendo desprovido de valores permanentes, dificulta-se a construção da identidade e a interação social entre os homens e destes com o ambiente, uma vez que, segundo Scruton (2016, p. 7-8), “nossa compreensão é moldada por necessidades locais, não por incertezas globais: o produto de emergências do dia a dia, uma sabedoria da sobrevivência”.

Isso posto, após análise entre a distância em que os sujeitos residem e sua manifestação de apego, foi demonstrado que, independentemente da localização geográfica, os sujeitos declararam sentir apego pelo lugar. Iremos aprofundar o estudo sobre topofilia no capítulo 2 desta tese.

A respeito dos partícipes que possuem contato direto com a APA Floresta Manaós, Forsberg (1999), em sua tese de doutorado, apontou que a combinação de atributos socioeconômicos e educacionais dos residentes do bairro do Coroado e Nova República demonstraram uma diferença em relação às atitudes positivas e negativas sobre o *Campus*, apresentando que os moradores do Coroado possuem menos procedimentos positivos de manutenção da floresta do *Campus* devido ao conflito histórico de ocupação do espaço, que veremos em breve, além da ausência da infraestrutura urbana e da falta de vigilância ao redor do local, promovendo sentimento de insegurança, conquanto os moradores do Nova República manifestam práticas mais positivas, uma vez que possuem melhor infraestrutura e segurança. As razões positivas em relação à floresta do *Campus* deram-se em função da amenidade climática, preservação, recreação e impedimento de invasões, enquanto as negativas devido à percepção da existência de animais perigosos, pouca infraestrutura, sensação de periculosidade do lugar e sensação de não haver vantagem para a comunidade.

Passados 20 (vinte) anos, a percepção reinante é de escassos investimentos de infraestrutura nos bairros que compõem o entorno da APA, apesar do acentuado favorecimento de projetos de extensão promovidos pela Universidade, especialmente para o bairro do Coroado, como o Programa Coroado, que surgiu para promover a integração das diversas ações de extensão da UFAM ocorridas neste espaço, primordialmente nas linhas de

educação e gestão ambiental, cidadania e *design* sustentável, coordenado atualmente pela Profa. Annunziata Donadio Chateaubriand (QR CODE 1).

QR CODE 1 - Programa Coroado

Acesse o texto completo sobre o Programa Coroado, acesse:



Assim, obtivemos alguns avanços e transformações quanto aos sentimentos e percepção dos sujeitos que possuem contato com este fragmento florestal urbano, especialmente no bairro do Coroado. Dentre eles, destacamos as seguintes falas:

Sinto muito bem. Promove um bem-estar e uma qualidade de vida. Gosto dos animais, do sauíim de coleira. É a minha vida. (PA8CAA).

O Coroado é um bairro privilegiado pela flora e fauna da UFAM. Me sinto privilegiado. (PA3ASS).

Quem nasce em uma área urbana tem um olhar, mas no meio rural é outro. Eu olho esse ambiente como meio materno. Plantamos a vida. É uma espécie de religião para mim. (A10).

Paz de espírito. Pertença. Integração. Oásis. Bem-estar. É intrigante a sensação de mistério da Amazônia como um todo. Sempre traz surpresa mesmo eu trabalhando aqui. (D9B).

Muito bem, eu respiro ar puro, o frio é muito bom e gostoso. Tenho tranquilidade, paz. Eu tiro meu sustento daqui, com açai, fruta pão, e nós vende tudo. (M9).

Tanto os sujeitos que possuem contato direto com a APA quanto aqueles que o têm indiretamente manifestam um alto apreço pelo lugar, no entanto, a construção do muro é apontada pelos moradores como um fator desagregador, visto que retirou uma alternativa de lazer que possuíam, o que fica notório nas falas:

A construção do muro foi muito ruim para nós, porque a área da UFAM era um espaço de lazer para a comunidade. A gente atava rede e assava churrasco. Agora não pode mais. Eu capinava e deixava tudo limpinho. (M6).

Sobre a construção do muro e cercas, em 2001, a reitoria da UFAM, via NUCAM (Núcleo para a Conservação Ambiental do *Campus*), realizou uma parceria com diversos órgãos, como a Polícia Federal, o IBAMA e a SEDEMA (atual SEMMAS) para a vigilância e a proteção da área verde do *Campus*, elaborando um relatório que constatou as situações de risco de novas invasões e o mau uso da área pela comunidade do entorno, bem como pela própria comunidade universitária. Assim, o reitor, à época, Hidembergue Frota, junto ao NUCAM, criou uma política de proteção da área construindo muros e cercas em diferentes locais dos limites do terreno, contudo, como apontam Marcon *et al.* (2012), devido aos atuais baixos investimentos e atenção, muitos trechos do muro foram derrubados, furados e não reconstruídos.

Sobre tais condutas frente ao *Campus*, é salutar compreender que cada indivíduo percebe a realidade a partir de suas próprias experiências, desta forma a percepção sofre variações de acordo com os modelos perceptivos de cada um. A experiência no e com o ambiente faz parte de um sistema em que podemos tê-lo como constituinte de fonte de estímulo, informação e ação. O significado do ambiente está em função do impacto emocional que ocorre entre a pessoa e ele, afetando as demais esferas de ação. Tanto os ambientes naturais quanto os construídos por ação antrópica são percebidos de maneira individual, de acordo com as experiências de cada sujeito, uma vez que estas experiências formam os significados necessários para a compreensão dos fenômenos vividos e ou observados, como aponta Lynch (1997).

O lugar é delineado por meio da história, que é engendrada pelo ser humano, um dos agentes dessa mesma história, o qual, atuando em todos os campos da vida, converte-se em criador de um mundo dinâmico, sendo este responsável por seus destinos. São homens, mulheres e crianças que constituem a história, sendo esta última um alerta à condição humana para os agentes transformadores do mundo.

Isso posto, veremos a seguir a história ambiental do *Campus* Senador Arthur Virgílio Filho, demonstrando a construção da questão ambiental não apenas neste espaço, mas também reverberando na sociedade manauara, brasileira e internacional.

1. O ARADO DA TERRA: A HISTÓRIA AMBIENTAL DO *CAMPUS* SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO FILHO

"Mais de que máquinas, precisamos de humanidade. Mais de que inteligência, precisamos de afeição e doçura".

Charles Chaplin

O ser humano constrói a sua história uma vez que é capaz de refletir sobre o passado e projetar o futuro. Carr (1982), em conferências proferidas na Universidade de Cambridge, no período de janeiro a março de 1961, científica-nos do como a história é esculpida, fazendo-nos, pois, refletir.

A história consiste num corpo de fatos verificados. Os fatos estão disponíveis para os historiadores nos documentos, nas inscrições (...) como peixes na tábua de um peixeiro. O historiador deve reuni-los, depois levá-los para casa, cozinhá-los, e então servi-los de maneira que o atrair mais". (CARR, 1982, p. 37).

Enquanto estudo, a história é uma ciência que analisa a vida do homem através do tempo, inquirindo e examinando o que os homens fizeram, os fatos, o que sentiram, pensaram, ou seja, o contexto daquele dado período na sociedade. Para Carr (1982, p. 49), “história significa interpretação” e “se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente o passado” (ibidem, p. 64).

Destarte, o conhecimento histórico favorece o discernimento deste agente, valendo-se como uma ferramenta para a construção de um mundo melhor. E quando falamos sobre a história ambiental remetemos a temporalidades que deliberam sobre processos não apenas ecológicos, mas também uma simbiose que abarca as dimensões sociais, geográficas, econômicas e culturais, entre outras.

A história ambiental será o encontro de racionalidades diferenciadas para cuja abordagem a definição genérica do ambiente como campo das relações sociedade-natureza oferece tão-somente uma primeira porta de entrada ao estudo de suas complexas inter-relações. (LEFF, 2001, p. 386).

Resgatar a história ambiental do *Campus* Senador Arthur Virgílio Filho, como campo que estreia a construção social do conceito do ambiente, consagra um olhar retrospectivo e prospectivo sobre o ambiente, possibilitando reflexões acerca dos fatos que ocorreram, da ebulição, da espécie de gestão engendrada e da gênese do movimento ambiental se institucionalizando como ciência. Nesse sentido, como aponta Leff (2001), a história

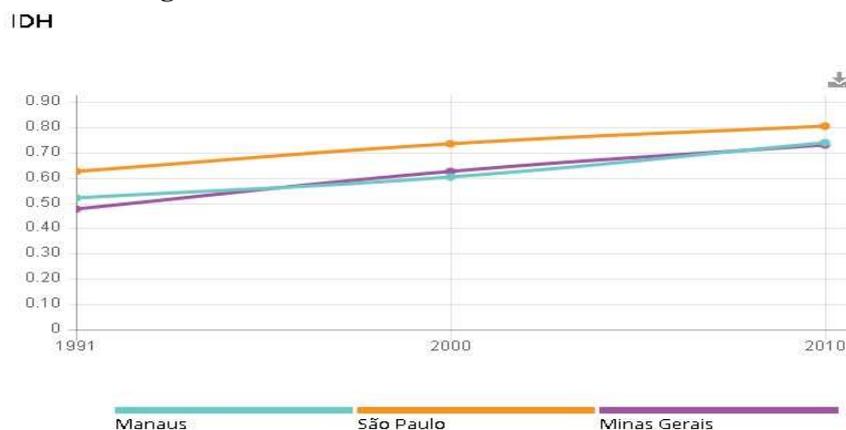
ambiental permite ver sua complexidade na história passada, franqueando a construção de uma racionalidade ambiental como saber relacional entre o passado insustentável e um futuro sustentável.

Abrir o olhar nos remete à emersão de uma habilidade que o indivíduo exprime quando é capaz de estabelecer uma maneira de pensar a relação homem-ambiente, sua conscientização sobre o seu lugar na natureza, ou seja, a percepção ambiental, a reflexão para compreensão das inter-relações, suas expectativas, felicidade, insatisfações, julgamentos e comportamento tanto no ambiente natural quanto no construído, influenciando a qualidade de vida (não apenas humana) e de outras gerações.

1.1 A explosão demográfica em Manaus e o prelúdio das invasões

Manaus é a capital do Estado do Amazonas, com população estimada em 2.145.444 habitantes, em 2018. Apresenta 62,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 23,9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 26,3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada, com presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio. Entre os 62 (sessenta e dois) municípios do Amazonas, Manaus ocupa a primeira posição e a 867ª em comparação aos outros municípios do Brasil quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano, com um índice de 0,737 (IBGE,2018). A figura 13, a seguir, nos informa a comparação do IDH de Manaus com outras cidades brasileiras, de 1991 até 2010.

Figura 13 - IDH Manaus-São Paulo-Minas Gerais



Fonte: IBGE, 2018.

A região amazônica teve marcada, em todo seu processo histórico, inúmeras demonstrações de cobiça de diversas ordens, tanto por grandes empresas, países e organizações estrangeiras quanto por uma parcela da sua própria população. É notório e

sabido que todo esse olhar advém da incalculável reserva de recursos e bens naturais, especialmente de água, e da sua biodiversidade, sendo fonte de esperança para a descoberta de curas de doenças que assolam a humanidade.

Assim, foi impresso na região Norte um extenso fluxo migratório, ora para atender aos interesses da produção gumífera ora para a instalação da Zona Franca de Manaus, e tais correntes sempre tiveram relação com ciclos econômicos. Com a propalação da economia da borracha até a década de 60, aproximadamente 500.000 nordestinos vieram para a Amazônia, representando, assim, o maior movimento humano das migrações internas da história brasileira superado somente pela migração pau-de-arara para São Paulo, conforme aponta Benchimol (1992).

Baraúna (2010) fez um estudo sobre os imigrantes que viveram em Manaus entre 1920 e 1945 e nos apresentou a história oculta de cearenses, paraenses, paraibanos, acreanos, maranhenses, cariocas e, ainda, peruanos, espanhóis, portugueses, barbadianos, sírios, entre outros.

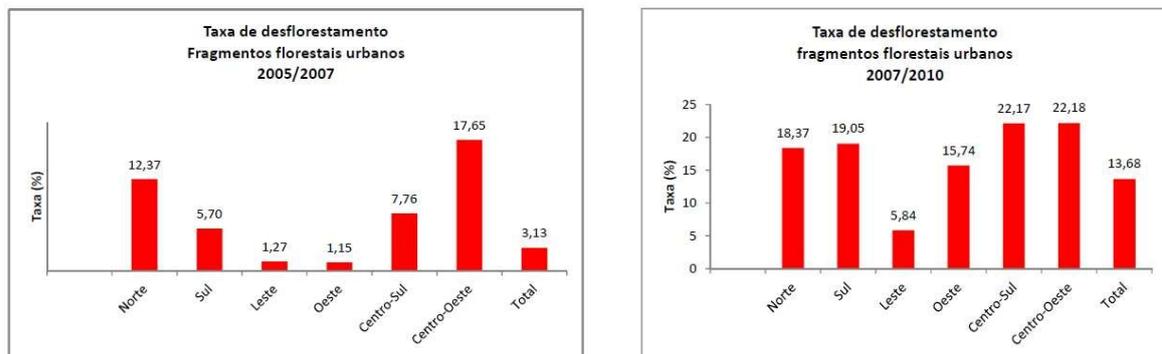
Em Manaus, os imigrantes que identificamos sentiram as dificuldades em viver numa cidade com pouca estrutura para abrigá-los e atender suas necessidades básicas. Junto a isso, a adaptação desses sujeitos sociais ao novo ambiente, um universo distinto, com diferenças sociais e culturais característicos e que, de certa forma, foi palco de propagandas ilusórias que criou na grande maioria expectativas além da verdadeira realidade local. Propagandas que na maioria das vezes foram veiculadas pela imprensa e ainda pelos agenciadores de migrantes que construíram uma imagem sobre o lugar de destino com intuito de atrair o migrante para atender as demandas do capital. (BARAÚNA, 2010, p.15).

A cidade foi crescendo demograficamente ocasionando grande pressão sobre as florestas primárias, dando início aos primeiros fragmentos florestais urbanos. A ocupação do solo de forma desordenada, com ausência de um zoneamento refletiu na alteração do espaço físico urbano por meio desmatamentos irregulares. Assim, a lista de transformações dos sistemas naturais que estão diretamente relacionadas a atividades humanas é longa, uma vez que, como apontam Primack e Rodrigues (2001), os ciclos hidrológicos e químicos vêm sendo perturbados pela devastação de terras há muito tempo, resultando em assoreamento e diminuição da diversidade genética, inclusive entre espécies com grandes populações.

Alves (2011), em sua dissertação de mestrado, realizou um estudo temporal dos fragmentos florestais urbanos por meio das ferramentas geotecnológicas, tendo a cidade de Manaus, como local da pesquisa. Para este autor, o desflorestamento, talvez, seja considerado a mais preocupante causa de uma série de problemas no âmbito social, econômico, político e ambiental na cidade de Manaus.

No contexto ambiental, os problemas englobam o processo de mudanças climáticas, a perda gradativa da biodiversidade e genética, erosão do solo, qualidade do ar e da água. Ele entende que a ação antrópica, por meio da ocupação regular e irregular, surge como fator contribuinte para a formação de novos fragmentos. No final do seu trabalho, ele realiza uma comparação entre o período de 2005 e 2010 e conclui que, levando-se em consideração o total de perda de áreas de fragmentos (de 2005 a 2010), Manaus perde, em média, 1.105 hectares a cada dois anos e meio (Figura 14).

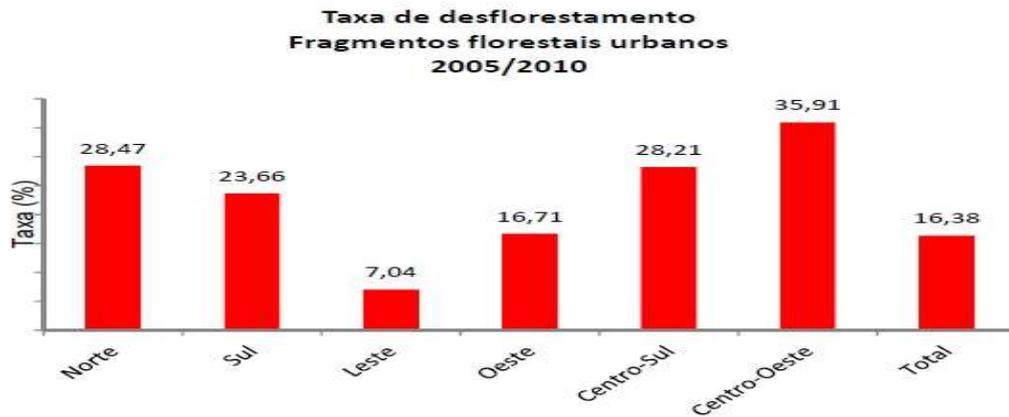
Figura 14 - Taxa de desflorestamento dos fragmentos florestais urbanos na cidade de Manaus – 2005 a 2010



Fonte: ALVES, 2011.

A APA Floresta Manaós localiza-se na Zona Centro-Sul e foi resultado resiliente dos processos de desmatamento ocorridos nas décadas de 1960 a 1990, quando a cidade de Manaus foi ampliando suas fronteiras urbanas e rurais por meio do surgimento de bairros provenientes de ocupação, ora ordenada pela criação de conjuntos habitacionais e comerciais, ora desordenada via invasões, o que veremos a seguir durante o processo histórico ambiental deste capítulo.

Atualmente, o nível de desmatamento demonstrados pela análise da perda de áreas de fragmentos por zona administrativa exprimem que houve maior perda na zona norte durante o período de 2005 a 2007 (29,15%) e na zona oeste durante 2007 até 2010 (55,76%), evidenciando que estas foram as zonas mais susceptíveis à degradação ambiental durante os últimos 5 (cinco) anos. O bairro do Tarumã (zona oeste) está inserido dentro da Área de Proteção Ambiental - denominado com o nome do próprio bairro - e merece uma atenção especial por parte do poder público, uma vez que foi o bairro que mais perdeu áreas de fragmentos durante o período de 5 (cinco) anos, totalizando 812,15 hectares (36,75%) (Figura 15).

Figura 15 - Taxa de desflorestamento 2005/2010

Fonte: ALVES, 2011.

É notório que os bairros novos e as ocupações nomeadas de “invasões” sempre convergiram para a expansão da cidade, exercendo, neste processo de ocupação, grande pressão nos fragmentos florestais já existentes. Heimbecker (2014), em sua dissertação intitulada “Habitar na Cidade: Provisão Estatal da Moradia em Manaus, de 1943 a 1975”, vem contribuir informando que a extinção da Cidade Flutuante teve uma ligação direta com o novo pensamento urbanístico que começava a ser implantado, sendo assim de grande significado para a história da cidade. Tal preocupação podia ser vista principalmente nos discursos políticos e veículos de comunicação da época (Figura 16 e 17).

Figura 16 - Manaus, década de 1970-1980

Fonte: MUSEU AMAZÔNICO/UFAM (2018)

Figura 17 - Cidade Flutuante



Fonte: Sítio eletrônico Manaus de Antigamente. Disponível em: <http://manausdeantigamente.blogspot.com/>. Acesso em: 15 dez. 2018.

Para Heimbecker (2014), até os anos de 1975, o grande volume de habitações produzidas na cidade não era articulado à atividade governamental. Além disso, conseguir alguma das moradias construídas exigia passar por um processo marcado por certas restrições, comumente marcado por relações de influência junto a funcionários públicos detentores de poder decisório sobre os moradores para os quais seriam destinadas as casas dos conjuntos.

Isto porque os conjuntos passaram a ser incorporados pelo Sistema Financeiro da Habitação, criado durante o governo militar, o que condicionou a compra de habitação nesses locais e levou ao endividamento de populares que conseguiam financiamento para a aquisição desses imóveis. Sendo a terra sendo uma propriedade privada, dessa forma, o processo de aquisição não era muito fácil, especialmente para as pessoas que advinham do interior, porquanto começaram a formar a cidade flutuante, uma vez que a água é de propriedade coletiva, como argumenta Heimbecker (2014).

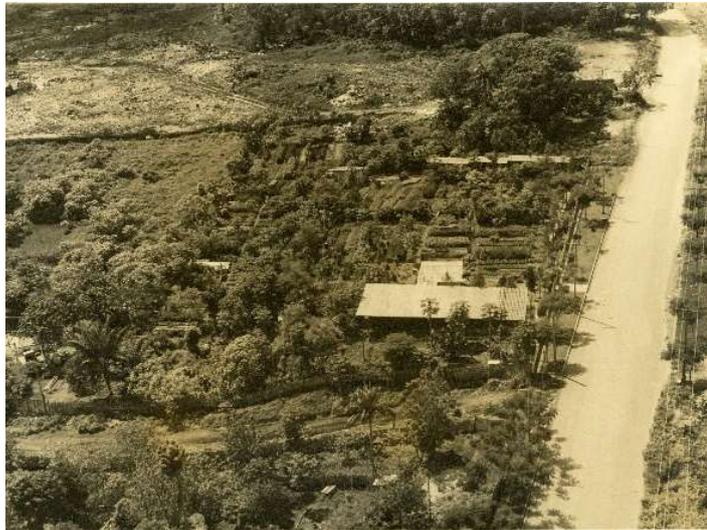
1.2 A consolidação das invasões: a resistência de um fragmento florestal

Nesse contexto, as pessoas iniciaram vários processos de ocupação do solo de forma irregular, formando grandes mosaicos de fragmentos florestais que, aos poucos, foram sendo

derrubados e se transformando em bairros. A APA Floresta Manaós foi rodeada pelos bairros do Aleixo, Coroado, Distrito Industrial, Japiim, Petrópolis e Armando Mendes.

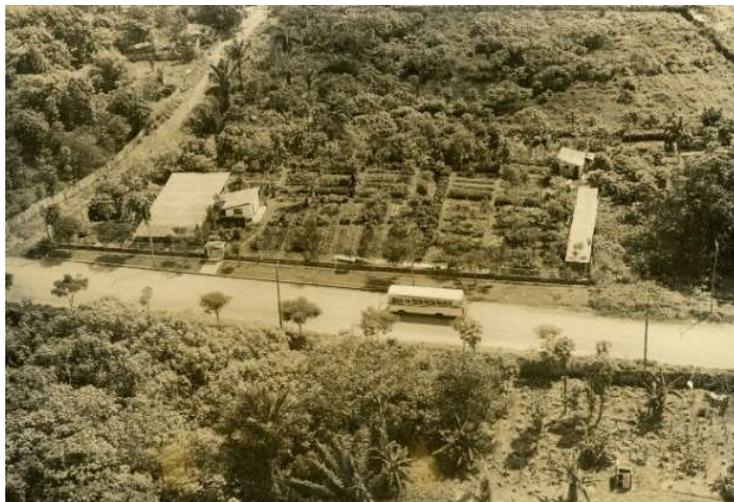
O bairro do Aleixo ficava nos limites do perímetro urbano da cidade, era utilizado como atalho para a Colônia Antônio Aleixo, que se transformou de antigo leprosário a bairro, desse percurso adveio seu nome. Emergiu em 1942 quando surgiram as primeiras invasões. No local, conforme aponta Pereira (2018), também funcionava o lixão municipal de Manaus, até ser desativado e se transformado em Horto Municipal, em novembro de 1969, como solução para a recuperação ambiental, haja vista a rápida urbanização da cidade (Figuras 18 e 19).

Figura 18 - Horto Municipal em 1970



Fonte: Sítio eletrônico do Instituto Durango/
Acervo Público de Manaus. Disponível em: <https://idd.org.br/>. Acesso em: 15 dez. 2018

Figura 19 - Avenida André Araújo, década de 1970



Fonte: Sítio eletrônico do Instituto Durango/
Acervo Público de Manaus. Disponível em: <https://idd.org.br/>. Acesso em: 15 dez. 2018

O bairro de Petrópolis foi constituído desde 1950, contudo, em 1953, houve uma grande cheia em Manaus, ocasião em que a área foi loteada e ocupada. A partir dos anos finais da década de 1960, conforme Heimbecker (2014), as disputas sociais por terra ganham as páginas dos jornais com maior frequência e esse local muito provavelmente despertou interesses pelo fato de ser situado a leste da cidade, onde era instalado o Distrito Industrial.

O Distrito Industrial, por sua vez, foi resultado de políticas federais para instalação da Zona Franca de Manaus (ZFM), na década de 1970. A área escolhida para sua instalação foi entre as terras pertencentes ao *Campus* Universitário, num total de aproximadamente 1.700 hectares, divididos em aproximadamente 150 lotes, hoje, totalmente ocupados (SUFRAMA, 2018).

Heimbecker (2014) aponta que, concomitantemente à instituição desse bairro e à expansão da cidade de forma acelerada, o bairro do Japiim emergiu conhecido como um conjunto habitacional chamado 31 de Março, em decorrência da aproximação da infraestrutura para a instauração de equipamentos industriais, que estava sendo providenciada nessa área da cidade (Figura 20).

Figura 20 - Bairro Japiim



Fonte: Sítio eletrônico do Instituto Durango/ Acervo Público de Manaus. Disponível em: <https://idd.org.br/>. Acesso em: 16 dez. 2018

Aziz Ab'Sáber (2004), comentando sobre o crescimento populacional em Manaus, dirige-se à instalação do Distrito Industrial como origem de uma exponencial multiplicação demográfica.

Calcula-se que, à época da proclamação da República, Manaus tivesse mais ou menos 10 mil habitantes. Ao fim do ciclo da borracha, a cidade atingiu 75 mil moradores. Nos dois censos de meados do século, a cidade registrou pouco mais de 100 mil habitantes: 108 mil em 1940, passando apenas para 110678 em 1950. Em 1970, nos primórdios de instalação da Zona Franca, a cidade deu um salto demográfico, atingindo 281685 habitantes. E, daí para a frente, tornou-se uma cidade grande, registrando 611763 em 1980 e atingindo pouco mais de um milhão de pessoas em 1991 (1009774). O mecanismo de produção de espaços urbanos na região do baixo planalto de Manaus foi relativamente complexo, já que comportou inicialmente um modelo de crescimento de bairros carentes em posição interurbana segundo a tradição de “invasões” ao longo dos igarapés e, logo depois, uma periferação semi-ordenada, pelos quadrantes interiores do tabuleiro ondulado regional. (AB’SÁBER, 2004, p. 220).

As pressões antrópicas eram muito intensas e logo o espaço destinado ao *Campus* Universitário se transforma em fragmento florestal. O bairro do Coroado não foi diferente quanto à origem em relação à maioria dos bairros da cidade. Segundo Heimbecker (2014, p. 179), sua emergência partiu da invasão “a leste, cujas terras pertenciam à união, passou com o tempo a ser um bairro consolidado, enraizado”.

Para Forsberg (2009, tradução nossa), a propaganda do governo sobre os benefícios econômicos que seriam criados pelos programas de desenvolvimento a serem instalados na Amazônia Central atraiu milhares de pessoas para Manaus. Invasões por posseiros ocorreram em vários terrenos florestais localizados nas áreas periurbanas e rurais de Manaus, acelerando seu processo de urbanização.

Uma das áreas invadidas foi a parte noroeste do *Campus*, onde o bairro do Coroado está atualmente localizado. A Universidade do Amazonas perdeu 119 hectares de floresta na época. No início dos anos 1970, a Universidade não tinha controle total sobre a área nem a infraestrutura para gerenciá-la. Os conflitos entre os moradores de Coroado e os funcionários da Universidade foram parcialmente resolvidos no início dos anos 80, quando a área foi formalmente entregue à população pela Companhia de Habitação da Amazônia (COHAB/AM), que pagou a Universidade pela área invadida.

Sobre tal problemática, o vigilante institucional Sr. Figueira nos diz que:

Quando eu entrei em 1974 o Coroado já estava formado, eu já entrei para combater. Eu passei com 140 pessoas contratada aqui defendendo a área, mas mesmo assim eles ainda conseguiram entrar para mais de 500 metros para dentro do terreno da universidade. O governo dando apoio a eles, o próprio governo dava. A gente metia nossa divisa num dia e no outro dia já estavam lá dentro. E quando o governo fez o contrato com a Universidade pra tirar eles e fazer uma rua separando a universidade do Coroado, a Rua Cristo Rei, ainda passaram pra dentro do terreno da universidade uns 150 metros. Essa cerca era lá na frente. Fizeram por troca de favores. O Estado fez alguma coisa pela universidade e aí ganhou aquele pedaço de terra pra botar mais gente que já estavam e não recuavam. Tinha muitos

interesses eleitorais. O Coroado já estava formado não tinha mais jeito, aí a Universidade negociou com o Estado, aí fizeram aquela rua, foi quando parou a invasão. Mas enquanto isso, eles iam entrando a cada dia entravam um pouco. O cara fazia um quintal, fazia um roçado, e iam entrando. (...) A invasão já estava lá onde hoje é a Reitoria. Tinha roçado tudo lá pra dentro. Tinha várias áreas de carvão, abacaxizal, granja. Muitos não saíam porque eles alegavam que não tinham como viver. Eles eram posseiros mas tinham direito porque tinham muita plantação de abacaxi que eles levavam pra vender na cidade e faziam carvão dos roçados que eles faziam. Uns foram indenizados e outros foram tirados na marra que a federal tirou mesmo. Tem pessoas que já morreram com a Universidade na justiça e não pagou. (FIGUEIRA, entrevista concedida em 14/12/2018).

Vimos, portanto, no relato do Sr. Figueira, que a diminuição do desmatamento na Universidade se deu pela contribuição do Estado por meio da construção de uma rua, delimitando, assim, os espaços e cessando as invasões, contudo não impediu a construção de residências na fronteira com o fragmento ambiental, as quais deram início a um novo modelo de ocupação com o intuito de alargar seu território, lazer e caça aos animais e frutos. Esse problema ainda hoje tem reflexos, razão pela qual a Universidade optou pela construção de um muro somente na fronteira com o bairro do Coroado, por ser um investimento de alto custo. Nesse ínterim de ocupações irregulares, outras ações do governo foram tomadas na tentativa de um planejamento urbano na cidade de Manaus, contudo não avançavam na mesma velocidade das invasões.

Não se pode negar que os primeiros estudos desenvolvidos durante a administração de Arthur Reis, embora dirigidos à dissolução da cidade flutuante, tiveram um significado sobre a história da cidade nesse período, a partir do qual um pensamento urbanístico começou a ser forjado. (HEIMBERCK, 2014, p. 207).

A preocupação se alojava no fato de que, a partir da implantação de conjuntos habitacionais, surgiam posseiros ao redor. Podemos ver a seguir os conjuntos criados próximos à APA Floresta Manaós (Quadro 3).

Quadro 3 - Conjuntos Habitacionais criados na década de 70 e 80, próximos ao fragmento florestal

| Empreendimento | Tipo | Proprietário | Bairro | Aprovação |
|-----------------------|-------------|-------------------------|---------------|--------------------------|
| Atílio Andreazza | Conj. Res. | Assoc. Serv. da Suframa | Japiim | 22/05/1981 |
| Acariquara | Conj. Res. | Certam – Cim Eng. Ltda | Coroado | 21/09/1983 |
| Petro | Conj. Hab. | Const. A. Gaspar Ltda | Aleixo | 18/06/1979 |
| Tiradentes | Conj. Res. | Certam – Com. Eng. Ltda | Aleixo | 08/02/1979 08/08/1984 |

Fonte: Adaptado de HEIMBERCK (2014).

Figura 21 - Manaus, década de 1970



Fonte: MUSEU AMAZÔNICO/UFAM (2018).

Sobre os conjuntos habitacionais, o vigilante institucional Sr. Figueira nos esclarece que:

Eles eram posseiros né mas essas terras da Universidade eram doadas e teve áreas que a Universidade doou pra fazer aquele conjunto né o Acariquara. Aquela área era pra ser conjunto pra nós morar lá dentro mas o preço foi tão alto que os funcionários, quase não tiveram possibilidade de morar lá, porque era pegar o teu ordenado, pagar uma mensalidade e acabar. Eles perderam essa área doando pra eles porque pensava que ia servir pra nós. Mas só uns 5 ou 6 professores que ganhavam bem e conseguiram pagar. Então eles perderam porque era pros funcionários da UFAM morar lá como ali fizeram da SUFRAMA, o Atilio Andreazza, mas o pessoal da SUFRAMA ganhavam bem né, puderam pagar, mas da universidade eu conheci cinco professores só que foram morar lá. Lugar tinha pra morar mas não tinha dinheiro pra pagar uma mensalidade. E pra ti vê, só porque naquela área (Acariquara) o pessoal da Universidade moram lá é mais preservado. (FIGUEIRA, entrevista concedida em 14/12/2018).

Vimos, então, que, assim como Conjunto Acariquara era destinado para funcionários da UFAM, o Conjunto Atilio Andreazza foi direcionado para os trabalhadores da SUFRAMA, contudo o público-alvo não era pessoas de baixa renda. O empreendimento mais recente que fica no entorno da APA Floresta Manaós é o Residencial Eliza Miranda, o qual está localizado na Avenida Buriti, s/n, no Distrito Industrial Castelo Branco. Segundo Dray (2014, p.38), o projeto “foi construído mediante o corte raso de uma faixa de floresta pertencente à Zona Franca de Manaus, diante disso, não restou nada da vegetação original”. Em virtude do desflorestamento, a área verde existente no condomínio nos dias atuais é fruto do paisagismo do residencial.

A construção desse conjunto residencial trouxe um litígio entre os construtores e a Universidade, uma vez que, em 1995, por meio de uma lei municipal – Lei 321/1995 (QR

CODE 2) – a Prefeitura da cidade de Manaus criou a Unidade Ambiental (UNA) do *Campus* da UFAM, sem consulta prévia à administração ou ao quadro técnico da Universidade, tornando-a Unidade de Conservação.

QR CODE 2 - Lei 321/95

Para ler o texto completo da Lei 321/95, acesse:



Assim, conforme apontam Marcon *et al.* (2012), foi possível embargar a construção desse empreendimento em 2000, uma vez que, pela Resolução nº 13/90/CONAMA, os empreendimentos no entorno de qualquer Unidade de Conservação devem possuir o consentimento dos administradores da mesma. Após insistências e muitas tentativas, entre os anos de 2006 e 2007, os construtores aceitaram e incorporaram as restrições impostas pela Universidade, contudo, de forma arbitrária, a SUFRAMA embargou a cessão de uso do terreno (Ibidem), sendo tal situação resolvida somente em 2017 após a construção do empreendimento (Figura 22).

Figura 22 – Fôlder do Residencial Eliza Miranda



Fonte: Sítio eletrônico da Construtora Direcional. Disponível em: <https://construtoracapital.com.br/>. Acesso em: 18 dez. 2018.

A construção desse empreendimento teve muita repercussão em vários jornais e *blogs* na cidade de Manaus devido ao impacto ambiental ocasionado.

Figura 23 - Repercussão da construção do empreendimento Eliza Miranda nos jornais da cidade de Manaus



Fonte: Portal do Holanda. Disponível em:
<https://www.portaldoholanda.com.br/>. Acesso em: 18 dez. 2018

Como ação mitigatória, a UFAM requereu a criação de uma zona de amortecimento de impactos ambientais com o objetivo de amenizar os efeitos de borda, assim foi realizada a doação de uma extensa área 430.654,93 m². Embora tal medida compensatória tenha sido feita, a SUFRAMA cancelou a cessão da área pelo não cumprimento dos termos pela UFAM. Após um longo litígio, em 2017, por meio da Resolução nº 109, de 10 de agosto de 2017, a SUFRAMA doou definitivamente a área, conforme descrito no Ofício nº 5245/2017/SPR (QR CODE 3).

QR CODE 3 - Resolução 109/17/SUFRAMA

Acesse o Texto completo da Resolução
109/17/SUFRAMA



É importante ressaltar que, por muito tempo, apesar da consolidação do fragmento florestal e sua transformação em Área de Preservação de Ambiental em 2012, a área continuou sofrendo inúmeras pressões que serão descritas a seguir.

1.3 O Cultivo da Semente: A Formação da Área do *Campus* Senador Arthur Virgílio Filho

Vimos anteriormente, em Forsberg (1999, tradução nossa), que os projetos de desenvolvimento promovidos pelo governo brasileiro na Amazônia geraram altas taxas de desmatamento e migração. Com a instalação do Distrito Industrial, o espaço urbano da cidade é ampliado substancialmente devido ao demasiado fluxo migratório, alargando, assim, assim o perímetro.

Para a Dra. Elizabeth Santos, entrevistada nesta pesquisa, a expansão e a implantação da Universidade também ocorreram de forma muito rápida e sem reflexão profunda (Figura 24). A pesquisadora entrevistada utiliza um pensamento de Ab'Sáber, o qual discutia que, na Amazônia, a implantação de algum tipo de desenvolvimento deveria ser antecipado por um zoneamento ecológico e econômico, “ele dizia isso pra se discutir o que fazer, onde fazer e como fazer, esse é um paralelo que eu faço pra UFAM, pois na prática é que vai se expandindo, se instala e depois vê alguma coisa” (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018).

Figura 24 - Instalação das dependências da UFAM



Fonte: MUSEU AMAZÔNICO/UFAM (2018).

Registrada no livro dos records, o *Guinness Book*, como sendo a primeira Universidade brasileira, a Escola Universitária Livre de Manaus foi criada no dia 17 de janeiro de 1909, por um grupo de idealistas regido pelo Tenente-Coronel Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves. Segundo Brito (2011), precursora da Universidade Federal do

Amazonas, a Universidade Livre de Manaós foi uma remodelação da Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas (1908) e compunha a faculdade militar, medicina, ciências jurídicas e sociais, engenharia e ciências e letras.

A Reforma Universitária realizada na década de 60 fez uma série de modificações na estrutura orgânica das universidades. Em relação ao território, promoveu o isolamento dos estudantes com a criação dos *campi* das universidades em áreas distantes dos centros urbanos. A área escolhida para o *campus* estava ao leste do centro da cidade, fora do perímetro urbano, fazendo fronteira com o Distrito Industrial, como apontam Cereto e Torres (2015). Assim, a Universidade foi instalada fora do perímetro urbano para a época, com a aquisição de vários lotes de terra, inibindo posteriormente o avanço das ocupações irregulares, as quais tentaram abrenhar parte de seu território, como veremos a seguir nos próximos relatos.

Após um quadro de declínio e desestruturação, foi resgatada em 1962 sob a denominação de Universidade do Amazonas, por meio da Lei 4.069-A/62, devido a uma nova etapa da política do governo federal para o desenvolvimento econômico, social e educativo para a Região Amazônica, trazendo consigo a necessidade de implantação de cursos em novas áreas do conhecimento. Somente em 2002, pela Lei nº 10.468/02, a Universidade do Amazonas (UA) foi denominada Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como se verifica em Brito (2011).⁰

Atualmente, a UFAM oferece 80 cursos de graduação, divididos entre as áreas de Ciências Exatas, Agrárias, Biológicas e Humanas, sendo ofertadas 1.905 vagas por meio do Processo Seletivo Contínuo – PSC e mais 1.905 vagas por meio do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Segundos dados da Universidade (PROEG/UFAM, 2017), são 14.610 discentes matriculados, 917 docentes e 911 profissionais técnico-administrativos. Em nível de pós-graduação, são ofertados 33 cursos de mestrado e 13 de doutorado.

A respeito de ações de inovação tecnológica, a Universidade possui 26 registros, sendo 03 (três) marcas registradas, 18 (dezoito) programas de computador registrados e 05 (cinco) registros de Desenhos Industriais (PROTEC/UFAM, 2017).

O *Campus* tem apenas um acesso, o qual se dá pela Avenida General Rodrigo Octávio Jordão Ramos. Existem 05 (cinco) linhas de ônibus que trafegam no lugar, são elas: 001, 125, 352, 354 e 616, contudo a linha 001 não adentra ao setor norte do *Campus*. A linha “Integração” transporta gratuitamente as pessoas da parte externa do *Campus*, entre as Avenidas Rodrigo Octávio e André Araújo, para o interior da UFAM, ou seja, transita pelo setor sul – que abriga a Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) – e finaliza seu itinerário no setor norte – onde está o Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). O Integração possui

duas paradas externas, uma em frente ao Bairro Coroado I e a outra em frente ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

1.3.1 O processo ocupacional do *Campus*

Para Forsberg (1999), o *Campus*³ atravessou três fases que estão relacionadas entre si como veremos a seguir:

A **primeira** foi a construção da Universidade do Amazonas em 1969, quando a área estava pouco ocupada. A **segunda** foi a ocupação humana ao redor do campus, que ocorreu principalmente por meio de invasões de terras e parques residenciais. Esta etapa também pode ser dividida em dois períodos de êxodo rural para as cidades: a primeira causada por frequentes inundações e falta de alternativas econômicas no campo, e a segunda, nos últimos 10 anos, quando foi estimulada por interesses eleitorais. A **terceira** etapa foi a construção de uma zona industrial (SUFRAMA) próxima ao campus no início da década de 1970, como parte do plano de desenvolvimento da Amazônia. (FORSBERG, 1999, p. 33).

As fases descritas por Forsberg são apenas didáticas para ilustrar o processo histórico de ocupação do espaço, pois elas se desencadeiam imbricadas devido à explosão demográfica e à onda de apropriação irregular neste período. Santos, entrevistada nesta pesquisa, esclarece-nos que a construção da Universidade do Amazonas tinha por objetivo conter as invasões, pois os cursos de graduação da Universidade eram espalhados por toda a cidade de Manaus.

A ida da UFAM pra lá foi uma medida necessária de ocupação para conter as invasões que estavam se concretizando como bairros e conjuntos habitacionais e se a UFAM não deslocasse as suas instalações que eram pulverizadas pela cidade iríamos perder essa área. Era tudo muito fragmentado e a ideia sempre foi levar todos os cursos. (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018).

Esclarecendo essa pulverização das unidades acadêmicas da Universidade pela cidade de Manaus, Brito (2011, p. 92) nos informa que, no período de 1962 até 1976, os cursos que pertenciam à Universidade Federal do Amazonas operavam em prédios isolados, distribuídos pelo centro da cidade. “A partir da construção do *Campus* Universitário, projetado pelo arquiteto Severiano Mário Porto, que ostenta premiação nacional, passaram gradativamente a ocupar o novo espaço.” (Figura 25).

³ “Campus Forest underwent three main stages, closely linked in time. The first was the construction of the University of Amazonas in 1969, when the area was scarcely occupied. The second was the human occupation around the campus that occurred mainly through land invasions and residential parks. This stage can also be divided into two periods of rural exodus to the cities: the first caused by frequent flooding and lack of economic alternatives in the countryside, and the second, in the last 10 years, when it was stimulated by electoral interests. The third stage was the construction of an industrial zone (SUFRAMA) close to the campus in the beginning of the 1970s as part of the development plan for the Amazon”. (FORSBERG, 1999, p. 33).

Figura 25 - Instalação dos cursos no *Campus*



Fonte: MUSEU AMAZÔNICO/UFAM (2018).

O Sr. Miguel Souza trabalha na UFAM desde 1978 como agente de serviços gerais. Ele nos relembra que existia apenas um caminho de lama para chegar até o *Campus*.

Eu vinha a pé pra cá vindo da SEFAZ. O ICB era nesse prédio provisório, e eu pegava ferramenta pra tirar barro, tirar as madeiras pra tocar fogo pra limpar. Foi assim que começou. Depois pelas minhas mãos eu plantei a grama. Éramos 32 homens dos serviços gerais mais os seguranças da época que plantaram. Nós era o pedreiro também e construímos a quadra, esse campo de lá. (SOUZA, entrevista concedida em 28/11/2018).

As primeiras construções na área denominada de *Minicampus* foram destinadas à Faculdade de Educação Física (FEF), ao Instituto de Ciências Exatas (ICE) e ao Instituto de Ciências Biológicas (ICB). Brito (2011, p. 93) registra que a ocupação do novo espaço pelas três unidades acadêmicas, “a partir de 1976, além de iniciar o processo de concentração, em um só lugar, das partes constitutivas da instituição, possibilitou, também, um maior intercâmbio entre elas”.

Figura 26 - Instalação da Faculdade de Educação Física



Fonte: MUSEU AMAZÔNICO/UFAM (2018).

Assim, na primeira fase, quando havia poucas ocupações, a formação da área destinada ao *Campus* da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus, foi criada em 1968, a partir da compra e/ou doação de diversos terrenos e sítios, contendo, desta maneira, áreas degradadas, pomares e áreas de florestas primárias. Até o início da década de 1980, a área do *Campus* apresentava uma conectividade com florestas contínuas, principalmente ao norte e ao nordeste da cidade de Manaus. Entretanto, segundo Forsberg (1999), no final desta mesma década, todo o perímetro do *Campus* foi ocupado por comunidades que habitam os bairros de entorno.

Em 1968⁴, a Universidade do Amazonas comprou as terras da Floresta Campus por meio de um processo de expropriação de 36 proprietários diferentes. (...) Muitos dos antigos proprietários aceitaram as ofertas de pagamento da Universidade do Amazonas e deixaram a área prontamente no final da década de 1960 e início da década de 1970. No entanto, vários não. A universidade não possuía o controle total da área até 1975, quando os dois antigos residentes mais persistentes partiram. (FORSBERG, 1999, tradução nossa, p. 63).

A formação da área do *Campus* não se deu de forma harmoniosa e tranquila, sendo marcada por muitos conflitos e litígios na esfera jurídica, enquanto alguns antigos proprietários saíram brevemente, outros, no entanto, insistiam em permanecer no local.

⁴ “In 1968, the University of Amazonas bought the Campus Forest land through a process of expropriation from 36 different owners. (...) Many of the former owners accepted the University of Amazonas payment offers and left the area promptly at the end of the 1960s and beginning of the 1970s. However, several did not. The university did not gain total control of the area until 1975 when the two most persistent former residents left”. (FORSBERG, 1999, p. 63).

Vários conflitos ficaram registrados nas memórias daqueles que enfrentaram os invasores e posseiros. Os vigilantes tiveram um papel fundamental na defesa não apenas dos espaços e territorialidades, mas também na questão ambiental.

O Sr. Figueira relembra que:

Um dos posseiros, Sr. Pedro, tinha uma casa de farinha, morava na Matinha e vinha trabalhar aqui com a família. A gente fazia ronda e fazia amizade. Tinha que ser assim né. Aí a Universidade deu um prazo pra ele tirar a roça e ir embora, aí abandonou o terreno, não plantou mais. (...). Aqui era o roçado do Sr. Veríssimo, era um senhor que invadiu essa área também. Ele já morreu, mas estava com a Universidade na justiça pra ser indenizado né. Se tu vê aqui, ainda tem abacaxi desde aquela época. Quando o Coroado começou invadir esses posseiros entraram tirando terreno grande aqui dentro porque quando a Universidade tirou eles, a plantação ainda era tudo pequeno, ainda não tinham nem tirado a primeira colheita. Tudo era plantio de pouco tempo, então eles não eram de muito tempo, eles aproveitaram a invasão. E depois queriam indenização né pra sair. (...) Pegamos muita carreira desse pessoal do Coroado, vinham atrás da gente de pau, terçado, espingarda e os vigilantes correndo, a gente chegava morto. Eles chegavam perto. O vigilante Tarcísio uma vez chegou pálido aqui na segurança, o pessoal quase pega ele, mas ele era atleta, corria muito. Se tivessem pego ele, tinham matado de pau. Era muito perigoso a invasão. (FIGUEIRA, entrevista concedida em 14/12/2018).

Figura 27 - Resquícios da ocupação dos posseiros: plantação de abacaxi



Fonte: Própria, 2018.

O espaço era empregado de diversas maneiras pelos posseiros, invasores e moradores, cujas finalidades também se distinguiam. Desta forma, a região era aproveitada para a produção de bens perecíveis, como frutas e hortaliças para consumo próprio e comércio, bem como fabricação de carvão, farinha, retirada de areia e madeira para construção de moradias, e, ainda, abate de animais para consumo e comércio. Algumas dessas atividades deixaram de ocorrer, contudo outras persistem hodiernamente (Figura 28).

Figura 28 – Construção pretérita provisória no Setor Sul, *Minicampus*



Fonte: MUSEU AMAZÔNICO/UFAM (2018).

A escassez de recursos financeiros impeliu um certo grau de morosidade às construções do *Campus*, por conseguinte, ao deslocamento das unidades acadêmicas. Isso posto, as construções do *Campus* Norte tiveram início apenas em 1981, contudo, somente em 1986, o Instituto de Ciências Humanas e Letras e as atividades administrativas passaram a funcionar. Em 1987, a Faculdade de Educação também passou a desenvolver suas atividades no *Campus* Universitário. Em 2001, a Faculdade de Estudos Sociais e, em 2004, a Faculdade de Direito deixaram o endereço da Praça dos Remédios para ocuparem as novas instalações no *Campus*, conforme sinalizado por Brito (2011) (Figura 29).

Figura 29 - Construção arquitetônica de Severiano Porto no *Campus* Universitário



Fonte: MUSEU AMAZÔNICO/UFAM (2018).

Sobre o processo de ocupação institucional do *Campus*, Marcon *et al.* (2012) informam que, desde 1974, foram inauguradas as primeiras edificações destinadas à Faculdade de Educação Física (FEF) no platô sul como vimos anteriormente, com previsão de conclusão para o ano de 1978, possuindo um caráter eminentemente provisório, contudo, até início do ano de 2019, tais construções ainda permaneciam em uso, sendo utilizadas principalmente pelo Instituto de Ciências Biológicas (ICB), as quais hodiernamente estão sendo substituídas para a expansão da Biblioteca do Setor Sul.

Em relação aos planejamentos de arquitetura, veremos a existência de várias preocupações, principalmente ligadas à questão ambiental em ebulição à época.

1.3.2 GT Biota e Severiano Porto: arquitetando a conservação

A Reforma Universitária realizada na década de 60 fez uma série de modificações na estrutura orgânica das universidades. Em relação ao território, promoveu o isolamento dos estudantes com a criação dos *campi* das universidades em áreas distantes do centro urbano. No caso da Universidade do Amazonas, a área escolhida para o *campus* estava ao leste do centro da cidade, fora do perímetro urbano, fazendo fronteira com o Distrito Industrial, conforme registram Cereto e Torres (2015).

O tom amazônico das obras de Severiano Mario Porto, o Arquiteto da Amazônia, é derivado dos obstáculos e peculiaridades encontradas em um ambiente extremamente delicado, tanto de recursos como de mão-de-obra especializada, revolucionando a nossa arquitetura regional com a utilização de materiais extraídos da floresta (*ibidem*), o reitor o conferiu, assim, um convite para projetar os espaços da universidade.

Neste momento, a Universidade e a indústria determinaram um novo vetor de crescimento urbano. Neves (2016) registra que Severiano Porto foi convidado para ministrar a disciplina de Arquitetura e Urbanismo no curso de Engenharia Civil na Faculdade de Tecnologia e para desenvolver o projeto arquitetônico do *campus*.

O Grupo Biota, na figura do Prof. Dr. Frederico Arruda, ofereceu orientação ao arquiteto. Relata-se que, após um episódio sobre valoração ambiental, quando a percepção de alguns docentes e discentes se traduzia na ideia de que “era melhor derrubar isso tudo para vender e comprar equipamentos para a Universidade”, o Prof. Frederico conversou com Severiano Porto para que houvesse uma ocupação racional do espaço e, assim, foi feito o convite para elaboração arquitetônica do *campus*. O projeto foi realizado em 1973,

direcionado ao setor norte, haja vista que o setor sul estava ocupado com instalações provisórias e esportivas, o *minicampus*, obra do arquiteto Mário Toledo (Figura 30).

Figura 30 – Vistoria de Severiano Porto no *Campus* Universitário



Fonte: MUSEU AMAZÔNICO/UFAM (2018).

A proposta de Severiano Porto, desenvolvida com Mário Emílio Ribeiro, preservou as nascentes dos igarapés e implantou os edifícios em um platô para reduzir o impacto na alteração da topografia do terreno. Foi idealizada uma malha logística que circundava o terreno acompanhando a curva de nível de maneira a potencializar os deslocamentos por vias internas, promovendo a integração entre as unidades acadêmicas nos centros de convivência e a socialização por meio de espaços coletivos e banheiros. Junto à via, em pontos estratégicos, criou bolsões de estacionamento na periferia dos edifícios. Segundo Cereto e Torres (2015), o projeto ainda previu edifícios para a reitoria, sub-reitorias (pró-reitorias), blocos para salas de aula (térreo), cantinas e espaços de socialização, biblioteca central, anfiteatro, centro comunitário e restaurante universitário (Figura 31).

Figura 31 – Construção hodierna no Pavilhão Norte



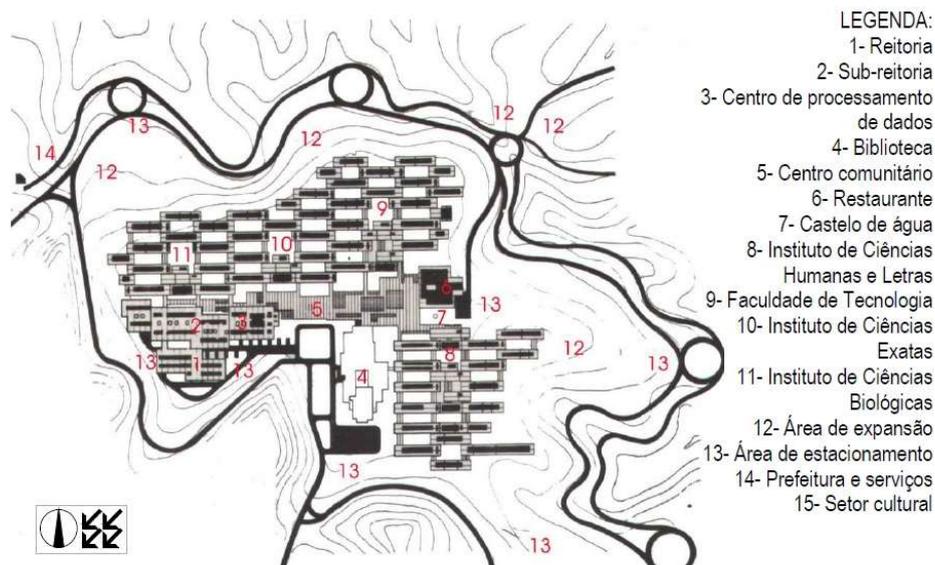
Fonte: MUSEU AMAZÔNICO/UFAM (2018).

Os edifícios foram dispostos obedecendo aos ventos dominantes e rarefeitos. A vegetação tinha predomínio das palmeiras amazônicas. Ainda segundo Cereto e Torres (2015, p.15), Severiano Porto relatava que, na ocasião em que fora contratado, desejavam os prédios em madeira e palha, já que ele era “famoso por ser o arquiteto da madeira”. Severiano argumentou que “a madeira seria um inconveniente pelas limitações de orçamento para manutenção e pela dinâmica de uma universidade pública”, revelou também que a “universidade deveria refletir o processo industrial que brotava com a Zona Franca de Manaus”.

Segundo Neves (2016), apesar de o arquiteto ser conhecido como o precursor em divulgar a madeira como material de construção nobre na Amazônia, Severiano se preocupou em construir um bem durável, que contemplasse baixa manutenção econômica, moderna, ambientalmente correta e que possibilitasse conforto térmico.

Cereto e Torres (2015) sinalizam que, das 11 tipologias previstas no anteprojeto desenvolvido em 1973, não foram executadas, conforme o projeto original, as do prédio da Reitoria, Sub-reitorias, Centro de Convivência e Biblioteca Central. O prédio da Reitoria e o Centro de Convivência foram desenvolvidos pelo arquiteto Sergio Cruz, que utilizou a implantação original, porém com um projeto do edifício independente da proposta original (Figura 32).

Figura 32 - Planta Geral do Campus Setor Norte



Fonte: PENTEADO *et al.* (1986)

No decorrer dos anos outras benfeitorias foram sendo incorporadas ao ambiente da instituição. Com a proposta de verticalização dos edifícios para diminuição dos impactos

ambientais, mais recentemente tivemos a entrega de algumas grandes obras que vieram otimizar os espaços. Os novos edifícios possuem o aval de Severiano Porto.

É neste contexto que o *Campus* Senador Arthur Virgílio Filho da Universidade Federal do Amazonas foi instalado, servindo de refúgio para uma grande biodiversidade, estando circundado por bairros das zonas sul e leste e pelo Distrito Industrial (Figura 33 e 34).

Figura 33 - Vista aérea do município de Manaus em 1983



Fonte: Google Earth/Serafim Corrêa (2018).

Figura 34 - Vista aérea do município de Manaus em 2017



Fonte: Google Earth/Serafim Corrêa (2018).

A APA Floresta Manaós vem, a cada ano, sobrevivendo frente aos desafios antrópicos impostos. Assim, de acordo com Forsberg (1999, p. 48), o processo de urbanização em Manaus “não apenas transformou a Floresta do Campus em um fragmento de floresta

urbana, mas também começou a transformar a Reserva Ducke em uma reserva florestal periurbana”.

Sobre a Reserva Ducke (Figura 35), Serafim Corrêa, prefeito de Manaus no período de 2005 a 2008, compartilha sua preocupação:

Eu não me conformo. Manaus tem coisas do tipo: nós temos a reserva Ducke. É que se nós não cuidarmos a Reserva Ducke será cercada e seccionada do Intensivo de Guerra na Selva, o CIGS. E ali é um corredor que os animais que estão na Reserva Ducke passam pra reserva do CIGS. Nós estamos avançando e vamos seccionar. Pelo lado esquerdo, nós já avançamos no Nova Cidade, Viver Melhor, por ali já ficou complicado. Daqui a pouco nós vamos cercar pelo outro lado e que também já tem e que se você pegar no Google, você vai ver isso. Eu sempre tive essa preocupação. (CORRÊA, entrevista concedida em 18/12/2018).

Figura 35 – Análise Etnográfica da ocupação do entorno da Reserva Ducke



Fonte: Adaptada de Google Earth, por Serafim Corrêa (2018).

Nesse olhar prospectivo, vimos que tal problemática também ocorre com a Reserva Ducke resultante de políticas públicas de assentamento populacional de forma irregular, uma prática impressa há muito tempo no processo histórico de ocupação e ordenamento na cidade de Manaus, ou seja, o Estado, ao se omitir de políticas de assentamento sérias, estimula as invasões, as quais desmatam uma grande extensão de terra.

Vimos, portanto, que a configuração espacial do atual *Campus* Universitário Senador Arthur Virgílio Filho teve início com o direcionamento da política pública federal que, por meio da Reforma Universitária na década de 1960, instruiu quanto à aquisição de lotes de terra fora do perímetro urbano da época para composição do *Campus*.

Os cursos de graduação, bem como a administração da Universidade, eram dispersos pelo centro da cidade e sua transição para uma nova área despertou, em alguns professores, a preocupação de zoneamento ambiental, o que ocorreu de forma precária.

Com o avanço dos perímetros da cidade em direção ao *Campus*, veremos, assim, as pressões das ocupações irregulares em seu entorno e o início de um processo árduo e, até então, um pouco invisibilizado no que diz respeito à defesa pelo seu território.

1.4 Embebição: Memórias dos Conflitos em Defesa do *Campus*

O início dos movimentos ambientais no *Campus* teve como protagonismo a defesa territorial, contudo, com o passar dos anos, testemunhamos as pressões que este espaço sofreu, das quais continua padecendo, e como a salvaguarda territorial não apenas transformou-se em uma luta pela conservação da biodiversidade local, mas também reverberou para a cidade de Manaus.

O resgate dessas memórias nos leva a ratificar a importância desse fragmento florestal, mas, também, a constatar que pouco sabemos sobre as histórias de lutas que estão marcadas nas lembranças daqueles que ousaram defender com sua própria vida se necessário fosse este espaço. No decorrer deste trabalho, notaremos o empenho de muitas pessoas para a conservação e preservação ambiental do *Campus*, ações estas que possibilitaram termos este local como o conhecemos hoje, um local que nos orgulha e, via simbiose, nos enobrece.

A partir do instrumento metodológico denominado “história de vida”, via entrevistas pré-roteirizadas, encontramos a história ambiental de alguns desses personagens que contribuíram e até hoje contribuem com essa defesa. Por meio destes breves depoimentos, foi-nos possibilitada a reconstrução de uma reflexão que visa à promoção da percepção ambiental e à compreensão de visões de mundo, enxergando o passado, entendendo o presente para projetar o futuro.

Muitas foram as histórias e inúmeras são as lembranças, que seria impossível reuni-las neste espaço. Adiante, podemos constatar memórias de perseverança de indivíduos que doaram seu tempo, seu conhecimento e sua vida por esta causa e, assim, compreender o desenvolvimento da cultura de conservação daquele período e os valores ambientais intrínsecos.

Neste contexto, a Profa. Dra. Elizabeth Santos rememora um episódio ocorrido enquanto ela ministrava aula.

Eu estava ministrando aula quando um aluno, utilizando umas das trilhas para vir pra aula, se deparou com um carro de limpa fossa entrando numa das trilhas da UFAM, então esse aluno chegou e comentou o que havia visto, então eu mobilizei todos os alunos para irem ao local. Chegando lá eu questionei de onde era aqueles resíduos que ele estava despejando ali, e foi respondido que era da PREFEITURA DO CAMPUS. Em seguida fomos para a prefeitura do Campus questionar a autorização dessa prática, pois logo abaixo desse local de despejo existia uma nascente.

Outra ocasião foi que em uma dessas trilhas eu vi muito material que saiu do Hospital Getúlio Vargas, macas, porta soro, vários materiais tombados, eu denunciei em um evento e ficou uma loucura pois aproveitei o evento para fazer o alarde e no outro dia não tinha mais nada. Aquele material deveria ir para leilão.

*Essas questões temos lutado muito, e na Escola de Educação Ambiental um evento, próximo ao Natal eu vi uma árvore que estava caída e pedi para trazer essa árvore para o Centro de Convivência no Mini Campus e montamos uma árvore de Natal em 2004 ou 2005, com lixo coletado na mata do Campus, tinha muita lâmpada fluorescente, pneu velho, a própria administração fazia isso. Colocamos vários exemplares nessa árvore de Natal e coloquei uma caderneta. Tinha também um salgado que um menino achou, amarrou, mas o cachorro comeu. Nessa caderneta eu lia o que as pessoas escreviam e tinham declarações de aprovação e reprovação. O **objetivo** (grifo nosso) era que nós nos vissemos naquela árvore, nós mesmos jogamos aquilo ali naquele local, mas algumas pessoas se sentiam ofendidas com o choque de realidade. No terceiro o livro desapareceu.*

Nossa teoria não é nossa prática dentro do Campus. Lembro outra ocasião em que um aluno passou por uma lixeira e jogou um copo de café no chão. Eu o questionei, mas ele disse que não queria mais o copo, então expliquei para jogar no destino correto, a lixeira, mas ele foi embora e não juntou. Se você vai do caminho do Mini Campus para o Campus, você vê o que se joga e quem joga? São os próprios alunos, professores, servidores.

Outra história. Eu estava na estrada indo do Mini Campus para o Campus quando eu vi um sauíim de coleira morto, então eu olhei e vi um bando de macacos gritando na margem da estrada, como se aquele sauíim fosse um líder, ocasião em que dois macacos foram e puxaram para a beira da estrada o sauíim atropelado. Eu parei o carro e fiquei sendo testemunha daquilo, eu fiquei perplexa. E nisso vem o pró-reitor de pesquisa na época e viu que eu parei no meio da estrada e perguntou o que havia acontecido, depois de ter contato a história ele disse: Joga ele pra lá. Ele não entendeu a grandeza daquele episódio. Eu estava vendo o movimento de animais, o desespero pelo seu líder morto e vi o momento humano da indiferença. Aquela cena eu queria ter gravado, foi impressionante, eles estavam todos gritando e puxando ele. (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018).

A reminiscência impressa no processo histórico de muitas vidas nos sinaliza acerca da complexidade ambiental daqueles que se dispõem a labutar diariamente em defesa da proteção da vida como um todo. Múltiplos exemplos foram supracitados, desde o exercício irregular da própria Universidade, a rebeldia do discente bem como a racionalidade da vida animal, até o sentimento de perda demonstrado fatidicamente no episódio dos sauíins. Conquanto a circunstância de choque de realidade atestada durante o evento de educação ambiental, o acontecimento foi um chamado à reflexão. O reflexo de práticas ambientalmente insustentáveis por uma comunidade que em teoria deveria ser diferente, incomoda, causa mal-estar e testemunha a multiplicidade que abarca o ser humano.

Sr. Figueira, vigilante há 44 anos na Universidade Federal do Amazonas, relembra o enfrentamento para conter a “invasão” das pessoas. Ele se emociona ao refletir que é uma das poucas pessoas vivas que pode relatar suas experiências, contando-nos que:

Quando eu entrei aqui não tinha quase nada, só dois prédios, centro de esporte e a piscina. Tudo era no Centro, mas nós fomos lotados pra cá como agente de segurança. Tinha cinco, aí foi contratado mais 10 em 1974, já não existe mais nenhum deles. Aí depois na época da invasão do Coroado foi contratado mais 70. Queriam invadir as terras da universidade né. Se a gente morasse no Coroado ou se fosse de Manaus não queriam contratar, eles davam preferência pras pessoas de fora de Manaus, porque não tinha amizade com as pessoas daqui nem parente. Por isso eu fui contratado, não precisei fazer nem concurso só bastou dizer que eu sou cearense. Teve uma época que o quadro estava em quase 140 vigilantes só pra combater essa invasão. (FIGUEIRA, entrevista concedida em 14/12/2018).

Ele se orgulha quando rememora a contenção das invasões que já estavam se expandido até onde hoje se localiza o prédio da Reitoria, mas também credita o sucesso da retirada das pessoas às Polícias Militar e Federal.

A Polícia Federal ajudou muito a gente, dava apoio, mas eles eram poucos. A gente saía com ela. Porque a gente não tinha arma, era só na conversa. A Polícia Militar ajudou também muito a gente, veio muitas vezes. Teve dias aí que a gente conseguiu tirar de 50 (cinquenta) casas. A nossa cerca era aqui, se a gente passava dois dias sem ir lá já tinha casa pra aqui. Era muito trabalho. Tiramos não sei quantas mil “caíras”, forno de carvão, porque eles cortavam madeira e faziam carvão pra vender. Aqui tem uma área pra ali do Distrito que eles já conseguiram tirar carrada de madeira. Se passa 2 ou 3 dias sem ir lá a gente encontra rastro de caminhão. São toras de madeira, é mais pau de escora. Mas faz tempo que não fazem isso. Mas faz um ano. Perto do areal tiraram mais de 150 varas de escora. Hoje o local já está melhorando. Mas de vez em quando a gente encontra. Teve uma vez que nós fomos desmanchar umas casas, uma equipe né. Eu tava com uma perna manca despregando, não sei como foi, uma tábua com prego caiu e varou o meu braço, de um lado pro outro. O pessoal do Coroado deu um show batendo palma, tudo vibrando. (FIGUEIRA, entrevista concedida em 14/12/2018).

O clima de tensão no princípio da implantação do *Campus* Universitário era evidente por todos os sujeitos que ali se encontravam. A Profa. Dra. Elizabeth Santos, professora da UFAM aposentada, rememora que:

O começo no Campus foi algo muito tenebroso, de animais peçonhentos, de loucos que iam para lá, de desova de corpos. O Hospital Psiquiátrico funcionava no Boas Novas e os pacientes apareciam na UFAM. Era uma coisa louca, na curva para ir ao ICHL, apareciam pessoas mortas, jogavam pessoas ali. (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018).

O Sr. Miguel trabalha na instituição há 40 anos, atualmente é responsável pelos equipamentos de aula e limpeza do Ginásio da Faculdade de Educação Física (FEF). Ele reclama quando os alunos falam que a vida dele é “light”, “mas não sabem o que eu já fiz

nessa Universidade”. Corrobora com a Profa. Dra. Elizabeth Santos, quando testemunhou que: “a gente apanhava também de umas pessoas que eram do hospital psiquiátrico. A gente levava eles de volta. Não podia brigar com eles porque eles pegavam pau e pedra para bater na gente”. Ele relembra sobre a invasão do Coroado:

O governador Lindoso comprou essa Terra, o Coroado da Universidade e doou pra esse pessoal, pra gente deixar eles em paz. A gente ia pra lá com os dentes, a gente não tinha arma porque não podia. Só usava um terçado às vezes. A gente via muito também que roubavam muita madeira pra construir casas, matavam paca, tatu e pegavam frutas, mas os seguranças botavam eles pra correr. (MIGUEL, entrevista concedida em 28/11/2018).

Com uma voz saudosista, exprime a importância da Profa. Dra. Martha Falcão para a Universidade, manifestando as atividades que esta desenvolvia não apenas dentro do *Campus*, mas também na cidade de Manaus.

Eu plantei muita árvore no tempo da Professora Martha Falcão e ajudei a plantar jambeiro, mangueira, gravioleira, castanheira e muitas outras árvores que eu não sei nem o nome. Tinha cupuaçuzeiro também, mas o mato matou eles. A gente preparava os saquinhos com terra pra colocar as plantas, eles ficavam de molho e depois a gente plantava. Uma vez ela pegou um caminhão, juntava os alunos e ia pro São José plantar, dava pra moradores. Naquela época ela lutava muito por isso aqui, só fazia isso. (MIGUEL, entrevista concedida em 28/11/2018).

A Profa. Dra. Martha Falcão, sendo uma ativista ambientalista diligente, foi responsável pela formação acadêmica e moral de inúmeras gerações em Manaus, remontando aos tempos da Escola Normal, hoje o centenário Instituto de Educação do Amazonas (IEA), bem como formadora de vários profissionais na área da Saúde, como professora universitária vinculada ao Instituto de Ciências Biológicas (ICB) (UFAM, 2016).

A Profa. Dra. Martha Falcão foi pioneira na luta pela preservação das riquezas da Amazônia, publicou inúmeros trabalhos e pesquisas relacionadas ao ambiente. Possuía vários projetos sobre árvores frutíferas e realizou inventário florestal de capoeira no *Campus* Universitário, entre outras ações. Seu pioneirismo possibilitou a instauração na formação de profissionais nas áreas de desenvolvimento sustentável no Estado. Faleceu em 08/09/2016, aos 87 anos, vítima de pneumonia.

Figura 36 - Martha Falcão, professora do Instituto de Ciências Biológicas – ICB da Universidade Federal do Amazonas – UFAM



Fonte: UFAM, 2016

As pressões das ocupações irregulares provocavam (como ainda provocam) muitas preocupações, assim a defesa do território e seu ordenamento marcaram os primeiros passos da atuação ambiental. Desse modo, fez-se necessária a institucionalização de um grupo de trabalho que permitisse a discussão e o planejamento para conservação da biodiversidade local, emergindo, assim, o movimento ambiental conhecido como GT Biota.

1.5 O Broto Emergiu: Grupo de Trabalho Biota (GT Biota)

As laborações em defesa do ambiente no *Campus* têm sua emersão antes da Conferência Internacional da ONU, conhecida como a Eco-92 ou Rio-92. Dois docentes se reuniram para intervir no processo de ocupação da Universidade e deste processo surge a criação do GT-Biota em 1977 (QR CODE 4), o primeiro movimento ambiental institucionalizado pela Universidade.

QR CODE 4 - Portaria 886/77 sobre a criação do GT Biota

Acesse o Texto completo da Portaria
886/77 sobre a criação do GT Biota



O Biota serviu na relação das dimensões de base operacional, assim como científico-acadêmica. Quanto aos objetivos deste grupo, Forsberg (1999) nos informa que:

Um grupo de trabalho chamado GT Biota foi criado em 22 de setembro de 1977 (GR 886/77) para elaborar um plano de manejo preliminar para a Floresta do Campus. Basicamente, o GT Biota foi formado para: (1) criar regras e procedimentos para a seleção de áreas nas quais deveriam construir a infraestrutura física (construção e outros serviços); (2) estabelecer regras sobre planejamento, execução e conservação da malha rodoviária do campus; (3) elaborar regras e procedimentos para manter a segurança e a integridade física do campus; (4) identificar e catalogar espécies de plantas e animais, bem como córregos e outras características ambientais, a fim de elaborar um programa para conservá-las. (FORSBERG, 1999, p. 65).

Várias ações foram tomadas a partir da orientação do GT Biota. A mais conhecida no *Campus* é a estrada que interliga o *Minicampus* (setor sul) ao setor norte (Figura 37). Sobre esta atividade, o Prof. Dr. Frederico Arruda, em entrevista concedida para esta pesquisa em 14/12/2018, relata que a estrada no ICHL tinha um traçado, mas *“foi modificado, pois prejudicava algumas nascentes. O traçado inicial exigiria alguns aterramentos e terraplanagem, e afetaria algumas das nascentes, inclusive a principal delas, que fica muito próxima quando pega a estrada”*. O vigilante Figueira, via entrevista dada no dia 18/12/2018, corrobora com esta afirmação e relembra que *“para passar para o ICHL, os engenheiros procuraram não matar o igarapé, fizeram um estudo, passaram ela por cima, para não mexer nas cabeceiras dos igarapés”*.

Figura 37 - Estrada pretérita para o setor norte do *Campus* Senador Arthur Virgílio Filho



Fonte: MUSEU AMAZÔNICO/UFAM (2018).

A história em torno do surgimento do Grupo Biota foi narrada pelo Prof. Dr. Frederico Arruda, a seguir:

Com a vinda do ICB para o Campus tornou-se mais evidente que a situação era potencialmente muito grave porque estava já instalado o processo de desmatamento no entorno do Campus, o lixo estava sendo queimado então juntava-se o lixo e colocavam debaixo de uma ingazeira cheia de fruto. Coisas absurdas estavam acontecendo.

Um dia eu escutei uma conversa no estacionamento de alunos e professores que eles estavam dizendo que estava na hora de vender essa floresta para comprar equipamento, então a percepção ambiental era essa de desmatar tudo, para que tanta floresta? Era melhor cortar e vender a madeira. Eu entrei em pânico e fui falar com Severiano Mario Porto, o arquiteto que planejou isso aqui para que se tivesse uma ocupação racional, ecologicamente saudável e os prédios que ele projetou eram prédios que tinham uma horizontalidade muito grande. O sonho dele era que os prédios fossem posicionados para que o vento, estudou muito as correntes de vento, de maneira que este vento de Leste-Oeste pudesse passar por aquelas cumeeiras e haveria a convecção do ar em que o ar quente subia sendo extenuada a situação.

Mas havia algumas questões de topografia e isto então não foi possível, então os prédios do Setor Norte acabaram precisando da instalação de ar condicionado e na época não se imaginava que a Universidade iria expandir tanto, abrigando tantos cursos pois existiam cursos bem alojados na cidade de Manaus.

Existia uma discussão até que ponto valeria a pena trazer alguns cursos para dentro do Campus, já que estavam bem situados no centro da cidade, é o caso do complexo do ICHL e FACED, pois ocupavam o antigo Seminário Episcopal de São José, localizado entre a Rua Ramos Ferreira e Rua Emílio Moreira e Major Gabriel, a arquidiocese tinha muita boa vontade.

E todas as assembleias aconteciam lá, era um ponto de referência, grandes discussões com respeito aconteceram ali, muito diferente de hoje. Era um centro da subversão onde grandes decisões foram tomadas e era uma referência e nunca chegou nenhum tipo de baderna ou violência, se tinha muita discussão dura, mas todo mundo podia falar, não se chegou ao nível que nos últimos anos tem chegado com violência, intolerância. Havia discordância, mas intolerância não existia. As pessoas discordavam, mas depois aquilo se dissipava e se voltava a convivência normal.

Então nessa ocasião procurei Severiano Mario Porto e propus um Grupo de trabalho para frente na questão da regulamentação da ocupação do Campus porque senão a gente não ia segurar isso.

Então Severiano procurou o Prof. Roberto Vieira, Vice-Reitor na época o qual teve uma enorme sensibilidade, então surgiu o grupo Biota. A preocupação era que se eu (Arruda ou Severiano) coordenássemos esse grupo, nós estaríamos muito tolhidos por conta do nosso poder de decisão que era muito limitado, então eu sugeri que conversasse com o Prof. Mourão para institucionalizar esse grupo, e que enquanto esse grupo existisse, que sempre um Vice-Reitor a assumisse porque aí teríamos condições de tomar algumas decisões importantes e com respaldo caso contrário seríamos apenas um grupo figurativo. Assim ele conversou com o Reitor, o qual aceitou. Depois houve uma portaria do Reitor Otávio Mourão institucionalizando o grupo Biota. (ARRUDA, entrevista concedida em 14/12/2018).

A atuação do GT Biota foi fundamental para a consolidação do *Campus* como hoje o conhecemos, testificados pela elaboração da Portaria 419/80 (QR CODE 5), semente da perspectiva Política Ambiental da UFAM, que considera a necessidade de estabelecer normas para execução de obras civis e de infraestrutura no *Campus* Universitário, a fim de assegurar que o uso do solo se faça de acordo com os princípios indispensáveis de preservação.

QR CODE 5 - Portaria 419/80

Acesse o texto completo da
Portaria 419/80



A inquietude pairava principalmente devido ao processo de ocupação do espaço e à tentativa de conservação e/ou preservação da biodiversidade existente. O Prof. Dr. Neliton Marques relembra que:

A nossa preocupação era a conservação disso porque a pressão era muito grande e continua de certa forma, mas hoje menos porque já se consolidou com todo o processo de ocupação. O grupo tinha como objetivo estratégico a conservação da flora e da fauna do campus da universidade e promover um conjunto de projetos voltados para essa questão da preservação e conservação. O grupo Biota teve um papel de coordenador. Era um grupo que definia a política de ocupação da área verde do Campus, no sentido de ordenar o espaço, das áreas que viriam ser desmatada para a construção das unidades acadêmicas e entre outros, obedecendo alguns critérios ambientais como a conservação dos olhos d'água, da fauna, de certa forma da flora. Então era um Grupo em que sempre os tomadores de decisão, a administração buscava ouvir. A Universidade não possuía uma política institucional ambiental na época que pudesse nortear a sua agenda ambiental. (MARQUES, entrevista concedida em 05/12/2018).

Assim, este movimento trouxe a questão ambiental para uma futura prática da política institucional ambiental, a partir do momento em que começou a possibilitar ações coordenadas com o intuito de conservar e/ou preservar o ambiente e garantir a sustentabilidade dos ecossistemas existentes. Ademais, instigou não apenas a comunidade acadêmica, mas ainda todos os usuários que utilizavam o espaço na tentativa de minimizar os impactos ambientais gerados pelo crescimento do recebimento da demanda dos cursos. Portanto, emergiu como instrumento na garantia de um futuro, para melhoria da qualidade de vida das pessoas, da fauna e da flora no *Campus*.

O grupo Biota deu o pontapé inicial para todos os movimentos ambientais, para começar a pensar o Campus Universitário como um patrimônio da biodiversidade. Foi quando começou o mapeamento das nascentes com mateiro o Sr. Celestino Pereira Reis que foi transferido para o laboratório, que ajudou a mostrar espécies de grande relevância como copaiabeira, andiroba, jatobás e várias outras espécies que têm importância medicinal muito grande e tem importância muito grande ecológica. (ARRUDA, entrevista concedida em 14/12/2018).

Apesar da grande relevância na laboração deste grupo, ele foi duramente criticado, incompreendido e até mesmo ofendido por seus pares docentes, discentes e técnicos-administrativos da época. “Foi satirizado como grupo idiota porque começamos a brigar pela conservação e preservação do Campus e as pessoas ironizavam isso” (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018). O contexto era a transferência de alguns cursos que estavam espalhados na cidade de Manaus, ocasião em que o GT questionava até que ponto era necessário esse deslocamento, uma vez que estavam bem alocados em prédios no Centro da cidade.

O grupo Biota era um movimento fortemente combatido por todos, alunos, professores, servidores, pois pensavam que não queríamos o desenvolvimento, as construções (...) A gente entendia que era necessário um zoneamento ecológico para saber quais as áreas para construções que seriam menos impactantes para o ambiente. Então o Campus explodia crescendo e o GT Biota preocupado com a necessidade de trazer todos os cursos para o Campus porque a UFAM era distribuída na cidade de Manaus, vários prédios, várias faculdades no Centro. Então discutíamos a necessidade de o Campus abrigar todos, pois não era acompanhada com um estudo efetivo para garantir a conservação de determinadas áreas e a preservação de outras. (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018).

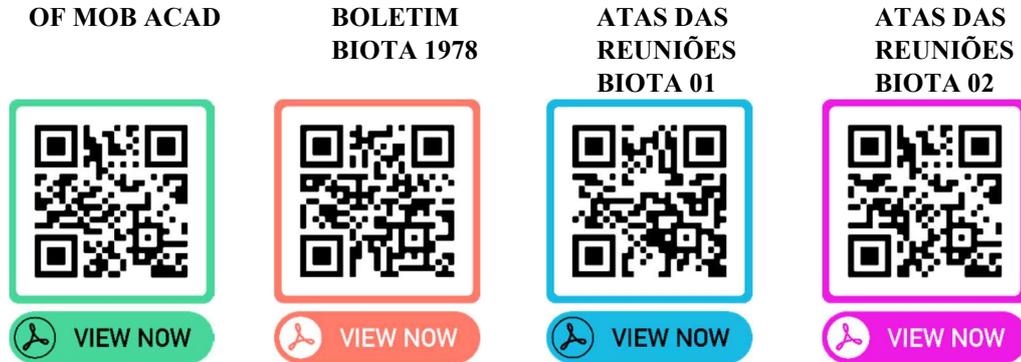
Arruda, durante a entrevista, ratifica tal pressão moral e psicológica que os participantes do Grupo sofriam, mas menciona a imprescindível magnitude da atuação deste primeiro movimento ambiental no combate desde a práticas equivocadas de tratamento de resíduos até o impedimento no avanço das invasões.

O grupo Biota foi o primeiro e começou a chamar atenção. Tentaram nos ridicularizar, nos dando vários apelidos como “grupo idiota” e então começamos a ensinar o pessoal da segurança, os quais eram servidores, mas foram transformados apenas sob a ótica da UFAM como seguranças. Contudo a Universidade nunca regularizou a situação deles, então eles não podiam andar armados, não tinham nenhum poder de polícia, não existia a comunicação via rádio para poder pedir ajuda, o apoio desses homens foi fundamental para a preservação e conservação do Campus pois impediram várias invasões, tendo um risco de vida enorme. (...). Queríamos gerenciar e propor o zoneamento e uma regulamentação da ocupação. Tem uma portaria do Reitor atendendo algumas recomendações do Biota proibindo a queima de lixo no campus, determinou que o lixo orgânico de folhas e galhos não fosse queimado e ele fosse transformado em húmus, então foi quando se começou a trabalhar isso. (ARRUDA, entrevista concedida em 14/12/2018).

Sobre as Atas das Reuniões do GT Biota e o primeiro Boletim da Universidade, acesse o bloco abaixo (QR CODE 6):

QR CODE 6 - Atas das Reuniões do GT Biota e primeiro Boletim da Universidade

Para conhecer mais, acesse:



As mobilizações tomadas por esses docentes, durante este período, possibilitaram a incursão de várias ações que hoje se transformam em memórias de luta enfrentadas pelos vigilantes institucionais não apenas na década de 1970, mas ainda atualmente.

Os vigilantes eram servidores institucionais que ocupavam essa função, mas de maneira educativa, ou seja, não podiam ter porte de arma de fogo. Contudo, o contexto era muito grave devido às invasões, acarretando diversos problemas ambientais, desde a caça a animais silvestres, bem como coleta de frutos até a retirada ilegal de madeira e areia, assim como servia de local de refúgio para delinquentes e infratores.

A memória mais latente, talvez a mais grave, ocorrida com o Sr. Carvalho, vigilante institucional, atualmente aposentado, gerou um sofrimento de muitos anos, tendo como desfecho sua absolvição. Arruda (2018) relembra o fato.

Tinha um senhor que comprou uma “cartucheira” de brinquedo para a criança, e usava como se estivesse armado e se arriscava com terçado e acabou acontecendo o que se previa, pois aqui existiam muitas pessoas querendo invadir, além daquelas pessoas que escondiam produtos roubados. E acabou acontecendo o que se previa, um deles como tinha que fazer as rondas que eram feitas diariamente. Um deles acabou trazendo para cá, especialmente nos finais de semana que acontecia muita coisa aqui, como os cadáveres, desova, algumas situações de extrema crueldade, assassinatos. Inclusive um jovem que foi morto a pauladas aqui dentro porque a gangue queria se vingar do irmão dele. Foi um negócio terrível, e os seguranças preocupados com esse contexto começou a trazer uma espingarda escondido para ir com os outros e de repente eles toparam, entre o Coroado e a UFAM, se depararam com um monte coberto de lona. Eles levantaram a lona e estava cheio de equipamentos eletroeletrônico roubados que estavam sendo escondidos aqui dentro. Isso foi nos anos 80, enquanto eles (vigilantes) estavam olhando esses produtos de furto, chegou a gangue. E a gangue já chegou atirando, com uma sorte muito grande, o revólver do marginal falhou duas vezes, ocasião em que o segurança deu um tiro em legítima defesa, e os outros marginais fugiram. E a Universidade não tinha como fazer nada porque não havia regularizado a situação desses heróis que arriscavam as suas vidas para defender todo esse patrimônio natural da UFAM (...).

Não somente neste caso, como em vários outros, o trabalho desses seguranças, desses homens foi muito comovente, fundamental. As invasões que eles impediram.... Foram uns heróis a Universidade deve a esses seguranças uma solenidade porque até agora nunca homenagearam. (ARRUDA, entrevista concedida em 14/12/2018).

Sobre este mesmo fato, o Sr. Francisco Figueira nos conta que:

Em 1985 um dos vigilantes nosso, ele matou um bandido aqui. Que eles roubavam e iam pro mato. E o bandido tava dentro do mato ameaçando ele (vigilante). Que ia matar todo mundo. Correu pra cima dele e ele deu um tiro nele, em legítima defesa. Só que ele passou 15 anos sofrendo. A Universidade não levantou uma folha. Não prestou uma assistência, nem jurídica. Deixaram ele na mão. O promotor escolheu com a Universidade, o advogado de defesa, disse que era uma vergonha uma pessoa dessa, em legítima defesa, trabalhando, ter que esperar quinze anos, se sentir ameaçado, sufocado, agoniado. Ele tinha tanto medo de ser preso, ele vivia mudando de local. Infelizmente. Ele deveria receber uma homenagem. Foi uma festa no dia que ele foi absolvido. O nome dele era Carvalho. (FIGUEIRA, entrevista concedida em 06/12/2018).

Outro fato bem exemplar de como se dava o processo de ocupação das terras da Universidade aconteceu com o próprio docente organizador do GT Biota, Prof. Dr. Arruda. Sobre este acontecimento ele nos conta que:

O nosso laboratório funcionava até tarde da noite, e um dia dois seguranças interromperam a aula para me comunicar que havia um camarada na estrada que vai para o ICHL. Era uma estrada estreita que não havia sido pavimentada. E disseram: tem um camarada que armou uma rede de dormir de ponta a ponta na estrada, com uma espingarda de dois canos e está dizendo que se alguém passar porque tudo que está atrás dele é dele. Que ninguém vai entrar naquilo que é dele. Ele tomou posse, e se alguém, quem quiser passar lá, vai passar fogo. E a gente quer que o senhor vá lá com a gente. Não existia Batalhão Ambiental, não tinha nada. Ele era acostumado com certeza a fazer isso. Então cheguei com ele, sem nenhum colete, nenhuma segurança nada e conversei com ele. O camarada foi logo falando. Você e ninguém aqui tem peito de aço e não vai passar ninguém. Eu falei: olha melhor o senhor mudar de ideia porque pode ser que não seja só você que esteja armado. Eu vou lhe dizer uma coisa se o senhor mexer um pouquinho isso aqui, derrubar uma árvore o senhor vai ter problema. Então as invasões eram desse jeito e era pior porque era uma ocupação dispersa, fragmentada, eram focos distantes. O camarada desistiu, acreditou no blefe e foi embora. (ARRUDA, entrevista concedida em 14/12/2018).

O espaço da Universidade possuía grande flexibilização na sua utilização, tanto legais quanto ilegais, como vimos anteriormente. Além disso, não desempenhava apenas funções acadêmicas, também era uma área de lazer para muitas pessoas que frequentavam o balneário da ASSUA, que funcionava no setor norte. Assim, os serviços dos vigilantes eram de extrema relevância, mas a atuação era limitada legalmente.

Outra instituição importante na proteção ambiental neste período, além da Polícia Militar e Federal, foi a extinta SEDEMA. Arruda menciona que o “pessoal da fiscalização da

SEDEMA vinha três vezes por semana para apoiar a ronda junto com os seguranças da UFAM. E eles tinham poder de polícia” (ARRUDA, entrevista concedida em 14/12/2018).

Para o Prof. Frederico Arruda, a atuação do GT Biota, apesar de pertencer à Universidade, ecoou em toda cidade de Manaus, inclusive ele acredita que a gênese na constituição do Batalhão Ambiental da Polícia Militar decorreu das experiências ocorridas neste espaço, pois tal defesa teve reflexos em vários segmentos na região.

Eu não duvido que esse pessoal foi a semente do futuro Batalhão Ambiental, porque eles foram capacitados nessa área ambiental com legislação ambiental, inclusive com corpo técnico do IBAMA. Tiveram treinamento do corpo de Bombeiro para controlar incêndios florestais. Eles eram um show, davam demonstração na Praça da Polícia, utilizando rapel e o apelido deles foi “meninos do rapel” e tinha um Tenente Coronel, Levi. Eles eram seguranças e fiscais ambientais, fiscalizavam no sentido de avisar os outros que tinham poder de polícia. Na época o Capitão Bonates ele teve uma participação importante, pois foi a primeira Secretaria a começar a operar com rádio. Vinham aqui quarta-feira, sábado e domingo. (ARRUDA, entrevista concedida em 14/12/2018).

Inúmeras foram as atividades deste movimento ambiental repercutindo não apenas neste período como também mais recentemente no protesto à construção do *Shopping Manauara* – localizado na Avenida Mário Ypiranga, 1300, no bairro Adrianópolis – encabeçado pela figura da Dra. Elisa Wandeli, líder do movimento ambiental estudantil na década de 1980 e que também atuou junto com o GT Biota. O referido *shopping* foi construído em uma área de buritizal que possuía uma nascente. O Prof. Dr. Neliton Marques, na entrevista concedida para esta pesquisadora em 05/12/2018, considera que o “*fato de hoje a Universidade possuir uma política ambiental resultante desse conjunto de esforços, de ações isoladas e outras bem articuladas de certa forma, criou uma cultura de conservação*”.

O GT Biota influenciou outros grupos ambientalistas. A Dra. Elizabeth Santos, entrevistado neste estudo, corrobora com esse pensamento. Para ela, muitos movimentos ambientalistas surgiram no seio da UFAM, convergiram e tiveram várias contribuições para o Estado do Amazonas. A entrevistada cita também a Dra. Elisa Vieira Wandeli, que fez parte desse movimento ambientalista da UFAM e atuava em toda a cidade de Manaus. “*Era um movimento da UFAM, mas que suas ações extrapolavam para benefício da sociedade manauara, como a construção do Shopping Manauara, a luta para que o encontro das águas fosse patrimônio da humanidade em 2013*”.

Contudo, com o decorrer do tempo e a ampliação das necessidades institucionais, “*o GT Biota foi extinto porque se acreditava que o CCA faria aquilo que o Biota estava fazendo, o que não aconteceu. Até porque o CCA, no meu entendimento, muito precocemente se*

preocupou com a questão de pós-graduação” (ARRUDA, entrevista concedida em 14/12/2018).

Marcon *et al.* (2012) declaram que, em 1985, o GT Biota foi substituído pela Comissão de Zoneamento (Portaria GR 812/85), a qual elaborou o primeiro mapa do *Campus*, indicando 8 (oito) zonas com diferentes propostas de manejo, tendo encerrado suas atividades em 1992. O Prof. Dr. Neliton Marques contribui no resgate deste contexto, afirmando que o GT Biota passou por um processo de renovação, não possuindo uma agenda tão consistente.

Na medida em que a Universidade institucionalizou algumas ações, o grupo foi perdendo um pouco o foco, passando a não ser mais o fórum que tinha a decisão final das tomadas de decisões. Então a prefeitura sendo ligada à Reitoria, passou a ser centralizado na Reitoria, mas ele teve um papel histórico importantíssimo. (MARQUES, entrevista concedida em 05/12/2018).

Assim, a trajetória emergida na luta pela defesa territorial local adquire não apenas novo patamar na defesa da conservação e/ou preservação da biodiversidade do *Campus* Universitário, mas também reverbera para além das fronteiras regionais, passando a defender uma postura ambiental nacional e internacional, indo ao encontro de alcançar objetivos que possam fomentar a formação dos futuros profissionais, com a criação do curso de pós-graduação e um Centro de Ciências Ambientais.

1.6 A Robustez da Árvore: Centro de Ciências Ambientais do Amazonas – CCA

A questão ambiental estava extremamente aguçada em níveis local, nacional e internacional. Em junho de 1992, no Rio de Janeiro, tivemos a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, posteriormente chamada de Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra, ocasião em que foi debatida a relação do ser humano com o planeta. “Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza”. (SENADO, 2018).

Os países reconheceram o conceito de desenvolvimento sustentável e começaram a moldar ações com o objetivo de proteger o meio ambiente. Desde então, estão sendo discutidas propostas para que o progresso se dê em harmonia com a natureza, garantindo a qualidade de vida tanto para a geração atual quanto para as futuras no planeta. A avaliação partiu do pressuposto de que, se todas as pessoas almejam o mesmo padrão de desenvolvimento dos países ricos, não haverá recursos naturais para todo mundo sem que sejam feitos graves — e irreversíveis — danos ao meio ambiente. (...) Na Rio-92, ficou acordado, então, que os países em desenvolvimento deveriam receber apoio financeiro e tecnológico para alcançarem outro modelo de desenvolvimento que seja sustentável, inclusive com a redução dos padrões de consumo — especialmente de combustíveis fósseis (petróleo e carvão mineral).

Com essa decisão, a união possível entre meio ambiente e desenvolvimento avançou, superando os conflitos registrados nas reuniões anteriores patrocinadas pela ONU, como na Conferência de Estocolmo, em 1972. (SENADO, 2018, p. 01).

A Profa. Dra. Elizabeth Santos, em entrevista concedida para esta pesquisa, diz que a questão ambiental “*vai se instalar mais expressivamente a partir da década de 90. Após a Rio 92 foi lançado um edital para criação dos Centros de Educação Ambiental no Brasil, proposto um para cada bioma*”. Sobre esse contexto, a pesquisadora relembra a criação da Escola de Educação Ambiental.

A minha intenção era que esse centro de educação funcionasse na UFAM, então fiz o projeto o qual foi aprovado, só que os recursos não eram suficientes. Então o Reitor Marcus Barros destinou o recurso desse centro para o Centro de Ciências do Ambiente – o CCA. Como não cabia um Centro de Educação Ambiental (CEA) dentro de um Centro de Ciências eles fizeram então um Centro somente de Ciências do Ambiente tendo a Escola Ambiental como uma parte integrante. Então foi inaugurado o CCA. A proposta foi que uma metade seria o Centro de Ciências e a outra metade a Escola Ambiental, mas o primeiro regimento colocou a Escola como uma divisão do CCA. (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018).

A ebulição em torno da questão ambiental era bastante evidente. Anteriormente à criação da Escola de Educação Ambiental, o CCA já havia sido concebido em 1989, tamanha era a visão e a importância deste tema. Em nível mundial, já havia ocorrido a Conferência Internacional sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, 1972.

O Prof. Neliton Marques relata que o CCA foi criado evidentemente na perspectiva da gestão ambiental, não especificamente apenas na área do *Campus*. A Escola de Educação Ambiental, coordenada pela Profa. Elizabeth Santos, era o espaço mais consolidado, “*a agenda do CCA era aglutinar projetos dos programas da área ambiental junto com a Escola Ambiental*”. (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018).

Silvia Czapski (1998), em seu livro *A Implantação da Educação Ambiental No Brasil*, fala que os Centros de Educação Ambiental (CEA) começaram a emergir como centros de referência durante o processo preparatório da Rio-92, sob o estímulo de Encontros Nacionais e Regionais de Educação Ambiental promovidos pela então Assessoria de Educação Ambiental do MEC, atual Coordenação. As funções dos CEAS eram: ser focos irradiadores para desencadear processos de educação ambiental; servir como catalisadores de experiências, gerando melhorias das condições de vida regionais; e servir para experimentos pedagógicos e para a geração e difusão de novos conhecimentos.

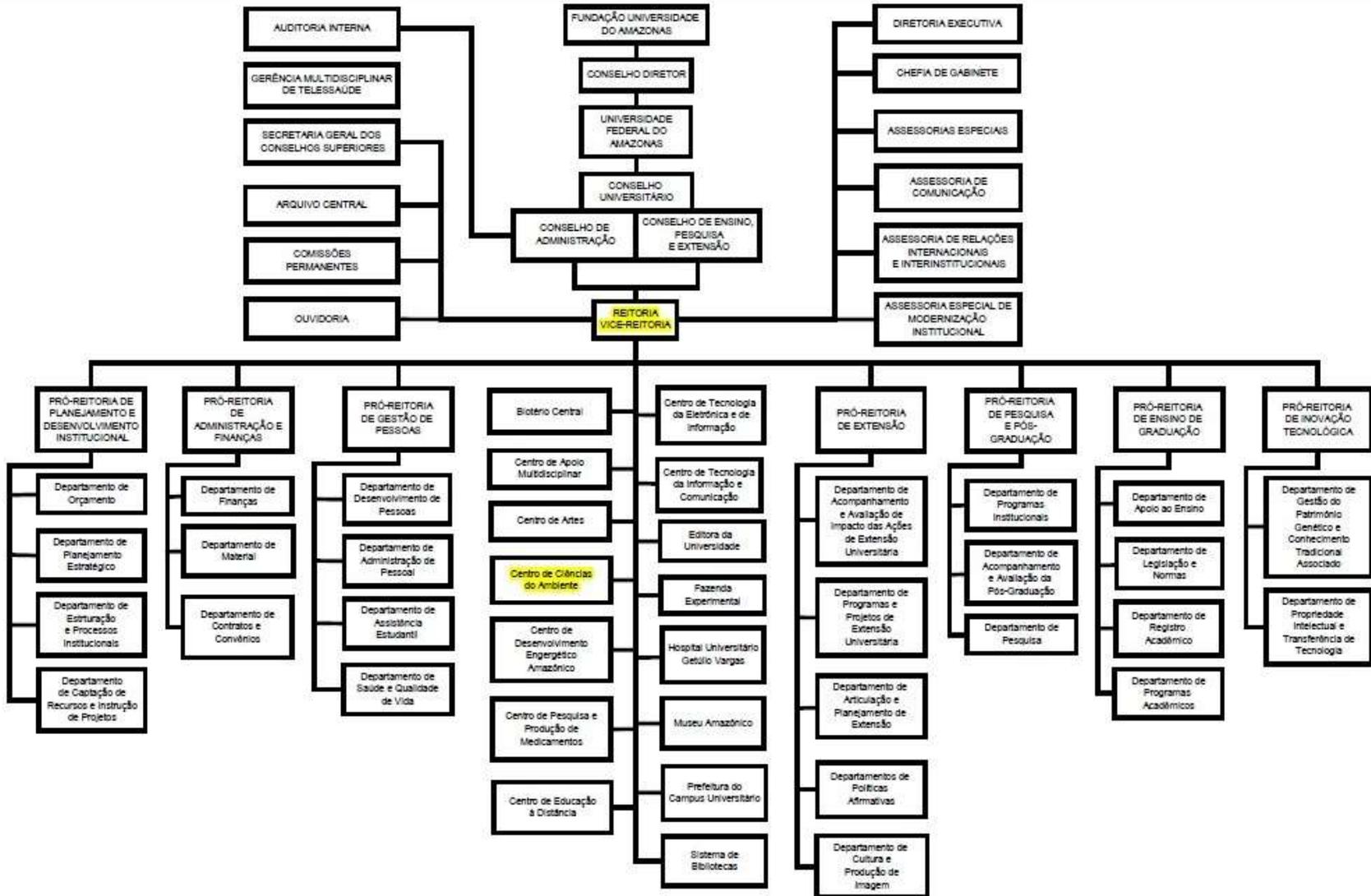
A supracitada autora exemplifica que cada CEA germinou a partir de uma diferente realidade local. A título de demonstração desses surgimentos, cita a Escola Bosque de Belém,

que nasceu da mobilização contra a ocupação urbana desenfreada; o CEA de Foz de Iguaçu, que foi instituído pela empresa Itaipu Binacional, sendo que sua ação incluiu a capacitação de professores e o trabalho com líderes por meio de pastorais e o clube das mães; e os CEAS que surgiram no seio das Universidades, como aconteceu com a Escola das Dunas e na Escola de Educação Ambiental, respectivamente em Extremoz (RN) e Manaus (AM). No caso da experiência manauara, além dos programas regulares para atender a estudantes e à comunidade local, estimula-se a produção de materiais didáticos e de monografias relacionadas à Educação Ambiental.

O vínculo do ser humano com o seu “*oikos*” estava a cada dia alvissarado não apenas pela academia, mas também pelas mídias. O desperdício em relação aos recursos e/ou bens naturais, a água, a produção de alimentos, a energia, os recursos minerais e a poluição pela atividade industrial estavam em intenso debate devido ao crescimento demográfico e à oferta dos recursos naturais. Assim, a compreensão de pertencimento do homem e o meio instaura grandes reflexões na busca da superação de uma visão apenas antropocêntrica de vida.

Brito (2011) nos informa que o Centro de Ciências do Ambiente – CCA foi criado pela Resolução N°11/89/CONSAD-UFAM (Conselho de Administração da UFAM), seu Regimento Interno foi homologado em 1992 pela Resolução n° 003/92/CONSUNI (Conselho Universitário da UFAM), e, em 10 de março de 1994, o referido Regimento foi alterado pela Resolução n° 002, também pelo CONSUNI. Podemos visualizar no organograma abaixo a ligação direta do CCA com a Reitoria, ambos marcados de amarelo (Figura 38).

Figura 38 - Organograma UFAM/CCA demonstrando a ligação direta com a Reitoria



Fonte: UFAM, 2018.

É notória, portanto, a importância do Centro de Ciências Ambientais – CCA, sendo este ligado diretamente à Reitoria, conforme figura do organograma acima. O CCA possui uma relação estratégica para realização de políticas públicas ambientais na Instituição. O órgão foi engendrado com caráter multidisciplinar, para organização e coordenações de atividades e programas ambientais da Universidade Federal do Amazonas.

Através do ensino, pesquisa e extensão, particularmente no que se refere à utilização dos recursos naturais, à conservação e/ou preservação de ecossistemas regionais visando a promoção do desenvolvimento sustentável da Região Amazônica e a qualidade de vida das populações humanas na região”. (BRITO, 2011, p. 111).

O Prof. Dr. Neliton Marques, sobre a concepção do CCA, contribui dizendo que:

na época era muito difícil definir a colocação pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), tendo um perfil como esse. De qual caixinha, qual janela eu vou colocar um programa como esse, porque um curso transdisciplinar era uma coisa realmente pouco usada. (MARQUES, entrevista concedida em 05/12/2018).

A despeito de sua grande importância no cenário local, nacional e internacional, o CCA iniciou seu funcionamento em uma pequena sala no Museu Amazônico, na Rua Ramos Ferreira, no centro de Manaus/AM. “*Quem fez o projeto foi o Vicente Nogueira. Ele foi o primeiro diretor do CCA. Depois o Professor Arruda e com os movimentos ambientais a questão ambiental na UFAM ganhou mais expressão*” (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018).

O Prof. Dr. Vicente Nogueira relembra a criação do CCA da seguinte maneira:

Em 1989 foi eleito o Prof. Marcus Barros com apoio do Prof. Roberto Vieira, o qual sempre teve enorme interesse por essa área ambiental, pois ele era professor de Direito Ecológico, que inclusive o curso de direito da UFAM foi um dos primeiros cursos a nível nacional, a possuírem essa disciplina, por conta do Prof. Roberto Vieira, ele propôs um Centro de Estudos Ambientais na Universidade, momento em que trabalharam a quatro mãos a elaboração de uma proposta para ser enviada para o Conselho Universitário. Esse foi o projeto de criação do CCA. Isso foi um avanço, uma novidade porque ainda não havia tido a Rio 92. O Prof. Marcus Barros me convidou para então ser o primeiro diretor do CCA, o qual iniciou seu funcionamento na Rua Ramos Ferreira, onde até hoje funciona o Museu Amazônico. (NOGUEIRA, entrevista concedida em 22/11/2018).

O CCA foi concebido tendo como cerne o ensino, a pesquisa e a extensão quanto à conservação e/ou preservação dos bens naturais no ecossistema amazônico, bem como seu desenvolvimento sustentável amoldado ao estilo de vida das populações da região. Nessa

direção, as atividades do Centro foram direcionadas para a oferta de cursos de pós-graduação. Nogueira recorda que:

Em 1991, eu entreguei o cargo de diretor do CCA, mas deixei uma proposta regimentar para o próximo diretor, Prof. Arruda, e fui fazer meu pós-doutorado no USA. No retorno, o Prof. Neliton era o terceiro diretor, momento em propus que começássemos o curso de Pós-Graduação stricto sensu no CCA e comecei a trabalhar no CCA. Propus o curso de mestrado em Ciências do Ambiente, aprovamos e fizemos o regulamento. Esse curso tinha uma característica, no qual eu fui derrotado. Eu me baseei num modelo de mestrado que existia na Universidade de Monash na Austrália e funcionava assim. Você escolhia uma determinada área geográfica para analisar e trazer soluções, mas por exemplo uma professora que estuda solos que faz parte do programa diz: “Ah não, mas o meu trabalho é na BR 174, eu não sei se dá para fazer isso aqui não”; Aí você chama o de antropologia e diz “ Ah não, o meu trabalho são com os Ticunas, eu não vou querer trabalhar com a população urbana” e assim por diante. Porque a ideia era você utilizar as habilidades para abordar um problema em comum de tal sorte que não tivesse ninguém que soubesse mais sobre aquele tema, do ponto de vista de química ambiental, sociológica, antropológica, seja do ponto de vista de engenharia. Então a universidade produziria digamos assim conhecimento em áreas que seria definida para cada turma e que você tentaria esgotar até no ponto de vista histórico se tivesse um professor de história, como ocorreu a ocupação daquela área ao longo do 40, como aconteceu essa deterioração do corpo d’água. Como ocorreram as invasões, quais foram os motivos políticos que geraram. Era essa a ideia, mas não vingou porque cada professor pensou nos seus próprios interesses. Como coordenador do primeiro curso stricto sensu eu propus esse modelo. (NOGUEIRA, entrevista concedida em 22/11/2018).

Como se pôde observar no depoimento acima, a propositura do Prof. Vicente pautava-se numa visão transversal, multidimensional e interdisciplinar, em um período quando fazer ciência era tido de forma precipuamente separada.

Neste contexto, Oliveira (2013, p. 35) afirma que “a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional (...) respeitar suas diversas dimensões, assim, o ensino estaria respeitando o ser humano como um ser biológico-sociocultural”. Já Morin e Kern (1993) enfatizam que, para enfrentar a problemática ambiental, torna-se imprescindível uma reforma de pensamento que deverá gerar um pensamento do contexto do complexo, que deverá pensar em termos planetários a política, a economia, a demografia, a ecologia, procurando sempre a relação de inseparabilidade e de inter-retro-ação entre todo o fenômeno e o seu contexto e de todo contexto com o contexto planetário.

Santos rememora a proposta do Prof. Vicente Nogueira e ressalta que:

Se no curso de pós-graduação tivesse um equilíbrio no ingresso para representatividade das várias áreas do conhecimento e todos os projetos de pesquisa focassem numa questão, por exemplo o foco o Igarapé de 40 pela turma, então teríamos uma visão multidisciplinar no mínimo. O mesmo objeto de pesquisa sendo avaliado por diversas visões e campos do conhecimento. Mas isso não aconteceu porque os focos de interesse eram diversos além de alguns professores já

possuírem projetos aprovados em outras regiões. (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018).

Assim, com a responsabilidade de criar um modelo de estudo para a região amazônica, o CCA empreendeu o Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA, ofertando o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente e, posteriormente, o curso de doutorado, tendo um embasamento sobre a cultura da sustentabilidade com enfoque interdisciplinar, crítico e emancipatório.

Sobre a elaboração do Programa de Pós-graduação, o Prof. Dr. Neliton Marques relembra que:

Quando eu assumi a direção do CCA, uma das tarefas era de criar o Programa de Pós-Graduação que pudesse refletir o olhar multidimensional e transdisciplinar das Ciências Ambientais, aí foi quando criamos o Programa em 1995. Mas nós criamos no formato de uma rede luso-brasileira, envolvendo quatro instituições brasileiras, era a UFAM, UNB, UFSC e Federal de Pernambuco e quatro portuguesas, Aveiro, Nova Lisboa, mas não consigo lembrar das outras duas. (MARQUES, entrevista concedida em 05/12/2018).

O Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPG-CASA) é direcionado à região amazônica e suas demandas mais diretas, relacionadas com a conservação dos Recursos Naturais e as Dinâmicas Socioambientais, considerando os princípios da sustentabilidade. Possui duas linhas de Pesquisa: 1. Conservação dos Recursos Naturais, em que se pesquisa sobre a identificação, avaliação e análise dos fenômenos biofísicos e ecológicos bem como as formas e processos socioeconômicos e étnicos no acesso e manejo dos recursos naturais nos diferentes ecossistemas da Amazônia; e 2. Dinâmicas Socioambientais, em que se investigam a identificação e entendimento das dinâmicas ambientais e os efeitos dos projetos de desenvolvimento para a região, visando à produção de conhecimento e proposição de instrumentos, ferramentas, processos, tecnologias e modelos de gestão ambiental. (PPGCASA/UFAM, 2018).

Conforme seu regimento interno, no Art.1º o curso tem como objetivos:

(...)

- a) Geração de conhecimentos e capacitação de recursos humanos para o exercício do planejamento, gestão, magistério superior e pesquisa científica e tecnológica na área de Ciências do Ambiente, nos níveis de mestrado e doutorado;
- b) Capacitar profissionais atuantes em organizações públicas e privadas, para a tomada de decisões sobre desenvolvimento e uso de novas tecnologias ambientalmente adequadas e para atuarem como consultores e assessores altamente qualificados para as questões relativas à gestão e política ambiental,

desenvolvimento sustentável e conservação do meio ambiente. (PPGCASA/UFAM, 2018).

O compromisso com a forma como o discente abordará o tema ambiental é fundamental. Uma perspectiva interdisciplinar favorece uma visão integradora e sistêmica do ambiente, possibilitando reflexões e perspectivas em diferentes segmentos que compõem uma problemática, capacitando, assim, a pesquisa e a análise para proposituras não apenas de soluções, mas também de práticas que abarquem a realidade da complexidade ambiental e sua sustentabilidade.

O Prof. Dr. Neliton Marques rememora os obstáculos que o Professor Vicente Nogueira, sendo o primeiro coordenador, enfrentou.

Ele inicia o processo com muita dificuldade porque era uma proposta nova, dependia da boa vontade dos professores. Hoje o programa é bem cotado a nível nacional e internacional. Eu acredito que fizemos nosso papel. E tivemos a participação de vários professores. (MARQUES, entrevista concedida em 05/12/2018).

O encadeamento da educação para a formação de uma cultura ambiental deve ser encarado como um elemento capital no fomento de todos os setores, desde o individual, na tomada do exercício da cidadania ambiental, até a mobilização do coletivo, traduzida em políticas públicas ambientais eficientes. Contudo, a consolidação desse anseio é laboriosa. O Prof. Arruda coadjuva este pensamento dizendo que:

Achávamos que o CCA seria um centro de integração de convivência acadêmica de interpenetração das outras unidades que levariam esses cursos a termo para outras áreas do conhecimento. Mas depois as coisas foram se acomodando e o CCA não faz esse trabalho celeremente. (ARRUDA, entrevista concedida em 14/12/2018).

O fato é que os processos caminham de forma devagar. De acordo com Weber (2018), a burocratização é provocada mais pelo aumento intensivo e qualitativo e pelo o desenvolvimento interno das tarefas administrativas do que pela ampliação extensiva e quantitativa. A perspectiva qualitativa do trabalho com a questão ambiental requer uma formação que estava, e ainda está, em processo de construção. Além do que, ao institucionalizar um pensamento, este submete-se a uma estruturação regulada pela divisão de responsabilidades e hierarquia, engendrando, de certa forma, alguns efeitos negativos, como a lentidão, diminuindo, assim, a eficiência, contudo tal processo, numa sociedade moderna, é necessário.

Destarte, o CCA possuiu, possui e possuirá diversos entraves para a concretização das atividades. Tais dificuldades foram sentidas desde a organização do Regimento. A este respeito, o Prof. Arruda rememora que:

O Regimento do CCA não existia, tinha sido encaminhado para o conselho universitário da época, e estava nas mãos do parecerista. Mas quando eu li a proposta eu verifiquei que a proposta poderia ser melhorada, especialmente se a gente discutisse com representantes de outras instituições, porque eu achava que o CCA deveria se abrir mais. E o parecerista era o Prof. Narciso Lobo, ocasião que eu pedi para que fosse devolvido para o CCA para que fizéssemos os acréscimos e aperfeiçoamentos necessários, e assim aconteceu. Então trabalhamos um bom tempo nisso e reencaminhamos o projeto com participação de diversos segmentos. Quando o Prof. Neliton assumiu, ele conversou com os diretores anteriores, momento em que pedi para que fosse colocado em prática esse regimento, pois apesar de ter sido aprovado e homologado ele ainda não tinha sido ainda de fato cumprido. (ARRUDA, entrevista concedida em 14/12/2018).

Pensar no regimento de uma instituição é estudar, analisar, ponderar, aspirar, planejar em um arcabouço de normas e diretrizes que reflitam o “corpo, a alma e o espírito” do Programa. Esse regulamento deveria vir flexível para que fosse se adaptando às novas necessidades de cada contexto histórico, sendo capaz de hospedar aspectos imprescindíveis, como os códigos de ética, a filosofia e a política de gestão.

Refletir sobre um regimento que considere a complexidade da realidade ambiental é uma ambição descomunal, uma vez que tenta abarcar um rol de um rol dos direitos e obrigações dos gestores, funcionários, docentes e discentes das instituições e departamentos, servindo assim de parâmetro para a vida organizacional.

O Prof. Dr. Arruda ainda possuía um receio na criação e vida regimentar do CCA, seu temor era que:

Como o CCA foi criado, muito abrangente em suas atividades, a figura de um diretor, ele jamais teria condições, não conseguiria dar conta da complexidade, o melhor seria ele ser um secretário executivo. Então um conselho do CCA, pois o CCA como um órgão suplementar, daria para fazer isso, esse conselho seria para assessoria, apoio e orientação com representantes de todas as unidades que direta e indiretamente teriam haver com a questão ambiental no Campus Universitário. Então este conselho definiria a política de atuação do CCA. Então o diretor seria na verdade um secretário executivo. (ARRUDA, entrevista concedida em 14/12/2018).

Tal inquietude era uma tentativa de consumir o exercício das reflexões, haja vista que de nada adianta um arcabouço regimentar, reuniões e debates, sem robustez para executar, torna-se uma “letra-morta”, sem significado, pois é insuficiente a constância no papel, apesar de manifestada pela vontade dos seus idealizadores.

A composição da política ambiental da UFAM como hoje a conhecemos foi arquitetada a partir de um comitê. A esse respeito, o Prof. Dr. Arruda conta que:

Hoje a política ambiental da UFAM foi institucionalizada. Tendo como primeira tentativa quando eu propus ainda ao Prof. Hidenbergue fosse criada uma Comissão de Gestão do Meio Ambiente. Contudo os dois reitores que trabalharam muito bem nessa questão estavam muito preocupados com outras questões graves que também estavam acontecendo simultaneamente na UFAM. Mais uma vez, pois era meu sonho, que fosse recriado o GT Biota, mas que fosse recriado como um comitê que trabalharia a questão ambiental, então sugeri que o vice-Reitor fosse o coordenador desse Comitê. Foi institucionalizado então na época do Prof. Hidenberg. E o Prof. Nakagima foi o primeiro coordenador desse Comitê. Um excelente coordenador. Mas foi modificado. O objetivo desse Comitê seria fazer o quê o Grupo Biota fazia, mas vinculado à Reitoria. Eu sugeri como alternativa que o Prefeito do Campus fosse um dos coordenadores, porque eu achava que esse Comitê ficando próximo da Reitoria e da Prefeitura, seria uma ajuda muito grande à Prefeitura do Campus, para a implementação das ações e sem precisar criar novos cargos, mas para orientar a Prefeitura em tudo. Então essa ideia ela permaneceu, mas não havia condições, então o Vice-Reitor o Prof. Ednaldo teve um desempenho bom, foi uma pessoa chave. (ARRUDA, concedida em 14/12/2018).

Vimos, deste modo, muitas mãos na construção dessa Política Ambiental (QR CODE 7), emergidas desde os primeiros passos com a luta pela defesa territorial do *Campus*, a institucionalização do GT Biota e o florescimento do CCA, portanto, suas contribuições vêm paulatinamente trazendo, na evolução histórica ambiental, definições, diretrizes e responsabilidades voltadas para uma governança ambiental. Uma vez que foi concebido como um sistema integrado, o Centro de Ciências do Ambiente caracteriza-se como um órgão, iminentemente, de articulação, desse modo, ele teria que ter essa capilaridade para dialogar com os diferentes órgãos e setores da Universidade Federal do Amazonas, inclusive envolvendo os *campi* fora da capital, conforme apontou o Prof. Dr. Neliton Marques, em entrevista concedida para esta pesquisa.

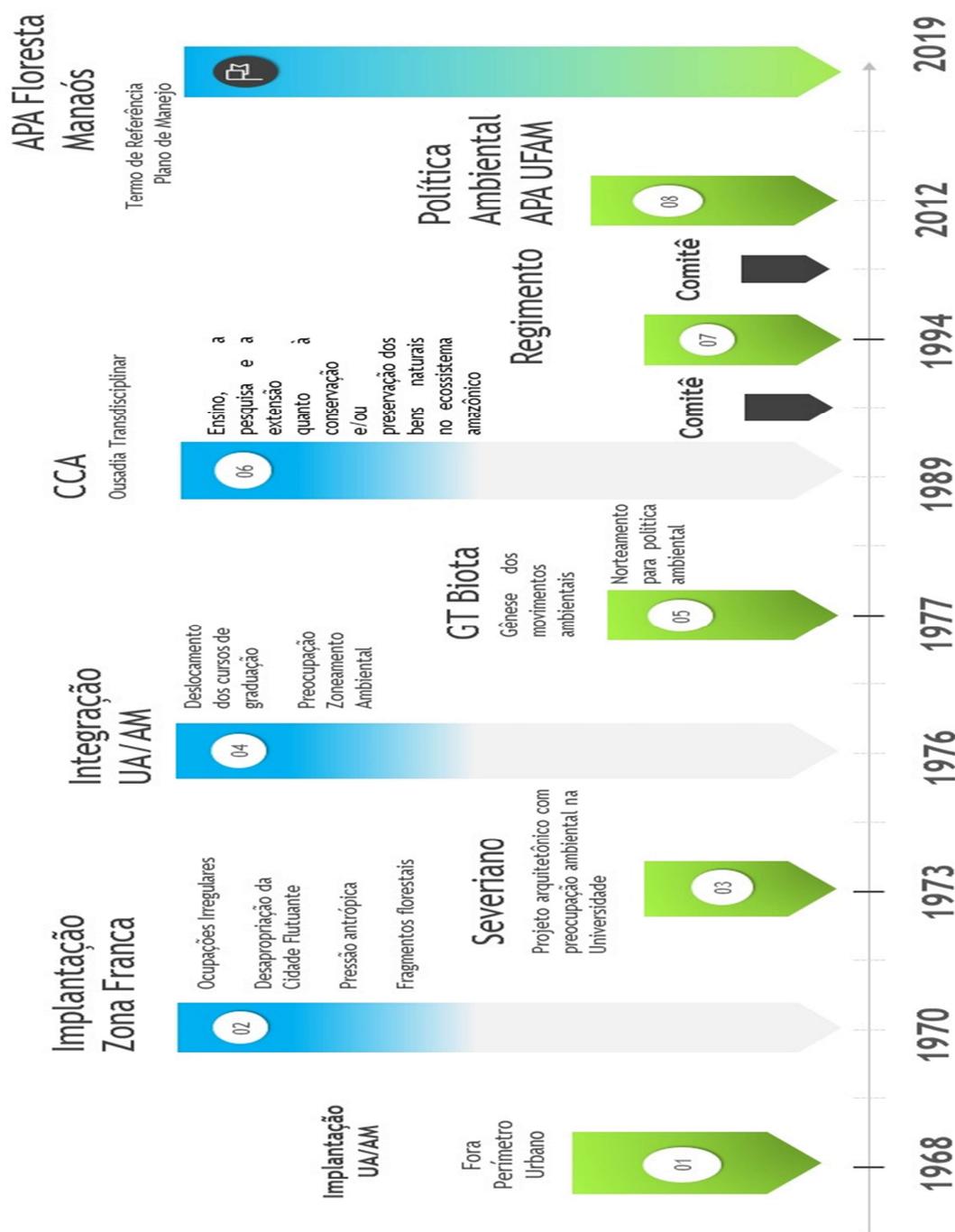
QR CODE 7 - Política Ambiental da UFAM

Leia o texto completo da Política Ambiental da UFAM, acesse:



A história ambiental da APA Floresta Manaós demonstra que múltiplos foram e são os desafios e estar atento à evolução das demandas ambientais e sociais é uma adversidade que necessita ser a cada dia superada para promoção e adequação da instituição às novas necessidades locais, nacionais e internacionais. Nesse sentido, é basilar a sintonia entre os órgãos colegiados, departamentos e entidades vinculadas à política ambiental (Figura 39).

Figura 39 - Linha do tempo sobre história ambiental do fragmento florestal até transformação em APA Floresta Manaós



Fonte: Própria, 2019.

Apesar da observância aos avanços na dinâmica organizacional e na Política Ambiental da Instituição, através do estabelecimento de marcos legais e organizacionais,

Há, no entanto, uma distância imensa no meu modo de ver entre a aplicação dessa política ambiental e uma efetiva sensibilização daqueles que convivem aqui no campus universitário. Não há por que, porque esse não é um trabalho de exclusiva responsabilidade da prefeitura ou do CCA por exemplo, esse trabalho deveria ser feito como um trabalho de formiguinha, de mobilização por todas as unidades, e não apenas por uma. Não adianta ICB, CCA, FCA, todos os cursos deveriam, diuturnamente, ser efetivos. Precisa muito mais envolvimento de toda comunidade, porque gozavam e ainda fazem algumas gozações. Eu faço fotografias até hoje, porque existem muitas partes predadas e muito malcuidadas aqui no Campus. Existe um jatobá que tiraram a casca da árvore. Uma castanheira toda machucada, pois riscam as árvores. (ARRUDA, entrevista concedida em 14/12/2018).

O alcance da sustentabilidade ambiental deve partir de sinergias de todas as dimensões que compõem o ambiente da UFAM. Profusas são objeções, obstruções e problemas ambientais que geram impactos nos ecossistemas deste fragmento florestal. A degradação e o uso insustentável dos recursos naturais pode ser observada em toda área.

A natureza indivisível, retroativa e retroalimentada do ambiente, sua simbiose, deve nos ensinar que suas ligações inextricáveis, que escapam ao controle humano, devem superar a apatia e a inércia.

As responsabilidades, as múltiplas atribuições e papéis distribuídos entre as esferas e segmentos dificultam a integração efetiva para uma adequada gestão do ambiente, contudo enfoques estratégicos de mobilização, ensino e sensibilização podem possibilitar um trabalho coerente para atender as prioridades ambientais detectadas.

1.7 Frutos: APA Floresta Manaós

Quando analisamos o processo histórico ambiental sobre a proteção deste fragmento florestal, é possível visualizar um longo período de discussões, mesmo que de forma não orquestrada, uma vez que, desde 1995, antes da Lei do SNUC (2000), a área é transformada em UNA (Unidade Ambiental) pela Prefeitura de Manaus.

Com a elaboração do Plano Diretor de Manaus em 2002 (Lei Municipal N. 671/2002), ficou a proposta de um redirecionamento da área do *Campus* para uma nova categoria, tendo em vista que esta categoria UNA não se encaixava dentro daquelas propostas pelo SNUC, o que criava uma fragilidade na regulamentação e implementação das categorias municipais. Tal entendimento foi proposto e debatido junto à comunidade e pesquisadores em

anos posteriores, mas não oficializado até o momento a criação do Sistema Municipal de Unidades de Conservação de Manaus, conforme apontam Marcon *et al.* (2012).

Segundo os supracitados autores, o fragmento florestal fora cogitado por alguns docentes para se transformar um refúgio da vida silvestre, mas somente em 2012 é convertido em APA pela Prefeitura Municipal de Manaus, sem consulta prévia à UFAM.

A transformação da Unidade Ambiental (UNA) em Área de Proteção Ambiental - APA UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELIZA MIRANDA e ACARIQUARA, deu-se pela criação do Decreto Municipal N. 1.503 de 27/03/2012, reunindo 759,15 ha formados pelos fragmentos florestais do INPA, UFAM, Parque Lagoa do Japiim e Área Verde do Conjunto Acariquara, conforme testificam Cavalcante *et al.* (2014).

Atualmente, a comissão gestora substituiu para APA Floresta Manaós, conforme Decreto N. 4.515 de 26/07/2019. Está localizada na zona Centro-Sul da cidade de Manaus/AM e contempla a área do *Campus* Universitário Senador Virgílio Filho, com 6,7 milhões de metros quadrados, com um perímetro 16,9 km de terreno, o terceiro maior fragmento verde em área urbana do mundo e o primeiro do País, segundo Cavalcante *et al.* (2014).

A partir das garantias dos direitos e deveres regidos pela Constituição Federal de 1988, quanto à expressão ao Meio Ambiente no Art. 225, fizeram-se necessários instrumentos para sua concretização.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988, Art. 225).

Com a publicação da Lei nº 9.985/2000 e do Decreto nº 4.340/2002, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, ao qual compete legislar sobre a proteção ambiental. Coube ao SNUC disponibilizar mecanismos legais para a criação e a gestão de UCs, possibilitando, assim, o desenvolvimento de estratégias conjuntas para as áreas naturais a serem preservadas e a potencialização da relação entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente.

A Unidade de Conservação (UC) é a denominação dada pelo SNUC às áreas naturais passíveis de proteção por suas características especiais, são

Espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de

administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei (BRASIL, SNUC, Art. 1º, I).

Elas têm a função de salvaguardar a representatividade de porções significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, *habitats* e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Além disso, garantem às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais de forma racional e ainda propiciam às comunidades do entorno o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis.

A Área de Proteção Ambiental (APA) é uma categoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável que é constituída por áreas públicas, cujo objetivo é disciplinar o processo de ocupação e uso das terras. As APAs promovem a conservação dos recursos abióticos e bióticos dentro de seus limites, de modo a assegurar o bem-estar das populações tradicionais que vivem no seu interior ou arredores, resguardando e incrementando as condições ecológicas locais e atributos culturais importantes.

Elas devem dispor de um Plano de Gestão Ambiental, que é um processo dinâmico, interativo e participativo com a comunidade local, representantes dos municípios, cientistas, organizações não governamentais (ONGs), ambientalistas e de instituições diversas, para a definição dos objetivos específicos, metas e atividades na UC, o qual deverá ser elaborado no prazo de 5 (cinco) anos a partir da data de sua criação.

Apesar de ter recebido o nome descrito acima, o Conjunto Habitacional Eliza Miranda não abrange a APA, conquanto faz limite com a mesma, contudo outros conjuntos habitacionais, por exemplo, o Conjunto Atílio Andreazza, o qual está localizado dentro do perímetro determinado, não foi contemplado nesta nomenclatura, despertando um estranhamento e levantando questionamentos sobre a implantação desta.

Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), este fragmento florestal urbano é limítrofe aos bairros do Aleixo, Coroadó, Distrito Industrial, Japiim e Petrópolis (Figura 4), alguns deles datados da década de 70, provenientes, na sua maioria, de ocupações desordenadas como vimos anteriormente (Figura 40).

Figura 40 – Área de Proteção Ambiental - APA UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELIZA MIRANDA e ACARIQUARA (Decreto Municipal N. 1.503 de 27/03/2012)



Fonte: LEITÃO (2017).

Cavalcante *et al.* (2014) adverte que uma questão importante com a criação desta APA foi a de conferir *status* de área protegida para a área abrangida pela UFAM, uma vez que, mesmo apresentando uma área representativa de vegetação, não possuía proteção determinada em um instrumento legal específico.

Posto assim, é indiscutível a importância da implantação deste espaço como categoria de Área de Proteção Ambiental (APA). Para Angeline Ugarte, gestora ambiental da APA Floresta Manaós na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), entrevistada nesta pesquisa, “*este nome tem a conotação mais bonita de todas, de uma profundidade muito grande que na minha opinião parece que diverge de todo o resto do corpo técnico do país*”.

A respeito dessa divergência, ela explica que:

Porque quando você delimita uma área está subentendendo que é uma região com atributos, como está na lei, geográficos, estratégicos, atributos biológicos e atributos sociais também importantes como está descrito na própria legislação. E uma Área de Proteção Ambiental é uma área que merece um cuidado, uma delicadeza humana. Esta é a tipologia com o nome de muita beleza e que mereceria muito mais respeito. O que se tem hoje é um nome com uma conotação polissêmica, porque é o entendimento de que a categoria, o entendimento não é o que diz a legislação, é a mais flexível de todas as categorias de unidade de conservação dentro daquelas de uso que é o sustentável. Há quem diga inclusive no meio técnico, que se é APA pode tudo. E quando a gente diz, “pode tudo”, a gente está depreciando tudo, toda a estratégia da localização geográfica, todo o serviço ambiental prestado por aqueles ecossistemas, todo o valor histórico daquela sociedade que está inserida ali. E mesmo que nas áreas de proteção ambiental hoje no Brasil que tem plano de gestão, existe esse autodepreciação, porque de modo geral é aquela categoria onde é decretada nas zonas urbanas onde os problemas já estão instalados, não se trata de um, trata ou um parque ou de uma RDS, mas uma região urbana já com todos os problemas ali, então “APA pode tudo”. Eu diverjo de todo esse conceito, inclusive eu acho que na Amazônia, as APA da cidade de Manaus mereciam uma discussão à parte, mereciam sair nacionalmente com um acerto dessa denotação e conotação, em respeito ao nosso bioma, à nossa história, em respeito à constituição da nossa formação urbana. APA deveria ser realmente um local de proteção, verdadeiramente proteção, como o nome diz. Para mim é o nome mais bonito e infelizmente o mais depreciado. (UGARTE, entrevista concedida em 08/02/2019).

A APA, por se tratar de uma categoria de Unidade de Uso Sustentável, admitindo ações antrópicas e, neste caso, cercada por uma área totalmente urbana, fica mais suscetível à degradação ambiental, razão esta da relevância na definição de seu uso, que vá ao encontro de colaborar com a reversão dos processos de degradação.

Na esfera de uma UC, o Plano de Manejo deve ser elaborado em um prazo máximo de 5 (cinco) anos, contudo a APA Floresta Manaós ainda não possui um, estando ainda em fase de elaboração o Termo de Referência para posterior licitação do diagnóstico socioambiental e programa de gestão, o qual deverá ser elaborado em função dos objetivos gerais para os quais ela foi criada e que veremos em breve.

Para reconstruir o percurso traçado para a germinação da APA Floresta Manaós, foram ouvidos alguns depoimentos que apontam para algumas crenças, conjecturas e pontos de vista. Para a Profa. Dra. Elizabeth Santos, o terreno propício para o arado desta germinação foi enquanto o Grupo Biota atuava na instituição.

Eu lembro muito bem que tentaram criar uma unidade de conservação, algo como “Refúgio Urbano da Vida Silvestre”. Na ocasião foi criado o Bosque da Ciência, eu acredito que essa implantação de Unidade de Conservação tenha sido a semente da APA. (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018).

A categoria de Refúgio da Vida Silvestre (REVIS) é prevista no Artigo 13 da Lei 9985/2000 (Lei do SNUC). É uma Unidade de Conservação (UC) que visa proteger os ambientes naturais para assegurar as condições de existência e/ou reprodução de espécies ou comunidades da flora e fauna, residentes ou migratórias. Pode ser criada por um ato do poder público (federal, estadual ou municipal) após investigações ambientais e consultas públicas.

Os contrassensos, discrepâncias e incompatibilidades de realidades complexas atravessam inúmeras avaliações para adequação nas categorias de conservação. Comportar fenômenos retroalimentados, que estão em constante interação, não pode ser compreendido de forma isolada ou fragmentada da realidade que os circunda.

As áreas protegidas possuem maior possibilidade de conservação da biodiversidade dentro dos níveis de organização ecológica. Considerar uma colossal complexidade é um desafio. Neste sentido, o Prof. Dr. Neliton Marques, entrevistado nesta pesquisa, orienta-nos nesse sentido, lembrando quando “*houve uma tentativa, durante o seminário que aconteceu na Fazenda Experimental da UFAM. Foi sugerido que a UFAM se transformasse em um Refúgio Urbano da Fauna Silvestre*”. Apesar de alguns esforços e reflexões, tal pensamento não foi concretizado.

O advento da implantação no fragmento florestal da UFAM como área protegida atentou para o grau de ocupação humana, além do anseio de proteger a biodiversidade, conciliando o processo de ocupação e o uso sustentável dos recursos naturais. Para o Prof. Dr. Neliton Marques:

A lógica da Prefeitura ter criado essa APA é de formação de mini corredores ecológicos urbanos, só que um dos objetivos de qualquer corredor ecológico é propiciar o fluxo dos genes tanto da fauna quanto da flora. Esse é um dos objetivos estratégicos. Só que fazer corredores urbanos ecológicos numa cidade não é tão fácil porque você precisava construir alguma infraestrutura mínima para possibilitar por exemplo o fluxo da fauna terrestre. Mas com os arruamentos, as avenidas, sem passagem de nível, túnel de fauna. Isso é impossível. Então o fluxo que se tem é o fluxo aéreo das araras, dos tucanos, enfim os pássaros basicamente. A semente veio nessa linha na formação de mosaicos, de corredores na área

urbana. A iniciativa é louvável de criar mosaicos, criar corredores para a conservação. Essa foi a lógica. Tanto que Serafim elegeu o Sauim de Coleira como animal símbolo de Manaus. (MARQUES, entrevista concedida em 05/12/2018).

O Conceito de Corredor Ecológico Urbano nasceu pela necessidade de se conectarem fragmentos florestais urbanos – Áreas Verdes dos Conjuntos Residenciais, Áreas de Preservação Permanente, Unidades de Conservação – possibilitando o fluxo gênico e o movimento da biota entre estas áreas (SEMMA, 2019). Assim, segundo Ayres (2005), os corredores são entendidos como espaços físicos florestais ininterruptos, interligando Unidades de Conservação (UCs), permitindo a ocupação humana e a utilização da terra nos seus mais diversos modos, reificando o bem-estar da população no que se refere à qualidade de vida, a proteção da diversidade biológica, o resgate ecológico da região territorial, a melhoria do clima, a retenção de água das chuvas e a proteção dos recursos hídricos.

Sobre a matéria, o SNUC (2000) informa que:

Corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (BRASIL, SNUC, 2000).

Na opinião do Prof. Dr. Neliton Marques, a transformação do fragmento florestal da UFAM em uma Unidade de Conservação (APA) viria como facilitação das áreas segmentadas devido ao processo de antropização, quais sejam: amobibilidade urbana, construções habitacionais, entre outros. Desse modo, a fauna e a flora, em toda sua tradução ecossistêmica, teriam a possibilidade de fluxo gênico, dispersão de sementes, deslocamento de animais, aumento da cobertura vegetal e melhoria da sensação térmica, entre outros. Os serviços ecossistêmicos para a sociedade são diversos, conciliando a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento ambiental na região.

As dissidências na implantação da APA Floresta Manaós são concernentes à gestão. Nesse sentido, as preocupações emergentes dos gestores da época eram em torno de:

Se você colocar, qual é o temor? Qual é a ameaça? O temor é a Universidade perder a autonomia na gestão do seu espaço territorial e qual é a ameaça? Ao perder essa autonomia não ter mais os mecanismos de gestão e gerenciamento até mesmo de proteção desse espaço. (MARQUES, entrevista concedida em 05/12/2018).

Nesse sentido, em consequência da diversidade de questionamentos, dúvidas e temores, o Prof. Dr. Neliton Marques acredita que o processo foi:

Um pouco enviesado porque de modo geral a comunidade acadêmica não foi suficientemente ouvida. Não houve um processo interno de discussão. Ela foi criada até de certa forma extemporânea. Apesar da Universidade ter assento no Conselho, no caso o Conselho Municipal de Meio Ambiente, pois é uma APA municipal. Isso não teve internalização nos conselhos locais, sobretudo o CONSUNI que deveria ter sido ouvido e tomado uma decisão. Não me parece que o Conselho tenha sido ouvido em relação à criação na época, dessa época. Por isso que internamente ainda há controvérsias quanto à conscientização a esta APA porque gerou uma certa instabilidade, uma certa insegurança. Como é que fica a gestão? O Plano de Gestão da APA? Como ficará o nível de autonomia que a Universidade tem? A Universidade traz para si uma condição de ser uma instância Federal, portanto tem responsabilidade na gestão desse espaço geográfico, mas sem abdicar e sem deixar de reconhecer a importância de dialogar nesta esfera municipal. (MARQUES, entrevista concedida em 05/12/2018).

Os conflitos na gestão entre as esferas acarretam certo grau de insegurança. Nesse sentido, o Prof. Dr. Arruda pacifica a questão afirmando que o fato de agora ser uma APA e estar em um “condomínio federal” não exime as responsabilidades da Universidade, pois, sendo patrimônio da UFAM, continua sob a responsabilidade do Conselho Diretor da FUA, que ainda existe e se reúne pelo menos uma vez ao ano para dar um parecer e aprovar ou não o relatório que a reitoria encaminha. O Conselho é presidido pelo Reitor e possui a percepção que o patrimônio é o conjunto da obra, inclusive o natural, haja vista que os seus recursos hídricos e suas nascentes têm uma influência direta para a qualidade do ambiente, das pessoas aqui ali estão, além dos animais.

Então nós estamos hoje nesse estágio. A Universidade cria sua Política Ambiental, acho que foi em 2012. Eu participei desse processo fui relator dessa política. Eu na época, na condição de Diretor da Faculdade de Ciências Agrárias participei da construção do PDI, mas claro na minha Unidade, que eu dirigia. E esse PDI reflète a Política Ambiental. (MARQUES, entrevista concedida em 05/12/2018).

Por meio da Resolução Nº 002/2012 – CONSUNI, ficou instituída a Política Ambiental da UFAM, que estabelece, no Art. 1º, que se “ênfatize a preservação, a conservação e a sustentabilidade ambiental a serem observadas nos segmentos administrativos, do ensino, da pesquisa e da extensão”, promovendo os princípios de sustentabilidade, prevenção, precaução, integração, interação e acesso livre e irrestrito às informações para o norteamento das ações. No Art. 5º, por sua vez, determina a criação do Sistema Integrado de Gestão Ambiental – SIGA em todas as unidades acadêmicas e administrativas para o auxílio da gerência.

Este avanço na Política Ambiental institucional da UFAM é fundamental para possibilitar ações coordenadas e, assim, atingir seus fins em conformidade com seus princípios e valores imbuídos de uma perspectiva sustentável. De igual modo este também é

um importante instrumento para os cidadãos que se utilizam deste espaço, na tentativa de minimizar os impactos ambientais gerados pelo desenvolvimento da Universidade.

Quanto à questão de conflitos:

No âmbito de competência não há nenhum conflito (...) alguém poderia levantar alguma suspeita de que o município quer ingerir no espaço federal, por exemplo, mas não há esse risco também porque nas APAs, pelo o que diz a legislação, é permitido em terras públicas e privadas. E públicas não há nenhum impedimento dizendo que é municipal, estadual ou federal. Quem é dono, quem tem a titularidade e a dominialidade da terra tem total gerência sobre o seu espaço, então nesse sentido também não há conflito de competências, nem impedimento. O Governo Federal em nenhum momento se manifestou tanto que a maior Reserva de Pesquisa está dentro da APA Adolfo Ducke. É uma outra APA. Não há ingerência ou gerência do município dentro do espaço federal, não há conflito de competência, não há conflito de pensamentos, de objetivos. (UGARTE, entrevista concedida em 08/02/2019).

Qualquer APA pode ser instituída em áreas de domínio público e/ou privado, pela União, Estados ou Municípios, não obrigando a desapropriação de terras, uma vez que no seu interior se admitem atividades antrópicas, desde que sujeitas ao disciplinamento de uso e ocupação da terra para manutenção dos ecossistemas. É salutar compreender que o objetivo de uma APA é a conservação da biodiversidade, com orientação ao desenvolvimento na tentativa de adequar as atividades humanas às características ambientais da área.

A APA Floresta Manaós está contemplada na política de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana do município, ou seja, no Plano Diretor Urbano do Município de Manaus, instituído em 16 de janeiro de 2014, pelo prefeito Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto, o qual criou a Lei Complementar N.002/2014, em cumprimento às funções sociais e ambientais da cidade, para a promoção da qualidade de vida e do ambiente e fortalecimento do Poder Executivo na condução de planos, programas e projetos de interesses para o desenvolvimento do Município.

A dificuldade do planejamento ambiental, conforme Alencar *et al.* (2005, p.11), consiste em “avaliar tanto a sensibilidade dos fatores naturais que compõem a paisagem de determinado espaço aos danos causados por usos antrópicos”. Dessa forma, Morsello (2001) nos orienta que as diligências a serem realizadas para o plano de manejo, ou seja, no documento de utilização e controle dos recursos que existem dentro da área protegida, devem minimizar potenciais conflitos, sendo planejado com ações de curto e longo prazos para um período de 05 (cinco) anos.

A elaboração do Plano de Manejo, como instrumento de gestão, possibilitou a constituição de um Conselho Consultivo, envolvendo os atores implicados nesta área

protegida para o cumprimento da legislação ambiental, por meio da Portaria N. 28/2013 – GS/SEMMAS, publicada no Diário Oficial do Município de Manaus (DOM 3153 de 23/04/2013).

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, dispondo do Art. 128 da Lei Orgânica do Município de Manaus⁵ e do Decreto N.1503/2012, que cria a APA UFAM-ACARIQUARA (DOM 2897, de 27.03.12), e em atendimento ao Art. 4º, que dispõe sobre a gestão e composição do Conselho Consultivo⁶, resolve nomear os membros titulares e respectivos suplentes, que, conforme Art. 2º da supracitada Portaria, disciplina que “O Conselho Consultivo da APA UFAM será presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população de seu entorno” e, conforme o Art. 3º, que “O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos a partir da data da posse”.

A efetividade do Conselho, em termos de funcionamento e como instância de governança, permite ampliar e garantir a autonomia social, uma vez que o Conselho representa os “mediados” nas relações entre sociedade civil e Estado, conforme assinala Irving (2006, p. 61). Assim, o Conselho Consultivo da APA Floresta Manaós foi formado e seu regimento interno instituído, atualmente se encontra no seu terceiro formato. As Portarias N. 28/2013 – GS/SEMMAS; N. 50/2015 – GS/SEMMAS e N. 91/2017 – GS/SEMMAS (QR CODE 8) disciplinam a estrutura e funcionamento do Conselho.

QR CODE 8 – Portarias que disciplinam a estrutura e funcionamento do Conselho Consultivo da APA Floresta Manaós

Para conhecer mais acesse:

| | | | |
|--|--|---|--|
| CRIAÇÃO DA APA | 1º MANDATO E REGIMENTO | 2º MANDATO | 3º MANDATO |
|  |  |  |  |
|  VIEW NOW |  VIEW NOW |  VIEW NOW |  VIEW NOW |

⁵ Art. 128 Constituem atos de competência: I - do Prefeito, privativamente, o decreto; II - dos Secretários Municipais, Subsecretários Municipais, do Chefe de Gabinete do Prefeito ou equivalente e dirigentes de órgão da Administração indireta, a portaria;

⁶ Art. 4º A APA UFAM, INPA, ULBRA, ELISA MIRANDA, LAGOA DO JAPIIM E ACARIQUARA contará com a instituição de um Conselho que será presidido pelo órgão responsável pela gestão da APA, o qual designará os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados.

Imbuídos de atender a legislação ambiental em vigor o Conselho Consultivo iniciou as reuniões para adequar o Termo de Referência, sendo este:

Um documento técnico utilizado por vários órgãos de vários sistemas seja público ou privado. No termo de referência consta o produto que você quer para aquele seu objetivo, para aquele seu projeto, nele constam as peças e estratégias de quem vai ser contratado para realizar aquele serviço. (UGARTE, entrevista concedida em 08/02/2019).

O objetivo a ser alcançado pelo Termo de Referência é um produto que auxilie na elaboração no Plano de Manejo da supramencionada área protegida. Morsello (2001) nos instrui que:

A descrição detalhada das condições de base, ou seja, as características físicas, biológicas, sociais e culturais da área protegida que tem importância para o manejo, são:

- As características da área, incluindo clima, solos, recursos hídricos, formações geológicas, áreas de grande beleza cênica, formações vegetais e tipos de ecossistemas, listagens de flora e fauna;
- As características das espécies, como as que estão ameaçadas, as espécies-chave, as doenças e os focos de utilização humana das espécies;
- Os aspectos culturais, como por exemplo, sítios arqueológicos ou religiosos;
- O histórico e a extensão dos assentamentos humanos no interior e nas imediações da área protegida;
- O status legal e de fato da propriedade da terra;
- Os tipos de atividades de subsistência e comerciais empreendidas;
- As utilizações atuais da área protegida, incluindo pesquisa científica, monitoramento ambiental, atividades recreativas e de turismo, educação ambiental, caça, pesca e coleta;
- A localização detalhada com coordenadas geográficas e descrição dos limites;
- A situação legal e toda legislação pertinente à área. (MORSELLO, 2001, p. 215).

A elaboração desse termo de referência demandou 08 (oito) reuniões do Conselho Consultivo, sendo este um labor muito árduo.

Um tanto maçante, mas elas são necessárias para que a gente construísse um documento que deixasse claro o quê que a comunidade do Acariquara pensa, da UFAM, da ULBRA, os membros que participam desse conselho, o que a gente entendia como necessário para a gente pensar as regras. (UGARTE, entrevista concedida em 08/02/2019).

O ideal para a elaboração de um Plano, de acordo com Morsello (2001), seria a participação de uma equipe multidisciplinar com pessoas de diferentes áreas. A APA Floresta

Manaós tem uma peculiaridade muito grande, pois abrange uma Universidade Federal e um Instituto de Pesquisa Federal. Assim, o próprio corpo do Conselho Consultivo é formado por técnicos de distintas áreas de conhecimento. Angeline Ugarte, gestora da Unidade, em entrevista dada para este trabalho, diz que “*de modo geral, quem compõe o Conselho são técnicos, professores e até os moradores do Conjunto Acariquara que também são técnicos, são biólogos, a Prefeitura da UFAM também participou das reuniões*”.

O desafio é harmonizar diferentes interesses particulares com o intuito de permitir a proteção dos ecossistemas existentes. Neste sentido, tomando como base o que defende Alencar (2005), o saber local da sociedade civil em relação aos atributos ambientais de seu território implicaria ganhos substanciais tanto na definição da área como na implementação e na gestão, na medida em que serviria de parâmetro para conciliação dos conflitos decorrentes do uso e da ocupação do solo.

Nessa direção, Angeline Ugarte nos esclarece que:

As regras de uma Unidade de Conservação são pensadas a partir desses estudos; os programas que serão implementados, as regras de uso é o que vai dizer se é adequado ter casa de show próximo de um fragmento florestal, por exemplo que tem espécie ameaçada de extinção ou saber se eu posso ter Shopping dentro do fragmento florestal? Enfim então o que eu tenho que ter? Um espaço educativo? Como eu vou qualificar esse espaço territorial dentro dessa lógica de conservação. Então o Plano de Gestão ele pensa nisso. Como é que vai ser usado o espaço? Como é que a gente vai levar a população a percepção de que esse espaço é um espaço de valor e não um lugar, é um espaço. A partir disso é que a empresa que será contratada vai fazer em campo, e então vamos começar a pensar nos programas de educação, de trânsito, segurança, envolvimento comunitário, enfim, produtos, programas para se implementar, para se fazer construir as regras de uso dessa área. (UGARTE, entrevista concedida em 08/02/2019).

Tais regras de uso necessitam partir de reflexão em torno da relação do homem e o ambiente, prevendo uma perspectiva ética que deve ser compreendida de forma complexa e indissociável, pois novas demandas emergem em um encadeamento por vezes simbiótico, retroalimentado. Pensar a cidadania ambiental no viés da proteção e uso sustentável da biodiversidade requer um contexto estratégico bem regulado não apenas por normas jurídicas responsáveis por dirimir a conduta do indivíduo, mas também socioculturais que fomentem a mudança de comportamento.

O arcabouço de informações que o produto do Termo de Referência trará será de forma periódica e possibilitará ao Conselho elaborar novas readequações da metodologia do estudo, para que no final:

Um dado líquido do que vai ser aproveitado possa ser implementado em programas. É um processo lento, paulatino, cansativo, mas que no final será um tanto próximo

de quem mora lá, precisa contemplar objetivos, dirimir coisas que não são adequadas e sair dessa ideia movida do senso comum, principalmente quem está no órgão e pensa que tem soluções para quem mora, para quem usa e não é assim. A manifestação de lá é que torna viva a unidade. É dela que será manifestada a tendência de conservar ou depredar, depende de tudo como é levado. (UGARTE, entrevista concedida em 08/02/2019).

Até o mês de agosto de 2019, o Termo de Referência se encontra no Departamento jurídico da SEMMAS para análise. Para conhecer mais sobre o assunto, acesse o texto completo (QR CODE 9).

QR CODE 9 – Termo de Referência

Para texto completo, acesse:



No dia 06 de fevereiro de 2019, ocorreu a 27ª Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo da, até então, APA UFAM-ACARIQUARA, tendo como pauta: 1. Escolha definitiva do nome desta área protegida; e 2. Calendário de Ações/2019.

A partir de algumas reuniões prévias, análises e sugestões, foi exposto um cabedal com todas opiniões de nomes emitidos, os quais necessitavam contemplar os aspectos de: 1. Ecossistema e Referência Histórica; 2. Ecossistema, Ensino e Pesquisa; e 3. Ecossistema e Contexto Urbano. Em seguida, a presidente do Conselho Consultivo, Angeline Ugarte, abriu o momento de votação e foi eleito o nome APA Floresta Manaós (Figura 41 e 42).

Figura 41 - 27ª Reunião do Conselho Gestor da APA Floresta Manaós



Fonte: Própria, 2019.

Nota/Legendas: Da esquerda para direita, Agenor Xavier (técnico da SEMMAS); Ellen Andrade (Conselheira da APA); Annunziata Chateaubriand (Conselheira da APA); Renata Almeida (Conselheira da APA); Camila Maués (Conselheira da APA); Angeline Ugarte (Conselheira da APA); Fabiane Araújo (Pesquisadora); Alriane Aguiar (Conselheira da APA); e Atman Campelo (Conselheiro da APA).

Figura 42 - 27ª Reunião Extraordinária APA Floresta Manaós



Fonte: Própria, 2019.

O Conselho Consultivo vem atuando na promoção da sensibilização da comunidade acadêmica por meio de diversas atividades e, em julho de 2019, lançou o concurso “Despertar para a APA Floresta Manaós”, na UFAM, coordenado pelo Programa Coroado, com apoio e supervisão da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT/UFAM), ao qual os universitários podem concorrer nas modalidades propostas de intervenção e fotografia, conforme a temática dos aspectos ambientais – impactos (positivos e negativos), problema ambiental e questões ambientais.

Desse modo, vimos que a história ambiental do lugar apresenta uma multiplicidade de aspectos sociais, culturais, econômicas e ambientais, desde sua implantação na década de 1960, atravessando as pressões de ocupações irregulares advindas da introdução da Zona Franca, desapropriação da cidade flutuante, migração antrópica; passando pela emersão do plano arquitetônico para ordenamento espacial, proposto por Severiano Porto e o GT Biota, que introduziu a preocupação ambiental na Universidade, até a institucionalização da questão ambiental como ciência, no florescimento do Centro de Ciências do Ambiente – CCA, reverberando a importância da temática ambiental para Manaus e o mundo. Em função disso, foi possível legitimar uma Política Ambiental que primasse pela conservação e preservação do ambiente, materializada na transformação de um fragmento florestal urbano em uma Área de Preservação Ambiental – APA, atualmente chamada de APA Floresta Manaós. Contudo, os desafios continuam, como veremos a seguir.

1.8 Resiliência da Árvore: A Vigilância Constante

No decorrer deste Capítulo, vimos a emersão de um fragmento florestal se transformando em uma Unidade de Conservação da categoria Uso Sustentável, a APA Floresta Manaós, a qual permite a ocupação humana. Não obstante, a existência desta unidade necessita conciliar a ordenada ocupação humana da área e o uso sustentável dos seus recursos naturais, via ações de cidadania ambiental permeadas em políticas públicas.

Caldas (2016) adverte que a missão da APA Floresta Manaós vai além da questão biótica, mas emerge com o objetivo de valorizar a identidade da flora amazônica, gerando e promovendo conhecimento para a sua conservação e manutenção, e promover a educação ambiental formal e não formal sobre temas amazônicos. O referido autor ressalta, ainda, que o local possui diversas fragilidades e inclui áreas que necessitam de restauração ambiental, conflitos de uso com a população do entorno, falta de um zoneamento ambiental da área, baixo nível de integração entre as instituições cogestoras sujeitas às mudanças políticas, ausência de planejamento e visão de futuro.

Quanto a isso, faz-se necessário integrar o estímulo à mobilização da comunidade em prol da questão ambiental. Vimos as inúmeras movimentações supracitadas que possibilitaram a conservação e/ou preservação desta área, apesar do principal movimento ambiental.

O Grupo Biota ter sido um movimento fortemente combatido por todos, alunos, professores, servidores, pois pensavam que não queríamos o desenvolvimento. Houve uma tendência de se implantar na frente no Campus um posto de gasolina,

em troca a UFAM abastecerá a sua frota. (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018).

A realidade era que se fazia e se faz necessário o crescimento sustentável na expansão do *Campus* e a cooperação entre todos os segmentos, a começar pela gestão. Neste sentido, o vigilante institucional, Sr. Figueira, relembra que:

A Prefeitura uma vez fez uma campanha lá atrás, passamos uma semana juntando lixo. Todo mundo, aluno, funcionário, professor e outra equipe conscientizando morador. No outro dia parecia que tinha mais lixo de tudo que a gente já tinha tirado. Parece que eles jogaram mais lixo, jogaram tudo de volta. Se eles fossem multados porque o brasileiro só muda quando mexe no bolso. Se não pegar pelo bolso, não pega de outro jeito. Não foram criados para serem educados. (FIGUEIRA, entrevista concedida em 14/12/2018).

A resiliência incessante é marcada por uma série de obstáculos, uma vez que não existem conquistas sem o enfrentamento diário de vicissitudes. Para que tais modificações ocorram, por mais nobre que seja a causa, neste caso, a conservação e preservação do ambiente, sempre existirão reveses e objeções no caminho.

Tem isso, porque a Universidade não é toda murada. Não tem 30% murado. Só é murado onde tem conjunto. O Coroado tem uma parte que tem muro, Nova República tem uma parte que tem muro, o resto nada, a gente só vê o resto das estacas. O pouco de muro que tem aqui, tem porque é o cara pagando pena, compensação. (FIGUEIRA, entrevista concedida em 14/12/2018).

Toda Unidade de Conservação é implantada com finalidades específicas, como foi posta acima. Do mesmo modo, a complexidade ambiental é um processo de reconstituição de identidades, é uma nova cultura na qual se constroem novas visões e surgem novas estratégias de produção sustentável e democracia participativa, de acordo com Leff (2000; 2002; 2003; 2009). Apesar disso, os fatores de pressão interna ou externa, natural ou antrópica, vêm na contramão do alcance de objetivos propostos.

Inúmeros são os contratempos impostos, diversos nas dimensões que abarcam a complexidade ambiental. Sob a ótica dos vigilantes institucionais:

perigo aqui a gente tem o tempo todo né, porque tem pilantra aí de olho na gente, a gente pensa que eles não tão vendo, mas estão. E sempre tem aí no mato, porque entram aí para fumar droga, caçar, tem muita gente caçando aí dentro ainda. (FIGUEIRA, entrevista concedida em 14/12/2018).

Na contemporaneidade, os imbrólios se ampliam, seja pelo avanço nas ocupações irregulares, via quintais dos moradores, seja pelas dificuldades institucionais frente à problemática dos resíduos, quais sejam sólidos, líquidos e gasosos, devido ao sistema de

tratamento de água, inviabilizando o lançamento nos corpos d'água, seja poluição atmosférica devido ao avultado fluxo de carro, ou seja pela poluição visual pela profusão de anúncios, entre outros.

Corroborando com este cenário, os responsáveis pela segurança nos cientificam de que *“existem armadilhas feitas com espingarda para caçar animais. É muito perigoso porque eles caçam os animais fazendo essas armadilhas, deixando as espingardas prontas para atirar”*. (FIGUEIRA, entrevista concedida em 14/12/2018).

O monitoramento desses vetores de pressão necessita de uma gama de ações coordenadas no intuito de identificar, prevenir, combater e amenizar os impactos ambientais gerados por eles. Sobre a inspeção do *Campus*, alguns instrumentos são adotados, como o sistema de vigilância sistematizada via equipamentos de câmeras de vídeo, além de vistoria diária e geração de registro de ocorrência em caso de flagrantes de delito.

O vigilante institucional Francisco Eleude aponta algumas observações interessantes sobre o exercício ímpar dos vigilantes institucionais. Ele nos informa que:

Se pega alguém desmatando ou caçando animais, como é crime ambiental e aqui é uma Instituição Federal, nós levamos a pessoa que está cometendo o delito para Polícia Federal e comunicamos também à Prefeitura do Campus. A não ser que o delito não seja patrimônio da Universidade, se for um delito com um aluno, é levado pra Polícia Civil ou Militar, mas se for relacionado ao patrimônio físico ou natural, vai ser levado à Polícia Federal. (ELEUDE, entrevista concedida em 06/12/2018).

A Polícia Federal exerce, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União, ou seja, tem a finalidade de:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei. (BRASIL, Art.144, §1º, da CF).

Segundo o vigilante Francisco Eleude, as maiores ocorrências de ilícitos ambientais são: *“os meliantes que a gente encontra na mata tirando madeira, areia, matando animal, matando paca, ocorre muito. A maior área dessas ocorrências é aquela área com a fronteira da Flávio Espírito Santo, no Armando Mendes”*.

Em uma perspectiva de ambiente que leva em conta a diversidade de dimensões que abarcam o ser humano, dentre elas a questão social, econômica e ecológica, a situação mais caótica se refere à utilização de entorpecentes pela comunidade universitária, apesar de haver muitas pressões sobre a fauna.

Infelizmente aqui dentro da Universidade há um consumo de drogas muito grande, inclusive por parte de professor, chega a ser até constrangedor, pra gente né. Existe até o tráfico, a venda. E a Polícia Federal sabe disso, mas ela tem interesse em pegar o Fornecedor. (ELEUDE, entrevista concedida em 06/12/2018).

O consumo de psicotrópicos não é algo recente na sociedade humana e a demanda tem se dilatado a índices preocupantes. O refúgio no fragmento florestal em questão, com o intuito de consumir tais substâncias, tem se tornado ordinário. Além disso, o local serve, ainda, como ponto de comércio. A questão é pouco aludida no corpo acadêmico, seja entre docentes, discentes, administrativos ou gestores (Figura 43 e 44).

Figura 43 - Sofá utilizado para consumo e tráfico de entorpecentes



Fonte: Própria, 2018.

Figura 44 - Banco de madeira improvisado para encontros entre os descartes de resíduos



Fonte: Própria, 2018.

A invisibilidade do problema é enraizada em um aspecto superficial e fragmentado, pautada numa perspectiva de impacto apenas no indivíduo, embora tal questão remeta não apenas ao consumo, mas também a um encadeamento complexo, abarcando temas como saúde, comércio e impacto ambiental, uma vez que a produção envolve processos de desmatamento, queima e descarte de substâncias tóxicas que degradam diretamente a qualidade ambiental.

Questionado sobre o funcionamento do sistema de segurança (Figura 45) no *Campus*, Francisco Eleude respondeu que:

Hoje em dia a nossa segurança está privatizada e nós temos hoje como segurança institucional, da UFAM, somente 15 pessoas. Então nós estamos exercendo a função de supervisor. Estamos inspecionando as turmas da terceirizada. A gente apenas supervisiona, porque não tem mais gente, foi acabando, acabando foi se aposentado, não tem concurso pra essa área, aí fica difícil. Nós é que temos conhecimento de causa e que poderia estar treinando e passando pros outros. (ELEUDE, entrevista concedida em 06/12/2018).

Figura 45 - Segurança privada contratada pela Universidade para segurança patrimonial



Fonte: Própria, 2018.

Em virtude do quadro insuficiente, os vigilantes institucionais atualmente estão incumbidos do exercício da supervisão, contudo seu conhecimento está sendo subestimado, haja vista que esta força de trabalho qualificada poderia estar desenvolvendo outras atividades numa perspectiva prospectiva de conhecimento social e ambiental.

A diferença é muito grande pra um vigilante institucional e essas pessoas que são terceirizadas, porque nós que somos vigilantes institucionais, nós sabemos que aqui dentro da Universidade a segurança é pedagógica, é diferenciada. Você não age

que nem um vigilante de uma empresa lá de fora. Aqui você vem pra educar, pra ensinar, de prevenir. Nós trabalhamos mais nisso, e nossa relação com os servidores e com os alunos é bem mais tranquila do que com a terceirizada porque eles não têm jogo de cintura e fica ruim pra todo mundo. Eu me deparei várias vezes dentro do mato, sem nada, só com as mãos. (ELEUDE, entrevista concedida em 06/12/2018).

Sobre a questão da segurança no *Campus*, Marcon *et al.* (2012) vai apontar que tal preocupação oscila quanto à efetividade na proteção ambiental, com rondas mais efetivas (após a invasão), e época de total abandono da área verde, possuindo atualmente uma equipe destinada para atendimento dessa necessidade, mas com quadro insuficiente. Tais agentes dessa atividade são pessoas com histórias, memórias, trajetórias e experiências que desenvolveram tecnologias e saberes diferenciados (Figura 46).

Figura 46 - Vigilantes institucionais do *Campus* da UFAM



Fonte: Própria, 2018.

Nota/Lendas: José Oliveira; João Muniz e Figueira, da esquerda para a direita respectivamente.

As inspeções dentro do fragmento florestal são diárias por equipes que utilizam o sistema de revezamento. Segundo o vigilante Francisco Figueira, em entrevista concedida para esta pesquisa no dia 06/12/2018, os instrumentos de trabalho utilizados são os saberes desenvolvidos, “*o terçado pra ir andando, o corpo, a bota, o conhecimento da mata e uma boa conversa. Agora a empresa terceirizada disponibiliza dois vigilantes pra ir com a gente na mata entendeu, mas aqui é uma imensidão essa Universidade*”(Figura 47).

Figura 47 - Materiais de trabalho individual dos vigilantes institucionais



Fonte: Própria, 2018.

Vimos anteriormente, com o depoimento do Prof. Dr. Arruda, acerca da utilização de cavalos para monitoramento do fragmento florestal, razão pela qual o vigilante poderia percorrer longas distâncias, apesar de ser mais uma ferramenta, a Universidade desistiu de continuar com seu emprego e passou a adotar veículo motorizado.

O Sr. Francisco Eleude ainda faz uma análise importante. Aponta que o quadro de funcionários terceirizados é formado por 180 vigilantes e 15 vigilantes institucionais. Assinala que a vigilância terceirizada é mais dispendiosa economicamente para a Universidade do que os servidores institucionais. Explica que a ronda se dá de segunda à sábado, uma equipe vai pela manhã e outra pela tarde. A terceirizada fornece 2 (dois) vigilantes armados, os quais se somam aos institucionais. O lamento que ela faz é concernente ao abandono da instituição em relação aos vigilantes, pois há muito tempo não há concurso e lembra de um episódio lamentável com o vigilante Carvalho, quando a Universidade se eximiu de auxiliar o seu servidor. Salienta a importância de se criar uma disciplina optativa para os alunos com o objetivo de conhecerem o fragmento florestal, ouvirem seus sons e cheiros, e explorarem o ambiente.

Finaliza ressaltando que anualmente existe o “Seminário Nacional dos Vigilantes”, quando todas as universidades se encontram. Exemplifica o caso de Goiás, onde implantaram um aplicativo que permite monitorar qualquer lugar pelo celular. A pessoa clica no aplicativo

e em 10 segundos a Central de Monitoramento recebe a mensagem com localização via GPS, “lá os crimes praticamente acabaram”. Outro exemplo citado foi a Universidade Federal de Santa Catarina, que possui 1.250 câmeras de filmagem, enquanto a UFAM apenas 150 câmeras para fiscalizar uma área de 6,7 milhões de metros quadrados, com um perímetro 16,9 km de terreno, segundo estimativa feita por Cavalcante *et al.* (2014).

O fato é que, quanto a este tema, é necessário o estabelecimento de parcerias com profissionais especializados em vigilância ambiental, como a Polícia Ambiental, e não apenas patrimonial, além de estabelecer parcerias com a circunvizinhança para o auxílio na identificação de problemas por meio de denúncias e alertas. Exemplos positivos de parcerias podem ser vistos durante a história ambiental do *Campus*, como a campanha promovida pela Fundação Vitória Amazônica (FVA), em 1999, com o objetivo de preservação do primata sauím-de-coleira, após protestos de alunos a respeito do corte de uma mangueira e a morte desses animais por moradores do Conjunto Ouro Verde, conforme registro feito por Marcon *et al.* (2012).

Nesse sentido, temos diversas realidades que ora promovem a degradação ora a conservação e preservação, em que os próprios sujeitos que possuem contato com o fragmento, como os moradores, são agentes, emergindo a necessidade de compreensão do real permeada sob uma visão da complexidade ambiental, requerendo, segundo as palavras de Leff (2003, p. 08), um “saber ambiental emergente de uma nova ética e de uma nova epistemologia, na qual se fundem conhecimentos, se projetam valores e se internalizam saberes”.

Assim como políticas públicas ambientais devem responder aos anseios do cidadão, é demandada do próprio sujeito mobilização, uma vez que:

Nenhum projeto de larga escala terá êxito se não estiver enraizado no raciocínio prático de pequena escala. Somos nós que temos de agir, criar consenso e trabalhar em conjunto as decisões tomadas em nosso nome, fazendo o sacrifício necessário para o bem das futuras gerações. (SCRUTON, 2016, p. 08).

O espaço organiza interações sociais. A relação ser humano-ambiente é entendida como um sistema de interdependências complexas, por isso, segundo Higuchi (2017), não se trata apenas de inventariar as correspondências entre características do espaço e seu efeito sobre os comportamentos, mas, sobretudo, identificar os processos pelos quais os dados espaciais determinam certas atitudes e práticas.

A partir desse pensamento, é salutar refletir sobre o uso do espaço em questão, no qual os sujeitos o ressignificam, dando novas direções e significados. Abaixo, apresentamos

algumas amostras de proveito dentro da APA Floresta Manaós, como dois ambientes utilizados para a prática de culto por igrejas próximas, assim como para estacionamento irregular e descarte dos resíduos das construções (Figuras 48, 49 e 50).

Figura 48 - Espaço utilizado para a prática de culto dentro da Área de Proteção Ambiental



Fonte: Própria, 2018.

Figura 49 - Cartazes fixados nas árvores da Área de Proteção Ambiental



Fonte: Própria, 2018.

O presente trabalho não tem como objetivo fazer uma análise psicossocial do lugar, mas é relevante retratar tais manifestações. Fischer (1994) assevera que o espaço pode ser engendrado como veículo das interações sociais, destacando a magnitude da experiência social vivida nas relações com os diferentes ambientes. Tal aspecto possibilita uma leitura singular das interações entre indivíduos e organização.

Figura 50 - Estacionamento irregular adentrando a Área de Proteção Ambiental



Fonte: Própria, 2018.

Tais relações e ordenamentos se dão no território, ou seja, um campo físico de onde emergem significados psicológicos e culturais, que pode ser organizado para uma função com finalidade individual ou coletiva, podendo indicar uma personalização com apropriação efetiva da ocupação, conforme explica Higuchi (2017).

Marcon *et al.* (2012) destaca que o Núcleo para a Conservação Ambiental do *Campus* (NUCAM) vem atuando no fomento às discussões acerca da necessidade de uma política sobre a gestão de resíduos e efluentes dentro do *Campus* e do manejo da vegetação circundante às construções, tendo como preocupação, além do descarte de resíduos, a poda e a supressão da vegetação, o descarte de alimentos e matérias orgânicas pelo Restaurante Universitário, os dejetos gerados na troca de óleo de lavagem de veículos, os quais são lançados de forma inadequada para um dos igarapés existentes, entre outros (Figura 51).

Figura 51 - Destino irregular de resíduos sólidos na APA Floresta Manaós



Fonte: Própria, 2018.

Nossa experiência no e com o ambiente faz parte de um sistema em que podemos tê-lo como constituinte de fonte de estímulo, informação e ação. O significado do ambiente está em função do impacto emocional que ocorre entre a pessoa e o ambiente, afetando as demais esferas de ação. Os aspectos afetivos que emitimos, associados ao ambiente, são descritos pela topofilia (apego, afetividade, conectividade e bem-estar) e pela topofobia (estresse e tensão).

Tuan (1983, p. 04) declara que “animais não humanos também têm um sentido de território e lugar. Os espaços são demarcados e defendidos contra os invasores”. Assim, os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação. O cidadão tem a capacidade de tomar decisões, fazer escolhas, possuindo autonomia e independência para cunhar não apenas seu próprio destino, mas também determinar o seu futuro e em coletividade, da sociedade. Nesse sentido, o presente trabalho demonstrará no próximo capítulo a relação topofílica dos cidadãos ambientais que possuem contato direto com a APA em estudo.

Vimos que o processo de formação da Área de Proteção Ambiental Floresta Manaós emergiu, no primeiro momento, como defesa do espaço territorial, contudo, ao longo do processo, o foco direcionou-se para proteção e conservação ambiental, a partir da implantação dos primeiros movimentos ambientais na Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

As mobilizações tomadas inicialmente por alguns docentes e vigilantes possibilitaram a incursão de várias ações que hoje se transformam em memórias de luta não apenas na década de 1970, mas que se transformaram também em reflexos sentidos até hoje na cidade. Na atualidade, as práticas ambientalmente insustentáveis realizadas por uma comunidade testemunham a multiplicidade que abarca o ser humano. Assim, o desafio é harmonizar diferentes interesses particulares com o intuito de permitir o uso coletivo e a proteção dos ecossistemas existentes, possibilitando uma governança ambiental na remediação de conflitos decorrentes do uso e da ocupação do solo. No próximo capítulo, iremos abordar sobre a relação topofílica dos sujeitos entrevistados e sua manifestação de cidadania ambiental.

2. CIDADANIA AMBIENTAL: ENTRE TERRITÓRIO E LUGAR – UMA ANÁLISE TOPOFÍLICA

Quando o homem aprender a respeitar até o menor ser da criação, seja animal ou vegetal, ninguém precisará ensiná-lo a amar seu semelhante.

Albert Schweitzer

Este capítulo tem por objetivo averiguar a topofilia dos sujeitos que moram na APA Floresta Manaós e seu entorno, bem como aqueles que a frequentam, na promoção da cidadania ambiental. Deste modo, a abordagem será organizada a partir da reflexão sobre a cidadania ambiental como território e lugar, e sobre a topofilia emergente do sujeito com o ambiente: quanto ao que ele sente em estar neste lugar, sua percepção quanto à sua responsabilidade com este espaço, suas atitudes no sentido de expressar esse sentimento de responsabilidade para com o ambiente, seus sentimentos de pertencimento, orgulho e apego, bem como suas demonstrações de representação acerca do local, entre outros.

2.1 Cidadania, Território e Lugar

A cidadania está em crescente construção. Considerando o contexto temporal e sócio-político-cultural, sua evolução está intrinsecamente marcada por um encadeamento de discussões e enfrentamentos, possibilitando o alcance de direitos civis, políticos sociais e, neste século, ambientais, endossando o seu direito a um ambiente ecologicamente equilibrado e uma qualidade ambiental de vida saudável, via compartilhamento dos bens públicos a toda sociedade.

Para Oliveira (2013, p. 38), pensar a cidadania ambiental é considerar que “a sociedade vem enfrentando inúmeras crises de naturezas, dimensões, tão diversas e distintas entre si, a qual dão-se num complexo processo de encadeamento, recursividade, interação e alimentação”, o que nos impele a questionar se:

A pessoa humana realmente “humanizou” a terra. Certas constatações levam a crer o contrário, dada a existência de um macroproblema mundial (...) Ele é constituído:

- Pelos problemas ecológicos à escala planetária; desequilíbrio e espoliação do ambiente, destruição da camada de ozônio, efeito estufa e aquecimento do planeta, esgotamento dos recursos não renováveis;
- Pelo distanciamento cada vez maior entre os países industrializados e os países ditos em vias de desenvolvimento;
- Pela presença e possibilidade de desastres tecnogênicos ocasionados pela utilização desenfreada da tecnologia pesada. (BERTRAND e VALOIS, 1994, p. 189).

Ulrich Beck (2006), em uma entrevista para Revista Unisinos, aponta que vivemos a “Sociedade de Risco”, isto é, compartilhamos um mundo fora de controle, onde não há nada

certo além da incerteza, posto que estamos separados da possibilidade e dos resultados por um oceano de ignorância. Para o autor:

“não são as mudanças climáticas, os desastres ecológicos, ameaças de terrorismo internacional, que criam a originalidade da sociedade de risco, mas a crescente percepção de que vivemos em um mundo interconectado que está se descontrolando”. (ULRICH BECK, 2006, p. 07).

Para Ulrich Beck (2006, p. 08), o descontrole sobre o mundo emerge quando a “‘gramática’ social e política em que vivemos, pensamos e sobre a qual agimos está se tornando historicamente obsoleta, não obstante, continua a governar nosso pensamento e nossas ações”. Portanto, a forma como a realidade é percebida, observada, concebida e refletida move as condutas, fazendo-se necessário, segundo Morin (2004, p. 89), uma reforma do pensamento em que seja “preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento de complexo, no sentido originário do termo '*complexus*': o que é tecido junto”.

Nesse sentido, o cerne da questão ambiental está no homem e no seu modo de pensar e agir sobre o “oikos”, uma vez que estamos interligados por uma história e um destino comum. Assim, a ideia da cidadania ambiental, apesar de remeter à construção do Estado-nação, no sentido da garantia de direitos e o exercício de deveres sobre um território, alcança o seu ideal numa sociedade cosmopolita, posta por Beck (2006) quando:

(...) existe uma razão dialética entre a experiência desigual de ser vitimado por riscos globais e a natureza transfronteira dos problemas. Este é exatamente o aspecto transnacional que faz a cooperação indispensável para a sua solução e que realmente dá um aspecto cosmopolita. (BECK, 2006, p. 08).

Dobson (2010, p. 10) vai nessa direção, declarando que a cidadania ambiental “não é uma cidadania do país-estado; é mais parecida com a cidadania cosmopolita do que para qualquer uma das outras tradições importantes que nos foram transmitidas ao longo dos tempos, como a cidadania republicana e liberal”. Sobre as formas de exercício da cidadania ambiental nas perspectivas liberal, republicana e cosmopolita, veremos mais a seguir.

Ainda que a questão ambiental possibilite o exercício solidário de cidadania e responsabilidades entre os espaços públicos e privados com o intuito de certificar uma prospecção sustentável, Beck (2006) aponta que uma das características da sociedade de risco é a “irresponsabilidade organizada”, em virtude de que ninguém se responsabiliza pelas consequências nefastas sobre o ambiente. A citada autora expõe que:

Políticos dizem que não estão no comando, que eles no máximo regulam a estrutura para o mercado. Especialistas científicos dizem que meramente criam oportunidades

tecnológicas: eles não decidem como elas serão implementadas. Gente de negócios diz que está simplesmente respondendo a uma demanda dos consumidores. A sociedade tornou-se um laboratório sem nenhum responsável pelos resultados do experimento. (BECK, 2006, p.08)

Neste contexto, quando dirigimos nosso pensamento para a questão da irresponsabilidade que as pessoas ou grupos de pessoas possuem, concluímos existir uma questão de graus de culpabilidade, na tentativa vã de responsabilizar ou apontar os responsáveis pela degradação, posto que a concepção de culpa está intrinsecamente relacionada à questão de responsabilidade e dever.

Embora reconheça e não anule esse pensamento, Morin (2004, p. 15) nos alerta que “uma inteligência incapaz de perceber o contexto e o complexo planetário fica cega, inconsciente e irresponsável”. A partir dessa concepção, Morin (2007, p. 40) assevera que “para compreender o problema dos efeitos de toda ação, inclusive a moral, precisamos nos referir à ecologia da ação”.

A ecologia da ação indica-nos que toda ação escapa, cada vez mais, à vontade do seu autor na medida em que entra no jogo das inter-retro-ações do meio onde intervém. Assim a ação corre o risco não somente de fracassar, mas também de sofrer desvio ou distorção de sentido. (MORIN, 2007, p. 41).

Dito de outra forma, Morin (2007) nos leva a compreender que uma ação está diretamente imbricada com condições contextuais, ou seja, as dimensões sociais, biológicas, culturas, econômicas, políticas, entre outras. Portanto, seu resultado é volúvel, no entanto a ação parte do indivíduo, razão pela qual o supracitado autor acredita na necessidade da reforma do pensamento, na mudança de paradigma, numa revolução cultural. Assim, Morin (2007, p. 60) parte do princípio sobre a forma de pensar bem e mal, instando que “a sua concepção de sujeito, torna-o capaz de suscitar uma consciência de responsabilidade; incita, portanto, a regenerar a ética e fazer com beba novamente nas suas fontes (Quadro 4).

Quadro 4 - Pensar Bem e Mal, segundo o filósofo Morin

(continua)

| Pensar bem | Pensar Mal |
|--|---|
| - Religa; | - Fragmenta e compartimenta os conhecimentos; |
| - Liberta os conhecimentos do fechamento; - Abandona o ponto de vista mutilado das disciplinas separadas e busca um conhecimento polidisciplinar ou transdisciplinar; | - Tende a ignorar os contextos; |
| - Comporta um método para tratar o complexo; | - Gera um blecaute sobre tudo o que é complexo; |

Quadro 4 - Pensar Bem e Mal, segundo o filósofo Morin

(continuação/conclusão)

| Pensar bem | Pensar Mal |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Obedece a um princípio que se propõe, ao mesmo tempo, a distinguir e religar; - Reconhece a multiplicidade na unidade, a unidade na multiplicidade; - Supera o reducionismo e o holismo ligando partes – todo; | <ul style="list-style-type: none"> - Só vê a unidade ou a diversidade, mas não a unidade da diversidade e a diversidade na unidade; - Só vê o imediato, esquece o passado, vê apenas um futuro a curto prazo; |
| <ul style="list-style-type: none"> - Reconhece os contextos e o complexo, permitindo inserir a ação moral na ecologia da ação; - Inscribe o presente na relação circular passado – presente – futuro; | <ul style="list-style-type: none"> - Ignora a relação recursiva passado/presente/futuro; |
| <ul style="list-style-type: none"> - Não esquece urgência do essencial; | <ul style="list-style-type: none"> - Perde o essencial por causa do urgente, esquece a urgência do essencial; |
| <ul style="list-style-type: none"> - Inclui o cálculo e a quantificação entre os seus meios de conhecimento; | <ul style="list-style-type: none"> - Privilegia o quantificável e elimina tudo aquilo que o cálculo ignora (a vida, a emoção, a paixão, a infelicidade, a felicidade); |
| <ul style="list-style-type: none"> - Concebe uma racionalidade aberta; - Reconhece e enfrenta incertezas e contradições; | <ul style="list-style-type: none"> - Leva a lógica determinista e mecanicista da máquina artificial para a vida social; - Elimina tudo aquilo que escapa a uma realidade fechada; - Rejeita ambiguidades e contradições como erros de pensamento; |
| <ul style="list-style-type: none"> - Concebe a dialógica que integra e supera a lógica clássica; | <ul style="list-style-type: none"> - Obedece ao paradigma de simplificação que impõe o princípio de disjunção ou/e o princípio de redução para conhecer; |
| <ul style="list-style-type: none"> - Concebe a autonomia, o indivíduo, a noção de sujeito, a consciência humana; | <ul style="list-style-type: none"> - Permanece cego ao sujeito individual e à consciência, o que atrofia o conhecimento e ignora a moral; |
| <ul style="list-style-type: none"> - Chega aos seus diagnósticos levando em consideração o contexto e a relação local-global; | <ul style="list-style-type: none"> Mutila a compreensão e limita os diagnósticos; |
| <ul style="list-style-type: none"> - Esforça-se para imaginar a solidariedade entre os elementos de um todo e assim tende a suscitar uma consciência da solidariedade; - Reconhece os poderes que cegam ou geram ilusões no espírito humano, o que faz lutar contra as deformações da memória, os esquecimentos seletivos, a <i>self-deception</i>, a autojustificação, o autocegamento; | <ul style="list-style-type: none"> - Exclui a compreensão humana. |

Fonte: OLIVEIRA (2019), adaptado de MORIN (2007, p. 60 – 63).

Desse modo, compreendemos que a crise ecológica é uma crise de conhecimento, percepção, direcionando-nos a uma reflexão e compreensão da ação frente à realidade que a comporta, isto é, considerando a multiformidade da vida, seus caracteres transdisciplinares

e/ou interdisciplinares, razão pela qual uma abordagem transversal do tema ambiental urge. Portanto, segundo Morin (2007, p. 64), trabalhar pelo pensar bem coopera, atualmente, “na concepção de uma era planetária e na inclusão da ética no seu registro. Pode levar a estabelecer concretamente a solidariedade e a responsabilidade humanas na ideia de Terra-Pátria e a regenerar um humanismo”.

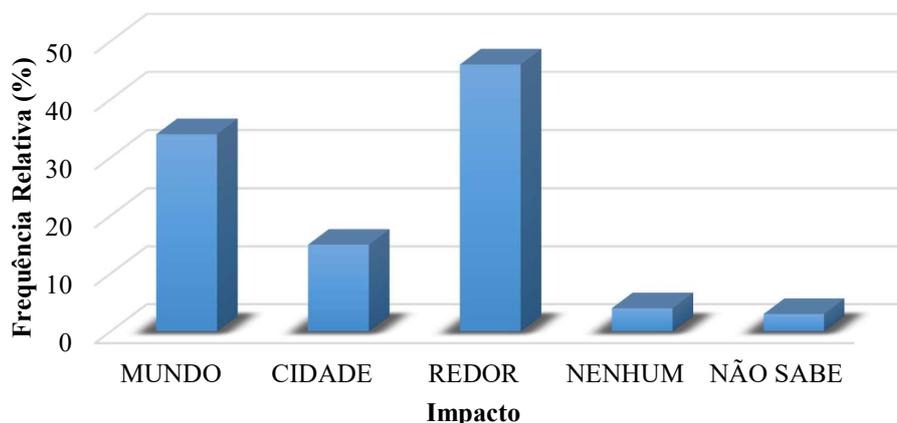
Partindo do pressuposto da ecologia da ação, compreendendo que também somos responsáveis por nossas escolhas, assim, faz-se necessária a reflexão e a percepção do sujeito no seu ambiente, um agir com cautela, o pensar prospectivo, a ponderação sobre as consequências, a autorreflexão, o entender como sua ação afeta diretamente e indiretamente as pessoas. Morin (2007), embora não descarte a indispensabilidade dos organismos supranacionais para facear os grandes problemas mundiais, recomenda o local, que, neste trabalho, chamamos de lugar, como estratégia para combater as adversidades que devastam o “*oikos*”.

Nessa direção, como discorre Morin (2007, p. 72), emerge a importância do sujeito da ação, posto que “ele não pode pensar a responsabilidade. Para que exista a responsabilidade, é necessário o sujeito consciente” e, para que exista um sujeito consciente, Morin (2007, p. 94) esclarece, citando Jung, que a “humanidade sofre de uma imensa carência introspectiva”.

A presente pesquisa demonstrou uma expressiva manifestação dos sujeitos quanto aos efeitos da ação antrópica sobre o ambiente, ou seja, a comunidade entrevistada reconhece o efeito de suas ações no ambiente, uma vez que 93% responderam que há algum tipo de impacto, podendo este ser sentido de alguma forma próxima ou distante do agente.

Em contrapartida, 4% argumentam que o impacto de suas ações não exerce nenhuma influência no ambiente, com representatividade nas categorias dos administrativos, moradores e docentes. Outros 3%, dentre os usuários e moradores, não sabem aduzir se suas ações podem afetar algo (Figura 52). Esses resultados denotam a necessidade de maior atenção e alcance de políticas educacionais ambientais.

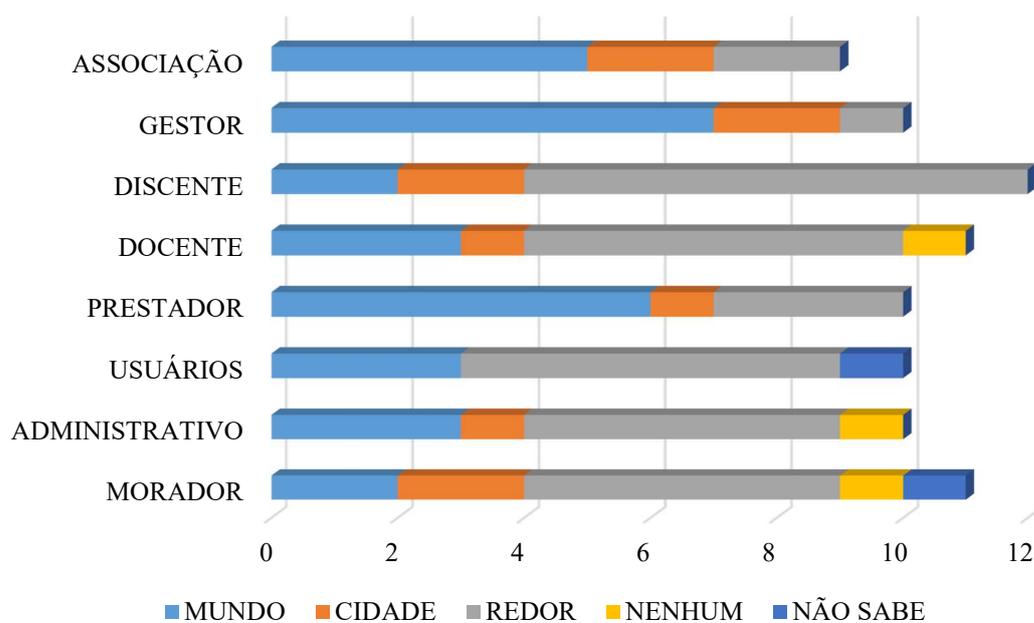
Figura 52 - Percepção do impacto ambiental pelos sujeitos entrevistados



Fonte: Própria, 2018.

Quando analisamos por categoria de sujeito, vimos que a maioria daqueles que percebem seu impacto sobre o ambiente (60%) o sente de forma mais direta, ao redor e na cidade onde mora (docentes, discentes, moradores e administrativos). Somente 33% defenderam que suas ações podem impactar o mundo, foram eles: gestores e presidentes de associação (Figura 53), fato que pode estar relacionado às funções de liderança no âmbito de uma Unidade de Conservação, aqui a APA Floresta Manaós.

Figura 53 - Percepção do impacto ambiental por categoria de sujeitos entrevistados



Fonte: Própria, 2018.

Vemos que a maioria dos entrevistados reconhece, portanto, a energia que produz, ou seja, a ideia de entropia é uma ideia termodinâmica que nos conduz à ideia física geral de que existe, no tempo do nosso universo, uma tendência para a degradação e para a dispersão, e, no que se refere às coisas e aos seres organizados, para a desorganização, conforme aponta Morin (2002a). Visto que a energia está ao nosso redor, somos energia, e estudos científicos em torno da física quântica vêm demonstrando até mesmo que a consciência e o pensamento são energia, agindo de forma intercambial.

Neste sentido, Morin (2003), tomando a realidade de forma complexa, apresenta uma tentativa de coalizão entre a ordem (vida/qualidade) e a desordem (lei da entropia/física/quantidade), visto que entre o equilíbrio e o desequilíbrio move-se a vida e, por conseguinte, a ciência deverá transitar entre um sistema fechado (dinâmico-físico) e aberto (biológico), um sistema ambíguo capaz de abarcar os princípios de recursividade, hologramaticidade e dialogicidade.

Logo, para gerar um sujeito responsável pelas suas ações, consciente, faz-se necessária a introspecção, ou seja, o hábito de refletir sobre si mesmo e sua prática, como exercícios subjetivos que derivam para uma ampliação da percepção acerca dos valores e da forma como se dá a interação entre as pessoas e com o ambiente.

Neste trabalho, no capítulo 4, em que se analisará a categoria “virtude”, veremos mais profundamente sobre a dificuldade da habilidade de introspecção dos sujeitos entrevistados. Morin (2007) vai nos esclarecer, em seu livro sobre “Ética”, que o trabalho de introspecção é extremamente difícil, pois encontra inúmeras armadilhas devido:

- À complexidade interior do espírito que comporta a multipersonalidade potencial em cada um de nós;
- Às zonas cegas e às suas carências que nos tornam tão indulgentes com os nossos erros e tão severos com os erros dos outros;
- À self-deception, ou seja, a má boa-fé ou à boa má-fé;
- À nossa tendência para a autojustificação que sempre transfere para o outro o erro ou a falha;
- Ao ódio que cega, ao sentimentalismo idealizador (Diel);
- Ao ressentimento injusto, quos laeserunt et oderunt, “detesta-se quem se lesou” (Sêneca). (MORIN, 2007, p. 94).

Ao relacionar o exercício de autorreflexão e autoanálise, os estudos sobre percepção ambiental ganham destaque, uma vez que valorizam as experiências dos indivíduos e favorecem novas possibilidades para a compreensão dos espaços em que vivem. Ittelson *et al.* (2005, p.06) alegam que “só quando entendemos o relacionamento de comportamentos individuais e grupais com o ambiente como um todo é que podemos produzir as mudanças ambientais desejadas”. Segundo o psicólogo Paul Mussen (1988):

A cognição é um conceito amplo e abrangente que se refere às atividades mentais envolvidas na aquisição, processamento, organização e uso do conhecimento. Os processos principais envolvidos no termo cognição incluem detectar, interpretar, classificar e recordar informação; avaliar ideias; inferir princípios e deduzir regras; imaginar possibilidades; gerar estratégias; fantasiar e sonhar (MUSSEN *et al.*, 1988, p. 210).

Nesse sentido, o processo cognitivo envolve a interação de vários processos mentais que vão além da percepção, mas envolvem a atenção, a memória, o raciocínio, o juízo que é passível de influência de outras dimensões como a cultura.

Segundo Davidoff (1983), a percepção é o processo de organizar e interpretar dados sensoriais recebidos (sensações) para, então, desenvolvermos a consciência do ambiente e de nós mesmos. A percepção implica interpretação. Portanto, a percepção é individual, não isoladamente, pois toda ação humana é socialmente construída. O meio em que o indivíduo está inserido, bem como suas motivações, expectativas, valores, emoções e experiências influenciam na percepção. Dessa forma, percepção ambiental compreende as diferentes maneiras sensitivas pelas quais os seres humanos captam e percebem o real e as realidades construídas com a relação com a outridade. Desse modo, quando refletimos acerca da interação humana, da cultura, Laraia (2000) nos diz que:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade. (LARAIA, 2000, p. 45).

Na direção desse pensamento, comportamentos, tradições, valores, conhecimentos e saberes possuem enraizados, em seu cerne, a cultura, que não é tida como somatório entre as partes, mas como relações que interagem num processo dialógico de retroalimentação, inclusive de aspectos antagônicos que se alimentam e se retroagem num ciclo espiralado. Oliveira e Santos (2013) nos alertam que necessitamos da construção do conhecimento que reintegre as mais diferentes áreas do saber, contextualizando-os, reunindo-os, estimulando a percepção do ser humano não apenas ao seu redor, uma visão imediatista, mas ampla ao nível global, as palavras-chave, portanto, sejam talvez interação e conexão.

Nesse sentido, do resultado de autoanálise, emergem o conhecimento e o reconhecimento pessoal de nossas virtudes e fraquezas como constituídos humanos. Muitos pensadores, com suas célebres frases, estimularam para que cada um olhe dentro de si mesmo, no intuito de harmonizar a vida em sociedade. Dentre eles, Lago (2002) destaca Tales de

Mileto (“Conhece-te a ti mesmo”), Shakespeare (“Para teu próprio proveito, sê verdadeiro”) e Gandhi (“Você deve ser a mudança que deseja ver no mundo”). Assim, a pesquisa versará sobre a topofilia dos sujeitos no lugar da APA Floresta Manaós. A respeito das virtudes e fraquezas, concernente à questão ambiental, veremos isso de forma mais aprofundada no Capítulo 4 deste trabalho de pesquisa.

Diante do exposto, é notória a importância que os valores e princípios morais exercem sobre nossa vida e no desenrolar do nosso destino comum, uma vez que, como defende Morin (2007, p. 55), a consciência “é extremamente frágil; o espírito humano sabe rejeitar o que lhe é desagradável e selecionar o que lhe satisfaz. A memória e o esquecimento seletivos são também operadores de ilusão”.

Nosso destino comum é construído em um espaço que Callai (2004) vai conceber como um lugar, resultado da vida das pessoas, dos grupos que nele vivem, das formas como trabalham, como produzem, entre outros aspectos. O espaço é, assim, um lugar onde a vivência do cotidiano possibilita a feição ao lugar, resgatando os sentimentos de identidade e de pertencimento. Apesar de 93% compreenderem que suas ações e comportamentos diários refletem de algum modo no ambiente, veremos qual a relação topofílica do sujeito com o ambiente e sua ética ambiental.

2.2 A Relação topofílica emergente na cidadania ambiental: O elo afetivo do sujeito com o lugar

Tuan (2012, p. 19) introduz uma nova categoria sócio geográfica, a topofilia, que “é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”, contribuindo muito com a epistemologia da geografia, porquanto aparenta se opor aos aspectos essencialmente econômicos e sociais da Geografia Crítica e ao cogito racionalista e aritmético da Geografia teórica quantitativa, favorecendo aspectos subjetivos e pessoais, conforma aponta Malanski (2014).

Para Cisotto (2013), topofilia representa a possibilidade de um primeiro contato com a corrente humanista da geografia, propondo uma nova forma de entendimento do homem e sua relação com a natureza. A autora enfatiza os aspectos subjetivos das relações humanas com o meio ambiente natural por meio do estudo da relação das pessoas com a natureza e dos seus sentimentos e ideias sobre os espaços. Trata do ambiente físico no imaginário social, a relação entre paisagem, memória e cultura, trata também da experiência individual e da visão de mundo, construindo identificações que são compartilhadas num território comum.

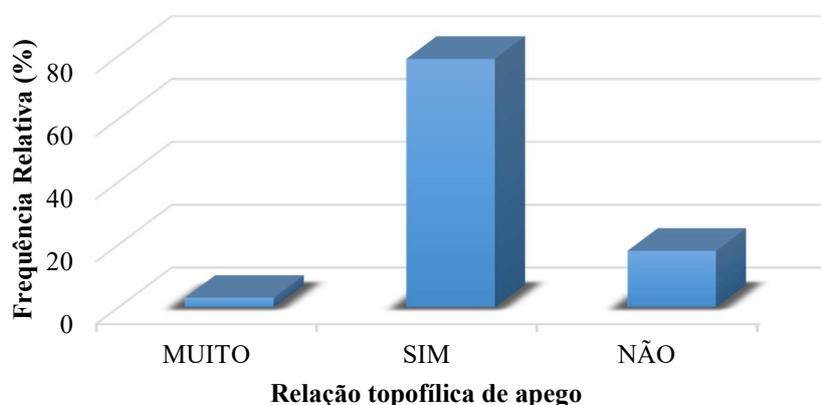
Assim, nos múltiplos condicionantes, Tuan (2012) identifica como e por que os homens variam temporal, histórica, cultural e individualmente sua percepção sobre o meio, o espaço que ocupam, onde constroem suas relações e significações e estabelecem diferentes valores.

Assim como Tuan (2012), Hidalgo e Hernandez (2001) declaram que o apego ao lugar é delineado como o vínculo emocional entre pessoas e determinados ambientes, alicerçado em dimensões multidimensionais que visam a compreender o complexo fenômeno da interação entre pessoas e ambientes e os vínculos que entre eles se estabelecem.

Ao analisar a produção de artigos científicos relacionados ao tema, Felipe e Kuhnen (2012) elaboraram uma lista de indicadores dentro dos estudos da Psicologia Ambiental sobre as características do apego. Assim, quando analisamos a questão topofílica, notamos que emergiram, dos sujeitos entrevistados, 7 (sete) dos indicadores de apego apresentados pelos autores, a saber: conforto, manifestado pelo bem-estar; preferência; satisfação de interesses e necessidades; sentimento de lar; enraizamento; e orgulho, os quais veremos a seguir.

Sobre a questão do grau de apego, a resposta variou entre muita afeição e nenhuma, sendo que 79% declararam possuir apego ao lugar, apreciação esta manifestada em todas as categorias de sujeito. 3% defenderam que sentem muito apego, tendo representatividade na categoria dos moradores, docentes e informantes-chave, e 18% expuseram que não sentem apego, avaliação essa expressa em todas as categorias, com exceção dos presidentes de associação (Figura 54). Em breve, discorreremos sobre as razões para a demonstração de apego e a falta dele.

Figura 54 - Relação topofílica de apego dos sujeitos entrevistados

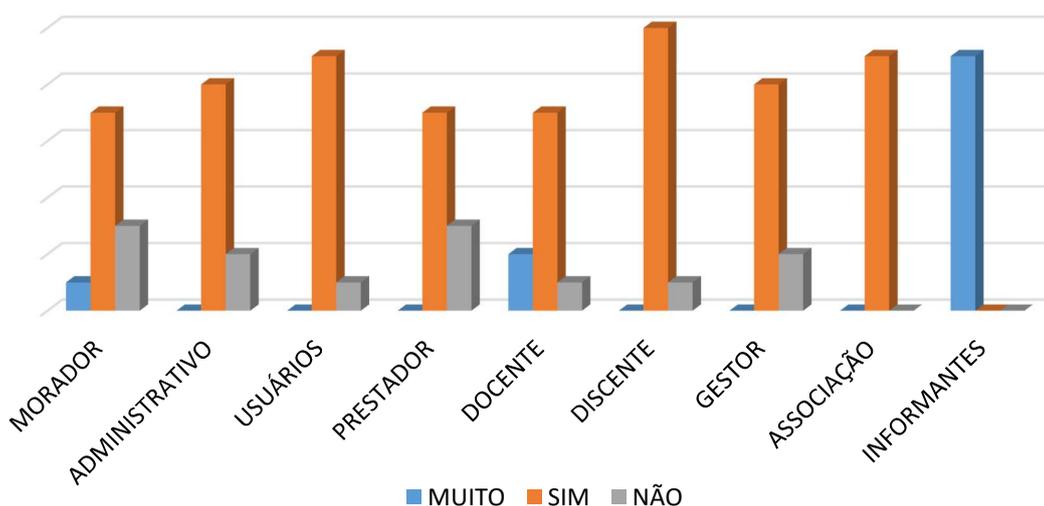


Fonte: Própria, 2018.

Vimos, portanto, que a relação com o ambiente não depende, pois, unicamente do ciclo de vida do indivíduo, mas também da evolução das necessidades que são, elas próprias, culturalmente caracterizadas. Ittelson (2005) nos esclarece que não há ambiente físico que não seja envolvido em um sistema social e inseparavelmente relacionado a ele.

O feito em que as pessoas refletem e interagem com o ambiente é fruto de uma construção pessoal, histórica e social, haja vista que as convenções sociais calcam as atitudes humanas, as quais, por sua vez, modificam o ambiente, em permanente encadeamento retroativo. Segundo Tuan (2012), as atividades e explorações são cada vez mais dirigidas por valores culturais, assim, podemos constatar tal interação analisando o grau de apego emanado por categoria de sujeitos entrevistados (Figura 55).

Figura 55 - Apego por categoria de sujeitos



Fonte: Própria, 2018.

O resultado demonstra que todos os sujeitos possuem apego ao lugar, com destaque ao grupo de informantes-chave, que são ou foram atores que tiveram, de alguma forma, papel importante na conservação ambiental do *Campus*, corroborando que afirma Scruton (2016):

Lar não é um lugar qualquer, mas sim o lugar que abriga aqueles que amamos e dos quais dependemos; o lugar onde se compartilha, o lugar que se defende, o lugar pelo qual é designado a lutar e morrer. Esse sentimento de amor ao lar é fonte de muitos dos nossos mais generosos gestos e de nossas maiores doações pessoais. (SCRUTON, 2016, p. 214).

Nesse sentido, o lar não é apesar um espaço de moradia, mas um lugar carregado de significações emanadas conforme o tipo de relação que cada categoria de sujeito possui com o ambiente. Apesar de todos sentirem forte apego ao o lugar, o grupo dos docentes se destacou

por afirmar que possui muito afeto, um grau elevado de benquerença pelo lugar. A justificativa para a compreensão desse apego ao lugar está relacionada ao enraizamento, à dependência, ao conforto, ao conhecimento do ambiente e ao desejo de estar próximo a ele. Felipe e Kuhnen (2012), em seus estudos, também verificaram a florescência de características similares. Para Alves, Kuhnen e Battiston (2015) o apego relaciona-se com o sentimento de pertencimento do ambiente e satisfação das necessidades em geral, físicas e psicológicas.

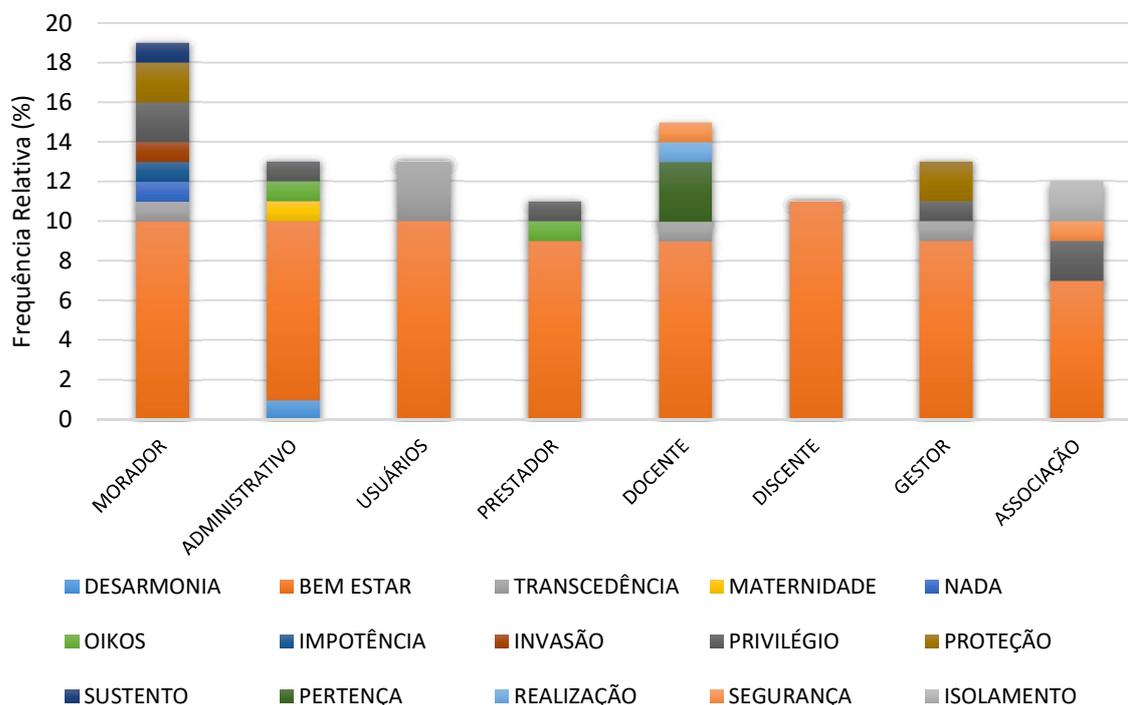
A falta de atenção demonstrada pela falta de apego com o ambiente pode então estar relacionada a não satisfação pessoal. Desse modo, o baixo apego dos moradores dos bairros que circunvizinham a APA Floresta Manaós pode estar relacionado aos muitos problemas que estes bairros possuem, como falta de saneamento básico, iluminação deficiente e ausência de segurança, influenciando no sentimento de estima pelo lugar.

A questão de não possuir apego ao lugar foi observada em todas as unidades de sujeitos, com exceção dos presidentes ou representantes de associação. Tal ausência de constatação nas entrevistas pode estar relacionada ao cargo que exercem, como agentes mobilizadores sociais e ambientais, uma vez que os mesmos não desejavam contrariar sua posição.

À medida que refletimos sobre o apego ao lugar dos sujeitos, é necessário que a ideia convirja com a sustentabilidade do lugar, uma vez que desperta o interesse e a disposição em cuidar do seu lugar. Esta noção emanada de forma individual conflui para o coletivo, estabelecendo uma rede de conexões.

Perguntados sobre como se sentiam tendo contato com o fragmento florestal, podemos observar, de forma geral, que uma parcela significativa dos entrevistados declara sentir bem-estar (73%), sentir-se privilegiada (5%), experienciar a presença de Deus ou paz de espírito (5%), sentir-se cobrados por um sentimento de proteção (3%), sentir-se seguro, isolados e pertencidos ao lugar (2%) (Figura 56). Os demais externaram o sentimento de invasão, desarmonia, maternidade, sentimento de impotência, sustento e realização, ou não sentir nada.

Figura 56 – Sentimentos em relação à APA Floresta Manaós apresentados pelos entrevistados (professores, estudantes, gestores, usuários, prestadores de serviços)



Fonte: Própria, 2018.

Analisando por categoria de sujeitos, vimos que todos alegam bem-estar, em sua totalidade os discentes. Contudo, os moradores demonstram também sentimento de transcendência, privilégio, proteção e sustento⁷. Em contrapartida, outros afirmam sentir nada, impotência e receio de invasão. Os administrativos relevam a experiência de “maternidade”⁸, casa e privilégio, mas destacam a desarmonia que existe entre os ambientes naturais e aqueles construídos pelo homem. Os usuários percebem uma transcendência, enquanto os prestadores de serviço reconhecem este espaço como sua casa e como um privilégio. Já os docentes vivenciam uma afeição de transcendência, casa, realização, segurança e pertencimento em relação a este lugar. Os gestores, por sua vez, constataam o privilégio, a transcendência e se sentem protegidos, ao passo que os presidentes de associação atestam o privilégio, a segurança e o isolamento que o fragmento proporciona (Figura 57).

⁷ Caça de pequenos animais, realizam pequenas plantações de frutas, tais como bananeira e coletam os frutos como açaí na área do *Campus*, tais práticas foram detectadas ao longo do entorno do Coroadó, mas com maior concentração no Bairro Armando Mendes.

⁸ Por testemunhar o ciclo da vida das árvores, muitos deles as plantam, veem crescer e observam a sua degradação.

Figura 57 - Sentimentos dos sujeitos em forma de nuvem de palavras



Fonte: Própria, 2018.

É possível observar nas falas abaixo a justificativa desse bem-estar na intersecção desse conceito e o recebimento dos serviços ambientais. Elas revelam a diversidade de sentimentos emanados em relação a este fragmento ambiental e a justificativa do bem-estar como verificado a seguir:

Sensação de conforto ambiental porque quando sai daqui recebe uma carga de calor, é muito diferente. (D2B).

Realização. Eu sempre tive uma ligação muito forte com a terra, com a Amazônia e isso significa um foco de desejo, de realização pessoal. (D8Z).

Muito bem, eu respiro ar puro, o frio é muito bom e gostoso. Tenho tranquilidade, paz. Eu tiro meu sustento daqui, com açaí, fruta pão, e nós vende tudo. (M9).

Sinto muita paz, faz a gente repensar na vida. Faz lembrar que Deus existe. A coisa mais linda é o verde. É indescritível essa sensação de bem-estar. (M4).

Sinto privilegiado e muito bem, pois temos um clima ameno. Porque tem aparecimento de animais, mas isso é normal, nós entramos no habitat deles. (M3).

Eu vejo a UFAM em duas perspectivas. Política e social, está isolada da cidade e a perspectiva ambiental é um oásis no meio da cidade, uma selva. É uma sensação de tranquilidade, esteticamente muito lindo. (PA4AD).

Maravilhoso. Contribui com a saúde. Antes víamos muitos animais, hoje bem pouco através do muro, mas a gente só ouve e sabe que ainda tem. Tem os passarinhos. A mata isola a gente e protege dos outros bairros. Nos sentimos mais seguros também com isso. (PA6NP).

Me sinto feliz em ter um local assim no meio da cidade, mesmo trabalhando eu paro e olho pela janela e me dá um relaxamento. (A5).

Quem nasce em uma área urbana tem um olhar, mas no meio rural é outro. Eu olho esse ambiente como meio materno. Plantamos a vida. É uma espécie de religião para mim. (A10).

De acordo com Cummins e Lau (2005), o bem-estar pessoal está relacionado à satisfação e à qualidade de vida de forma individual ou global, abrangendo a vida e as condições ambientais, ou seja, são três os aspectos fundamentais referentes ao bem-estar pessoal: satisfação global com a vida, felicidade e satisfação com os âmbitos da vida, ou seja, engloba aspectos psicológicos e psicossociais.

O bem-estar emanado dos sujeitos advém do sentimento de privilégio do contato com a natureza, recebimento dos serviços ambientais, realização pessoal, sustento, transcendência, isolamento/segurança e da geração de vida, não apenas humana, mas também de toda a fauna e flora. Neste sentido, Nicodemo *et al.* (2008, p.52) nos lembram de que as pessoas entendem que “a maioria dos bens ambientais é pública e por isso seu acesso é livre; então, eles são considerados gratuitos”.

Para Andrade e Romeiro (2009, p. 03), o serviço ambiental ou capital natural é definido como “a totalidade dos recursos oferecidos pelo ecossistema terrestre que suporta o sistema econômico, os quais contribuem direta e indiretamente para o bem-estar humano”. Já para Denardin e Sulzbach (2002, p. 03), “são indispensáveis para a sobrevivência das espécies humana e não-humanas”.

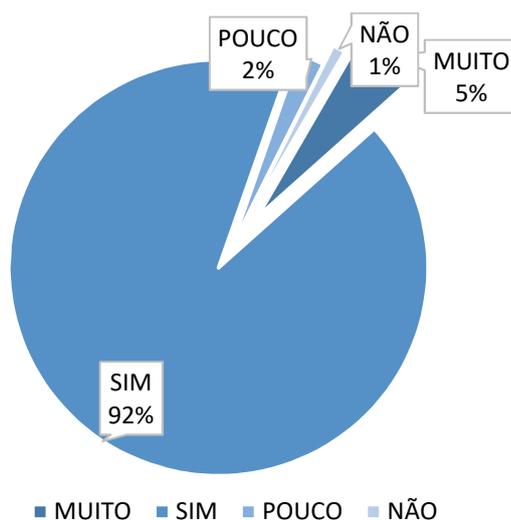
Isso posto, vimos que a maioria dos sujeitos entrevistados compreende a finitude dos recursos naturais, o modo como está intimamente relacionado a uma teia recursiva e retroativa, envolta por energia, onde seu equilíbrio e sua capacidade de suporte estão relacionados ao bem-estar, à sobrevivência humana e à própria vida de outros seres, o que reflete no seu apego ao lugar. Contudo, quando abordamos a cidadania ambiental, é importante notar que a convivência do homem em sociedade exige demandas, transformações socioeconômicas e culturais que implicam na necessidade de ampliação de normas e garantias, Barnett (2005) vai apontar que o exercício da cidadania como a conhecemos:

Estabelece uma predominância no relacionamento político com o Estado, geralmente expresso em termos de direitos e obrigações entre membros e entre eles e o estado. Cada vez mais, conceitos de cidadania consideraram as relações que os cidadãos possuem com as instituições da sociedade civil e os deveres de cuidados e direitos e responsabilidades que envolvem de ambas as partes. (BARNETT *et al.*, 2005, p. 10).

Quando tais garantias foram estendidas ao ambiente, emergindo a cidadania ambiental, e, após análise dos resultados desta tese, deparamo-nos com a constatação de que o sentimento topofílico pelo lugar é um instrumento expressivo, mas não suficiente, tido de forma isolada, sobre essa questão. Esses aspectos são apresentados de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

O orgulho é outro indicador topofilico na medida em que, além de as pessoas reconhecerem os aspectos positivos, sendo capaz de elogiar, fomenta força na defesa do lugar. De forma muito similar ao apego, as respostas variaram entre sentir muito orgulho até nenhum. 92% dos entrevistados responderam que sentem orgulho, manifestado em todas as categorias de sujeito; 5% expressam muito orgulho deste fragmento florestal, principalmente pelo que ele representa para a cidade de Manaus, notado pelos moradores e gestores; ao passo que 2% sentem pouco, também sendo expresso pelos moradores devido a problemas de insegurança e infraestrutura; e 1% não sente nenhuma espécie de orgulho, percebido na categoria administrativos (Figura 58), posto que existem “*muitas destruições, descaso com o igarapé e córregos. As nascentes se perderam*” (A6). A seguir, veremos as razões alegadas para orgulho e para a falta dele.

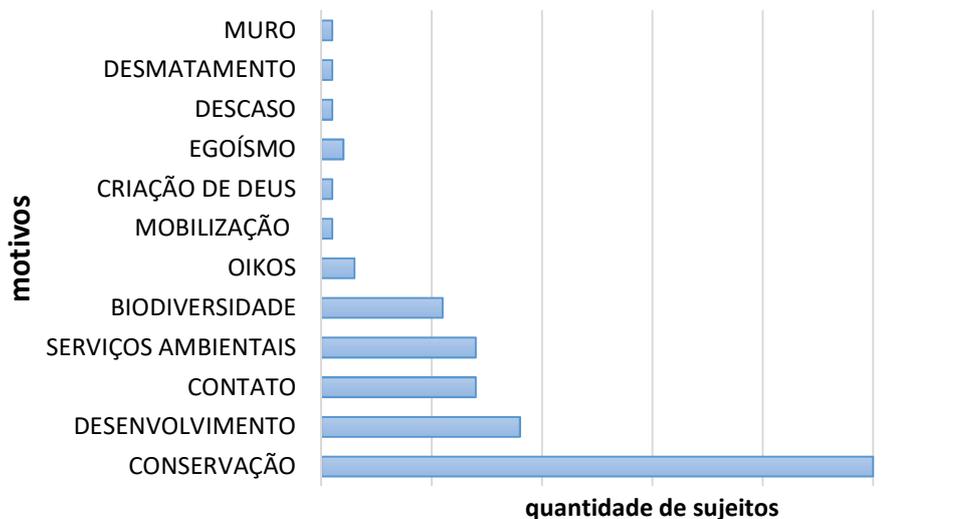
Figura 58 – Grau de orgulho emanado pelos sujeitos entrevistados



Fonte: Própria, 2018.

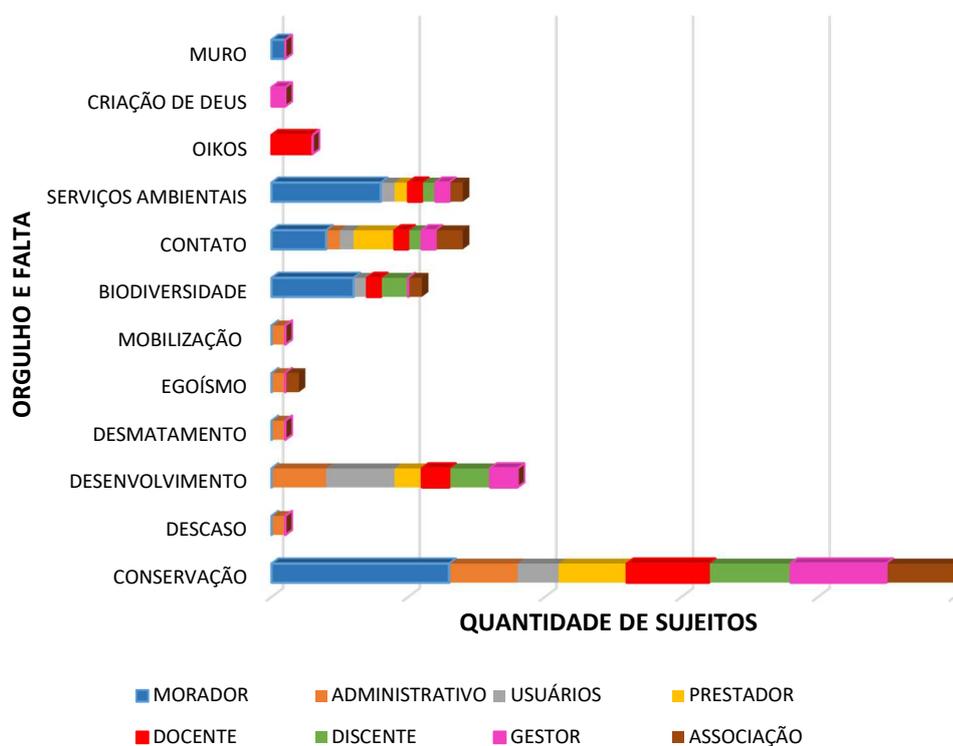
Tuan (2012) também indica que é natural dos seres humanos terem uma visão etnocêntrica, um egocentrismo coletivo em relação aos lugares onde vivem, supervalorizando-os e atribuindo-lhes um valor de superioridade em relação aos lugares adjacentes. Essa visão é explicada pela necessidade de manutenção ou autossustentação de sua própria cultura ou da prosperidade do lugar, em que a necessidade de centralidade ou de fazer-se central coopera para se manter o sentido de orgulho. Assim, os entrevistados foram perguntado sobre os motivos de orgulho ou da falta dele (Figura 59 e 60).

Figura 59 – Motivos de orgulho ou falta dele emanados dos sujeitos entrevistados



Fonte: Própria, 2018.

Figura 60 – Motivo de orgulho ou falta dele, por categoria de sujeito



Fonte: Própria, 2018.

A maioria dos entrevistados diz sentir orgulho pela conservação do fragmento – “Saber que em plena área urbana existir um fragmento florestal enorme” (A8AG) – e por

como esta conservação caminha com o desenvolvimento institucional da UFAM – “*É uma área que conjuga a preservação ambiental com o desenvolvimento da educação*”. (A11F); “*Saber que o Amazonas tem uma universidade que concilia a preservação da natureza e o ensino*”. (A9).

Quanto à relação da conservação e o andamento da instituição os usuários destacam a importância dos projetos ofertados pela academia ao desempenhar o seu papel social: “*Sinto orgulho dos projetos desenvolvidos aqui para a população*” (US3). Essa fala coaduna-se com as ideias de Sobrinho (2003, p. 119) acerca do ofício das universidades na “*formação, produção dos conhecimentos para aumento da dignidade da vida, desenvolvimento civilizatório, aprofundamento dos valores democráticos e de elevação do humano*”, convergindo para o atendimento das exigências da atual sociedade na busca da redemocratização do modelo de gestão proposto para as universidades públicas e privadas do país durante o processo histórico da Reforma Universitária (MEC/CAPES, 2015).

A falta de orgulho repousou nos aspectos do egoísmo humano, descaso, desmatamento e na construção do muro pela Universidade na tentativa de preservar/conservar o próprio fragmento, uma vez que os moradores adentravam com grande frequência à porção para colher frutos e caçar animais. Tais aspectos podem ser percebidos nas falas: “*Ainda tem pessoas conscientes e brigam por algo melhor. As pessoas se mobilizam para preservar as árvores. A falta de orgulho é que as pessoas às vezes só pensam em si e não no coletivo*” (A1); “*Falta de orgulho de ter muitas destruições, descaso com o igarapé e córregos. As nascentes se perderam*” (A6).

Eu sinto orgulho por causa dessa mata verde, das pacas, macacos. A falta de orgulho foi a construção do muro porque a área da UFAM era um espaço de lazer pra comunidade e a gente sabia preservar. A gente atava rede e assava churrasco. Agora não pode mais. Eu capinava e deixava tudo limpinho. (M6).

A construção do muro é apontada pelos moradores como um fator desagregador, tanto no fator da conservação ambiental quanto na retirada de sua alternativa de lazer. Não compreendem o impacto antrópico ambiental que eles impetravam, visto que alegam que ajudavam a “*preservar*”, em contrapartida ao relatório substanciado do NUCAM, que constatou as situações de risco de novas invasões e mau uso da área pela comunidade do entorno, bem como da própria comunidade universitária, motivo pelo qual o Reitor Hidembergue Frota, junto ao NUCAM, criou uma política de proteção da área, construindo muros e cercas em diferentes locais dos limites do terreno, contudo, devido a atuais baixos

investimentos e atenção, muitos trechos do muro foram derrubados, furados e não reconstruídos, como apontam Marcon *et al.* (2012).

Sobre tais condutas frente ao *Campus*, é salutar compreender que cada indivíduo percebe a realidade a partir de suas próprias experiências. Desta forma, a percepção sofre variações de acordo com os modelos perceptivos de cada indivíduo. A experiência no e com o ambiente faz parte de um sistema em que podemos tê-lo como constituinte de fonte de estímulo, informação e ação. O significado do ambiente está em função do impacto emocional que ocorre entre a pessoa e o ambiente, afetando as demais esferas de ação. Como aponta Lynch (1997), tanto os ambientes naturais quanto os construídos por ação antrópica são percebidos de maneira individual, de acordo com as experiências de cada sujeito, uma vez que estas experiências formam os significados necessários para a compreensão dos fenômenos vividos e ou observados.

Quando analisamos as subcategorias por sujeito, notamos que os docentes desenvolveram um sentimento de *oikophilia* pelo lugar.

(...) a motivação que brota como expressiva força persuasiva, que compreende as nossas ligações mais profundas e contagia as emoções morais, estéticas e espirituais que transfiguram o nosso mundo, criando, em meio às emergências, um abrigo capaz de amparar as futuras gerações. (SCRUTON, 2016, p. 194).

Da fala dos professores, surgiu o “*orgulho que aqui é a minha casa. Um dos maiores fragmentos florestais do Brasil sendo pressionado pela matriz urbana, pelas pessoas*” (D6B), remetendo ao amor ao lar na gênese da necessidade humana, caracterizada, segundo Scruton (2016, p. 227), por “um chamado à responsabilidade, e reprovando o cálculo. Exorta-nos a amar, em vez de usar; a respeitar, em vez de explorar. Convida-nos a perceber o ‘doce lar’ da mesma maneira que percebemos as pessoas, não somente como meios, mas como fins”.

A diversidade das relações emanadas pode ser compreendida em relação às interações que cada sujeito possui. Maturana e Varela (2001), em sua obra *A Árvore do Conhecimento*, sinaliza-nos que as interações cooperativas e recorrentes entre seus membros compõem esse sistema social que se regula como um meio pelo qual os seres vivos se realizam e conservam sua organização e adaptação. Os citados autores trazem o conceito de *autopoiese*, segundo o qual cada elemento constitutivo participa da produção de outros, uma recursividade onde a rede produz e é produzida pelos seus componentes.

Assim, para Maturana e Varela (2001, p. 136), “a mudança estrutural contínua dos seres vivos com a conservação de sua autopoiese ocorre a cada instante, continuamente e de várias maneiras ao mesmo tempo. É o pulsar de tudo o que vive”.

Como também descrevemos a unidade autopoietica como tendo uma estrutura particular, fica evidente que as interações (desde que sejam recorrentes) entre unidade e meio consistirão em perturbações recíprocas. Nessas interações, a estrutura do meio apenas desencadeia as mudanças estruturais das unidades autopoieticas (não as determina nem informa), e vice-versa para o meio. O resultado será uma história de mudanças estruturais mútuas, desde que a unidade autopoietica e o meio não se desintegram. Haverá um acoplamento estrutural. (MATURANA e VARELA, 2001, p. 137).

O estudo desse conceito é salutar na medida em que nos é apresentada a importância da interassociação do sistema ambiental. Sua evolução pode ser compreendida com o próprio avanço da hominização, no sentido de reconhecer que todos estamos em um sistema ambiental interativo com múltiplas dimensões se retroalimentando de forma complexa, numa relação trinitária indivíduo-espécie-sociedade, pois, se tentamos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos esses aspectos, numa relação complementar de questões antagônicas, conforme defende Morin (2007).

Essa perspectiva de caráter sistêmica nos possibilita compreender que as interações sociais e culturais do sujeito com o ambiente marcam as transformações históricas desencadeadas em um movimento de formação social e cultural, neste caso da pesquisa, na APA Floresta Manaós, uma vez que, segundo Maturana e Yanes (2009), a autopoiese é um contínuo transformar-se num devir histórico, independente da complexidade do ser vivo.

Os denominados acoplamentos estruturais estão implícitos na conduta e na aprendizagem dos indivíduos a partir das interações do coletivo com o ambiente. Dessa correlação, Maturana e Varela (2001) vão nos indicar o fenômeno do acoplamento estrutural de terceira ordem⁹ àquele intrínseco às relações sociais, com a formação do conhecimento e da memória de uma coletividade, induzindo, no caso, uma contribuição ao processo de formação de memórias.

Para Maturana e Varela (2001), esse processo de acoplamento estrutural, onde cada elemento em associação ao outro traz transformações para sua estrutura, sua forma de ser e fazer, transforma tanto os sujeitos como o ambiente, num movimento de circularidade, autonomia e interdependência, numa dinâmica pela conservação da autopoiese, para a realização do viver.

⁹ “É possível que tais interações entre organismos adquiram, ao longo de sua ontogenia, um caráter recorrente, estabelecendo assim um acoplamento estrutural que permita a manutenção da individualidade de ambos na prolongada sucessão de suas interações. Quando isso se dá, acontece uma fenomenologia peculiar, dos acoplamentos de terceira ordem”. (MATURANA & VARELA, 2001, p. 206).

A realização do viver, para Maturana e Verden-Zoller (2004), denota de uma dimensão ética, sancionando o amor como base das interações cooperativas humanas. Para eles, uma sociedade sem amor se decompõe, uma vez que a negação do outro envolve a negação de si mesmo.

Tuan (2012) aponta a valorização da relação entre pessoas e o espaço, perpassando pela percepção e a representação espacial, as culturas e as relações sociais, orientando-nos que:

Sem a auto compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos. E os problemas humanos, quer sejam econômicos, políticos ou sociais, dependem do centro psicológico da motivação, dos valores e atitudes que dirigem as energias para os objetivos. (TUAN, 2012, p. 15).

Compreender o ambiente em que se está inserido requer o fomento de habilidades, cognitivas e emocionais, que proporcionem à pessoa a estar atenta ao lugar em que está inserido. Nesse sentido, o perceber, o ver e o sentir são atitudes fundamentais para o exercício da cidadania ambiental, azo que estimula o elo afetivo, a relação entre a pessoa e o lugar, constituindo um processo em constantes transformações, fruto das atividades do homem em sociedade, buscando desenvolver permanentemente a consciência de conservação do ambiente em consonância com os direitos fundamentais da humanidade e deveres para o pleno convívio em uma sociedade definida por princípios de responsabilidade privada, justiça ambiental e ação coletiva para uma conexão sustentável. A seguir, veremos qual a perspectiva ética ambiental dos sujeitos entrevistados, se antropocêntrica, biocêntrica, ecocêntrica ou outra.

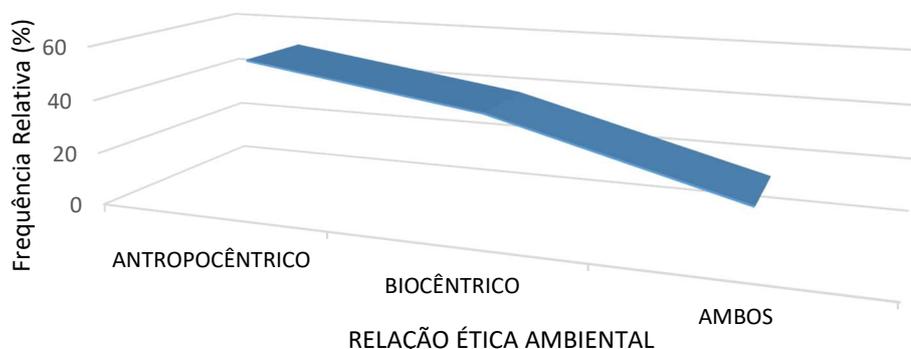
2.3 Diga-me o que pensas e te direi quem és: O cidadão e sua perspectiva ambiental

A reflexão sobre a relação do homem e o ambiente vem ganhado notoriedade a cada dia frente aos grandes impactos e degradações ambientais decorridos e à resposta natural em forma dos eventos extremos ocorridos nas últimas décadas.

A relação dos sujeitos desta pesquisa, a saber: docentes, discentes, prestadores de serviços, técnicos-administrativos, moradores internos e externos, presidentes de associação, gestores, usuários e informantes-chave com o ambiente, pautou-se em três resultados: 48% alegaram que possuem uma visão antropocêntrica; 36%, uma perspectiva biocêntrica; e 16% sugeriram a emersão de uma nova compreensão sobre a relação do homem com o ambiente,

com o intuito de possuir uma confluência entre o antropocentrismo e o biocentrismo, segundo informações do gráfico abaixo (Figura 61).

Figura 61 - Relação ética ambiental dos sujeitos entrevistados

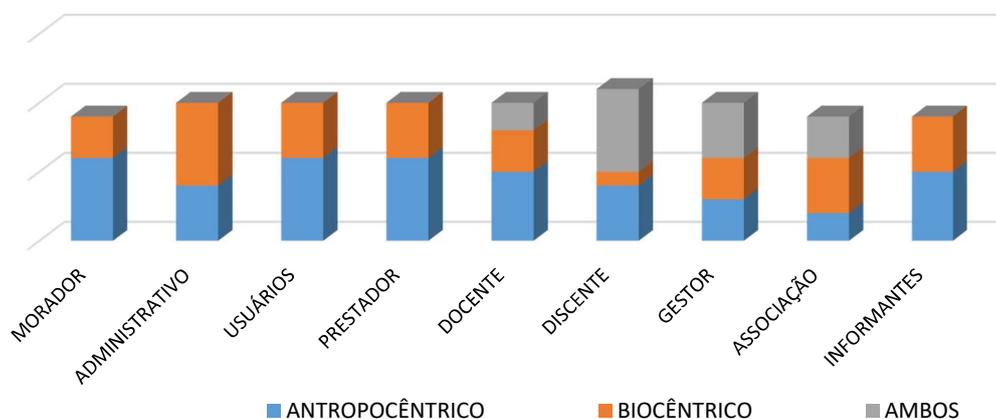


Fonte: Própria, 2018.

Suplantando as discussões éticas sobre o pensamento antropocêntrico, biocêntrico e ecocêntrico, como tema recorrente nas discussões para o enfrentamento dos grandes desafios ambientais da atualidade, a presente pesquisa traz este dado como forma de compreensão e atuação do homem sobre o ambiente, uma vez que é explícita e evidente a visão dicotômica da ruptura homem x ambiente frente aos sintomas mais amplos dessa relação.

A categoria de sujeitos com maior representatividade antropocêntrica foram: moradores, usuários, prestadores, docentes e informantes-chave. A perspectiva biocêntrica pôde ser refletida nas categorias dos administrativos e presidentes de associação. A necessidade da emergência de um novo pensamento de relação ética ambiental foi apontada nas categorias dos discentes, gestores, presidentes de associação e docentes (Figura 62).

Figura 62 - Relação ética ambiental dos sujeitos entrevistados por categoria



Fonte: Própria, 2018.

Quando nos deparamos com a visão antropocêntrica dos sujeitos que possuem contato com a APA, sua própria terminologia nos indica uma formação híbrida da palavra, do grego “*antropos*” e do latim “*centrum*”, apontando o homem, o ser humano, como o centro do Universo, conforme assevera Milaré (2009). Em outras palavras, essa visão preconiza uma perspectiva da espécie humana como âmago do mundo, tendo os outros seres a si voluteados. Fiorillo (2005, p. 15) vai nos informar que, em relação ao arcabouço jurídico legal, o “direito ambiental possui uma necessária visão antropocêntrica, porquanto o único animal racional é o homem, cabendo a este a preservação das espécies, incluindo a sua própria”.

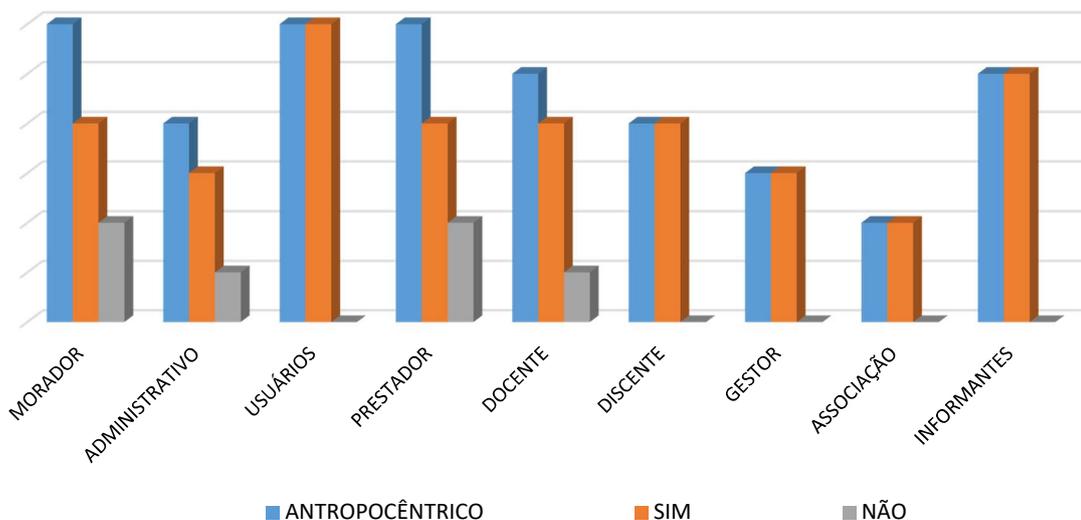
Os motivos elencados para uma defesa ética antropocêntrica repousaram sobre a necessidade humana de possuir uma vida digna, uma vez que o homem carece de alimentação, de moradia, entre outras necessidades, demandando ações de degradação sobre algumas formas de vida. Vislumbramos essa visão refletida nas seguintes falas de entrevistados: “*Nós temos necessidade que os animais não têm*” (US3); “*O ser humano desmata porque tem que morar, construir hospitais*” (US7).

Essa visão antropocêntrica sobre as demais formas de vida é ratificada na nossa Constituição Federal.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988, Art. 225).

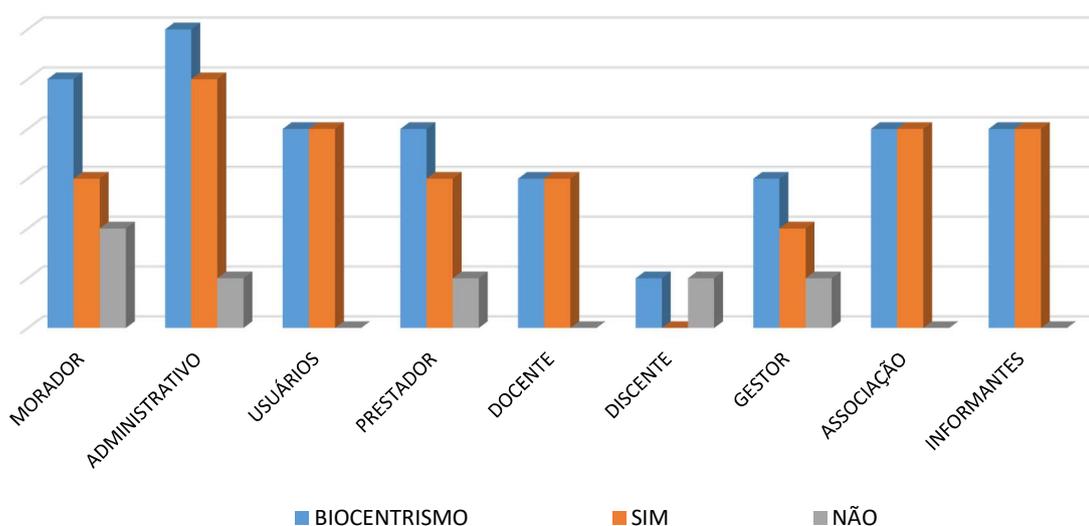
Vemos que a Constituição declara a dignidade humana como princípio fundamental, porém, para garantir que esse direito, é necessário que esse cidadão proteja toda e qualquer forma de vida preconizada na Lei nº 6938/81, em seu Art. 3º, que, de forma visionária e prospectiva, contempla em seu bojo a complexidade do sistema ambiental quando concebe o “I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Partindo para uma análise, no intuito de averiguar se as pessoas que possuem uma visão antropocêntrica apresentam apego ao fragmento florestal, vimos que 85% delas dispõem do sentimento afeto, enquanto 15% relatam que não sentem tal sentimento. Distribuídos pelos sujeitos de análise, as unidades que mais evidenciam o apego e que possuem uma relação antropocêntrica são os usuários, informantes-chave, prestadores de serviço, moradores, docentes, discentes e gestores (Figura 63).

Figura 63 - Relação dos sujeitos antropocêntricos e o apego

Fonte: Própria, 2018.

Quanto à questão biocêntrica, averiguou-se se as pessoas que possuem tal visão demonstram apego em sua totalidade, uma vez que este pensamento requer a consideração de todas as formas de vida. Assim, vimos que 82% dispõem do sentimento afeto, enquanto 18% relatam que não sentem tal sentimento pelo fragmento florestal. Distribuídos pelos sujeitos de análise, as unidades que mais evidenciam o apego são os administrativos e presidentes ou representantes de associação e informantes-chave (Figura 63).

Figura 64 - Relação dos sujeitos biocêntricos e o apego

Fonte: Própria, 2018.

A inferência que podemos assentar é que ambos os sujeitos que declararam sua relação com o ambiente de forma tanto antropocêntrica (85%) quanto biocêntrica (82%) possuem apego e estão muito próximos, com a diferença de três pontos, considerando a margem de erro. É importante notar que a falta de apego dos antropocêntricos (18%) e dos biocêntricos (18%) seguem a mesma reflexão, sendo muito próximos os resultados. Existe uma gama de trabalhos sobre a questão antropocêntrica e sua relação com a degradação ambiental, mas poucos trabalhos a respeito das pessoas que defendem uma visão biocêntrica e que não possuem apego ao lugar, talvez por não compreender o conceito e as implicações em relação à centralidade da vida, na sua forma manifesta quanto ao que o conceito biocêntrico demanda, assim como a existência da possibilidade de não possuírem apego devido a questões sociais.

Nesse sentido, o princípio biocêntrico, incutido no Art. 3º da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, sob a forma de proteção de todas as formas de vida para garantir a qualidade de vida para as futuras gerações, avoca à luz não apenas a responsabilidade do homem para satisfação das suas necessidades, mas também a importância de olhar a fauna, a flora e todo o sistema inter-relacional ecológico como questão fundamental para a garantia da própria sobrevivência humana, como aponta Rodrigues (2005).

Portanto, os sujeitos entrevistados que possuem contato com a APA, em sua maioria, declaram manifestar uma ética ambiental antropocêntrica. Apesar disso, apresentam grande apego pelo lugar. Quando comparamos as relações antropocêntricas e biocêntricas dos sujeitos, e notamos certo grau de equilíbrio em relação ao apego, inferimos que se faz necessário analisar outros elementos que atuam diretamente no comportamento dos cidadãos ambientais, uma vez que um preceito que leve em conta somente imprescindibilidade humana como maior valor intrínseco sobre as demais espécies germina o pensamento de que todas as demais formas de vida podem ser tidas como “recurso”, passível de ser explorado até sua extinção.

Esse pensamento muito presente em nossos dias empreende discussões éticas em vários campos da dimensão humana. Rodrigues (2005) ilustra essa constatação afirmando que:

O homem continua a assistir ao espetáculo na primeira fila, vendo apenas a si mesmo, sem enxergar os demais personagens, sem identificar que o personagem único e principal é o conjunto de interações decorrentes da participação de todos os personagens. (RODRIGUES, 2005, p. 94).

Na mesma direção, Morin (2005, p. 93) complementa afirmando que o homem se tornou o “subjugador global da biosfera, mas por isso mesmo subjugou-se a ela. Tornou-se o hiperparasita do mundo vivo, mas por ser parasita, ameaça a sua sobrevivência ameaçando desintegrar a eco organização de que vive”.

Assim, quando analisamos a questão da relação ética ambiental e a disposição em atuar em defesa do lugar, verificamos que os sujeitos que declararam uma ética antropocêntrica possuem uma disposição de grau médio na escala utilizada desse trabalho. Declararam essas pessoas que, caso presenciassem algum ato lesivo à APA, iriam acionar os órgãos competentes. Em contrapartida, aqueles que afirmaram possuir uma ética biocêntrica informaram que possuem uma disposição de média a alta para, caso fosse preciso, intervir pelo lugar, acionando, por meio de mobilizações e denúncias, as instituições ambientais.

É importante frisar que muitas oitivas ressaltaram que se faz necessário não se mobilizar, uma vez que podem empreender alguma ação imprópria: *“Hoje eu aprendi que tenho que acionar as instituições competentes porque se eu fizer algo por mim mesmo, pode estar errado e depois eu posso sofrer alguma punição por isso”* (D7F).

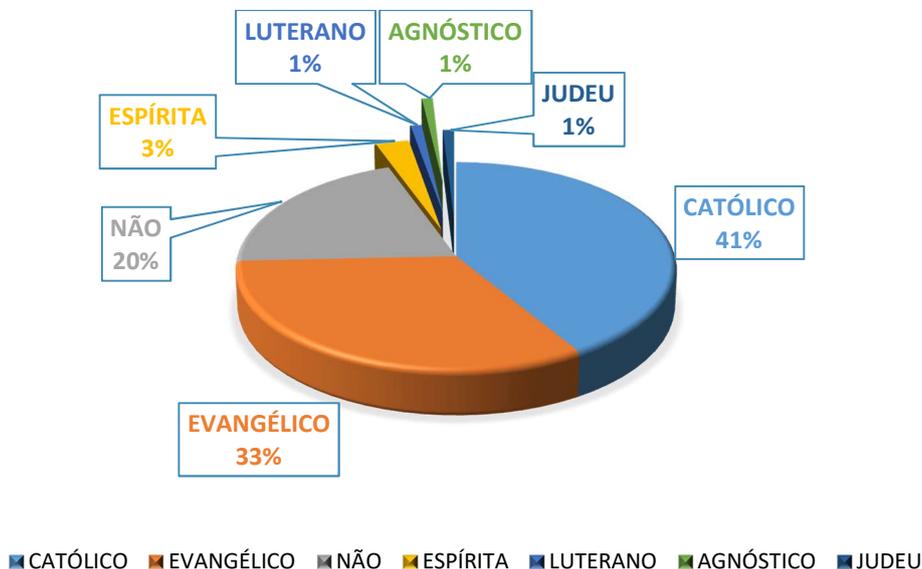
Quanto à gênese de uma nova categoria que possa convergir entre estas duas perspectivas, biocêntrica e antropocêntrica, vimos os discentes e os gestores como desejosos dessa visão, mas em nenhum momento externaram uma visão ecocêntrica, apesar de anteriormente termos demonstrado que 93% compreendem que suas ações refletem como impacto ambiental.

Sobrelevando uma visão linear marcada pelo princípio relacional, o homem vem superando esse paradigma por meio do reconhecimento da complexidade do sistema ambiental, apesar de que a tutela da proteção do ambiente sempre repousará sobre a espécie humana, uma vez que é inconcebível na atualidade o homem ser regido por outra espécie, apesar de que, com toda evolução tecnológica e cinematográfica, tal cenário prontamente nos foi apresentado sob forma de especulação, contudo ainda o é improvável.

Outra questão associada à relação do ser humano com o ambiente é o aspecto espiritual. O presente trabalho não aprofundou o tema em questão, podendo ser estudado este elemento de forma mais aprofundada em outra ocasião, visto que este não é uma categoria de análise. Entretanto, podemos demonstrar que 41% dos entrevistados são católicos; 33% evangélicos; 3% espíritas; 1% luterano; 1% judeu; 1% agnóstico e 20% não professam qualquer tipo de fé (Figura 65), ou seja, 79% declaram uma fé judaico-cristã, podendo ser compreendida devido ao processo de colonização histórica brasileira; enquanto 21% afirmam não adotarem nenhuma fé ou serem agnósticos, (podendo ser teístas ou ateístas, uma vez que

admitem que não tem conhecimento que comprove a existência de uma única divindade, mas acreditam na possibilidade da existência de uma divindade ou mais).

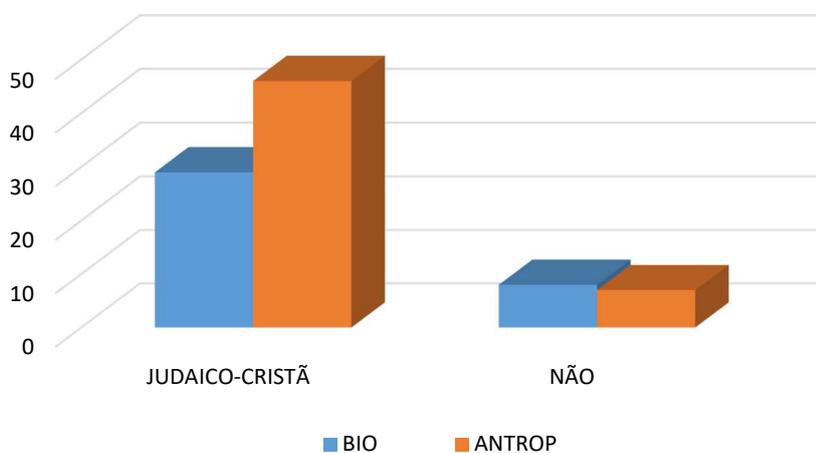
Figura 65 - Profissão de fé dos sujeitos entrevistados



Fonte: Própria, 2018.

É importante notar que ambos, ou seja, tanto aqueles que professam uma religião como aqueles que não, possuem uma relação ética com o ambiente, contudo notamos uma maior expressão da questão antropocêntrica naqueles que declaram a fé judaico-cristã. Entre aqueles que não confessam nenhuma fé, houve um equilíbrio entre as perspectivas éticas em relação do homem com o ambiente (Figura 66).

Figura 66 - Relação homem-ambiente e sua profissão de fé



Fonte: Própria, 2018.

Nesse sentido, o elemento antropocêntrico vem sendo pesquisado dentro da moral judaico-cristã desde início do século XIX, quando semelhante perspectiva pôde ser ratificada na ocasião em que Max Weber escreveu os primeiros ensaios, sob forma de artigo, do ulterior livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tal “espírito” capitalista, como sistema econômico que provoca profundas modificações na natureza devido ao modo de produção e a relação com o trabalho, deixa de atender às necessidades humanas para fomentar o lucro.

Pierucci (2004) apresenta o tema, contextualizando que Weber pretendia, ao lado da ética religiosa, demonstrar uma relação sociológica causal histórica sobre a cultura capitalista moderna, isto é, a condução da vida. Assim, discorre uma investigação sobre a conduta sócio-cultural-religiosa de cristãos protestantes.

Deste modo, uma justificativa antrópica de degradação ambiental e que muitos autores hodiernos ainda abordam é a questão da dominação humana exarada por Deus na passagem do livro de Gênesis, no Velho Testamento, narrando o fato, após a criação do mundo, quando este abençoou o casal humano e lhes disse:

Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra. E disse Deus: Eis que vos tenho dado toda a erva que dê semente, que está sobre a face de toda a terra; e toda a árvore, em que há fruto que dê semente, ser-vos-á para mantimento. (BÍBLIA, GN 1: 28 – 29, 2008).

Em seu estudo filosófico e sociológico, de Weber (2004, p. 29) faz uma apanhado de elementos demonstrando que “está clara participação dos protestantes na propriedade do capital, na direção e nos postos de trabalho mais elevados”, posto que “proporcionam uma espécie de ensino superior que costumam proporcionar a seus filhos” (Ibidem, p. 32), ou seja, aspectos intrínsecos desses sujeitos como a valorização do conhecimento fomentam uma mão de obra qualificada.

Na mesma direção, o citado filósofo aponta outra característica, afirmando que o:

único meio de viver que agrada a Deus não está em suplantar a moralidade intramundana pela ascese monástica, mas sim, exclusivamente, em cumprir com os deveres intramundanos, tal como decorrem da posição do indivíduo na vida, a qual por isso mesmo se toma a sua “vocação profissional”. (WEBER, 2004, p. 72).

Assim, Weber (2004) explicita que, para o cristão protestante, ser um bom trabalhador, disciplinado, emergindo uma “vocação profissional”, é prisma que apraz seu Criador, sendo enriquecida por outra particularidade, a honestidade, “como um embasamento religioso da moralidade profissional ainda mais firme” (Ibidem, p. 199).

Todas essas qualidades de desenvolvimento cultural, mão de obra qualificada, vocação para o trabalho, honestidade, além da disciplina, poupança, entre outras, são referenciadas pelo filósofo para corroborar a concepção de que o indivíduo cristão protestante é um instrumento fundamental na produção de capital, uma vez que se ampara no trabalho árduo, sério, honesto e disciplinado. Weber (2004) aduz seu pensamento após a Reforma Protestante, analisando Lutero, Calvin, Aquino e grupos cristãos protestantes como os batistas e anabatistas.

Apesar de tais elementos levantados por Weber serem, de fato, premissas para todo e qualquer desenvolvimento humano, não apenas o capitalista, faz-se necessário compreender ainda que sua relação com a perspectiva judaico-cristã é, no mínimo, convergente, uma vez que a categoria “trabalho” nesta última concepção é tida como aspecto para dignidade humana quando em equilíbrio, e, ao analisarmos a perspectiva da natureza humana, o trabalho como cerne e foco na vida, não distinguindo a diferença entre provisão e ostentação, passa a ser idolatria, como aludido por Ferreira (2004).

Sob esse pensamento, a ética cristã vai colocar a acumulação como uma atitude maculada: “Não ajunteis tesouros na terra, onde a traça e a ferrugem tudo consomem, e onde os ladrões minam e roubam” (BÍBLIA, MT 6:19). Nesse sentido, a ideologia judaico-cristã não estimula valores de acumulação, mas não condena o trabalho, antes ensina: “O que furtava não furte mais; antes trabalhe, fazendo algo de útil com as mãos, para que tenha o que repartir com quem estiver em necessidade” (BÍBLIA, EF 4:28).

Ferreira (2004) vai discorrer sobre os inúmeros princípios bíblicos para preservação e conservação da natureza, dentre os quais, podemos citar: princípio da autoria divina; princípio da triangulação: Deus – homem – natureza; princípio da administração e da prestação de contas (mordomia); princípio da racionalidade; princípio da seleção entre o puro e o impuro; princípio da sobrevivência; princípio da relação universal da natureza; princípio da colheita; princípio para que nada se perca – redução – reutilização – reciclagem.

Segundo Ferreira (2004), são muitas as passagens bíblicas que demonstram que o funcionamento da natureza foi alterado nas suas estações próprias por causa do pecado do povo, mas não convém retratar o aprofundamento deste aspecto neste trabalho.

Vimos, portanto, na perspectiva judaico-cristã, que o homem aparece como possuidor da titularidade, sendo o único capaz de obedecer às normas que elabora, sendo, portanto, disciplinador dos direitos e deveres a serem cumpridos para relação entre o ser humano e a natureza. Em contrapartida, é tido, nessa perspectiva, como transgressor quando não cumpre as orientações dada por seu Criador.

Contudo, faz-se necessário compreender mais profundamente esta perspectiva espiritual, uma vez que uma visão fragmentada e superficial concorre para o perigo de erro e distorção da conduta emanada pela visão judaico-cristã. Assim, retomando a perspectiva primária descrita na citação do livro bíblico de Gênesis, vimos que o ecossistema foi criado para o homem, e o ser humano foi posto como parte desta criação com a incumbência de reinar e cuidar dele, uma vez que, vivendo neste contexto, em harmonia, o homem entendia perfeitamente como funcionava o sistema ambiental, pois concebia sua própria criação oriunda da Terra, portanto a ligação era simbiótica e, por isso, não havia nenhuma agressão ao ambiente, uma vez que tudo funcionava em irreprovável integração relacional entre as dimensões: homem, mulher, Deus e natureza.

A natureza retratada na série *As crônicas de Nárnia*, escrita pelo irlandês C.S Lewis (2005), de 1950 a 1956, simboliza essa harmonia relacional e comunicacional, onde o ser humano entende e conversa com a fauna e a flora. Sobre tal visão integral, Ferreira (2004) vai nos informar que, quando o homem desobedeceu às regras do convívio com Deus – e é bom notar que a desobediência envolvia o ambiente na figura de uma árvore – afastou-se do Criador. E é aqui que, segundo a visão judaico-cristã, reside o segredo de todos os problemas do mundo moderno com o meio ambiente: o ser humano não conhece o Criador da natureza, não O teme, não O obedece, não se sente responsável por ele, e por isso o maltrata. Lamentavelmente, toda agressão ao ambiente retorna com consequências sérias sobre o agressor, que é o ser humano.

Jean Dorst (1977) vai retratar bem esse cenário quando escreve “o homem apareceu como um verme numa fruta, como uma traça num novelo de lã, e roeu seu habitat”. Conquanto, após a escolha humana pela desobediência, o homem e mulher quebraram as regras de interação e convivência entre tais dimensões. Segundo Ferreira, (2004), a primeira consequência da perda do contato com o Criador foi a necessidade de sabedoria para lidar com a natureza.

A quebra de comunhão entre o homem e o seu Criador resultou em sofrimento para todo o ecossistema. Tal dissabor é narrado no livro sagrado da seguinte forma:

A natureza criada aguarda, com grande expectativa, que os filhos de Deus sejam revelados. Pois ela foi submetida à inutilidade, não pela sua própria escolha, mas por causa da vontade daquele que a sujeitou, na esperança de que a própria natureza criada será libertada da escravidão da decadência em que se encontra, recebendo a gloriosa liberdade dos filhos de Deus. Sabemos que toda a natureza criada geme até agora, como em dores de parto. (BIBLIA, RM, 8:19-22).

Isto posto, a natureza humana, agora corrompida, nesta perspectiva, é responsável pela vileza e deterioração ambiental, o que não está delimitado ao “espírito protestante”, mas inerente à natureza humana. Talvez tenha sido esta a imprecisão de Weber, uma vez que não pondera acerca de tal perspectiva quando se dispõe a analisar um objeto permeado de significações, ou seja, toda a espécie humana, e não uma parte dela, coopera para a degradação. O fato é que a busca pelo bem-estar material é natural do ser humano, seja ele qual for, é uma questão cultural produzida pelo homem.

O trabalho de pesquisa não adentra na comparação do mérito de degradação ambiental no sistema capitalista ou socialista, conquanto cada sistema econômico tem desempenho ambiental diferente. Para Foladori (2005), as diferenças dentro de um mesmo tipo de economia (capitalista ou socialista) estão relacionadas com as próprias características naturais de cada país, com sua posição geográfica, com sua história econômica, com a cultura de seu povo e, em grande medida, com as políticas específicas e seu funcionamento administrativo.

Um exame nesse sentido traria outras categorias de análise, lançando mão de reflexões não apenas sobre o tipo de relações econômicas, mas também sobre o desenvolvimento tecnológico, a cultura ambiental dos sujeitos, dentre outros aspectos, dado que, nas economias socialistas, segundo Foladori (2005, p. 43), a política comanda a economia e, assim, esta “não é resultado das leis de mercado, mas da aplicação de um plano de produção consciente”. Dessa forma, para o referido autor, faz-se necessária uma reflexão sobre a emersão das economias socialistas num mercado mundial capitalista e em concorrência com este modelo de economia, para entender a degradação da natureza.

Scruton (2016, p. 23-24) expõe que “temos que aprender uma lição: reconhecer que a proteção ambiental é uma causa perdida, caso não encontremos os incentivos que levariam as pessoas em geral, e não somente os seus representantes, a defendê-la.

Com a evolução da visão antropocêntrica para a biocêntrica, vimos que 36% dos sujeitos entrevistados declararam que possuem tal ética relacional com o ambiente, reconhecendo, em consonância com o que defende Milaré (2009, p. 88), que a vida, em todas as suas formas e não apenas a humana, passou a “ser considerada o valor mais expressivo do ecossistema planetário, reconhecendo-se a importância de todos os seres vivos por si mesmo e para a manutenção do equilíbrio do ambiente”.

Por conseguinte, com o foco voltado para a vida, surgiu o biocentrismo, vocábulo híbrido de composição greco-latina (do grego *bios*, a vida; e do latim *centrum*), que, em suma, conceber a vida como personagem central da tutela ambiental. Neste sentido, para Milaré

(2009), o valor da vida passou a ser um referencial inovador para as intervenções do homem no mundo natural.

A vida, assim, como parâmetro valoral do viver, brada pela outridade, uma profunda afinidade com o outro, encaminhando-nos para o despertar da afetividade, entendida por Sawaia (1999) como perspectiva ético-política e por Toro (1996) como profunda afinidade com o outro, e esse outro é tudo o que existe: uma planta, um animal, um rio, um humano, o ar e assim por diante.

Elementos da ética ecocêntrica não emergiram nas falas dos sujeitos entrevistados, apesar de que 16% deles, representados nas categorias dos gestores, presidentes de associação, docentes e discentes, asseveraram acerca da necessidade de aflorar alguma perspectiva mais equilibrada entre o antropocentrismo e o biocentrismo, mas não conseguiram descrever tal perspectiva.

Aldo Leopold, quando concebeu sua ética ambiental, advogou que todas as formas de vida, sem discriminação, não podem ser destituídas de suas habilidades psicológicas, assim emerge a ética da terra ou ecologia profunda, primando pela não hierarquia de qualquer espécie de vida na consideração moral, como possui a ética biocêntrica em relação aos animais. Na concepção de Beckert (2003), quando há confronto entre as espécies, na ética ecocêntrica, ocorre a aniquilação daquela que está incomodando o ecossistema.

Nessa redimensão do pensamento contemplada pela rede de interações entre as unidades, Capra (2006) declara que:

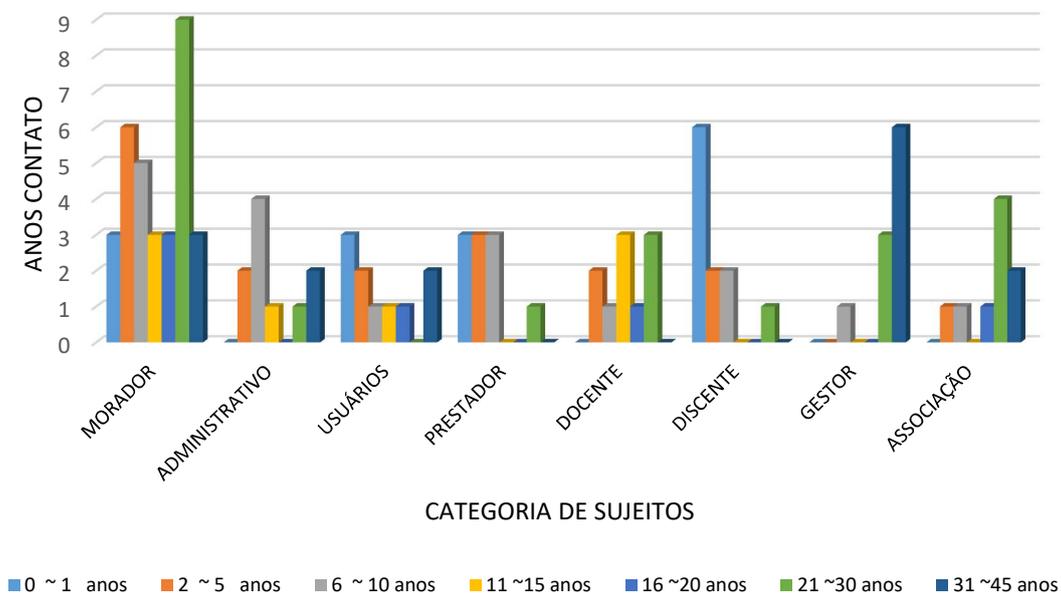
A visão dos sistemas vivos como redes fornece uma nova perspectiva sobre as assim chamadas "hierarquias" da natureza. Uma vez que os sistemas vivos, em todos os níveis, são redes, precisamos visualizar a teia da vida como sistemas vivos (redes) interagindo, à maneira de rede, com outros sistemas (redes). (CAPRA, 2006, p. 98).

Para o supracitado autor, a compreensão de que vivemos em rede, em uma "teia da vida", expressa uma reflexão sobre o entrelaçamento e de interdependência de todos os fenômenos. À medida em que esta concepção de rede tornou-se mais evidente entre os ecologistas, os pensadores sistêmicos começaram a utilizar modelos de rede em todos os níveis dos sistemas.

Não podemos compreender o espaço e o lugar sem levar em conta o tempo, pois o ciclo da vida humana é diferente da duração da vida do ambiente construído e das temporalidades próprias do ambiente natural. Assiste-se, com frequência, a acomodações indivíduo-ambiente, umas vezes ajustamentos, outras, incompatibilidades. Os aspectos

afetivos que emitimos associados ao ambiente são descritos pela topofilia (apego, afetividade, conectividade e bem-estar) e pela topofobia (estresse e tensão) (Figura 67).

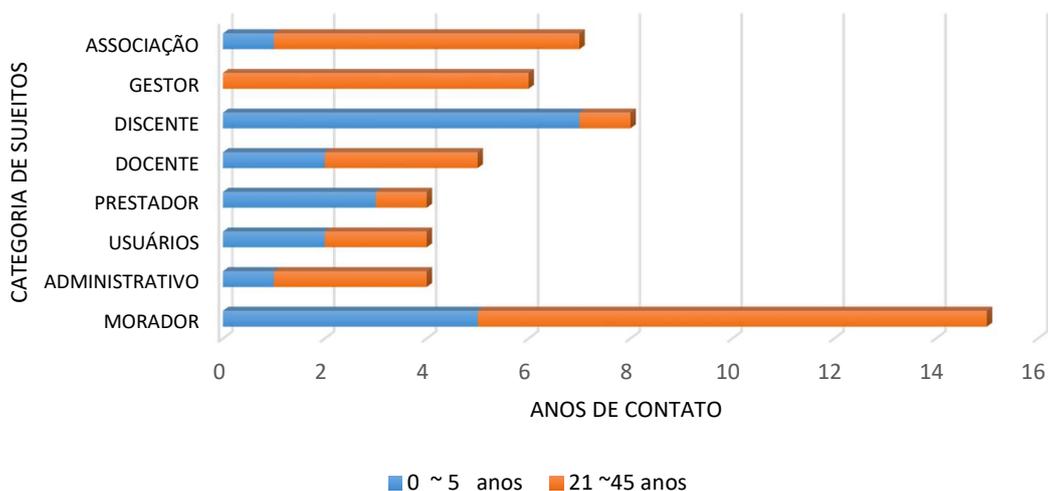
Figura 67 - Tempo de contato dos sujeitos com a APA Floresta Manaós



Fonte: Própria, 2018.

O resultado da pesquisa demonstra que os sujeitos que possuem mais tempo de contato com este fragmento florestal são os gestores da UFAM e, em seguida, os moradores, com período de 31 a 45 anos de relação. Os sujeitos entrevistados com proximidade recente foram os discentes, variando entre meses a 1 (um) ano (Figura 68).

Figura 68 - Quantidade dos sujeitos entrevistados entre o maior e menor tempo de contato



Fonte: Própria, 2018.

A interseção entre as categorias tempo e apego nos possibilitou vislumbrar a influência do período de tempo em relação ao apego que o sujeito possui com o lugar. Quando abordamos a questão do apego, o conceito nos possibilita compreender a base que produz o apreço e o pertencimento das pessoas ao lugar em que vivem e com o qual convivem. Tal ligação ao espaço geográfico irrompe a construção da história de vida das pessoas, suas raízes e identidade, transformando esse local em lugar, carregado de significados e valores.

Vimos, nas figuras acima, que os moradores possuem largo período de tempo e grande apego pelo lugar, contudo os discentes, apesar de possuírem pouco tempo de contato, também possuem grande apego. Tal observação demonstra que, independentemente do período de tempo exarado, os sujeitos possuem afeição pelo lugar.

A categoria dos gestores e presidentes de associação são estratos especiais, ocupados por pessoas que possuem tempo na instituição ou no lugar, razão pela qual não possuem representantes com pouco tempo de contato, assim, ambos demonstram possuir apego ao espaço. Vimos, portanto, que independentemente do tempo, as pessoas possuem apego ao lugar, seja pela sua história de vida ou por outro motivo que nutra essa afeição.

2.4 A construção do lugar, paisagem e aspectos topofóbicos

Para Tuan (2012), a percepção de um sujeito em relação ao lugar pode ser influenciada por diversos aspectos, engendrados tanto pelo meio social como pelo meio físico. Nele, a percepção estará em ação recursiva e retroalimentada às experiências e vivências ulteriores que cada indivíduo carrega no seu bojo de vida, podendo, assim, decorrerem sentimentos para com o lugar, sendo de afetividade (topofilia) ou ainda de rejeição (topofobia).

Durante a pesquisa, não foi perguntado nenhum aspecto topofóbico, ou seja, de medo, rejeição ou não valorização sobre o fragmento florestal em questão, mas perguntamos se este local causava algum transtorno, podendo surgirem, assim, alguns aspectos que pudessem levar ao sentimento topofóbico em relação ao fragmento florestal, até porque, segundo Amorim Filho (1999, p.147), “valores topofilicos são muito mais numerosos ou mais fáceis de serem identificados do que os topofóbicos”.

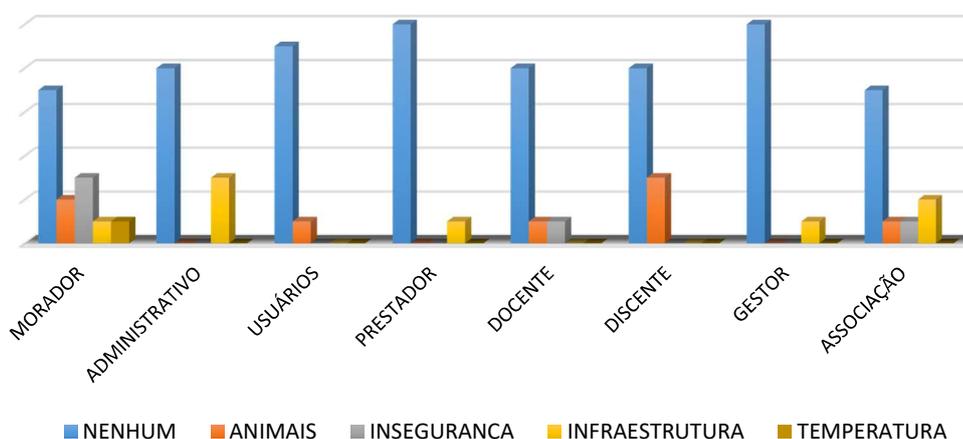
Vimos anteriormente que a falta de orgulho repousou nos aspectos do egoísmo humano, descaso, desmatamento e construção do muro, sendo estes notáveis incômodos em relação ao lugar, mas que não constituem fatores significativos para o desenvolvimento do

sentimento de rejeição, mas, ao contrário, até mesmo de preocupação com a conservação do fragmento.

Reconhecem a negligência da própria população, agregada a ações equivocadas da gestão da Universidade em equacionar o problema de conservação, como destinar locais específicos para as pessoas depositarem entulhos, lixo e resto de obra, por exemplo.

Dentre os pesquisados, 74% opinaram que o fragmento florestal não produz nenhum transtorno e 26% disseram que ocorre alguma dificuldade como aparecimento de animais peçonhentos. Também foram relatados aspectos como a insegurança, devido ao local ser rota de fuga de delinquentes, a infraestrutura e a temperatura (Figura 69).

Figura 69 - Transtornos percebidos por categoria de sujeitos entrevistados



Fonte: Própria, 2018.

Quando verificamos o desconforto por unidade de sujeitos, observamos que o incômodo devido aos animais peçonhentos é notado em todas as frações estudadas, possuindo maior representatividade entre moradores e discentes, como podemos notar nesses depoimentos: “*Aparece muita aranha caranguejeira e as vezes tememos por segurança*” (M5); “*O dono da mata são os bichos. Aparece escorpião, aranha, mas não me incomoda, os animais são melhores do que o bicho homem*”. (M8).

Em relação à insegurança, os moradores demonstram maior percepção deste aspecto, em seguida os docentes e presidente de associação, refletindo um certo nível de medo por ações de meliantes. Tal preocupação é visível na seguinte fala: “*Não haveria lugar melhor do planeta se a UFAM cuidasse do campo de pesquisa, mas está abandonado. Virou moradia de bandido. O transtorno é o bicho homem. Nós pegamos os animais e devolvemos para a floresta*”. (M7).

No aspecto de infraestrutura, o maior incômodo é percebido entre os administrativos, gestores e presidentes de associação, em relação à interação entre ambientes construídos e naturais, ao planejamento, à manutenção e à geração de resíduos. Tais adversidades podem ser contempladas nas falas a seguir: *“O problema é a consequência de construir sem planejar. Não limpam as calhas. É necessário adequar a construção dos prédios da UFAM e ter manutenção, além de é necessário se aproveitar as coisas, reciclar os aparelhos eletrônicos”* (A1); *“Sim, fico preocupada quando tem ventania, pois tenho medo de cair alguma árvore no telhado de casa”* (M11); *“Sim pelo descuido que ele se encontra, muito lixo, muita poluição nos igarapés”* (D2B).

Vimos, portanto, que apesar da constatação de alguns incômodos, estes não desagregam o sentimento de topofilia. Zimmer *et al.* (2008) reportaram que o apego ao lugar está mais relacionado às interações sociais que o ambiente representa para o indivíduo do que à estrutura física dele. O apego não se elabora somente no viés do eu individual, mas necessita da vivência do lugar, remetendo, por sua vez, a uma experiência vivida anteriormente. Assim, situações como assaltos, criminalidade, poluição, ruídos, falta de saneamento e não atendimento de necessidades básicas, de acordo com Rufato (2018) são fatores estressantes que podem levar à diminuição do apego ao lugar.

Constatamos que, em quase a sua totalidade, os bairros e conjuntos residenciais circunvizinhos à APA Floresta Manaós possuem muitos entraves como a falta da assistência pública sanitária da rede de esgotos e incursões criminosas que se utilizam do fragmento florestal para consumo de drogas e rota de fuga.

Por meio da compreensão dos conceitos relacionados à Geografia da Percepção (topofilia e topofobia), observamos que, mesmo não negando as dificuldades naturais, infraestruturais ou de segurança, os sujeitos demonstram ter presente o sentimento de afetividade e pertencimento em relação ao lugar em questão.

2.5 Sentimento topofílico manifestado na responsabilidade de conservação

A ligação com o território, mediada pela dimensão do lugar, está presente nessas palavras vistas até então, representando a topofilia dos sujeitos com o território da APA Floresta Manaós. Scruton (2016, p. 216) ressalta que o compartilhamento do território, sendo evidenciado pela jurisdição territorial, a legislação e o processo político pelos sujeitos incluem o compartilhamento de uma história, afirmando que “esse processo transforma um território

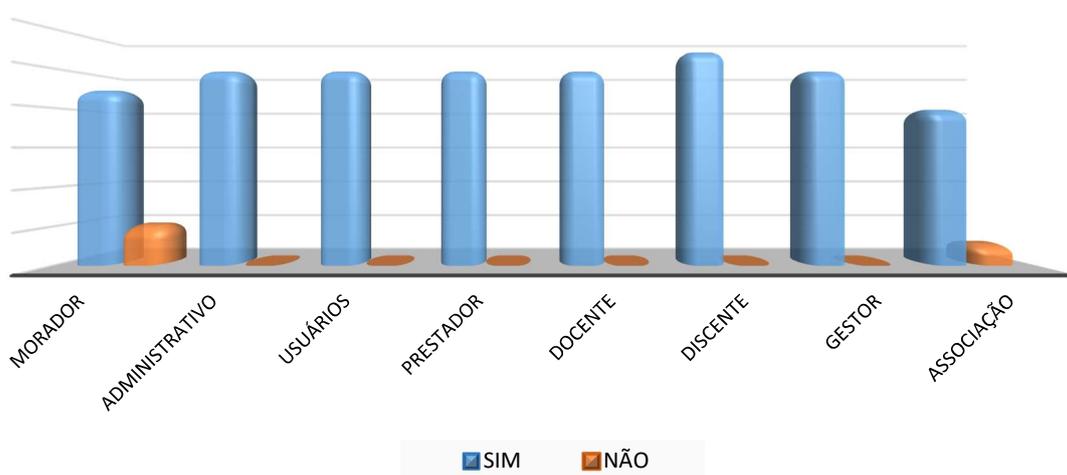
compartilhado em identidade compartilhada. A essa identidade damos o nome de Estado-Nação”.

A territorialidade, manifestada pelo uso do lugar, em toda sua complexidade e inúmeros aproveitamentos manifesta sua (re)produção sociocultural com uma forte interligação entre os sujeitos e o ambiente, pautada principalmente por suas atividades não apenas de ensino, pesquisa, extensão, mas também de lazer e sustento. Essas territorialidades, apesar de consolidadas na área urbana, estão seriamente ameaçadas pelas constantes pressões sobre os recursos ambientais e pela degradação dos recursos hídricos e florestais, ameaçando diretamente a sustentabilidade socioambiental deste território.

Ficou demonstrado que a satisfação dos sujeitos com o ambiente está relacionada à questão da conservação, ou seja, apesar de todas as pressões sofridas, o lugar continua sendo resiliente; da biodiversidade, com o aparecimento de diversos animais; dos serviços ambientais gerados, influenciando principalmente a temperatura do lugar, amenizando-a; do contato com o verde, promovendo saúde, paz e a experiência da transcendência; da sensação de segurança gerada pelo isolamento.

O convívio com estes aspectos pode explicar em grande parte o bem-estar, constituindo aspectos relacionais vividos. Perguntamos aos sujeitos se se sentiam responsáveis pela conservação do local. Em resposta, 96% disseram que sim, enquanto 4% afirmaram que não, atribuindo a incumbência ao Estado ou a outrem, uma vez que, como afirma Morin (2005, p. 274), o “Estado não é apenas uma cabeça que governa o corpo social. Produzindo leis, decretos, regulamentos, participa da autoprodução e das transformações do ser social” (Figura 70).

Figura 70 - Sentimento de responsabilidade ambiental por categoria de sujeitos



Fonte: Própria, 2018.

Acerca dessa atribuição da responsabilidade ao outro, Scruton (2016, p. 07) converge com esse pensamento ratificando que “quando os problemas ficam nas mãos do governo, perdemos o controle sobre eles”, pois parecem estar tão “fora de nosso alcance que ficamos à deriva” (Ibidem, p. 17). Logo, o autor propõe que as questões ambientais sejam enfrentadas por todos, na esfera das circunstâncias diárias, para eu não sejam confiscadas pelo Estado, visto que, como verificado anteriormente, a ação voltada para a defesa deste fragmento seria dada por denúncias às instituições ambientais competentes ou por mobilizações.

A questão singular para a atuação da cidadania ambiental é voltar a responsabilidade também para si, uma vez que, de acordo com Scruton (Ibidem, p. 08), a “perspectiva dos problemas, devem ser vistos como nossos e que possamos começar a resolvê-los, valendo-nos de nosso equipamento moral”.

Diante disso foi perguntado por meio de quais atitudes os entrevistados expressavam sua responsabilidade com o ambiente. Eles responderam que não poluíam (24%); possuíam cuidado (16%); descartavam corretamente os resíduos (16%); vigiavam (5%); educavam a si e ao outro (4%); desenvolviam pesquisa (4%); plantavam (4%); dirigiam com atenção (3%); não faziam nada (3%); conscientizavam a si e aos outros (3%); mobilizavam-se (3%); não desmatavam (3%); desenvolviam projetos (2%); realizavam recuperação de áreas degradadas, desenvolviam parcerias, reutilizavam, faziam assessoria técnica, compostagem, denunciavam, implantavam fossa ecológica e não caçavam (1%). O resultado das ações pode ser vislumbrado no quadro semiótico abaixo (Figura 71).

Figura 71 - Nuvem de palavras das declarações de atitudes ambientais dos cidadãos da APA Floresta Manaós



Fonte: Própria, 2018. Elaborada no Desenvolvedor do Word.

Percebe-se que a expressão responsabilidade ambiental não possui o mesmo significado para todos, uma vez que, para alguns, representa a ideia de obrigação, já para outros significa um comportamento ético, de maneira socialmente consciente. A maior preocupação ficou centrada na questão da poluição, parcela largamente labutada pela mídia e por uma visão política de educação ambiental limitada.

O fato é que a responsabilidade ambiental é a interação de atitudes individuais e coletivas voltadas para a sustentabilidade da nossa casa, a Terra, abarcando, segundo Sachs (1993), as dimensões da sustentabilidade: ambiental, econômica, social, política e cultural, dado que a sustentabilidade não pode ser entendida apenas como preservação ambiental, pois envolve também outras dimensões.

Quanto às dimensões da sustentabilidade não há consenso entre vários autores, uma vez que esta questão deve ser tomada por uma perspectiva dinâmica e sistêmica, uma compreensão “*unitas multiplex*”, segundo as palavras de Morin (2008a), partindo da ideia de que uma:

“unidade complexa adquire densidade se pressentimos que não podemos reduzir nem o todo às partes, nem as partes ao todo, nem ao uno ao múltiplo, nem o múltiplo ao uno, mas que precisamos tentar conceber em conjunto, de modo complementar e antagônico, as noções de todo e de partes, de um e de diversos”. (MORIN, 2008a, p. 135).

Realizando uma análise frente às dimensões da sustentabilidade, de acordo com o que defende Sachs (1993), vimos que os entrevistados externaram que suas práticas de responsabilidade ambiental, conseqüentemente de cidadania ambiental, estão voltadas para a dimensão ambiental, quando alegam que não poluem, possuem cuidado, descartam corretamente, plantam, realizam recuperação de áreas degradadas, implantam fossa ecológica, não desmatam, reutilizam, fazem compostagem, não caçam, desenvolvem pesquisas e assessoria técnica. Em suma, fazem uso dos recursos naturais com o mínimo de danos, posto que atuam na proteção da natureza e dos recursos renováveis, possuindo um imperativo ético de solidariedade com as gerações, segundo Sachs (1993; 2009a; 2009b).

É importante notar aqui que, apesar da solicitação de respostas francas, honestas e reais, possivelmente possam ter emergido respostas de atitudes ambientais privadas especulativas, uma vez que, durante a entrevista, os sujeitos partícipes compreendiam que a pesquisa se tratava do tema ambiental.

Na perspectiva da dimensão sustentabilidade social, quando nos deparamos com as falas dos sujeitos de que a sua responsabilidade ambiental é “*educar a si e ao outro; conscientizar a si e aos outros; mobilizar; de desenvolver projetos e parcerias*”, vimos que os

princípios indissociáveis de ensino-pesquisa-extensão corroboram para uma cidadania ambiental institucional quando promovem serviços sociais e valorização do indivíduo na otimização da qualidade de vida da população, via trabalho de extensão, coadunando-se com o que assevera Sachs (1993).

A implantação de programas voltados para a inclusão social, principalmente de Pessoas com Deficiência (PCD), como é o caso do Programa de Atividades Motoras para Deficientes (PROAMDE)¹⁰, Programa Idoso Feliz Participa Sempre (PIFPS)¹¹, Programa do Núcleo Multiprofissional de Reabilitação Neurofuncional (PRONEURO)¹², Programa de Educação Tutorial - Conexões de Saberes – Indígenas (PET INDÍGENA)¹³ e o Centro de Estudo de Línguas (CEL), que oferece qualificação profissional por meio de cursos gratuitos de língua estrangeira, são alguns dos exemplos da dimensão de sustentabilidade social (Figuras 72 e 73).

Figura 72 - Programa de Extensão PET INDÍGENA



Fonte: Joana Rebouças/PET, 2017.

¹⁰ O **PROAMDE** conta com a participação de acadêmicos e profissionais de Educação Física, Pedagogia e Letras. Está aberto para atender a sociedade em geral da cidade de Manaus, de acordo com a deficiência ou idade dos alunos. Cooperar com pessoas com paralisia cerebral, deficiência intelectual, síndrome neurológica, transtornos psiquiátricos, epilepsia, AVC e cadeirantes. (UFAM, 2019).

¹¹ O **PIFPS**, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC/AM) e com a Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED Manaus), promove esportes gerontológicos e outras atividades sociogerontológicas, dentre outras iniciativas, para pessoas idosas na cidade de Manaus. (UFAM, 2019).

¹² O objetivo do **PRONEURO** é promover a reabilitação multiprofissional de pacientes com déficit neurofuncional. A assistência à saúde é promovida por estudantes, professores e profissionais da saúde, tendo como caráter multiprofissional e interdisciplinar (Enfermagem, Assistência Social, Psicologia, Educação Física e Fisioterapia), focado na área da reabilitação neurofuncional. (UFAM, 2019).

¹³ O **PET INDÍGENA** tem como objetivo a formulação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país, contribuindo para a redução da evasão escolar. Voltado para o diálogo intercultural com a diversidade de atividades formativas, articula saberes e práticas oferecidas pelas matrizes culturais indígenas. Institucionalmente, a proposta ressalta o desenvolvimento de estratégias voltadas para a permanência de estudantes indígenas na UFAM, consolidando-se, assim, como política de ação afirmativa de educação superior indígena. (UFAM, 2019).

Figura 73 - Programa de Extensão PIFPS, com idosos



Fonte: UFAM, 2017.

A Lei 9.394, de 1996, estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional e, em seu artigo 43, define que a educação superior deve “VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, LDB, 1996, on-line).

É salutar refletir que a instituição em questão, assim como outras que interagem com a APA Floresta Manaós, podem fomentar ações que visem ao alcance de direitos e deveres, estimulando a melhoria das condições da população circunvizinha, como assevera Sachs (1993). Para isso, é relevante retratar a questão do uso de drogas no interior do fragmento florestal, assim como nas dependências da instituição, tema polêmico, que se transformou praticamente em tabu.

Por meio de inúmeros programas ofertados, o princípio da extensão cumpre seu papel de criar uma relação entre comunidade e universidade, possibilitando a troca de conhecimento e saberes, ao passo que forma profissionais diferenciados com uma visão crítica da sociedade. Ainda assim, é necessária a ampliação dessa oferta para todas as áreas do conhecimento que a instituição desenvolve.

“deveria ter mais projetos voltados para a comunidade, um espaço grande que não é utilizado. Você vem dia de sábado e não tem nada aqui para fazer. As pessoas

iriam até preservar mais porque as pessoas só conseguem fazer algo quando recebem algum benefício”. (US4).

Isto posto, vimos que a fala “*dirigir com atenção*”, emanada por 3% dos entrevistados, atende a uma especificidade do fragmento florestal em questão, pela demanda de animais existentes no lugar. Outro exemplo é o projeto arquitetônico da Universidade, que foi pensado para otimizar os aspectos geográficos da região. Outra ação salutar que merece ser referida atualmente é implantação da Feira da Agricultura Familiar da UFAM (AGROUFAM), que coopera nas vertentes de responsabilidade social e geração de renda para povos tradicionais da Amazônia, entre outros aspectos (Figuras 74, 75 e 76).

Figura 74 - AGROUFAM – Barracas de plantas



Fonte: Própria, 2018.

Figura 75 - AGROUFAM – Barracas de frutas



Fonte: Própria, 2018.

Figura 76 - Móveis vendidos na AGROUFAM

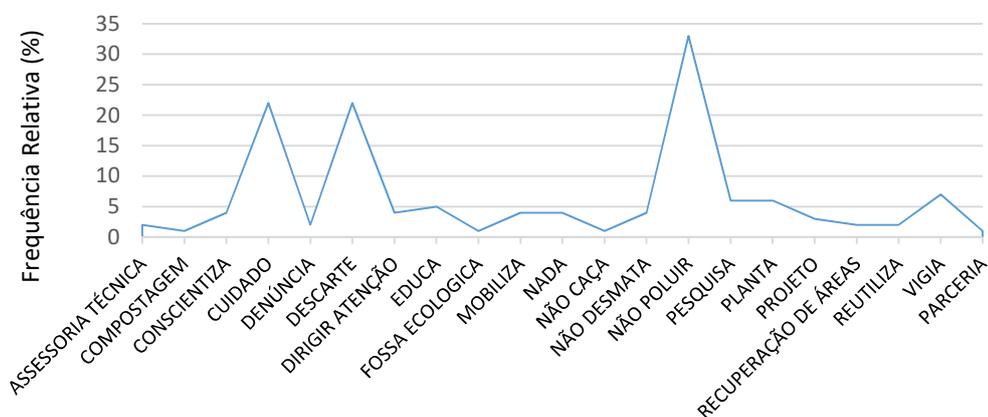


Fonte: Própria, 2018.

Apesar disso, não foi citada, dentre as 8 (oito) unidades de sujeito (docentes, discentes, prestadores de serviços, técnicos-administrativos, moradores interno e externos, presidentes de associação, gestores e usuários), nenhuma preocupação a respeito do consumo de produtos da economia local como exemplo de prática de responsabilidade ambiental, tampouco a ingestão de gêneros da estação do ano, sendo necessária a ampliação desses aspectos no trabalho de educação ambiental.

O predomínio da emersão da questão dos aspectos “poluição”, “descarte” e “cuidado” nos leva a refletir sobre a abordagem metodológica e conceitual da sustentabilidade e como esta é desenvolvida no seio da educação ambiental. Uma vez que uma arguição fragmentada do sistema ambiental nos indica o longo caminho que precisamos traçar (Figura 77).

Figura 77 - Ações de responsabilidade ambiental declaradas pelos sujeitos entrevistados



Fonte: Própria, 2018.

Segundo Morin (2005), o surgimento de uma cultura ambiental pressupõe diligências no sentido de fomentar interações sociais entre:

indivíduos-sujeitos, porque são estas interações que constituem a sociedade. Contudo é diferente da soma destas interações, uma vez que estas interações produzem um sistema social, isto é, um todo organizador que retroage sobre os seus componentes”. (MORIN, 2005, p. 265).

O aspecto econômico dentre os princípios da sustentabilidade necessita também ser considerado de forma sistêmica frente aos aspectos sociais e culturais, visto que, como defende Sachs (1993; 2009a; 2009b), a gestão mais eficiente dos recursos demanda a modernização contínua dos instrumentos de produção. Esta visão é corroborada por Foladori (2005), para quem o crescimento econômico deve estar alinhado com preservação dos recursos naturais e geração de menos poluição.

Como vimos na Figura 77, acima, a fala sobre baixar o consumismo de serviços/bens na busca de resultados econômicos positivos, contemplando a distribuição de riqueza e renda e a redução das externalidades socioambientais, ideia esta presente em Silva (2000), não emergiu. Tal indicador nos leva a refletir sobre a utilização de uma forma adequada para o embate desses reveses, que são a fragmentação do conhecimento e a reflexão sobre as ações de responsabilidade ambiental.

Neste sentido, Andrade (2012) esclarece que:

O modo adequado para o enfrentamento da problemática, sem dúvidas, é o que conjunta as dimensões cultural e técnica. Assim é que, neste nosso crescimento econômico, a percepção de que o *homo economicus* transforma os recursos da Terra em lixo mais rapidamente do que a natureza consegue regenerá-los só reforça o quanto, nesse contexto, o cultural e o técnico estão imbricados. (ANDRADE, 2012, p. 17).

Como participação na responsabilidade ambiental, O Estado dispõe do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), reconhecido como um dos mais importantes instrumentos de participação social, promovendo novas relações entre Estado e sociedade, com foco na política ambiental local. Para Ávila e Malheiros, (2012, p. 41), “a participação da sociedade local nesses Conselhos permite aos cidadãos tomar parte ativa no processo de decisão e pressiona o poder local a assumir a sua responsabilidade frente ao meio ambiente, dando legitimidade ao processo”.

Contudo, a participação nesses Conselhos por parte da população é muito tímida, por vezes desconsiderada na divulgação, delegando aos representantes, que representam apenas

uma parcela de cidadãos, o exercício efetivo da reflexão-ação. Geralmente esses representantes (delegados) são sujeitos específicos de um nicho de formação na área biológica e afins, os quais, ao perceberem mais intensamente que possuem responsabilidades relativas ao bem comum de toda a sociedade e que a sociedade zela por isto, são mais estimulados a atuar.

Isto posto, o mais importante para a efetividade dos espaços participativos, sejam eles institucionalizados ou não, é que representantes e representados não apenas ocupem seus lugares, ou seja, se façam presentes, mas principalmente, ao dialogarem entre si, promovam a abertura e a participação de todas as áreas da dimensão humana, considerando que, para a transformação de comportamentos, é necessário provocar aspectos culturais, uma vez que, como assevera Morin (2005, p. 273), “a cultura aprende-se, reaprende-se, retransmite-se, reproduz-se de geração em geração. Não está inscrita nos genes, mas, ao contrário, no espírito – cérebro dos seres humanos”.

Para Sachs (1993, p. 18), “só modificando o comportamento econômico, ambiental e socialmente destrutivo será possível atingir o objetivo de proporcionar a todos uma sobrevivência descente em um planeta para sempre habitável”.

Morin (2005b, p. 275) considera o Estado como uma megamáquina que comporta não só uma organização hierarquizada/especializada do trabalho e das funções, mas, também, um aparelho central multiramificado, declarando que “o Estado produz e monopoliza o capital de informações organizadoras das leis, decretos, regulamentos. Ocupa a sede sociocêntrica do computo. Ordena e manipula formidáveis instrumentos temporais e os não menos formidáveis poderes espirituais”. Ainda segundo o citado autor, o Estado tende a acorrentar a massa dos seus cidadãos com poder de dominação, subjugação e agressão.

Tal subjugação suscita um estado de prostração ambiental tão avultado que o cidadão atribui seu papel de agente mobilizador para outrem, constrói uma inercia nefasta uma cegueira, que estimula uma forma “inconsciente ou sem saber como ou por onde prosseguir” ou que “não percebe o que é perceptível para quase todos” (PRIBERAM, 2013). Se fôssemos pensar em termos clínicos, uma “amaurose” ou do grego “*amaurosis, amauros*”, que quer dizer "escuro, cego", ou seja, uma falta total de percepção de luz (EDUCALINGO, 2019).

A referência aqui construída é à luz em seu estado simbólico de “conhecer”, uma vez que o homem é um ser simbólico porque compreende o mundo e os outros por meio de símbolos, ritos, gestos, mitos e religião. O símbolo surge como estruturação das relações do homem com o mundo. É responsabilidade do homem o engenho do mundo, posto que, como aponta Moura (2000), criamos significações a partir de nossas experiências dentro de uma

estrutura social e cultural. É por isso que Cassirer (1994, p. 01) diz que deveríamos definir “o homem como animal *symbolicum* e não como *rationale*”.

A relação do homem com o ambiente é carregada de simbolismos que ajudam o próprio homem a compreender-se. Morin (2008b, p. 445), sobre esse homem, adverte-nos que, embora nos comuniquemos com o mundo exterior, somos também “seres incrivelmente míopes e, para vastos setores da realidade, cegos”, portanto todo ser vivente possui a sua miopia, e nessa cegueira precisamos compreender e não anular que “o mínimo do comportamento contém um risco de erro. O erro faz parte de todas as aventuras da vida.”. (Ibidem, p. 445).

O erro desenvolve a sua função na construção das relações humanas, não pode ser ignorado ou aniquilado, mas compreendido e ressignificado. Saramago (2008), em seu livro *Ensaio sobre a Cegueira*, conta-nos o quanto sofreu para escrevê-lo, um sofrimento talvez emergido pela não aceitação da natureza humana e seu confronto com a realidade. Para o autor, o livro é bruto e violento, sendo uma das experiências mais dolorosas da sua vida. Saramago (2008, p. 34) afirma: “tentei dizer que não somos bons e que é necessário termos coragem para o reconhecer”. A partir dessa declaração, percebemos a importância do olhar para dentro, para si mesmo, da reflexão, da aceitação do erro e do conflito.

Na sequência, Saramago (2008, p. 38) discorre que “a cegueira também é isso, viver num mundo onde se tenha acabado a esperança”. Quem vê é quem percebe a crueldade do capitalismo e não aceita viver nesse mundo sem esperança. Já os cegos transformam-se, virando-se uns contra os outros, acabando por mostrar as faces mais sombrias do ser humano.

A cidade vai se transformando num caos de destruição humana, onde cada cego luta pela sua sobrevivência, entregando-se de tal forma ao desespero que acaba por abandonar qualquer traço de humanidade. Assim, o ser humano, moralmente e culturalmente é selvagem, egoísta e dominado por apetites bárbaros, prevalecendo, dentre esses impulsos e atitudes, o que Andrade (2012) chama de usura.

Neste contexto, Sisto (2017, n.p.), na aventura chamada vida e no combate a esta “cegueira que aqui tomamos de forma simbólica e não literal”, em seu livro *Luz dos meus olhos*, conta-nos a história real da menina Duda Sisto, que resolveu escrever uma carta para seu pai, utilizando a sua mãe como escriba. Ela conta o quanto demorou para entender o que seu pai dizia quando afirmava: “Minha pequena Duda, luz dos meus olhos”. A menina, na carta, descreve todas as fantásticas experiências de um pai, o cuidado, a atenção e a preocupação. Até que um dia foi para a escola e ouviu os coleguinhas dizerem: “o pai da

Duda é cego! Aquilo a fez compreender as palavras anteriores de seu pai: “Minha pequena Duda, luz dos meus olhos”.

Ainda na mais tenra idade, Duda aprendeu a dizer:

“Meu pai enxerga para dentro, o que é muito mais difícil... por isso, ele pode ver a temperatura da voz de quem fala, e pode ver quando alguém está mentindo, e pode ver o tamanho das pessoas só prestando atenção na respiração delas, e pode descobrir as cores só tocando no tecido, e pode até ler decifrando um monte de bolinhas marcadas no papel...!” (SISTO, 2017, p. 10).

“Meu pai enxerga para dentro!”. Que exemplo este paradidático infantil nos ensina! De forma similar, Morin (2008, p. 445) declara que “cada existente vive no nevoeiro, de onde emergem para ele unicamente alguns sinais, ele próprio, infatigalmente, emite os seus sinais de bruma”.

Scruton (2016) suscita, para reflexão, a questão do confisco da responsabilidade ambiental individual, apontando como uma das causas para a falta de motivação, cegueira da consciência planetária.

O que devemos esperar de uma filosofia que não identifica a questão real: a motivação humana. O que leva as pessoas a deteriorar o meio ambiente e o que as leva a protegê-lo? Ao confiscar o risco, o Estado regulador diminui a resiliência humana e expulsa – de nossa experiência social – o fator essencial para a proteção das futuras gerações, o chamado senso de responsabilidade – a consciência de que eu tenho responsabilidade por outros. (SCRUTON, 2016, p. 122).

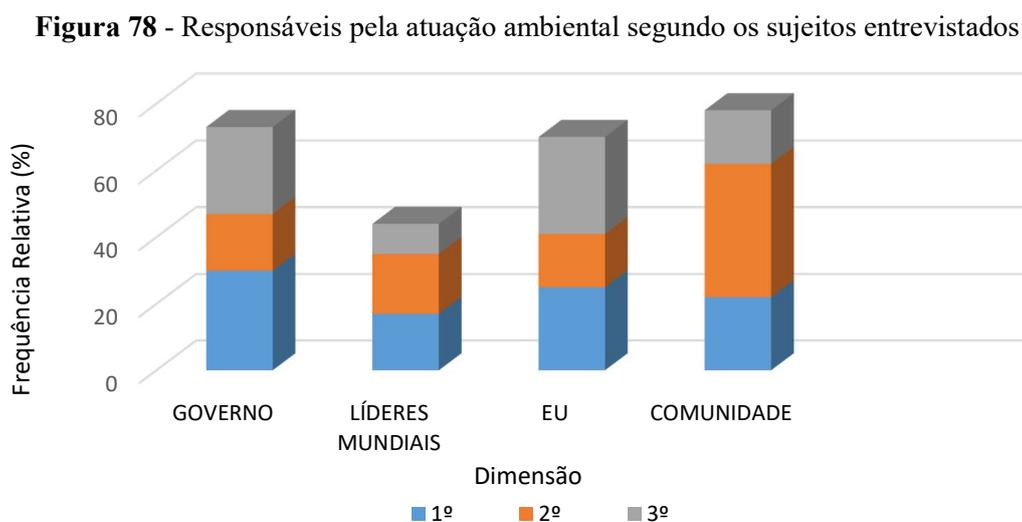
2.6 A dialogicidade da responsabilidade ambiental

Em vias de dialogicidade entre o ser humano e o Estado, Scruton (2016), em seu livro *Filosofia Verde*, adverte-nos que o importante é ter o equilíbrio, pois sem o concurso governamental fica difícil enfrentar questões como mudança climática, vazamentos de petróleo, resíduos tóxicos e perda da biodiversidade.

Para Scruton (idem, p. 07-08), nossa compreensão é moldada por “necessidades locais, não por incertezas globais: o produto de emergências do dia a dia, uma sabedoria da sobrevivência”. Assim contempla o problema ambiental “como perda de equilíbrio, quando as pessoas cessam de compreender que compartilham um lar comum” (Ibidem, p. 09). O autor conclui que:

“nenhum projeto de larga escala terá êxito se não estiver enraizado no raciocínio prático de pequena escala. Somos nós que temos de agir, criar consenso e trabalhar em conjunto as decisões tomadas em nosso nome, fazendo o sacrifício necessário para o bem das futuras gerações. (SCRUTON, 2016, p. 08).

A interrogação sobre de quem é a responsabilidade de possibilitar um ambiente saudável foi posta para os sujeitos em questão, ocasião em que responderam por ordem de prioridade que o governo deve vir de forma preliminar, em seguida a comunidade e, então, o cidadão. Os líderes ambientais surgem em quarto lugar, como podemos observar a seguir. Contudo, de uma forma geral, a comunidade se destaca como responsável, seguida do governo e, então, do cidadão (Figura 78).



Fonte: Própria, 2018.

É interessante pontuar que, na relação dialógica, a comunidade aparece como responsável pela atuação ambiental, principalmente na categoria dos presidentes de associação, gestores, usuários, administrativos e moradores. O apontamento do Estado deu-se principalmente entre os professores e gestores, enquanto a responsabilidade privada ficou mais evidentemente reconhecida entre os moradores, prestadores e discentes.

Considerar de forma fragmentada a responsabilidade ambiental possibilita a abertura do risco de erro diante da complexidade do real que vivemos, mas a título de informação é salutar a apreciação, uma vez que o resultado atribuí ao Estado a maior responsabilidade ambiental, porquanto, segundo Morin (2005, p. 274), é o “aparelho central de Estado que computa, decide, ordena, faz executar as suas instruções e decretos através da administração, do exército, da polícia”.

Diante da concepção da complexidade de um sistema ambiental e da relação entre as dimensões retroalimentadas e recursivas na incumbência de cada segmento exposto (governo-

comunidade-eu-líderes), consideramos que a organização do todo (responsabilidade ambiental) advém do que Morin (2005) chama de:

encadeamento de relações entre componentes ou indivíduos que produzem uma unidade complexa ou sistema (...) A organização liga de maneira inter-relacional os elementos ou acontecimentos ou indivíduos diversos que desde então se tornam os componentes de um todo” (MORIN, 2008a, p.133).

O pensar relacional sopesando não apenas as causas e efeitos, mas também abarcando o risco, o erro, o limite, entre outros, leva-nos a ponderar acerca do dever e do compromisso dos diferentes públicos, tornando possível o trato não apenas entre a espécie humana, mas também entre todos os ecossistemas.

Scruton (2016, p. 08) ressalta, neste sentido, a importância da esfera privada, visto que, diante das circunstâncias diárias, tais ações e escolhas não podem ser confiscadas pelo Estado. Nessa direção, na tentativa de regular a relação entre essa multiplicidade de interesses, o Estado deve convergir na direção de promover bens e serviços necessários à satisfação das necessidades e do bem-estar comum (e não o contrário, como temos presenciado), regulando e normatizando regras para tornar possível a comunhão e a coexistência de todos os seres.

Quando apontamos a responsabilidade do Estado na construção da cidadania, posta aqui numa cidadania ambiental, indicamos a necessidade não apenas da elaboração de leis ou normas (as quais podem tornar-se letras mortas), uma vez que somos detentores de um dos arcabouços legais a respeito da questão ambiental mais avançados quando comparamos aos outros Estados Nacionais mundiais, mas principalmente da adoção de um conjunto de ações de governo que estimulem a cultura da sustentabilidade.

Reconhece-se que as Políticas Públicas Ambientais são frutos de reivindicação e apelo da sociedade, evidenciando as problemáticas no sentido de buscar uma providência ou medida de contenção para sanar a questão. Contudo, é necessário nos indagar se o exercício da cidadania ambiental advém de um estilo de vida individual ou se configura como uma atividade política sistemática e comprometida.

Para Scruton (idem, p. 09), a solução “será possível se as pessoas estiverem motivadas, e a tarefa do governo é justamente criar essas condições”, as quais o autor caracteriza como “motivação (melhor seria dizer um conjunto de motivações) como oikophilia, o amor que se tem pelo lar e as condições que esse amor surge e o papel do Estado em sua acomodação” (ibidem, p. 08).

Vimos, portanto, uma relação recursiva e retroativa do Estado com o indivíduo no intuito de viabilizar atuação em defesa da vida. É salutar refletir também sobre o aspecto econômico, a respeito do qual alguns ambientalistas defendem que somente quando o Estado interferir nele haverá um alcance de resultados mais concretos. Connelly (2009) declara que¹⁴:

o uso legal de instrumentos econômicos é uma parte necessária na sustentabilidade ambiental como um todo. Embora essas medidas sejam valiosas em certo sentido, no entanto, elas não constituem a resposta integral, uma vez que todas elas promovem um valor extrínscico para atingir o efeito ou objetivo desejado”. (CONNELLY, 2009, p. 75, tradução nossa).

A motivação colocada por Connelly (2009) e Scruton (2016) reportam a valores intrínsecos e pessoais, mas que são refletidos no coletivo, visando a uma participação para a promoção do equilíbrio ambiental do *oykos*. Dobson (2007) acrescenta ainda que essa participação e essa responsabilidade incentivam uma cidadania ambiental que deve ser tida como dever para que todos vivam bem. Outra característica é o reconhecimento de direitos e responsabilidades como transcendentais às fronteiras nacionais, sendo tanto internacionais quanto intergeracionais.

Para Hermsdorff (2013), a responsabilidade é o exercício de uma conscientização que deve começar no que ela chama de “base”, dentro de casa ou na escola, e seguir para o mundo corporativo. “Zelar pelo bem-estar do meio ambiente começa em atitudes diárias, como uma evolução da própria educação e do próprio comportamento humano” (ibidem, p. 05).

Vimos, assim, proposituras em que a gênese da mudança de comportamento repousa no indivíduo e é refletida no coletivo, tendo participação ou incentivo do Estado. Reynolds *et al.* (2009) vai acrescentar que combina tradições da ética ambiental, pensamento sistêmico, aprendizado social, pensamento político, bem como pesquisa empírica sobre meio ambiente e cidadania para ajudar a navegar através das dimensões inter-relacionadas da responsabilidade ambiental em que se deparam os cidadãos, consumidores, comunidades e corporações no século vinte e um.

No Brasil, a partir das garantias dos direitos e deveres regidos pela Constituição Federal de 1988, o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado é referido no Art. 225, possibilitando, assim, o arcabouço legal para uma atuação da cidadania ambiental no país.

¹⁴ “The use of legal or economic instruments is therefore a necessary part of the environmentally sustainable whole. Although these measures are valuable in their own way, however, they do not constitute the whole answer because they are all alike in providing a motive extrinsic to the desired goal or effect”. (CONNELLY, 2009, p. 75).

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988, Art. 225).

Beckman (2001, p. 179) acredita que as pessoas podem exercer sua cidadania ambiental sem medo de punição ou perda, ou desejo de recompensas econômicas ou sociais, mas por serem virtuosas. Seja por incentivo fiscal, medo, desejo ou virtuosidade, o empenho em manter "um planeta vivo" abre a possibilidade para defesas baseadas na justiça ambiental, além das mudanças no valor e comportamento, suscitando reflexão quanto ao futuro que queremos.

Diante desse pensamento, podemos, assim, refletir acerca da ética ambiental trazida pelas virtudes na condição de disposições de caráter. Connelly (2009) nos questiona¹⁵:

até que ponto é possível promover a vida da eco virtude? Qual papel que o Estado pode ter nisso? Ou somos forçados a concluir que (virtude sendo voluntária) ela não pode ser promovida pelo Estado e que tentativas de promover a ação voluntária através dos meios disponíveis para o Estado são por sua própria natureza neutralizantes? (CONNELLY, 2009, p. 80, tradução nossa).

Sobre a questão das virtudes ambientais, veremos, no capítulo 4 desta tese, as virtudes e vícios declarados pelos sujeitos que possuem contato com esta área de proteção.

Vimos anteriormente que apenas 4% dos sujeitos incumbiram o Estado como titular da responsabilidade de conservação ambiental, enquanto 96% se sentem responsáveis. É importante notar aqui que o Estado não está amplamente visível no discurso dos entrevistados. Nesse sentido, Connelly (idem) vai apontar a complementariedade entre Estado e sociedade civil, podendo o primeiro promover meios de compensação e/ou estímulos pecuniários.

No próximo capítulo, iremos tratar sobre as esferas pública e privada de cidadania, ou seja, o papel do Estado e do cidadão e a disposição deste para atuar na defesa e conservação ambiental do lugar onde vive, refletindo, assim, seu exercício de cidadania ambiental, uma vez que é consensual que, a partir da apropriação dos bens naturais, emergiram preocupações em relação à construção de políticas públicas com o intuito de preservar ou conservar o ambiente. Isto posto, a atuação do sujeito na condição de cidadão é *conditio sine qua non* para assegurar direitos e deveres na defesa do ambiente e na promoção da justiça social.

¹⁵ "To what extent is it possible to promote the life of eco-virtue? What role can the state have in this? Or are we forced to conclude that (virtue being voluntary) it cannot be promoted by the state and that attempts to promote the voluntary through the means available to the state are by their very nature self-stultifying?". (CONNELLY, 2009, p. 80).

3. CIDADANIA AMBIENTAL: PARA ALÉM DOS DIREITOS E DEVERES – A NECESSIDADE DO MOVER-SE EM DEFESA DA VIDA

Cidadania é alteridade. Alteridade é amor. Amor é compartilhamento sem interesses.

Juscelino Mendes

A cidadania não é atitude passiva, mas ação permanente, em favor da comunidade.

Tancredo Neves

Este capítulo tem por objetivo avaliar os reflexos da cidadania ambiental por meio da disposição na esfera privada em se mobilizar em defesa da APA Floresta Manaós. Dessa forma, o capítulo versará sobre as profundas motivações acerca da defesa ambiental, a disposição que os sujeitos que possuem contato direto com a área protegida em questão possuem, os obstáculos, as ações de cidadania emergente na esfera privada bem como o estado da ação popular e sua aspiração em intervir contra atos lesivos.

3.1 Cidadania: participação, responsabilidade e conquistas

Para Carvalho (2015), cidadania é o pleno exercício dos direitos civis, políticos e sociais em uma sociedade que combine liberdade completa e participação. Contudo, a garantia do exercício da cidadania no Brasil enfrenta diversos obstáculos. Segundo estimativa do IBGE, em 2010, havia no Brasil cerca de 600.000 (seiscentas mil) crianças de zero a dez anos de idade sem o Registro Civil de Nascimento (Comitê RCN, 2019).

O registro, ou certidão de nascimento, é o dispositivo primário para atuação da cidadania, uma vez que, sem a sua posse, a pessoa não é habilitada a exercer seus direitos políticos e sociais, sofrendo exclusão desde o acesso à educação, à saúde e a projetos sociais, bem como não consegue gozar do direito ao voto, dentre outros.

Diante desse impasse, muitos estudiosos se questionam sobre a questão dos direitos do homem e do cidadão. Nesse sentido, a propositura de Hannah Arendt (1991) se revela muito profunda, uma vez que se propõe a ampliar o conceito de cidadania, quando defende que o primeiro direito, do qual emergem todos os outros, é o direito de ter direitos.

Bobbio (2004) entende que o conceito de cidadania está intimamente imbricado com as mudanças dos direitos adquiridos historicamente pelo homem, asseverando que:

os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas

liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas” (BOBBIO, 2004, p. 25).

Atualmente, temos visto a velocidade das tecnologias, permitindo novas formas de comunicação, mobilidade, autonomia e integração, o que impacta na manifestação da transnacionalidade e da globalização, na migração de pessoas, na questão dos refugiados devido a guerras, nas mudanças climáticas, dentre outras situações da vida moderna. Estes são exemplos de fatos que cooperam para a reflexão sobre o exercício da cidadania, sobre o vínculo do cidadão com o Estado e sobre as novas perspectivas.

Assim, essa construção evolutiva da cidadania, que é fruto de um processo histórico vivido pela sociedade e influencia no surgimento de novos direitos e deveres, é suscetível a alterações, mudanças e ampliações, à medida das necessidades de pertença e responsabilidade. É o caso da emergência da cidadania ambiental, no seio da qual o ambiente é considerado como garantia e direito fundamental para dignidade da pessoa humana, sendo necessária, portanto, uma nova reflexão sobre o exercício do cidadão ambiental.

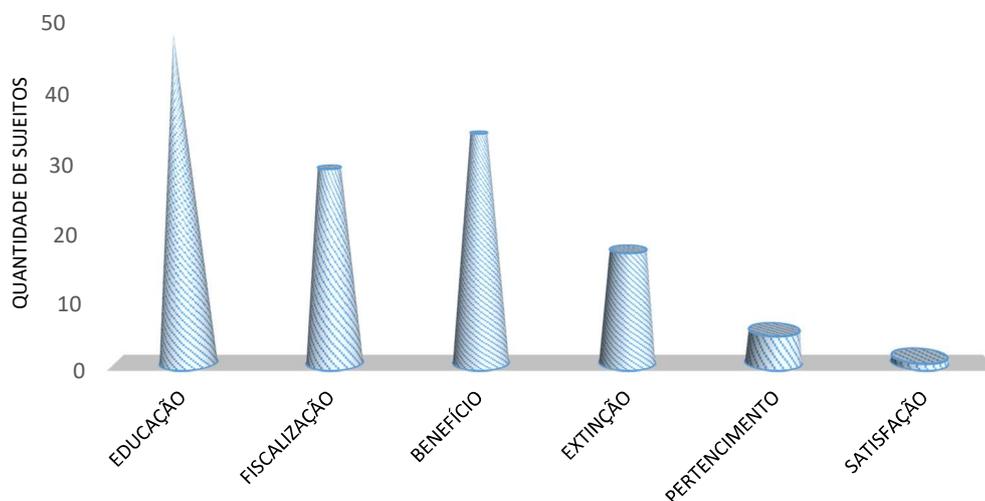
3.2 O exercício cidadão na esfera privada: o pulsar da cidadania ambiental – de onde vem?

É inquestionável a atenção voltada para a questão ambiental atualmente. Tal perspectiva se torna a cada dia prioritária diante dos problemas a ela relacionados, requerendo da sociedade civil, de empresas e do Estado um esforço que demanda ações efetivas em prol da qualidade de vida do sistema ambiental. No Brasil, possuímos uma das legislações ambientais mais rígidas, demandando a atenção da gestão pública, mas que não correspondem necessariamente a mudanças de comportamento ou de valores, na esfera privada, onde cidadãos subestimam a questão.

Perguntados sobre por que meios e motivações o ser humano conservará o ambiente, os sujeitos da pesquisa responderam atentando para duas possibilidades ou meios de motivação: a educação associada à a fiscalização e o incentivo por meio de algum tipo de benefício, de forma pecuniária ou não, como desconto em impostos.

Em se tratando das motivações intrínsecas, tidas como instrumentação que pode levar a uma mudança de comportamento em prol da conservação do ambiente, apontaram o risco de extinção da humanidade, o sentimento de pertencimento ao local onde vivem e a satisfação em conservar. Apontam que os meios para atingir isso se dá via educação, alcance de benefícios e fiscalização (Figura 79).

Figura 79 - Instrumentação apontada pelos sujeitos entrevistados para o alcance da conservação ambiental



Fonte: Própria, 2019.

A respeito da educação ambiental, é importante frisar que, neste ano de 2019, a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA faz 20 anos de institucionalização dentre os marcos legais ambientais do Brasil. Surgiu com o intuito de conscientizar crianças, jovens e adolescentes sobre a imprescindibilidade da conservação e preservação ambiental como instrumentos de efetivação dos conceitos de sustentabilidade e direito fundamental do cidadão. Por meio desta lei, o tema ambiental passou a ser transversal e obrigatório nos currículos escolares, exigindo que seu desenvolvimento pedagógico seja trabalhado de forma interdisciplinar e contínua.

Contudo, apesar de a referida lei primar pela formação de cidadãos conscientes e críticos com o desejo de fortalecer práticas cidadãs, seu reflexo tem sido ofuscado pelos desafios oriundos da qualificação e formação dos professores, assim como a ausência na articulação entre as disciplinas, inibindo o seu emprego de forma inter-relacionada, no âmbito da educação formal.

Ocorre que, apesar de ser largamente difundida e da oferta de cursos a distância por parte do Ministério da Educação - MEC, a ausência de um projeto pedagógico ambiental consolidado impossibilita o trabalho, uma vez que o tema fica sob responsabilidade dos docentes da disciplina de Ciências, Geografia e Línguas materna e estrangeiras, limitando-se, na maioria dos casos, a eventos esporádicos ao longo do ano, de forma pontual ou em razão de datas comemorativas.

Em contraponto às dificuldades enfrentadas pelo desenvolvimento da educação ambiental e seus resultados, a presente tese aponta que, apesar de os sujeitos entrevistados compreenderem que a pesquisa tem como tema o foco ambiental, foi salientada a sensibilidade destes para a questão, ou seja, o processo histórico educacional ambiental tem alcançado como resposta uma difundida sensibilização à matéria, uma vez que, durante o capítulo anterior, vimos que os sujeitos, tanto antropocêntricos quanto os biocêntricos, reconhecem seu apego ao lugar e a importância de suas ações e impactos no ambiente, contudo seu discurso é faceado, confrontado com o seu florescimento virtuoso ambiental na prática.

Para a transformação do discurso e sensibilização para prática ecovirtuosa, Connelly (2009) vai acrescentar a necessidade de uma perspectiva de incentivos pecuniários trazidos pelo Estado, este como mediador de subsídios para a sociedade. Ou seja, para que de fato se exerça a cidadania ambiental, faz-se necessária, além da sensibilização, a ação, mesmo que tal ação, ou comportamento, seja motivada por questões de incentivos e benefícios monetários exarados pelo Estado. Veremos mais profundamente estas inflexões no próximo capítulo. Concernente à questão do recebimento de algum tipo de benefício, de forma pecuniária ou não, como desconto em impostos, no arcabouço legal brasileiro, ainda não existe sustentação jurídica para que o Estado remunere, de forma direta, agentes que promovam a conservação ambiental, contudo algumas circunstâncias têm possibilitado a concessão de benefícios aos indivíduos que adotam práticas conservacionistas (ISA, 2007).

Dentre os mecanismos nacionais, temos o Bolsa Verde, destinado às famílias em situação de extrema pobreza localizadas em projetos de assentamento geridos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Unidades de Conservação, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e território ocupados por ribeirinhos, buscando incentivá-los às práticas de proteção e conservação do ambiente. Tais famílias, a cada trimestre, recebem R\$ 300,00 (trezentos reais). Segundo relatório do Ministério do Meio Ambiente - MMA, concernente ao período de 2011 a 2016, no Amazonas são 4.857 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e sete) famílias que adquiriram o benefício (MMA, 2019).

Nessa mesma direção, foi instituído o Programa Bolsa Floresta (PBF) do Governo do Estado do Amazonas, em 2007, e implementado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), em 2008. Tal ação gratifica as populações residentes nas UCs estaduais do Amazonas, as quais assumem o compromisso formal do desmatamento zero, e, apesar de a metade da superfície do Estado encontrar-se sob alguma categoria de proteção, o Amazonas possui um

dos mais baixos níveis de desmatamento absoluto, contudo, o avanço da fronteira agropecuária e a exploração ilegal de madeira no sul do Amazonas têm desencadeado preocupações (FAS, 2019).

Dessa forma, com o intuito de promover a contenção do desmatamento e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais residentes nas UCs, o PBF desenvolve quatro vertentes de atuação: renda, associação, familiar e social, conduzindo seu labor no desenvolvimento de arranjos produtivos sustentáveis e no fortalecimento de associações de moradores, por meio do pagamento mensal de R\$ 50,00 às mães das famílias ribeirinhas. Em contrapartida, as famílias se comprometem a manter os filhos na escola, participar das associações e oficinas de capacitação.

Nesta perspectiva, o PBF alcança 16 (dezesesseis) Unidades de Conservação: Reserva Extrativista do Catuá Ipixuna; Floresta Estadual Maués; Área de Proteção Ambiental da Margem Esquerda do Rio Negro – Setor Tarumã-Açu/Tarumã-Mirim; RDS Rio Madeira; RDS Amanã; RDS Juma; RDS Uatumã; RDA Rio Negro; RDS Rio Uacari; RDS Piagaçu-Purus; RDS Cujubim; RDS Canumã; RESEX Rio Gregório; RDS Rio Amapá; RDS Mamirauá e RDS Puranga Conquista (ibidem).

Outro instrumento econômico imbuído de fomentar a prática da conservação ambiental é o ICMS Ecológico. Embora poucos gestores se envolvam devido à falta de informações e coerção social, pois “é considerado um dos mais importantes IEs (instrumento econômico) de gestão ambiental adotados no Brasil nas últimas décadas e tem contribuído significativamente para o aumento de áreas conservadas em alguns Estados” (ISA, 2007).

O IRE (Imposto de Renda Ecológico) se encontra como Projeto de Lei (PL 5974/05) elaborado pelo Senado Federal com colaboração do GT “IR Ecológico”, que visa a criar critérios de dedução dos valores devidos de Imposto de Renda para pessoas físicas e jurídicas que invistam em projetos na área ambiental. O PL foi deferido por unanimidade pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados, contudo enfrenta objeções de tributaristas e, por competir pelo uso dos recursos arrecadados pela União, pode sofrer forte embate por parte do Ministério da Fazenda (ISA, 2007).

Outros instrumentos similares que podem ser citados neste sentido são o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (IT R), a Taxa de Reposição Florestal, a Taxa de Controle e Fiscalização do IBAMA (TCFA) e a Compensação Ambiental, dentre outros.

A próxima indicação dos sujeitos como meio para conservação ambiental é a fiscalização ambiental. No Brasil, está abrigada numa legislação ambiental considerada uma

das “mais completas e avançadas no mundo” (BRASIL, 2019). Com a Lei 9605/98, conhecida como a Lei de Crimes Ambientais, o que antes era tido de forma isolada passou a ser compreendido de forma integrada, classificando-se em crimes contra a fauna e contra a flora, poluição e outros crimes ambientais, crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, crimes contra a administração ambiental e infrações administrativas.

Assim sendo, infrações e punições foram previstas tendo a fiscalização como exercício de cidadania, uma vez que, embora o cidadão comum não detenha poder de polícia, pode colaborar com as autoridades competentes por meio de denúncias aos órgãos ambientais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, as Secretarias Municipais, a Polícia Civil e o Ministério Público, os quais devem atuar na inspeção das atividades potencialmente poluidoras e dos que fazem uso dos bens naturais.

A prática de supervisão ambiental é fundamental, uma vez que atua na repressão e prevenção de episódios lesivos ao ambiente. A observância e a aplicabilidade da lei, que prevê multas, apreensões, embargos e interdições, entre outros, atuam como exemplo na prevenção de futuras infrações ambientais, buscando fomentar a mudança de comportamento das pessoas por meio da coerção e da sanção, pecuniária ou não, para que atentem à legalidade de suas ações.

Segundo o IBAMA, a fiscalização ambiental é uma atividade com poder de polícia previsto na legislação ambiental, detendo as prerrogativas da polícia ambiental concedidas ao IBAMA pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. O poder de polícia é a faculdade que dispõe o Estado, ou a Administração Pública, para condicionar e limitar o exercício de direitos individuais em prol do bem comum, sendo assim, caracterizado por três atributos: discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.

A discricionariedade significa que a administração pública dispõe de certa liberdade de atuação, podendo valorar a oportunidade e conveniência da prática do ato e da graduação das sanções aplicáveis; a autoexecutoriedade é a faculdade de impor diretamente as medidas ou sanções de polícia administrativa necessárias à repressão de atividades lesivas ao interesse geral; e a coercibilidade caracteriza-se pela imposição das medidas adotadas pela administração. (IBAMA, 2019, on-line).

Todavia, as atividades de fiscalização, apesar de serem fundamentais para conservação e preservação ambiental, não espelham eficácia e eficiência devido à falta de infraestrutura dos órgãos competentes e à extensão geográfica dos Estados. Assim, a quantidade de infrações cometidas é vasta.

Outras questões identificadas foram a distribuição deficitária nas ações de fiscalização sobre os diferentes temas e biomas nacionais e a queda no contingente de fiscais

ambientais. O Ministério da Transparência efetuou, em 2014, recomendações para que o gestor federal adotasse as medidas necessárias ao saneamento das falhas verificadas. Até o final de 2016, o IBAMA informou ter adotado as seguintes providências: abertura de processo para contratação de serviço de transporte e guarda dos bens; desenvolvimento do sistema de gestão dos bens apreendidos; previsão de realizar o primeiro leilão de madeira apreendida; conta específica para arrecadação dos valores obtidos nos leilões de bens apreendidos; priorização de vagas para fiscalização ambiental nos futuros concursos públicos; abertura de processo para aquisição de embarcações para fiscalização da pesca; elaboração de indicadores de desempenho para as atividades de fiscalização ambiental; e proposição de Índice Geral de Dissuasão de Infrações (CGU, 2017).

Referente aos motivos intrínsecos que poderiam fomentar uma transformação comportamental frente a questões ambientais, os sujeitos discorreram sobre a ameaça de extinção da humanidade, o sentimento de pertencimento ao local onde vivem e a satisfação em conservar. O presente trabalho discorreu no capítulo 3 sobre este sentimento de pertencimento e apego à terra como topofilia, com base nas ideias de Tuan (2012).

A respeito da extinção da humanidade, o tema vem sendo exposto desde a década de 1970, quando a questão ambiental começou a ganhar importância mundial. Desde então, vários relatórios vêm demonstrando que vivemos num sistema ambiental onde se age e retroage de forma recursiva e retroalimentativa, o que nos leva a concluir que, para a constituição de um ambiente saudável, faz-se necessária responsabilidade antrópica, uma vez que o dano contra a natureza é um dano contra o próprio homem, ou seja, os estudos comprovam que a diversidade de extinções de espécies da fauna e da flora afetará o equilíbrio do sistema ambiental.

De forma geral, a comunidade entrevistada reconheceu o efeito de suas ações no ambiente, uma vez que 93% dos entrevistados responderam que há algum tipo de impacto, podendo este ser sentido de alguma forma próxima ou distante do agente. Em contrapartida, 4% argumentam que o impacto de suas ações não exerce nenhuma influência, com representatividade nas categorias de administrativo, moradores e docentes, enquanto outros 3%, dentre os usuários e os moradores, não sabem aduzir se suas ações podem afetar algo.

O relatório da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), lançado em maio de 2019, alerta-nos que¹⁶ “a natureza está declinando globalmente a taxas sem precedentes na história da

¹⁶ “Nature is declining globally at rates unprecedented in human history — and the rate of species extinctions is accelerating, with grave impacts on people around the world now likely”. (IPBES, 2019, on-line).

humanidade - e a taxa de extinção de espécies está se acelerando, com graves impactos em pessoas ao redor do mundo” (IPBES,2019, on-line, tradução nossa)

Para Robert Watson, presidente do IPBES¹⁷:

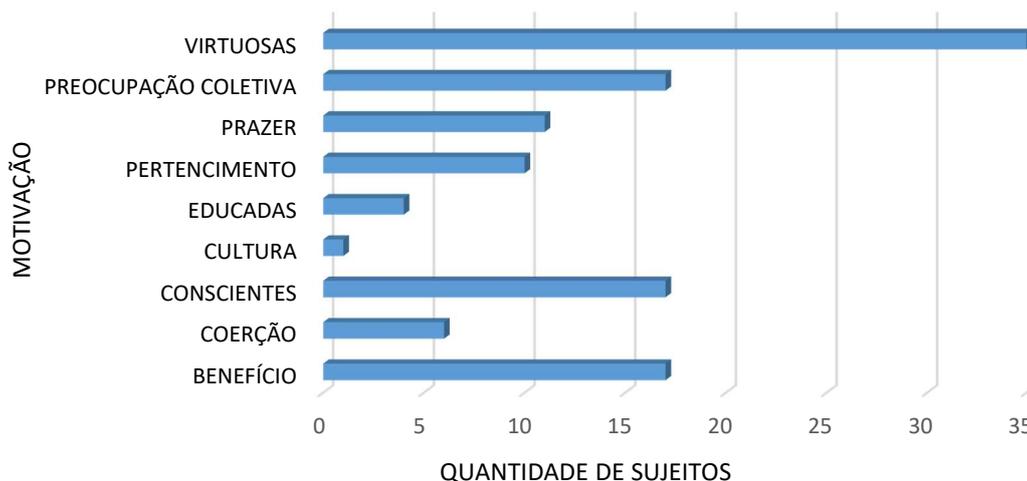
A saúde dos ecossistemas dos quais nós e todas as outras espécies dependem está se deteriorando mais rapidamente do que nunca. Estamos erodindo as próprias fundações de nossas economias, meios de subsistência, segurança alimentar, saúde e qualidade de vida no mundo” (IPBES, 2019, on-line, tradução nossa).

O estudo ainda classifica, por meio de evidências, os fatores que mais impactam o ambiente, por ordem decrescente: mudanças no uso da terra e do mar; exploração direta de organismos; mudança climática; poluição; e espécies exóticas invasoras.

Apesar de termos acesso a tantos relatórios com a demonstração de estudos científicos da ação antrópica sobre o ambiente afetando o equilíbrio do sistema ambiental, as pessoas, ainda assim, não transformam seu modo de pensar e agir.

Quanto à perspectiva sobre satisfação em conservar, foi perguntado sobre o motivo que levava essas pessoas a conservarem o ambiente. A pesquisa demonstrou que os motivos para as pessoas contribuírem com a conservação ambiental se dá, em ordem decrescente, segundo elas, pelo fato de: serem virtuosas, possuírem uma preocupação coletiva, receberem algum benefício, serem conscientes, terem prazer, sentirem pertencimento ao lugar, serem coagidas por algo, serem educadas e possuírem cultura (Figura 80).

Figura 80 - Motivos de cuidar do ambiente exarados pelos sujeitos entrevistados



Fonte: Própria, 2018.

¹⁷ “The health of ecosystems on which we and all other species depend is deteriorating more rapidly than ever. We are eroding the very foundations of our economies, livelihoods, food security, health and quality of life worldwide”. (IPBES, 2019, on-line).

É interessante observar as percepções apontadas pelos sujeitos da pesquisa sobre as pessoas que gostam de cuidar do ambiente. Cafaro (2005), em seu artigo *Environmental Virtue Ethics*, faz um apanhado das teorias em torno deste conceito de virtude ambiental e defende que a ética da virtude é um ramo da ética focado nas questões de caráter e desenvolvimento humano. Nosso próximo capítulo apontará com mais propriedade este tema e sua importância no fomento de ações ambientais.

Em seguida, os sujeitos apontaram que tais pessoas recebem algum benefício ou vantagem financeira para cuidar do ambiente, atribuindo um fator externo ou econômico ao estímulo de uma ação ambiental. Ressaltaram também a consciência ambiental e a preocupação coletiva no destino da humanidade, temas trabalhados à exaustão pela academia. Outro fator salientado foi a coerção, isto é, a manifestação de ações ambientais por receio da aplicabilidade das leis, ou seja, aplicação de multa, sanção, fiscalização, entre outras, bem como o atendimento a normas sociais.

3.3 Cidadania Ambiental – o que é?

A construção do conceito de cidadania ambiental, apesar de ser hodierno, vem recebendo várias contribuições, sendo, assim, compreendido por uma complexa associação de direitos e deveres com incumbências sociais não limitadas apenas ao papel do Estado-Nação, mas refletido, em seu sentido mais amplo, em uma concepção de direito e dever que cada pessoa possui no fito de usufruir de um ambiente saudável. Para Scruton (2016, p. 353), “o declínio das associações civis, documentado por Robert Putnam, tem muitas causas, e uma das mais importantes é o confisco, pelo Estado, dos poderes do cidadão”.

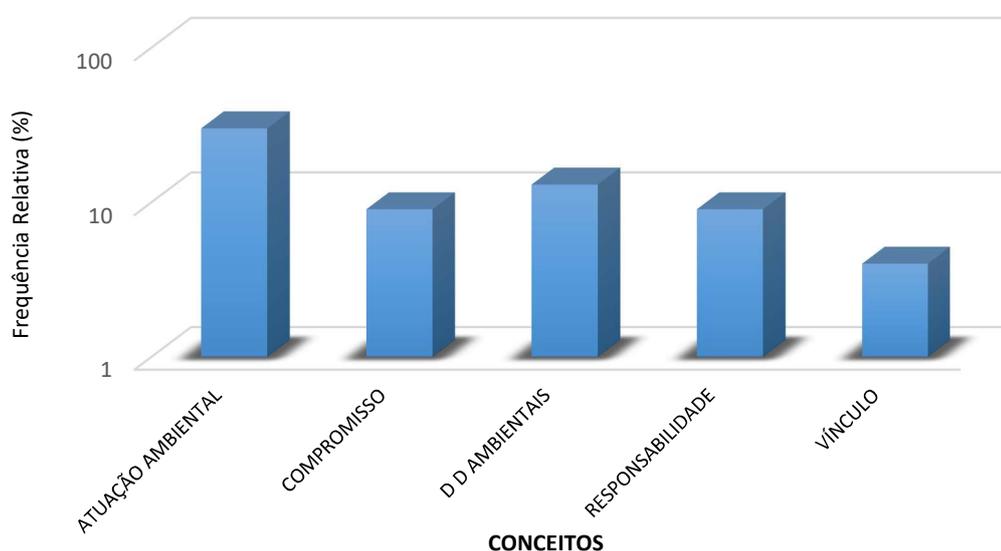
Dobson (2007) nos orienta que o exercício da cidadania ambiental se configura como direito e obrigação de todos os cidadãos às condições que possibilitem ao ser humano atuar na defesa da vida, bem como sua participação para a promoção do equilíbrio ambiental do planeta. O dever do cidadão ambiental é, portanto, viver de forma sustentável para que outros possam viver bem.

Outra característica da cidadania ambiental é o reconhecimento de que direitos e responsabilidades transcendem as fronteiras nacionais, assumindo, assim, um caráter tanto internacional quanto intergeracional. No capítulo anterior, vimos que 33% dos sujeitos entrevistados compreendem que suas ações podem impactar de alguma forma o mundo.

O conceito de cidadania ambiental é incipiente, sendo constituído por um carácter interdisciplinar que realiza um corte transversal em diversas áreas do conhecimento, sendo difícil sua definição pronta e acabada, pois trata-se de complementariedades complexas.

Sobre a questão conceitual em torno de cidadania ambiental, 61% dos sujeitos nunca ouviram falar sobre o tema e 39% já haviam ouvido falar, contudo, pela análise e associação das palavras “cidadania” e “ambiental”, 46% dos sujeitos explanaram que a matéria tratava da atuação do indivíduo sobre o ambiente, 14% falaram sobre o compromisso com a vida, 20% expressaram sobre o dever e o direito dos cidadãos, 14% exprimiram a responsabilidade do indivíduo e 6% falaram que cidadania ambiental é o vínculo com o ambiente (Figura 81).

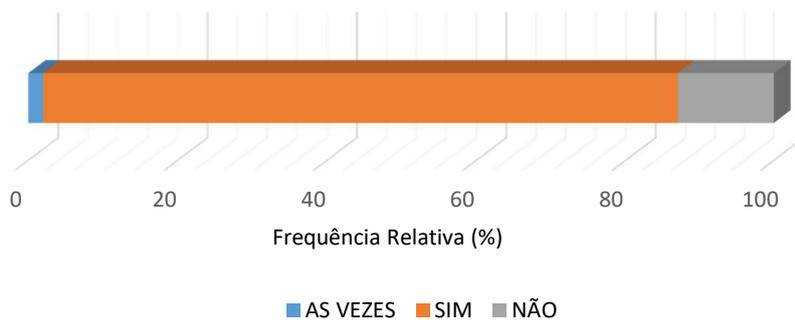
Figura 81 - Conceito de cidadania ambiental dos sujeitos entrevistados



Fonte: Própria, 2018.

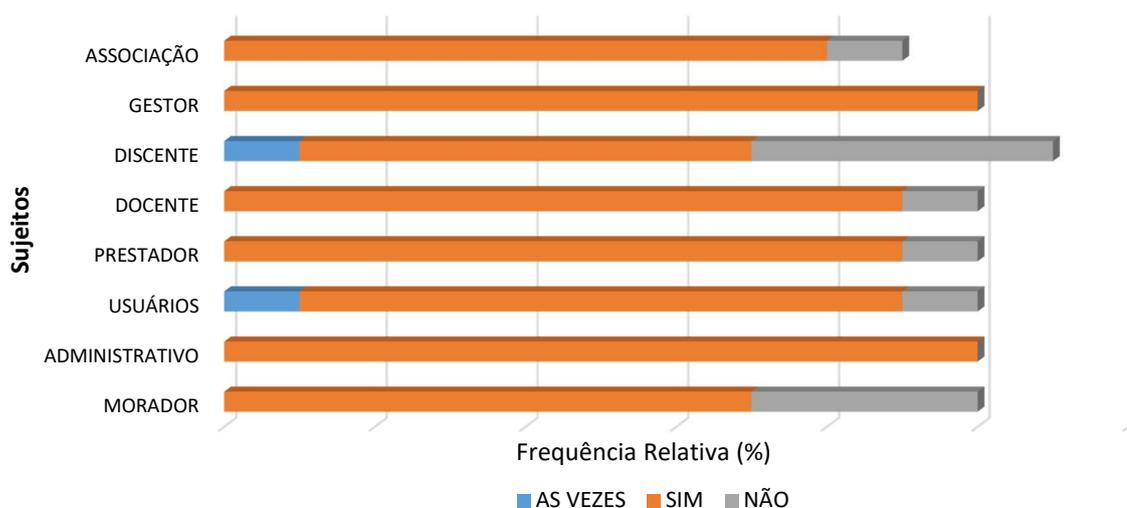
Tais qualidades (atuação ambiental, compromisso, direitos e deveres, responsabilidades e vínculo) remetem a atributos na esfera privada do indivíduo como cidadão que é capaz de operar de forma individual com alcance coletivo. Assim, a cidadania ambiental é uma forma mais ativa de cidadania e consciência política, imbricada a uma postura tanto privada quanto pública por meio da crença à reparação e ao alcance da justiça ambiental, instigando ações coletivas locais com o intuito de promover mudanças.

Sobre a questão de uma cidadania ambiental ativa, faz-se necessário o reconhecimento, ou seja, confessar e assumir-se como tal. Nesse sentido, 2% das pessoas estudadas indentificam-se como um cidadão ambiental pontual, 13% declaram que não o são e 85% afirmam ser cidadãos ambientais conforme gráfico abaixo (Figura 82).

Figura 82 - Reconhecimento dos sujeitos entrevistados como cidadãos ambientais

Fonte: Própria, 2018.

Realizando uma leitura por categorias de sujeito, podemos constatar que as que, em totalidade, reconheceram-se como cidadãos ambientais foram a dos gestores e dos administrativos, apontando a realização de condutas sustentáveis que os denominam como tal. Em contrapartida, nas demais esferas, observamos uma pequena representação pela não admissão da cidadania ambiental, devido a falhas ou dificuldades de adotarem um comportamento mais equilibrado ambientalmente e, nas categorias discentes e usuários, alguns apontaram que em algumas vezes adotam práticas que levam em consideração o ambiente, conquanto 85% se reconhecem como cidadãos ambientais ativos, visto entenderem ter direito de possuir um ambiente ecologicamente saudável e atuarem conservando e defendendo a vida no *oykos* (Figura 83).

Figura 83 - Reconhecimento de cidadania ambiental por categoria de sujeitos

Fonte: Própria, 2018.

Enquanto assumidos como cidadãos ambientais, os sujeitos devem atuar de forma ativa no processo de construção de políticas públicas. Segundo Dallari (1998, p. 14), “a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo”. Ao passo que compreendemos que a cidadania ambiental intenta uma democracia participativa, ou seja, a contribuição direta dos cidadãos nas tomadas de decisão, na promoção significativa de conquistas sociais e nas transformações do interesse coletivo, a cidadania ambiental extrapola o simples cumprimento das obrigações de votar, pagar impostos, dentre outras obrigações, emergindo, no lugar disso, uma cidadania pautada numa democracia representativa.

Vimos, pelas respostas da comunidade entrevistada, que todos compreendem seus direitos por um ambiente ecologicamente equilibrado, mas, em relação aos deveres, poucos conseguem apontar uma atividade que desenvolvem em prol do ambiente mais especificamente, uma vez que as respostas, em sua maioria, se restringiram, como vimos no capítulo anterior, à preocupação de não poluir. entretanto, os entrevistados não souberam descrever a conduta que realizam para não poluir. A seguir, veremos mais profundamente a disposição dos sujeitos concernente à esfera privada de atuação ambiental.

3.4 A Disposição Popular dos Sujeitos da APA Floresta Manaós

Vimos que o nível de disposição dos sujeitos possui um grau expressivo de medianidade, vindo, logo em seguida, um fator elevado de inclinação para operar em defesa da área protegida, uma vez que 25% desses sujeitos afirmaram ter nível alto e 55% declararam ter um grau médio, totalizando 80% da comunidade entrevistada com uma boa disposição para se movimentar. Em contrapartida, 11% asseveraram ter um baixo ânimo e 9% nunca pensaram no assunto (Figura 84).

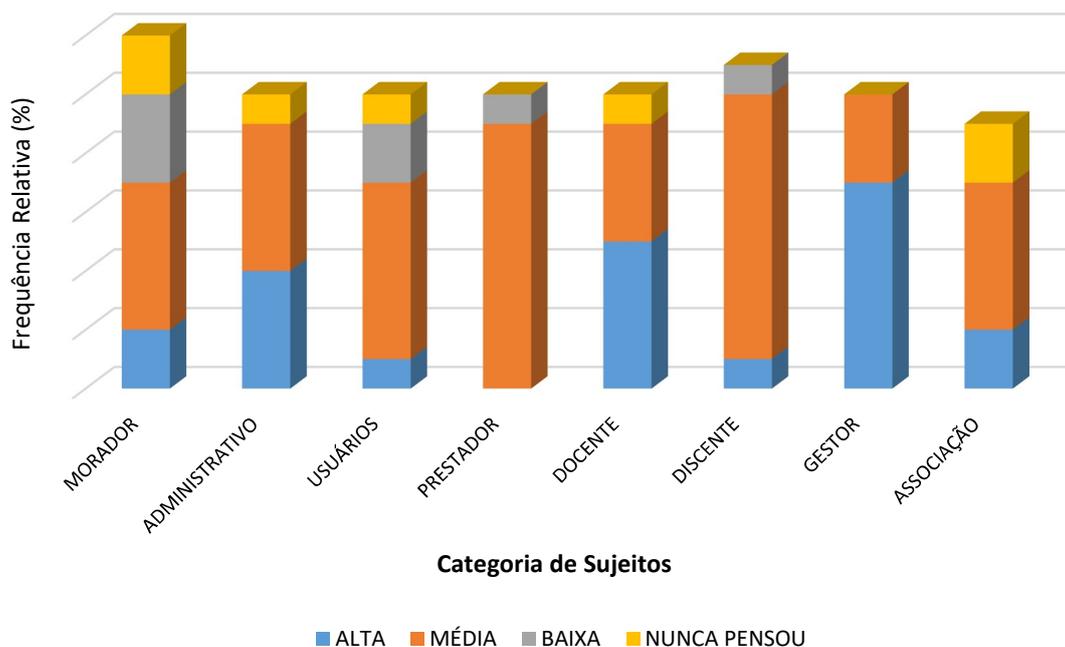
Figura 84 - Nível de disposição dos sujeitos entrevistados em atuar em defesa da APA



Fonte: Própria, 2018.

A categoria que possui maior entusiasmo para operar uma mobilização em defesa da APA são os gestores, em função do cargo que ocupam, depois os docentes e, em seguida, os administrativos. Todavia, podemos perceber que o nível de apatia está presente entre os moradores, usuários, prestadores e discentes (Figura 85).

Figura 85 - Disposição em atuar em defesa da APA, por categoria de sujeitos



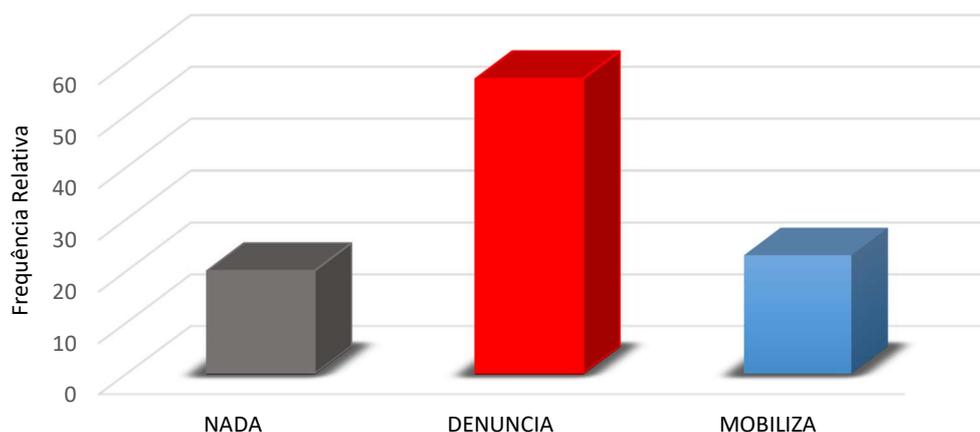
Fonte: Própria, 2018.

Vimos que a reação diante de uma ameaça à APA Floresta Manaós, conforme demonstração no gráfico (Figura 85), demonstra que 57% dos entrevistados iriam exercer seu papel de cidadão de forma individual, denunciando a infração aos órgãos ambientais competentes para que estes tomassem providências, conforme demonstrado nas seguintes falas: *“Ir pelos meios legais para mobilização das pessoas, porque não adianta fazer por conta própria”* (D8Z) ou *“Hoje eu aprendi que tenho q acionar as instituições competentes porque se eu fizer algo por mim mesmo, pode estar errado e depois eu posso sofrer alguma punição por isso”* (D7F).

Durante a entrevista, alguns sujeitos deixaram evidente que a atuação para resolução de problemas dentro de uma instituição de ensino requer alguns cuidados, sendo, portanto, ineficiente, apesar da boa intenção, uma conclamação popular de forma individual. 20% das pessoas ouvidas disseram que não fariam nada, ou seja, teriam uma atuação passiva, e 23% deles iriam mobilizar pessoas para remediação do dano, demonstrando uma participação

voluntária, conclamando a sociedade civil e o Estado para solução da problemática, conforme podemos visualizar no gráfico abaixo (Figura 86).

Figura 86 – Atuação dos sujeitos entrevistados diante de atos lesivos à APA Floresta Manaós



Fonte: Própria, 2018.

Sayago (2000) em sua tese sobre *A intervenção burocrática de participação*, categorizou os tipos de atuação em 6 (seis) categorias distintas: 1. Participação Individual: momento que o sujeito delibera de forma individual e livre; 2. Participação Coletiva: quando deliberações são refletidas coletivamente; 3. Participação Passiva: ensejo em que o indivíduo procede de forma inativa, sem interferir no processo; 4. Participação Ativa: quando os indivíduos conclamam sua incumbência de atuar com dedicação nas lutas e conquistas para auferir seus objetivos, de forma coletiva e solidária; 5. Participação Voluntária: situação em que, de forma espontânea, é formado um agrupamento para sanar problemas imediatos; e 6. Participação Instrumental: quando as mobilizações são feitas com o propósito de conquistar posição ou poder.

Mediante tal classificação, dirigindo-nos para o prisma da cidadania ambiental, podemos observar que a perspectiva de estudo de Sayago (idem) parte do posicionamento do indivíduo sobre a sua forma de exercer sua cidadania e efetuar suas tomadas de decisões. Refletindo sob tal ótica, podemos concluir que o nível de disposição dos sujeitos que possuem contato direto com o *locus* da pesquisa, apesar de ser de média a alta em sua maioria, representados principalmente pelos gestores, docentes e administrativos, revela variabilidade em relação a possíveis ocorrências de atos lesivos à APA FLORESTA MANÓS, uma vez que os resultados demonstram atuações que variariam entre uma Participação Individual, por meio

da denúncia à instituição ambiental competente; Passiva, ou seja, não fariam nada; e Ativa, visto que mobilizariam a sociedade civil na defesa do lugar.

A cidadania ambiental conclama um tipo de cidadania referente não apenas à atuação do cidadão na tomada de decisão e proposição de políticas públicas. Vai além disso, emerge da perspectiva privada para o coletivo, compreendendo que o ser humano, assim que nasce, é inserido num sistema ambiental que, para ser saudável, requer direitos e deveres, uma atuação com responsabilidade sobre o ambiente, que o incumbe e dota-o de compromissos frente ao exercício como cidadão ambiental.

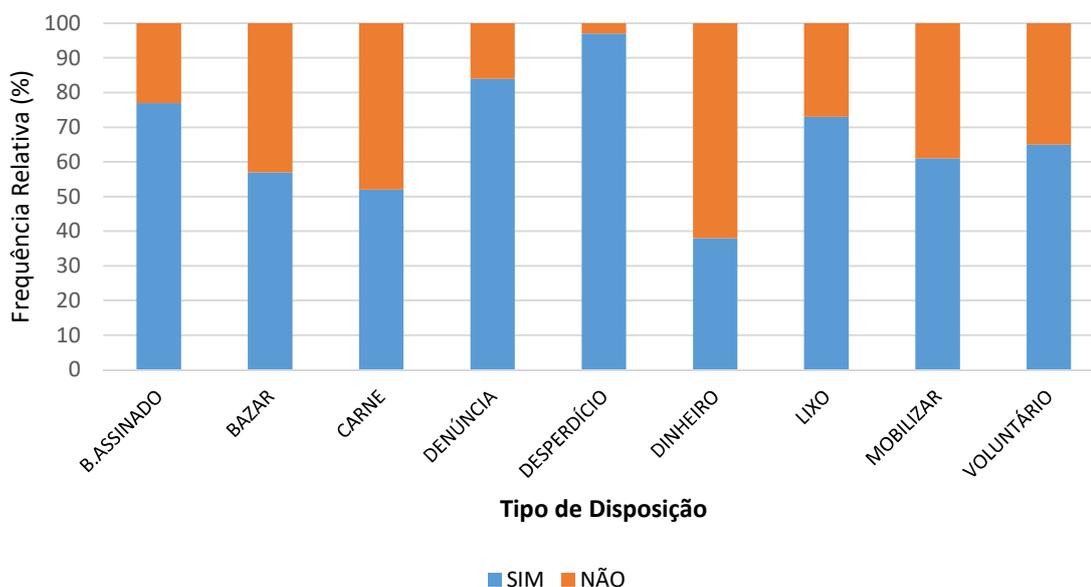
Connelly (2009)¹⁸ contribui, nesse sentido, afirmando que:

Mesmo assim, temos que agir como se (no mínimo) tivéssemos responsabilidades de cidadania global pela simples razão de que os problemas ambientais não são contidos localmente. E podemos ir além, sugerindo que, se nossas responsabilidades estender tanto quanto os limites da nossa comunidade, e se a nossa comunidade é cada vez mais globalizada, tanto político como comercialmente, então o reivindicar que a cidadania é não-territorial no sentido tradicional parece algo razoável. (CONNELLY, 2009, p. 69, tradução nossa).

Sobre a questão do grau de atuação, Lima (1983, p. 15) classifica entre passiva e ativa, sendo que uma “participação pode ser ativa, quando os indivíduos participam ativamente nas decisões do aparelho institucional, ou passiva, quando os indivíduos participam apenas nos bens e serviços oferecidos pelo Estado”. Mediante tal perspectiva, 80% dos sujeitos entrevistados são ativos e 20% passivos, uma vez que tais indivíduos não atuam de modo deliberativo, delimitando-se a meros beneficiários de políticas e serviços que lhes são ofertados.

Para ilustrar de forma mais pragmática a responsabilidade privada e a disposição individual de participação, foi inquirido sobre a disposição em adotar algumas medidas ambientais, as quais requerem um grau de mobilização mínima (abaixo-assinado, mudança nas compras ou consumo de carne e realização de denúncias), econômicas (redução de desperdício, pagamento de imposto ambiental), intermediárias (adoção da seleção de lixo) e ativas (mobilização popular e trabalho como voluntário) (Figura 87).

¹⁸ “Nevertheless, we have to act as if (at the very least) we have global citizenship responsibilities for the simple reason that environmental problems are not locally containable. And we can go further by suggesting that if our responsibilities extend as far as the bounds of our community and if our community is increasingly globalized both politically and commercially, then the claim that citizenship is nonterritorial in the traditional sense seems a reasonable one to make”. (CONNELLY, 2009, p. 69).

Figura 87 - Disposição dos sujeitos entrevistados em adotar medidas sustentáveis

Fonte: Própria, 2018.

Na questão mínima de atuação, vimos que 77% dos entrevistados concordariam em assinar um abaixo-assinado reivindicando melhorias ambientais, como a implantação da rede de esgoto, implantação de coleta seletiva, entre outras, enquanto 23% afirmaram que não estavam dispostos a assinar. Ainda em relação às respostas verificadas, constatamos que 57% dos sujeitos ouvidos estão propensos a comprar qualquer objeto, desde que em bom estado de conservação, em bazares e 43% declararam que “*não gostam de nada usado*” (M3), mesmo apresentando boas condições de uso.

Sem entrar no mérito do impacto ambiental provocado pela indústria agropecuária, foi questionado apenas se estariam dispostos a diminuir o consumo de carne: 52% disseram que sim e 48% afirmaram que não. Sobre o ânimo de realizar alguma denúncia nos canais otimizados tecnologicamente, disponíveis para o cidadão, como telefone e internet, 84% disseram que fariam e fazem denúncias, mas alegaram que o setor competente dificilmente atende. “*Eu estou cansada de fazer denúncia, eu te pergunto pra quê? Vão fazer alguma coisa? Isso até desestimula*” (US7). Ainda neste quesito, 16% declararam que não fazem denúncias e não possuem vontade de fazê-las.

Na perspectiva econômica, vimos que 97% das pessoas entrevistadas estão dispostas a reduzir o consumo de água e luz, evitando hábitos domésticos que promovem os desperdícios e 3% informaram que não concordam em mudar sua rotina de vida para economizar energia ou água. Neste contexto, 38% asseveraram que poderiam contribuir com

o pagamento de algum imposto, caso este retorno fosse visível e palpável e 62% não concordam em aumentar a carga tributária. Para James Connelly (2009)¹⁹:

(...) o uso de legal ou instrumentos econômicos é, portanto, uma parte necessária do ambiente todo sustentável. Embora essas medidas sejam valiosas em si, não constituem a resposta completa, porque igualmente fornece um motivo extrínseco ao objetivo ou efeito desejado. (CONNELLY, 2009, p. 66, tradução nossa).

A participação ativa pode ser vista no anseio de mobilizar e ser voluntário. Vimos que 61% estão dispostos a se mobilizar e incentivar outros a aderirem à mobilização, utilizando as mídias sociais e sensibilizando os vizinhos, enquanto 39% não possuem vontade de atuar nesse sentido. Ainda, 65% declararam que trabalhariam como voluntários em prol da causa ambiental e 35% afirmaram que não.

Vimos, portanto, que sobre o desejo de se mobilizar em prol de alguma causa, emergiu na fala dos sujeitos a importância das mídias. É importante notar o contexto em que a atual sociedade está inserida. Pierre Levy (2017) vai nos alertar que hodiernamente mexer-se não é mais deslocar-se de um ponto a outro da superfície terrestre, mas atravessar universos de problemas, mundos vividos, paisagens dos sentidos balizadas pelos circuitos de comunicação e de transporte. Somos novos nômades explorando outro espaço, imigrantes da subjetividade.

Para o supracitado autor, os novos meios de comunicação poderiam renovar profundamente as forças do laço social, no sentido de uma maior fraternidade, e ajudar a resolver os problemas com os quais a humanidade hoje se debate, visto que a revolução digital, ou seja, a fusão das telecomunicações, da informática, da imprensa, da edição, da televisão, do cinema e dos jogos eletrônicos, ou seja, a indústria unificada da multimídia é algo presente e oportuniza que cada um de nós possuamos voz. Este, portanto, é um marcante aspecto civilizatório que não podemos ignorar.

No exercício da cidadania ambiental na esfera privada, vimos que os sujeitos estão dispostos a adotarem algumas medidas no grau mínimo, como assinatura de abaixo-assinado e realização de denúncias, mas não enfatizaram a escolha de mudança nas compras ou consumo de carne bovina. Na perspectiva econômica, a adesão foi perto da integralidade na questão da redução do desperdício de água e luz e controverso em relação à criação e pagamento de um

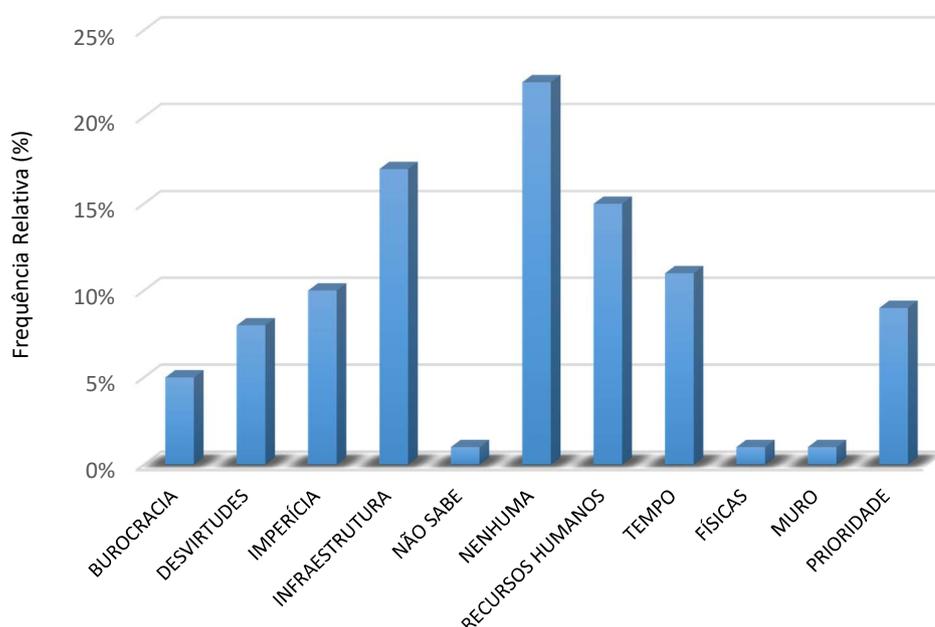
¹⁹ “The use of legal or economic instruments is therefore a necessary part of the environmentally sustainable whole. Although these measures are valuable in their own way, however, they do not constitute the whole answer because they are all alike in providing a motive extrinsic to the desired goal or effect”. (CONNELLY, 2009, p. 66).

tributo ambiental. Sob o prisma intermediário, qual seja a separação de resíduos sólidos, estes se apresentaram otimistas em desempenhar a função. No ângulo ativo de mobilização popular e trabalho voluntário, houve um equilíbrio entre a participação ou não.

Sobre a importância do domínio privado de cidadania, Dobson (2006) ressalta a necessidade de repensar algumas ações insustentáveis que são rotineiras e que o indivíduo é dirigido a realizar uma gama de escolhas que podem contribuir para uma vida sustentável, uma vez que “Longe de ser um domínio menor do que o público, então, a esfera privada pode ser uma questão crucial da atividade da cidadania. Considere as muitas maneiras pelas quais a política pública depende de decisões de estilo de vida pessoal”. (DOBSON, 2006, p. 54-55, tradução nossa²⁰).

Nesse sentido, os entrevistados foram questionados a respeito das maiores dificuldades pessoais para adotar uma atitude que favoreça a conservação do ambiente, uma vez que o maior desafio na questão ambiental é a mudança de atitudes na relação do homem com o seu ambiente, como podemos visualizar abaixo (Figura 88).

Figura 88 - Dificuldades dos sujeitos entrevistados em adotar uma postura sustentável



Fonte: Própria, 2018.

É importante ressaltar que os dados se inter-relacionam e, por isso, não podem ser tomados de forma fragmentada, posto que se tratam dos desafios pessoais que são vividos

²⁰ “Far from being a lesser realm than the public, then, the private sphere may be crucial cite of Citizenship activity. Consider the many ways that public policy relies on responsible personal lifestyle decisions”. (DOBSON, 2006, p. 54 – 55).

num sistema ambiental alimentado pela interação, retroação e recursividade de comportamentos. Neste sentido, 22% declararam que não possuem nenhuma dificuldade em desempenhar atitudes em prol do ambiente, enquanto 17% responsabilizam a falta de infraestrutura, visto que “o governo não promove ações contundentes, apenas pontuais. O exemplo é a coleta seletiva, a falta de parques na cidade, falta de segurança. A poluição nos igarapés” (D8Z). Outros sujeitos apontam que a limitação financeira lhes prejudica no sentido de adotar posturas ambientais em infraestrutura.

Se os rios da Inglaterra estão limpos e repletos de peixes em nossos dias, é porque a lei reconhece os direitos de propriedade ribeirinha e o direito de associação entre aqueles que o detêm. Os rios não foram limpos pelo Estado, mas à revelia dele, tampouco pela propriedade “social”, mas sim pelo direito de propriedade privada. (SCRUTON, 2016, p. 145).

Scruton (idem) exemplifica a necessidade da participação privada na conservação ambiental. Sendo assim, o intercâmbio entre o público e o privado é fundamental, posto que se fazem necessárias ações articuladas do Estado, possibilitando a consolidação e a ampliação do exercício da cidadania ambiental, uma vez que, segundo Rammê (2010, p. 38), “a vulnerabilidade social, econômica e política das camadas menos favorecidas da população faz com que sobre elas recaiam, diretamente, os riscos e consequências do modelo econômico de desenvolvimento reinante na era do hiperconsumo”.

Outro fator que provoca adversidades é a falta de recursos humanos (15%) para proceder com atividades que beneficiem o bem comum, como podemos notar nos seguintes depoimentos: “pensar que está sozinho nessa luta (A4); “Falta de parceria. Falta de sentimento de coletividade das outras pessoas” (M7); “Cooperação das pessoas. Não querem ajudar, não querem contribuir nem com uma simples ação, muito menos com dinheiro” (PA8CAA); “Mobilização, que no fundo a inércia da população advém da cultura assistencialista do Estado. É necessário que se combine amizade, acolhimento, tratar com carinho para poder mobilizar” (PA9CAX).

Nesse pensar, Scruton (idem) vai afirmar que:

Quando uma sociedade se organiza de cima para baixo, seja por meio de tiranias vinculadas a uma ditadura revolucionária, seja por decretos impessoais promulgados por uma burocracia revolucionária, seja por decretos impessoais promulgados por uma burocracia inescrutável, o senso pessoal de prestação de conta rapidamente desaparece da ordem política e da sociedade. Governos autoritários criam indivíduos irresponsáveis e o confisco da sociedade civil pelo Estado conduz a uma ampla recusa entre os cidadãos para que ajam por si mesmos. (SCRUTON, 2016, p. 197).

Portanto, entendemos que é fundamental, para o exercício de uma esfera privada e pública de cidadania ambiental, que haja, segundo as palavras de Piccoli *et al.* (2016, p. 799), uma “população organizada, informada e atuante na exigência do cumprimento de seus direitos, com potencial crítico para observar e cumprir seus deveres de não degradar e não desperdiçar o recurso natural, promovendo a sustentabilidade”.

Outra condição alegada por 11% dos sujeitos para não atuarem efetivamente em prol da causa é a falta de tempo. Um mundo real ou virtual, de velocidades mais acelerada, fluida e agitada, segundo Bauman (2001), coloca o tempo como um fator que pode ser manipulado, rompido e encurtado, uma vez que a relação entre os elementos espaço e tempo foi desfeita na modernidade líquida e passou a ser tida como uma questão sistêmica.

A concepção temporal da sociedade moderna está impressa na consciência social, visto que, segundo Gourevitch (1975, p. 263), a “estrutura reflete os ritmos e as cadências que marcam a evolução da sociedade e da cultura. O modo de percepção e de apercepção do tempo revela inúmeras tendências fundamentais da sociedade e das classes, grupos e indivíduos que a compõem”.

A consciência do tempo adquirido pelo homem governa a sua vida, a sua relação e as suas escolhas. Gourevitch (*idem*) declara que:

Uma vez senhor do tempo, quer dizer, tendo aprendido a medi-lo e a dosá-lo com grande precisão, a economizá-lo e a gastá-lo, o homem se deixou também subjugar por ele. Efetivamente, a ideia de tempo, de sua fuga e irreversibilidade está continuamente presente na consciência do homem ‘apressado’ de nossos dias. (GOUREVITCH, 1975, p. 264).

Outro aspecto levantado foi a questão da imperícia. Neste sentido, 10% dos participantes declararam que não possuíam informações de como deviam agir para conservar o ambiente, como foi o caso de D10F, que argumentou a respeito da “*limitação financeira, desconhecimento de alguma forma de como proteger o ambiente. Além do tempo também*” ou P1, que aludiu a respeito do “*investimento, equipamentos e falta de conhecimento técnico*”. Ainda em relação a este aspecto, 9% dos sujeitos afirmaram que a dificuldade é a prioridade, visto que “*às vezes não tenho interesse*” (P2) ou “*eu não priorizo*” (M5). De modo similar, outros 8% expressaram que “*sentem preguiça*” (M25) ou “*Lidar com a indiferença. Mesmo que o problema seja grave, as pessoas não se importam, não dão a devida prioridade aos temas*” (PA1DI).

Por outro lado, 5% exprimiram que a burocracia tolhe demasiadamente o trabalho, como se percebe nos seguintes depoimentos: “*Depende do tipo de atividade, mas a*

burocracia pra fazer qualquer coisa atrapalha muito, desmotiva” (PA7DI); “A dificuldade de um gestor são os contratos que muitas vezes são limitados, pois vem de gestão anteriores. Muita burocracia, um exageramento nas leis que regem a questão ambiental, poderiam ser mais flexíveis. Muita morosidade no sistema. Falta de pessoal entre outras” (G7).

Apenas 1% não soube declarar sua dificuldade ou disser possuir limitações físicas ou, ainda, atribuiu ao muro construído pela UFAM o motivo da dificuldade para agir em favor de um exercício ambiental privado.

É necessário refletir nas ponderações feitas em torno das dificuldades em possuir uma atitude ambiental, uma vez que contempla as dimensões pessoais, coletivas e estruturais como a falta de assistência estatal, responsável em promover uma condição de favorecimento a práticas cidadãs ambientais.

A perspectiva privada do cidadão, externada como falta de tempo, prioridade, desvirtude e imperícia, representa 51% dos obstáculos elencados, enquanto o óbice de mobilizar as pessoas constitui 20% dos motivos alegados e, ainda, 29% aludiram a impedimentos engendrados pela inércia do Estado, uma vez que, como aponta Sachs (2014, p. 47), este deveria ser capaz de conciliar “a realização de objetivos sociais legítimos numa atitude antropocêntrica assumida e responsável”.

Acerca dessa esfera individual, Bobbio (2004) vai nos acrescentar que:

Da concepção individualista da sociedade, nasce a democracia moderna que deve ser definida não como o faziam os antigos, isto é, como o “poder do povo” e sim como o poder dos indivíduos tomados um a um, de todos os indivíduos que compõem uma sociedade regida por algumas regras essenciais, entre as quais uma fundamental, a que atribui a cada um, do mesmo modo como a todos os outros, o direito de participar livremente na tomada das decisões coletivas, ou seja, das decisões que obrigam toda a coletividade. (BOBBIO, 2004, p. 119).

Fica evidenciado, assim, a magnitude da responsabilidade da esfera privada, posto que o homem é a mola propulsora de um sistema autopoietico²¹ social qualificado como redes de comunicações, isto é:

Cada sistema social é caracterizado pela necessidade de se sustentar de maneira estável, mas dinâmica, permitindo novos membros, materiais ou ideias ingressem na estrutura e se tornem parte do sistema. Esses elementos recém-ingressados serão

²¹ O conceito de autopoiese social desenvolvido pelo sociólogo Niklas Luhmann, que define redes autopoieticas no domínio social como redes de comunicações. (CAPRA, 2014, p. 178). Uma unidade autopoietica é a organização mais elementar do organismo. Ela pode ser definida como um sistema capaz de se sustentar em virtude de uma rede de reações que, continuamente, regeneram os componentes – e isso de dentro de uma fronteira de “fabricação própria” (...) o produto de um sistema autopoietico é sua própria auto-organização. (CAPRA, 2014, p. 175).

geralmente transformados pela organização interna do sistema. (CAPRA & LUISI, 2014, p. 178).

Nesse sentido, destaca-se uma relação simbiótica e autopoietica, entre o privado e o público, onde o cidadão, imbuído de um caráter proativo e intencional, percebe o seu ambiente, age nele, questiona-o de forma real, sólida e palpável, ou seja, o cidadão, ao atuar e sofrer interação do ambiente, desconstrói e reconstrói seu acoplamento estrutural, visto que, segundo Capra e Luisi (2014, p. 176), “um sistema vivo se relaciona estruturalmente com seu ambiente – isto é, por meio de interações recorrentes, cada uma das quais desencadeia mudanças estruturais no sistema”, tornando possível uma cultura da sustentabilidade e fortalecimento das instituições comunitárias.

Em contrapartida, urge a revisão da esfera pública, na condição de responsável pelo fomento de instrumentos de cooperação social na instituição, posto que a participação popular está intimamente marcada na impulsão de processos decisórios e na fiscalização da degradação ambiental. Dobson (2006, p. 34, tradução nossa) levanta um contraponto nessa questão pública e privada de atuação cidadã, colocando-os como deficiência, uma vez que “o contraste frequentemente traçado entre o ideal da Cidadania como reivindicação de direitos ou como o exercício de responsabilidades”²² deveria ser ampliado. Ainda, para o citado autor:

O domínio da cidadania, como conceito, é muito mais amplo do que sua teoria da cidadania nos faria crer. No mínimo, devemos pensar em termos de quatro contrastes: direitos e obrigações; concepções territoriais e não territoriais de cidadania; as arenas pública e privada como possíveis locais de atividade da Cidadania; e virtudes e vícios baseadas em ideias de cidadania²³. (DOBSON, 2006, p. 37, tradução nossa).

Dobson (ibidem, p. 38, tradução nossa) acrescenta ainda que²⁴ “nenhum desses contrastes existe isoladamente dos outros, é claro, pois concepções completas de cidadania são geralmente feitas de combinações específicas delas”, razão pela qual foi escolhido, para análise desta tese, o tripé: direitos – obrigações; arena pública e privada; e virtude e vícios, os quais serão vistos no próximo capítulo.

²² “Most discussions of Citizenship exhibit two kinds of shortcoming (...) A typical instance of this is the oft-drawn contrast between the ideal of Citizenship as rights-claiming or as the exercise of responsibilities”. (DOBSON, 2006, p. 34).

²³ “the domain of Citizenship, as a concept, is much broader than his theory of Citizenship would have us believe. As a minimum we should think in terms of four contrasts: rights and obligations; territorial and non-territorial conceptions of Citizenship; the public and the private arenas as possible sites of Citizenship activity; and competing virtue – and non-virtue-based ideas of Citizenship”. (ibidem, p. 37).

²⁴ “None of these contrasts exists in isolation from the others, of course, and full conceptions of Citizenship are usually made up of specific combinations of them”. (ibidem, p.38).

3.5 Esfera Pública de Cidadania Ambiental: a emergência da APA Floresta Manaus

A participação social na história do Brasil é um tema bastante explorado, uma vez que contribuiu para a conquista de direitos e para o exercício da democracia participativa com respostas no campo ambiental. Carvalho (2015) traça uma exposição histórica para a consolidação da democracia no Brasil, reforçada a partir do final da intervenção militar. Aponta que, embora uma parte significativa da população não usufruísse em sua totalidade de garantias civis, sociais, e políticas como participação, segurança, desenvolvimento, emprego e justiça social, os quais realmente os tornariam cidadãos de fato, o emprego das expressões cidadão e cidadania era intenso e popular, batizando, inclusive, a nova carta magna elaborada em 1988, como a “Constituição Cidadã”.

O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Dito de outra maneira: a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico. (CARVALHO, 2015, p.14-p.15).

Dessa maneira, o supracitado autor entende que o processo de cidadania inicia com a aquisição dos direitos civis, uma vez que o sujeito de posse desses direitos tem liberdade para pensar, agir e manifestar suas opiniões e escolhas, assim, o indivíduo começa a exercer seus direitos políticos por meio da participação das decisões que impactam sua vida e de sua sociedade, permitindo a reivindicação dos direitos sociais.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu Art. 1º, que:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais e da livre iniciativa. (BRASIL, 1988, Art. 1º).

A democracia, no Estado Democrático de Direito, é chamada de democracia representativa, uma vez que, segundo a Constituição Federal, no mesmo Art. 1º, “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Para Silva (2000), ela assume um caráter participativo, posto que é exercida por participação direta dos cidadãos no processo decisório governamental, via

eleição de partido político, associações, sindicatos, iniciativa popular, referendo, plebiscito, entre outros.

Para Ciconello (2008), na década de 1980, os movimentos da sociedade se mobilizaram pela abertura política no Brasil. Cientes das limitações do regime democrático representativo, buscavam referenciais para o exercício da democracia participativa que pudessem contribuir para a construção de novas institucionalidades no Estado brasileiro. Assim, a participação deveria possuir as seguintes características: ser um processo educativo voltado para o exercício da cidadania, levando ao estabelecimento de conexões e influências mútuas entre as esferas pública e privada; permitir que as decisões coletivas fossem aceitas mais facilmente pelos indivíduos, uma vez que esses tomam parte do processo de decisão; e produzir maior integração social, na medida em que cria um sentimento de pertencimento de cada cidadão isolado à sua comunidade ou grupo organizado (associação, sindicato e movimento social).

Em 2008, segundo Avritzer (2008), o Brasil foi considerado um dos países com o maior número de instituições participativas. Ao longo dos últimos 20 anos, foram construídos diferentes espaços formais de participação social nos âmbitos federal, estadual e municipal. Ciconello (2008, p. 01) afirma que, no referido ano, a estimativa era de que existiam: “[...] mais de 40 mil Conselhos de Políticas Públicas, ligados a diversas estruturas governamentais e que contam com a participação de milhares de organizações da sociedade civil em todo o país”.

A participação social na gestão ambiental tem alcançado maior reconhecimento dos gestores e educadores ambientais, os quais, segundo Tassara (2001, p. 211), destacam, no contexto da construção do desenvolvimento sustentável, que o “binômio participação e ambientalismo, inicialmente colocado como se fosse uma alternativa arbitrária, foi se mostrando como um binômio indissociável – duas faces de uma mesma moeda”.

O Art. 225 da CF diz que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (BRASIL, 1988, Art. 225).

Neste sentido, a alusão à esfera do poder público e à coletividade corrobora com a significância da participação popular para a construção de políticas públicas ambientais, bem como serve de instrumento para o cumprimento do dever como cidadão.

Tavares (2013) conceitua cidadania como um conjunto de liberdades, direitos e deveres sociais, políticos, ambientais e econômicos. O exercício da cidadania é agir respeitando essas liberdades e esses direitos e cumprir seus deveres, uma vez que possibilita à pessoa participar ativamente da vida e do governo do seu país. Neste contexto, pode ser excluído da vida social e das tomadas de decisões políticas aquele que não enxerga a cidadania como uma moeda de dois lados: o direito de participar das decisões do governo e o dever de participar.

Essa visão de cidadania está intrinsecamente relacionada ao processo de pertencimento a um Estado-nação, ao seu arcabouço legal, à prática dos direitos e deveres que precisam ser respeitados, conhecidos e cumpridos, porquanto se faz necessário respeitar os deveres para com a nação e com o próximo, ou seja, uma perspectiva liberal e republicana, com o cumprimento dos contratos sociais estabelecidos, como podemos analisar no Quadro 5, abaixo.

Quadro 5 - Direitos e deveres do cidadão brasileiro

| DIREITOS | DEVERES |
|---|---|
| • à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; | • votar para escolher nossos governantes e nossos representantes nos poderes executivo e legislativo; |
| • de ir e vir, em todo o território nacional, em tempo de paz; | • cumprir as leis; |
| • não ser torturado e não receber tratamento desumano, constrangedor ou degradante; | • respeitar os direitos de outras pessoas; |
| • a sua intimidade, sua vida particular, sua honra e sua imagem; | • educar e proteger seus semelhantes; |
| • à inviolabilidade de seu domicílio, de sua correspondência, de suas comunicações, de dados, ou informações telefônicas; | • defender e preservar o ambiente; |
| • de liberdade de expressão de atividade artística, intelectual, científica, literária e de comunicação; | • proteger o patrimônio comunitário, o patrimônio público, social e cultural do país; |
| • ao livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, legal e regular; | • colaborar com as autoridades; |
| • acesso à informação; | • votar para escolher nossos governantes e nossos representantes nos poderes executivo e legislativo; |
| • à criação de associações e cooperativas, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento; | • cumprir as leis; |
| • à reunião e às liberdades políticas e religiosas; | • respeitar os direitos de outras pessoas. |
| • ao ambiente ecologicamente equilibrado. | |

Fonte: TAVARES, 2013.

A cidadania tradicional imprime um caráter de cívico (como direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei) e político à medida em que possibilita à pessoa participar do destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos e os direitos sociais, garantindo o usufruto desse indivíduo à educação, ao trabalho justo, à saúde e a uma velhice tranquila.

A cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia, pois sustenta o exercício dos direitos civis, políticos e sociais e o cumprimento dos deveres que são impostos aos indivíduos, representando, assim, uma relação contratual entre Estado e cidadão, em vias de participação consciente e responsável desse cidadão na sociedade.

A cidadania ambiental é mais ampla em virtude do rompimento geográfico. Dobson (2010) reporta a evolução dos conceitos sobre cidadania, liberal e republicana, os quais se referem à propriedade, à territorialidade e à obrigação com o Estado. Para ele, a cidadania ambiental não prima nessa direção, pois traz na sua natureza uma visão integradora.

A título de apresentar o estado da arte dos debates em torno do tipo de cidadania ambiental mais próximo do caráter ideal, Dobson (idem) vai diferenciar o exercício da cidadania ambiental sob um caráter liberal, republicano e cosmopolita. Apesar de as fronteiras entre eles não serem muito bem definidas, ele lança mão das categorias: direito/dever, esferas pública e privada, virtude e território. Embora possuam ênfases diferentes, elas não são necessariamente excludentes, conforme podemos visualizar no quadro a seguir (Quadro 6).

Quadro 6 - Tipos de cidadania ambiental

| PRIMEIRO: LIBERAL | SEGUNDO: REPUBLICANO CÍVICO | TERCEIRO: PÓS-COSMOPOLITA |
|---------------------------------|--|--|
| Direitos / Deveres (contratual) | Deveres / Responsabilidades (contratual) | Deveres / Responsabilidades (não contratual) |
| Esfera pública | Esfera pública | Esferas pública e privada |
| Virtude-livre | Virtude masculina | Virtude feminina |
| Territorial (discriminatório) | Territorial Discriminatório | Não territorial (não discriminatório) |

Fonte: DOBSON, 2006.

Dobson (idem) suscita a questão e orienta sobre o caráter liberal da cidadania ambiental, enfatizando, com maior preeminência, atributos quanto ao direito dentro do

modelo republicano, ou seja, a virtude. Enquanto o exemplo cosmopolita transcende as preocupações territoriais, Lenzi (2016) nos orienta que o modelo cosmopolita difere dos outros dois (liberal/republicano) porque presume que a cidadania pode ser exercida para além do Estado-Nação. Os modelos liberal e republicano funcionam no âmbito da nação e se alicerçam em dimensões distintas (direitos e virtudes). Contudo, o debate é complexo, pois a cidadania liberal também presume certas virtudes. E o modelo republicano não exclui os direitos, contudo, não os vê como peças centrais para se promover o bem comum.

Destarte, a multiplicidade entre as variáveis é complexa, merecendo um olhar cuidadoso. Com o avanço das reflexões, Bell (2004) aponta que os liberais devem abandonar sua concepção do meio ambiente como "propriedade" e adotar concepções do meio ambiente como "provedor de necessidades básicas (humanas)" e como "assunto sobre o qual há desacordo razoável". Os cidadãos liberais têm deveres de obedecer as leis ambientais e promover acordos justos e, apesar dos pressupostos comuns sobre o liberalismo, podem ter deveres de fazer ações pró-ambientais privadas, como a reciclagem e a limitação do uso do carro.

Bell (idem) ainda levanta a questão sobre a interpretação de cidadania ambiental, trazendo também, além da opinião de Aldo Leopold (1949), o qual argumenta que os seres humanos não são os únicos cidadãos de um ambiente e, portanto, não são apenas os seres humanos que têm direitos de cidadania, o pensamento de Smith (2009), que aborda a CA como "cidadania ecológica", incluindo o não-humano e, portanto, nos dá deveres como cidadãos de um ambiente para membros não humanos - concidadãos - desse ambiente.

A cidadania sempre foi uma questão de equilibrar direitos e responsabilidades. Historicamente, a cidadania liberal (CAL) se concentrou nos direitos dos cidadãos - direito de voto e direito à segurança social. As responsabilidades têm um lugar na cidadania liberal, mas não desempenham um papel importante. A cidadania republicana concentra-se nas responsabilidades de cidadãos para o coletivo. Novamente, enquanto os cidadãos republicanos têm direitos, estes são menos importantes para a republicanos do que responsabilidades ou deveres. Neste contexto, segundo Dobson (2007), teríamos que considerar a cidadania ambiental como sendo mais "republicana" do que "liberal".

Vale ressaltar que a concepção de CAL propaga um pensamento de que, conforme Bell (2004), o cidadão não tem o dever de proteger espaços verdes ou naturais, ele não precisa ser um militante da causa "verde", além de que não tem o dever de fazer escolhas pessoais que contribuam para a promoção da justiça ambiental global. Seu dever é de agir politicamente, e não sob uma questão particular, para garantir os direitos ambientais de outras

peessoas. Por exemplo, o cidadão ambiental liberal não tem o dever de desistir de seu carro, a menos que haja uma lei que exija isso. De acordo com esse pensamento, a CAL, via Estado, não pode elaborar leis que limitem a liberdade de escolha dos cidadãos. De acordo com esse pensamento, Lenzi (2016, p. 08) informa que “a participação política do cidadão opera exclusivamente no interior do Estado-Nação e imprime à participação política do cidadão um viés exclusivamente nacional”.

A partir do momento em que a CAL é exercida nacionalmente, possibilita a criação de uma identidade nacional fomentando laços de solidariedade para a resolução de problemas comuns.

Logo, toda "nação cria uma imagem de si mesma a partir de suas características ambientais únicas através de sua relação histórica com elas". Se a cidadania ambiental liberal se constitui numa cidadania nacional, então é possível enxergá-la a luz do que nacional liberal informam sobre a relação entre cidadania e nação. A nação, nessa visão, não se constitui apenas numa estrutura formal e burocrática onde os direitos ambientais encontram-se institucionalizados. Ela é vista como uma "comunidade moral" onde os vínculos afetivos do cidadão são produzidos. Essa base cultural que vincula a nação enquanto uma comunidade é o que faz com que os direitos e obrigações ambientais floresçam no processo político democrático. Desse modo, a identidade nacional torna-se fundamental na promoção dos direitos ambientais e, conseqüentemente, da justiça ambiental. (LENZI, 2016, p. 14).

A perspectiva derivada de um pensamento republicano ainda limita-se ao Estado-Nação, contudo compreende uma interpretação e expansão ecológica, haja vista que vivemos em uma teia sistêmica, autopoietica. Curry (2000) afirma que à medida em que o bem comum de qualquer comunidade humana é totalmente dependente - não apenas em última instância, mas de muitas maneiras imediatamente - da integridade ecossistêmica (tanto biótica quanto abiótica), essa integridade certamente deve assumir um lugar privilegiado na sua definição, podendo ser mantida somente por práticas e deveres da "cidadania ativa", cujo objetivo maior é a saúde não só da esfera pública humana, mas também do mundo natural que a encerra, a sustenta e a constitui.

Tal visão prima, assim, pelas virtudes. A respeito disso, deve-se lembrar que nem todas as pessoas necessitam de incentivos fiscais para tomarem uma atitude pró-ambiental, manifestando opções de estilo de vida comprometida com essa causa. Nesse sentido, o governo poderia incentivar uma CAR, apelando para a sensibilidade moral das pessoas.

Desta maneira, podemos entender que o conceito, então, aborda a participação ativa do cidadão no meio onde vive, resgatando direitos e promovendo uma nova ética capaz de conciliar a natureza e a sociedade, oriunda das novas exigências do homem frente à coletividade. De acordo com Moura *et al.* (2013), para desenvolver essa cidadania, é preciso

refletir diariamente sobre as atitudes, responsabilidades e comportamentos na proteção e conservação do meio ambiente, contribuindo para a definição de deveres e direitos comuns a todos os cidadãos.

Fundamentado na Constituição, o ambiente foi destacado como bem de uso comum, primordial à qualidade de vida. Assim, nenhum cidadão tem o direito de causar-lhe dano, haja vista que estaria causando prejuízo a um bem coletivo, ferindo não apenas sua pessoa, mas ainda todos os seres do planeta, pois estamos imersos em um sistema ambiental. Para Brito e Ferreira (2014), a cidadania ambiental precisa estar projetada para uma dimensão global, uma vez que visa à proteção do meio ambiente em todo o planeta e – mais do que dos indivíduos nacionais – à proteção da espécie humana.

Este cenário, de acordo com Maturana e Varela (2001), remete-nos para um espaço relacional imbricado, dinâmico e vivo, o qual possui uma potência de criar e recriar, partindo, assim, de uma visão sistêmica da vida, considerando as interações mútuas, um ato cognitivo autopoietico²⁵, sendo fundamental reconhecer que estamos inseridos em um processo em que somos dependentes.

Partindo das ideias de Curry (2000), pode-se afirmar que, à medida em que o conceito de cidadania ambiental se desenvolveu, um consenso aumentou: que a cidadania ambiental coloca uma maior ênfase nos deveres do que nos direitos, aproximando-se mais do republicano do que da tradição liberal de cidadania e colocando uma maior ênfase em "uma moral pública de dever e obrigação" (ibidem, p. 1064). Sobre essa questão, dos deveres pautada numa ética deontológica e consequencialista, falaremos no capítulo posterior quando trataremos da ética ambiental.

O fato é que, na teoria tradicional da cidadania, existe uma relação recíproca entre direitos e deveres, de modo que o cidadão reivindica certos direitos contra o Estado e este devolve em troca do desempenho de várias funções e responsabilidades. Contudo, para Dobson (2010, p. 34), a cidadania ambiental “não é uma cidadania do país-estado; é mais parecida com a cidadania cosmopolita do que para qualquer uma das outras tradições importantes que nos foram transmitidas ao longo dos tempos, como a cidadania republicana e liberal”.

Salles (2014) aponta que os mecanismos de participação direta da população na proteção da qualidade ambiental são primeiramente a iniciativa popular nos procedimentos

²⁵ Capra (2014, p. 175) nos informa que uma unidade autopoietica é a organização mais elementar do organismo. Ela pode ser definida como um sistema capaz de se sustentar em virtude de uma rede de reações que, continuamente, regeneram os componentes – e isso de dentro de uma fronteira de “fabricação própria (...) o produto de um sistema autopoietico é sua própria auto-organização”.

legislativos (Art. 61, caput e § 2º, da CF e Art. 22, inc. IV; e Art. 24, § 3º, I, da CE); a realização de referendos sobre leis (Art. 14, inc. II, da CF e Art. 24, § 3º, inc. II, da CE) e a atuação de representantes da sociedade civil em órgãos colegiados dotados de poderes normativos.

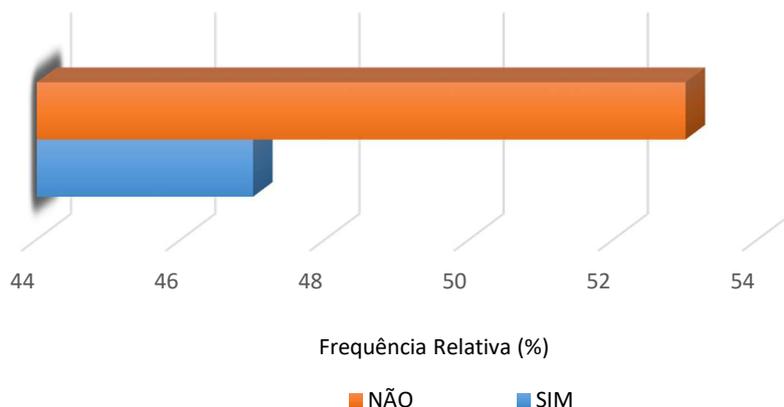
Em segundo lugar, segundo Salles (*idem*), a sociedade pode atuar diretamente na defesa do meio ambiente participando na formulação e na execução de políticas ambientais, por intermédio da atuação de representantes da sociedade civil em órgãos colegiados responsáveis pela formulação de diretrizes e pelo acompanhamento da execução de políticas públicas. Pode participar, ainda, por ocasião da discussão de estudos de impacto ambiental em audiências públicas (Art. 11, § 2º, da Resolução 001/86 do Conama e Art. 192, § 2º, da CE) e nas hipóteses de realização de plebiscitos (Art. 14, inc. I, da CF e Art. 24, § 3º, 3, da CE).

E, finalmente, segundo o citado autor, o terceiro mecanismo de participação popular direta na proteção do meio ambiente é por intermédio do Poder Judiciário, com a utilização de instrumentos processuais que permitem a obtenção da prestação jurisdicional na área ambiental (entre todos, o mais famoso deles, a ação civil pública ambiental da Lei N. 7347/85).

Contudo estudiosos no assunto têm se questionado quanto às ínfimas participações, indagando-se os princípios da Educação Ambiental e da publicidade seriam os principais instrumentos de que dispõe o Estado para tornar efetiva a participação popular.

É importante frisar que, apesar de as categorias de análise estarem dispostas de forma dividida, elas não são estanques, tampouco isoladas, tão somente foram assim expostas para um efeito didático ao leitor, uma vez que estão sempre em discussão uma com as outras, transversalizadas pelo tema da cidadania ambiental.

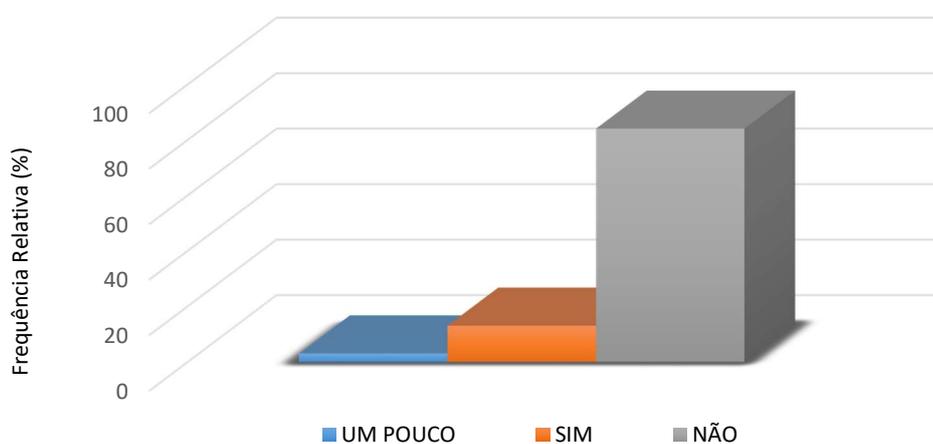
Na direção a uma participação popular, vimos que os sujeitos declararam sensibilidade ao tema ambiental, contudo, ao questionarmos se os sujeitos envolvidos sabem que o espaço estudado tratava-se de uma APA, 47% tinham conhecimento que moravam ou que estavam em alguma área de proteção, mas poucos apontaram que este local seria uma Área de Proteção Ambiental (APA), enquanto 53% não sabiam que a “floresta” ou a “mata” da UFAM era uma Unidade de Proteção, conforme podemos observar a seguir (Figura 89).

Figura 89 - Conhecimento da existência da APA pelos sujeitos entrevistados

Fonte: Própria, 2018.

O processo de implantação de uma APA pode abarcar diversas fases técnicas e instrumentos legais, como leis, decretos, resoluções ou portarias. A transformação do fragmento florestal em Área de Proteção Ambiental se deu pela criação do Decreto Municipal N. 1.503, de 27/03/2012, com a nomenclatura mais institucional de APA UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELIZA MIRANDA e ACARIQUARA. Atualmente, depois de uma votação do Comitê Gestor, optou-se por denominar a área de APA Floresta Manaós, ensejo em que foram definidos, também, os instrumentos gerenciais do Plano de Gestão para garantir o cumprimento dos objetivos básicos da APA.

Sobre a cooperação no processo de criação da APA, a pesquisa mostrou que 3% dos sujeitos pouco participaram desta fase, enquanto 13% tiveram presença, mas 84% não atuaram no desenvolvimento (Figura 90).

Figura 90 – Participação dos sujeitos entrevistados no processo de implantação da APA

Fonte: Própria, 2018.

Quando nos questionamentos sobre as mobilizações populares, podemos refletir conceitualmente, segundo o dicionário Aurélio, quanto a “incitar à participação” de alguém ou de uma comunidade em prol de um objetivo que beneficie o coletivo. Para sua germinação, muitas são as motivações, geralmente advindas de insatisfações, fazendo-se necessária a organização da sociedade civil.

Ao passo que remetemos às questões ambientais, encontramos uma alçada altamente complexa e disputada frente ao consumo e utilização dos bens naturais. Sánchez (2000) nos informa que, ao longo dos anos 70 e 80, verificamos a emergência de um novo interlocutor – o movimento ambientalista – que passou a explicitar de forma cada vez mais abrangente os conflitos ambientais na arena política, formulando reivindicações e colocando em discussão a questão de uma “cidadania ambiental”, compreendendo, assim, como estes sujeitos foram capazes de garantir seus direitos e conquistas diante de um novo governo.

Nesse sentido, Acserald (2010) nos esclarece que:

Nessas disputas em que diferentes atores sociais ambientalizam seus discursos, ações coletivas são esboçadas na constituição de conflitos sociais incidentes sobre esses novos objetos, seja questionando os padrões técnicos de apropriação do território e seus recursos, seja contestando a distribuição de poder sobre eles. (ACSERALD, 2010, p. 103).

O campo de conflitos relativo à problemática ambiental, quer se refira à apropriação dos recursos naturais quer se refira à perspectiva da qualidade de vida, envolve uma diversidade de agentes e, como prática democrática, permanece com uma temporalidade aberta, ampliando permanentemente, segundo Sánchez (2000), a noção do direito a um meio ambiente saudável e à melhoria da qualidade de vida garantida às futuras gerações.

A criação de uma APA, segundo o Art. 8º da Lei Nº 6902/81 – que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências – cabe ao “Poder Executivo, quando houver relevante interesse público”. A citada Lei recebeu algumas contribuições da Resolução do Conama Nº 10/1988, revogada pela Resolução do Conama Nº 428/2010, contudo o respeito ao “interesse público”, por meio da laboração de todos os envolvidos, é necessário para própria garantia e facilidade no processo de mobilização popular.

A participação no processo de criação e manejo de uma unidade de conservação é fundamental para o alcance de objetivos, uma vez que o planejamento participativo busca também:

(...) motivar a comunidade, tendo em vista seu engajamento no processo de desenvolvimento e implantação da APA, através de novas alternativas e oportunidades capazes de ampliar sua qualidade de vida e conservar a biodiversidade, além de propiciar o gerenciamento dos conflitos existentes e potenciais. (IBAMA, 2001, p. 38).

A Resolução do Conama N. 10/1988, Art. 1º, assevera que as APAs são "unidades de conservação destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e também a proteção dos ecossistemas regionais", portanto a participação popular é vital.

A concretização dos objetivos de criação de uma APA “estará mais garantida e de maneira mais eficaz dentro de procedimentos de Planejamento Participativo. Engajando-se a comunidade no processo, é possível buscar respostas concretas à sociedade que vive e produz na região” (IBAMA, 2001, p. 38). Relembrando a assertiva do Prof. Neliton Marques, descrita no primeiro capítulo, sobre a participação popular, temos que:

Um pouco enviesado porque de modo geral a comunidade acadêmica não foi suficientemente ouvida. Não houve um processo interno de discussão. Ela foi criada até de certa forma extemporânea. Apesar da Universidade ter assento no Conselho, no caso o Conselho Municipal de Meio Ambiente, pois é uma APA municipal. Isso não teve internalização nos conselhos locais, sobretudo o CONSUNI que deveria ter sido ouvido e tomado uma decisão. Não me parece que o Conselho tenha sido ouvido em relação à criação na época, dessa época. (MARQUES, entrevista concedida em 05/12/2018).

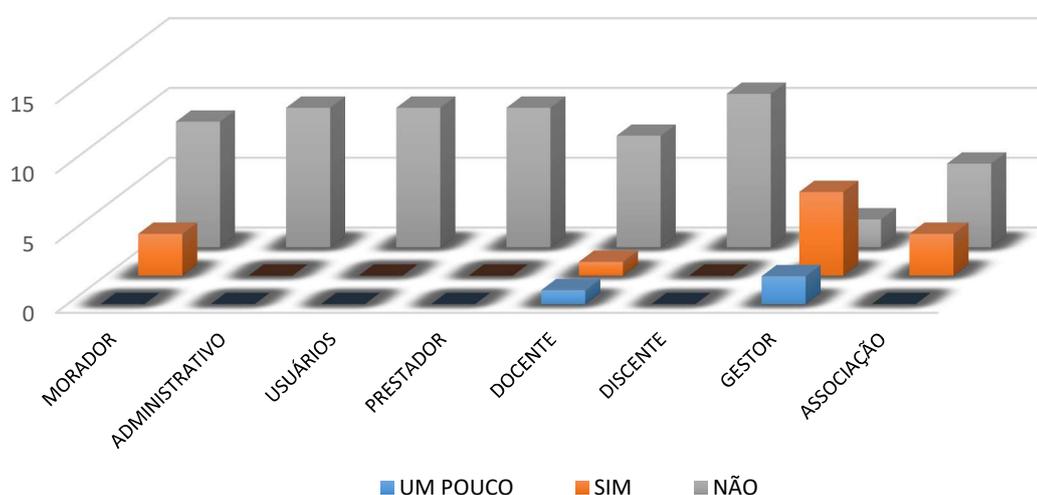
É importante notar, contudo, que a forma célere como se instituiu a APA Floresta Manaós provavelmente tenha relação com o vínculo institucional construído da própria Universidade, uma vez que esta é referência na constituição do modelo de conservação ambiental, formando líderes de atuação para além das fronteiras acadêmicas e a municipalidade exarada pelos órgãos ambientais. Assim, tais elos promoveram um canal de proximidade institucional, dando agilidade para propositura e criação da APA.

Quando Bourdieu (2004; 2012) relacionou inflexões sobre campo, como sendo um microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas influenciando um espaço social mais amplo, vimos que a UFAM empreende grande influência nos agentes que integram determinadas posições, uma vez que o campo intelectual relaciona-se a outros campos de forma relacional e dinâmica, como o literário, o musical, o político e o científico, dentre outros, operando, assim, um poder simbólico na validação e legitimação de práticas apontadas não pela comunidade de moradores, mas de cientistas, os quais, usando seu capital de conhecimento, apontam para a necessidade da criação dos espaços de conservação e,

assim, influenciam decisões neste sentido. Vimos, neste sentido, tal exercício na criação da Reserva Mamirauá.

Quando analisamos a participação e/ou mobilização popular nesta fase, vimos demonstrado na figura abaixo, que somente a categoria de gestor, presidente de associação, docente e alguns moradores colaboraram. É necessário frisar que na categoria “morador” é formada por alguns docentes da instituição superior de ensino, uma vez que o Conjunto Habitacional Acariquara, a priori, foi destinado aos funcionários da UFAM (Figura 91).

Figura 91 - Participação dos sujeitos entrevistados na implantação da APA, por categoria de sujeitos



Fonte: Própria, 2018.

Para Montoro (1992), participação social diz respeito à atuação organizada e responsável da sociedade com o objetivo de solucionar problemas coletivos e promover o bem comum. A compreensão em torno da temática “participação social” é estudada em sua complexidade nos diversos campos de conhecimento e graus de atuação, averiguando os desejos e exigências da população e sua integração nos processos de tomada de decisão, contudo o presente trabalho estuda a “disposição” privada do indivíduo, sua escolha pessoal e vontade de exercer seu papel na resolução de dificuldades coletivas.

Durante o estudo, foi constatado, ainda, que muitas esferas que possuem contato com esta área de proteção não tomaram conhecimento do processo e da implantação da APA, tais como os discentes, administrativos e usuários.

Para Sánchez (2000), a construção da cidadania ambiental possui caráter coletivo que está fundada na luta marcada por valores maximalistas e globalizantes, que possibilitam um novo exercício da cidadania, que vai além das limitações da cidadania construída no marco

liberal (sobre essa questão veremos uma breve reflexão no final deste capítulo), necessitando, assim, de um processo circunscrito na ressignificação da concepção de mundo, pautado em uma nova ética.

Morin e Kern (1993) enfatizam que, para enfrentar a problemática ambiental contemporânea, torna-se imprescindível uma reforma de pensamento que deverá gerar um pensamento do contexto do complexo e, ainda, deverá pensar, em termos planetários, a política, a economia, a demografia e a ecologia, procurando sempre a relação de inseparabilidade e de inter-retroação entre todo o fenômeno e o seu contexto e de todo contexto com o contexto planetário, reunindo o que está separado e compartimentalizado, respeitando o diverso sem deixar de reconhecer o uno e procurando discernir as interdependências.

3.6 O exercício da cidadania ambiental coletiva via associações

A cidadania apresenta-se em sua perspectiva bifronte, de mediação entre Estado e sociedade. Se a cidadania, na sua dimensão jurídica, pode ser vista como contraface do Estado-nação, traduzindo-se em um conjunto de direitos e deveres, a dimensão cívica é, segundo Fleury (2004), enfatizada pela tradição comunitarista, que identifica o processo civilizatório com a arte da associação, em especial no nível local.

O supracitado autor faz alusão a uma cidadania emergida via mobilização popular comunitária. De acordo com Reis (1965 apud Rodrigues e Costa, 2002), o conceito de trabalho comunitário diz respeito a toda atividade organizada e desenvolvida pelos habitantes de um lugar, tendo por objetivo um bem geral ou específico, de interesse de toda a comunidade ou de interesse de um grupo da comunidade local. Assim, o exercício comunal retrata a consciência cidadã, afligida por uma situação-problema em busca do bem-estar social.

A prática da cidadania é solidificada pelo desenvolvimento de educação, conforme apontam Gadotti e Gutiérrez (2005, p. 12), ao declararem que “o processo educativo, formador da consciência cívica da comunidade, deve ser percebido como uma necessidade vital e contínua”.

Frequentemente, vimos que a organização do trabalho nas comunidades dos bairros é coordenada pelos presidentes de associações de moradores, sendo visto como um instrumento intermediador das reivindicações dos interesses do grupo. O direito à reunião e associação pacífica foi garantida pelo Art. 5º da Constituição Federal (1988), quando diz: “XVII - é plena

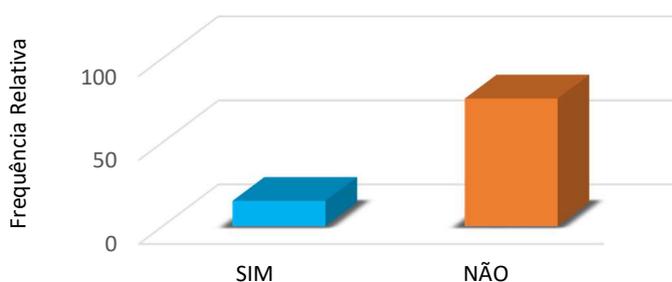
a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar”, vindo assim como garantia fundamental do ser humano.

A ampliação do processo de cidadania busca no cidadão sua participação. Nesse sentido, as associações tornam-se imprescindíveis como espaço público de reflexão, atuação e cumprimento dos direitos conquistados pela sociedade civil, ou seja, um instrumento de operação política.

Para Wautier (2001, p. 11), a principal função das associações é a função social, composta por pessoas solidárias que visam à “constituição de uma comunidade baseada na defesa de direitos sociais iguais. Elas visam à criação de formas de inserção social e de responsabilização, assumindo o papel de mediação entre o cidadão e instituições”.

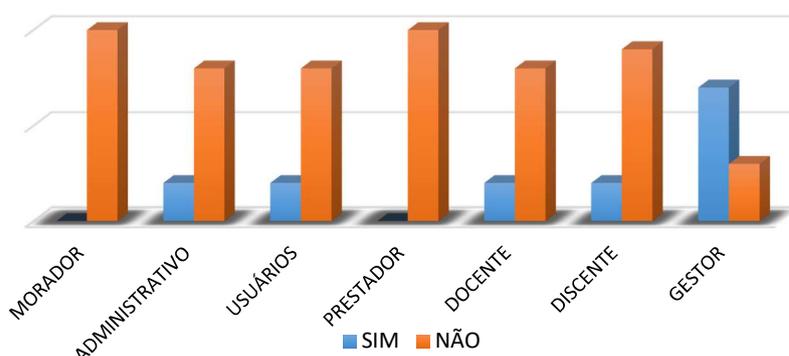
Ainda sobre a relação da esfera privada e pública, indagamos sobre o interesse da participação em associações comunitárias ou de classe. Perguntados se participam ou participariam de alguma associação, 84% dos sujeitos responderam que não participam e não participariam de associação e 16% asseveraram que colaboram ou colaborariam por meio desse instrumento. A categoria de sujeito com maior expressão de participação são os gestores, conforme visualizamos nos gráficos abaixo (Figura 92 e 93).

Figura 92 – Sujeitos que participam ou participariam de Associação – Geral



Fonte: Própria, 2018.

Figura 93 – Sujeitos que participam ou participariam de Associação - Por categorias



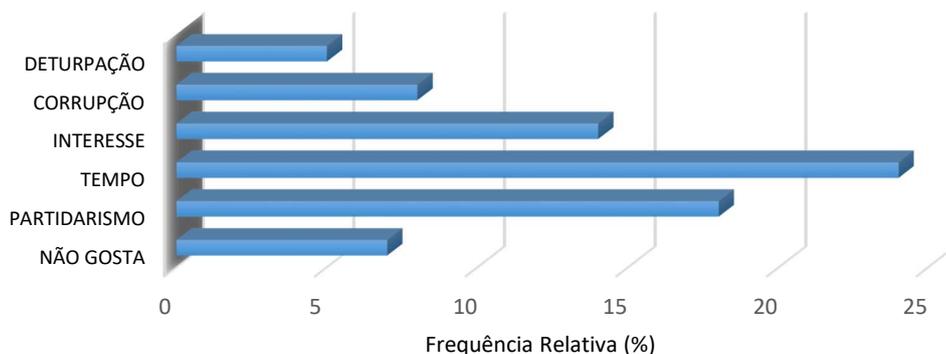
Fonte: Própria, 2018.

Apesar de que as associações poderiam fazer emergir um exercício de cidadania e participação democrática, podendo se tornar um instrumento de mudança da sociedade no exercício da cidadania ambiental, o interesse de participação é baixo, conforme resultados demonstrados acima, tendo maior expressividade de não participação as categorias morador e prestador de serviços.

Fleury (2014) esclarece que a dimensão cívica da cidadania diz respeito à condição de inclusão ativa dos cidadãos na comunidade política, compartilhando um sistema de crenças com relação aos poderes públicos, à sociedade e ao conjunto de direitos e deveres que são atribuídos ao *status* de cidadão. Contudo, apesar da importância da atuação da dimensão pública dos indivíduos para o exercício da cidadania, alguns fatores estão fomentando a não participação cidadã, deteriorando “um modelo de integração e de sociabilidade, que transcende os interesses egoístas do indivíduo no mercado, em direção à uma atitude generosa e solidária” (FLEURY, 2004, p. 14).

Indagamos o porquê da participação ou não deste mecanismo, concernente à oposição de envolver-se. As respostas obtidas demonstram que, excetuando os presidentes de associação e gestores, as demais categorias, ou seja, moradores, administrativos, usuários, prestadores, docentes e discentes, 32% deles, apontaram que não possuem tempo. Outros 24% explicaram que a existência de partidatismo nas associações os impede, enquanto 18% afirmaram que não têm interesse, mas não souberam definir a razão. Ainda neste quesito, 10% acreditam que existe corrupção nestas organizações, enquanto 9% não gostam e 7% declararam que não participam por acreditarem que as associações não cumprem as finalidades da sua criação (Figura 94).

Figura 94 – Motivos apontados pelos sujeitos entrevistados para sua não participação em Associação



Fonte: Própria, 2018.

Apesar de as opiniões possuírem uma imbricação entre subcategorias de análise, novamente a questão temporal foi colocada em fala, como se observou nas seguintes manifestações: “*Há pouco tempo, pois é necessário participar das decisões da assembleia e tentar conseguir entender o processo, apesar da influência forte partidária existente*” (D8Z) ou “*As pessoas são violentas e podem até te matar. Não tenho tempo*” (M8). Ou seja, observa-se a alusão ao tempo como motivo do tolhimento para o exercício da cidadania numa esfera pública. Sobre essa realidade, Sue (1994 apud Oliva-Augusto, 2002) assevera que:

A forma pela qual uma dada sociedade garante a manutenção da vida, expressa no seu modo de produzir, nas regras que a organizam e nas principais atividades exigidas por essa produção, interfere sobre o seu ritmo temporal e indica qual é o tempo que nela predomina. Como as atividades que são secundárias para a definição desse processo articulam-se em torno dele, os tempos sociais em que essas atividades se desenvolvem: articulam-se em torno do tempo social dominante e submetem-se a seu ritmo. (SUE 1994 apud OLIVA-AUGUSTO, 2002, n.p.).

A restrição da atuação cidadã é comprometida, uma vez que o tempo social dominante regido pelo excesso de trabalho altera a forma de socialização do homem e seus modos de ser, refletir e atuar sobre a vida. Elias (1998), em sua obra *Sobre o Tempo*, assevera que:

O tempo parece uma exigência da qual ninguém consegue escapar. Nossa consciência do tempo é tão interiorizada que temos dificuldades em imaginar que grupos humanos tenham sido capazes de viver sem calendário. Temos a sensação de que “o tempo passa”, quando na realidade essa sensação diz respeito à nossa própria vida, às transformações da natureza ou da sociedade. (ELIAS, 1998, capa).

A partir da previsibilidade temporal, passamos a medir não somente o tempo, mas principalmente a nossa vida, subjugando-a ao caráter econômico. O tempo transformou-se em mercadoria, passando a ser distinguido em momentos “livres” ou “ocupados”, conduzindo o ser humano à realização de escolhas e prioridades de caráter objetivo ou subjetivo, sujeitas a crenças, valores e até mesmo à dignidade humana, quando sua produtividade é medida por horas de trabalho. Assim, segundo Bom Sucesso (1997, p. 36), o trabalho se caracteriza como “a forma como o homem (...) interage e transforma o ambiente, assegurando a sobrevivência, e (...) estabelece relações interpessoais, que, teoricamente, serviriam para reforçar sua identidade e o senso de contribuição”.

As mais diferentes teorias sociais qualificam a ordem social moderna como "sociedade do trabalho", exatamente porque reconhecem na categoria trabalho sua dinâmica central. O tempo do trabalho – regular, homogêneo, contínuo, exterior, coercitivo, linear e abstrato – é o tempo social nela dominante. Por conseguinte, qualquer dos outros tempos

sociais existentes, referentes a atividades que não são determinantes para sua caracterização, é penetrado por esses traços, que adquirem a conotação de identificadores do tempo. Para Oliveira-Augusto, (2002, p. 03), “pessoas e instituições lhe estão submetidos, fazendo com que a própria definição de ser social – individual e coletivo – sofra a mediação dos conceitos de trabalho e tempo de trabalho”.

Concernente aos sujeitos que externaram seu impedimento de participação nas associações devido à existência de partidarismo – um total de 24% - vimos nas falas as seguintes motivações: “*Não. Porque envolvem muito partidarismo político e deixam de lado os interesses da coletividade*” (M10); “*Não, muito partidarismo. Vivemos um totalitarismo*” (D5Z); ou “*Não porque são partidários, totalitários e não políticos*” (D6B). Ou seja, a soberania de ideologias políticas partidárias sufocam outras vozes ou pensamentos. A Escola de Associativismo (2019), em seu artigo *Política Partidária nas Associações*, expõe que:

Quando uma associação se alinha com um partido ou candidato, a instituição fere com a confiança dada a ela, uma vez que isso indica que seus interesses junto a um partido ou candidato, estão à frente das necessidades apontadas pelos associados e sociedade. A presença de políticas partidárias na governança de uma associação a torna mais dependente de terceiros, além de poder dificultar que a instituição faça parcerias que promovam seu crescimento e autonomia na busca por melhorias na sociedade. (ESCOLA DE ASSOCIATIVISMO, 2019, n.p.).

A celeuma entre associação e partido político tem sua gênese histórica e legal interligada, uma vez que ambas são reuniões populares que visam a atingir objetivos em prol da coletividade, no entanto possuem diferenças em suas respectivas finalidades. O Código Civil Brasileiro, por meio da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, expressa em seu Art. 44 que “são pessoas jurídicas de direito privado: as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos”, ou seja, ambos, partidos políticos e associações, são pessoas jurídicas constituídas de direitos e deveres.

No entanto, a Lei nº 9096/95, que dispõe sobre partidos políticos, regulamentando o Art. 17 e o Art. 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, determina em seu Art. 1º que: “o partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal”.

A representação popular só foi possível pelo regime democrático. Neste sentido, Kelsen (2000, p. 139), em seu livro *Democracia*, relembra que “a ideia política do século XIX, nascida das revoluções americanas e francesas do século XVIII, foi a democracia”. Para este autor:

O significado original do termo “democracia” cunhado pela teoria política da Grécia antiga, era o de “governo do povo” (demos = povo, krater = governo). A essência do fenômeno político designado pelo termo era a participação dos governados no governo, o princípio da liberdade no sentido de autodeterminação política; e foi com esse significado que o termo foi adotado pela teoria política da civilização ocidental. (KELSEN, 2000, p. 140).

Assim, a democracia deriva da vontade do povo, “isto é, os seres humanos que residem dentro do território do Estado (...) cuja conduta é regulamentada pela ordem jurídica nacional” (Ibidem, p. 334), que, a partir da sua liberdade de escolha, aponta seus representantes para exercer o controle político. Desse modo, o surgimento dos partidos políticos foi exequível mediante a evolução da cidadania, com o alcance dos direitos políticos, ou seja, permitir o cidadão eleger e ser eleito, o direito ao voto; bem como o desdobramento do sistema político democrático representativo, uma vez que o modelo de democracia indireta ou representativa é tido como uma forma:

Na qual a função legislativa é exercida por um parlamento eleito pelo povo, e as funções administrativas e jurídicas, por seus funcionários igualmente escolhidos por um eleitorado. Segundo a definição tradicional, um governo é “representativo” porque e na medida em que seus funcionários, durante a ocupação do poder, refletem a vontade do eleitorado e são responsáveis para com este. (KELSEN, p. 413-414).

Isto posto, o desenvolvimento dos partidos políticos foi constituído a partir da democracia representativa, quando os cidadãos externaram suas necessidades e demandas. Kelsen (idem, p. 421) expõe que uma das funções dos partidos políticos é a integração dos sujeitos, posto que “o indivíduo isolado tem pouca influência sobre a criação dos órgãos legislativos e executivos. Para obter influência, ele tem de se associar a outros que compartilha das suas opiniões políticas”.

Desse modo, surge o partido político, “um veículo essencial para formação da vontade pública” (ibidem). O autor também argumenta que, portanto, por meio dos partidos políticos a democracia poderia ser aperfeiçoada, uma vez que fomentaria a politização de grupos sociais e aproximaria os governantes e governados. Portanto, o partido político tem por base a associação voluntária de pessoas, mas com a finalidade de ocupar o poder político.

Em contrapartida, Robert Michel (1911 apud VIANA, 2003) assevera que, apesar da tentativa do exercício democrático dentro dos partidos, devido à ideologia, os mesmos transformam-se em monopólio de pensamento e ações, em uma oligarquia, uma vez que estão intimamente correlacionados a questões sociológicas e ideológicas, as quais podem ser

pragmáticas, exequíveis ou não, já que dependem de inúmeras dimensões para o seu desenvolvimento.

A associação, por sua vez, sendo ela comunitária ou não, surge como expressão de movimento social organizado. Segundo Laura Frade (1960 apud Diap, 2015), os movimentos sociais não pretendem disputar o poder nem substituir os governantes, mas apenas pressioná-lo a atender aos seus pleitos e reivindicações, enquanto os partidos dispõem de três funções exclusivas: disputar diretamente o poder, expressar a democracia e gerir o Estado. Mas ambos, partidos e movimentos, fazem: a) transmissão de questionamentos políticos; b) mediação entre sociedade e governo; c) recrutamento político; d) participação política; e e) integração social.

Essa é a razão pela qual existe a confusão entre ambos, embora os partidos tenham sido criados para esta finalidade, quando estes são lançados na ecologia da ação, segundo Morin (2007), no jogo interacional, autopoietico da tessitura social, vimos sua desvirtuação de finalidade, uma vez que, em vez de defenderem interesses coletivos, passam a resguardar interesses pessoais, assim, o que deveria ser um instrumento do exercício de cidadania se torna ferramenta de exclusão desta finalidade, visto que afasta os sujeitos da adesão dessa prática, justamente porque não levam em consideração a disposição de caráter existente em cada ser humano.

É importante frisar que, uma vez que o alcance dos direitos civis também requer a liberdade individual, a forma como está sendo posta a participação na associação, a imperiosidade de uma ideologia, bem como a percepção das pessoas frente o trabalho de associação, vem comprometendo e obstruindo o acesso à diversidade de vozes, inibindo um exercício da cidadania. Isto porque, segundo Morin (2008a):

direitos civis são direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei (...) são eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual. (MORIN, 2008a, p. 09)

Na ocorrência da remoção de uma dessas garantias, a função da associação fica lesada.

Em relação a esse assunto – participação política, nas respostas dos participantes, foram aduzidas as questões da corrupção (10%), da deturpação (7%) e da falta de apreço (9%), aspectos esses que, segundo os depoentes, promovem o desinteresse e a descrença na política. As alegações para essas posturas transparecem nas frases: “*são vendidos*” (A1); “*porque não confio*” (A2); “*porque não tenho nenhuma vontade de participar porque as pessoas falam*

uma coisa e fazem outra. Te enganam. Não perco meu tempo com isso” (P5); “Não, pois não acredito nessas instituições, só querem o nosso financeiro” (P10).

O aumento das constatações de corrupção promovida por partidos políticos e seus representantes vem acentuando a deterioração da democracia representativa.

Cabe destacar uma forte oscilação negativa no meio da década passada, à qual muitos autores relacionam com escândalos e denúncias de corrupção, que atingiram várias legendas. Nos anos seguintes, verificou-se a retomada do percentual de indivíduos identificados com tais instituições, ainda que em proporções diferentes das anteriores, quando analisados partido a partido. O destaque maior cabe ao PT, legenda responsável pelo Governo Federal no período e a mais atingida por denúncias; porém, também aquela que se recuperou de maneira mais efetiva da baixa generalizada da IP em 2005. Ademais, desde 2014, o cenário político é permeado por manifestações de rua que, especialmente nos últimos dois anos, assumiram caráter extremamente crítico a políticos e partidos. (GIMENES, 2016, p. 122).

Os movimentos de rua, impulsionados pelas declarações da Polícia Federal na operação “Lava Jato²⁶”, vem pressionando políticos em relação ao combate à corrupção, visto que a corrupção, em todas as dimensões que possa ocorrer, possui resultados nefastos, sentidos principalmente pela população mais carente. Assim, diante da extenuação e precariedade da saúde pública, da educação e da segurança, garantias estas exaradas pelo Estado, a população brasileira, por meio da ampliação dos canais de comunicação e mídias sociais, desencadeou protestos contra o desvio do dinheiro público.

Segundo o Código Penal (Brasil, 1940), corrupção é conceituada como um ato ilícito que pode ser classificado entre ativo: “Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício” ou passivo: “Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”.

Nesse sentido, a prescrição relaciona-se à esfera da Administração Pública, por se tratar de funcionários públicos, o que agrava o quadro, dado que a instituição, pela sua condição, deveria primar pela preservação do princípio da dignidade da pessoa humana em um Estado Democrático de Direito. Neste contexto, devemos lembrar que a Administração Pública é

²⁶ O Ministério Público Federal explica que o nome do caso, “Lava Jato” decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora a investigação tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou. A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso>.

responsável pela garantia do acesso do cidadão aos direitos sociais fundamentais como saúde, educação e segurança, sendo, portanto, incompatível uma atuação torpe e vil de seus agentes.

Heloisa Starling (2008 apud Leal e Schneider, 2014) declara que;

Na sua origem grega, a palavra corrupção aponta para dois movimentos: algo que se quebra em um vínculo; algo se degrada no momento dessa ruptura. As consequências são consideráveis. De um lado, quebra-se o princípio da confiança, o elo que permite ao cidadão associar-se para interferir na vida de seu país. De outro, degrada-se o sentido do público. Por conta disso, nas ditaduras, a corrupção tem funcionalidade: serve para garantir a dissipação da vida pública. Nas democracias – e diante da República – seu efeito é outro: serve para dissolver os princípios políticos que sustentam as condições para o exercício da virtude do cidadão. (STARLING, 2008 apud LEAL e SCHNEIDER, 2014, n.p.).

A dissolução dos princípios políticos que sustentam as condições para o exercício da virtude do cidadão, materializada ou manifesta por meio de atos de corrupção, pode ser percebida quando a pessoa ou ente, que deveria dar o exemplo, sendo ético e honesto, age de forma desonesta por meio de atitudes eivadas de desvirtudes, num ciclo vicioso que provoca o desencantamento popular em relação à virtude da honestidade. Parafraseando a carta de São Paulo aos Coríntios, Alexsandro Medeiros (2016) escreve:

*Ainda que eu fale a língua dos intelectuais ou do cidadão inculto,
se eu não tiver integridade,
Serei como o metal que soa ou como o sino que tine.
Ainda que tenha o dom da política, e conheça toda essa ciência,
E ainda que tenha fê na mudança,
de maneira tal que transporte montanhas,
sem integridade eu nada sou.
Ainda que eu distribua toda minha fortuna aos pobres,
defenda o socialismo e critique o capitalismo,
sem integridade, nada disso me aproveitaria.
A integridade é benigna e não é invejosa;
não trata com leviandade nem se ensoberbece.
Não quebra com o decoro, não busca seus interesses,
não se irrita, não se regozija com o mal.
Mas se alegra com a justiça e com a verdade.
A integridade luta, crê, espera, suporta.
A integridade pode ter falhas,
porque em parte conhece e em parte ignora.
Mas jamais deixa de combater e lutar contra a corrupção.
E agora permanecem estes três males:
a corrupção, a injustiça e a improbidade,
mas destas, a corrupção é a maior. (MEDEIROS, 2016, on-line)*

Vimos, portanto, a importância da integridade na luta contra a corrupção e a virtude na condução moral e social do indivíduo. Lamentavelmente, o declínio dos princípios, valores e virtudes tem levado a uma sociedade egoísta, injusta e corrupta. Comte-Sponville (2009) esclarece que a virtude é uma potência que age e que a virtude do ser humano é agir

humanamente. A virtude ocorre, assim, no cruzamento da hominização (como fato biológico) e da humanização (como exigência cultural), é a nossa maneira de ser e de agir humanamente, isto é (já que a humanidade, nesse sentido, é um valor), nossa capacidade de agir bem.

Prudente (2018) explana, em sua tese de doutorado *A Ética das Virtudes e a formação do Caráter Humano*, que Aristóteles contribui para constituir uma ciência prática-normativa da Ética das Virtudes, examinando a ação humana (práxis) no sentido de como “deveria ser” a sua conduta no intuito de se desenvolver plenamente, o que é uma condição para uma vida feliz. De acordo com Comte-Sponville, (2009), toda virtude é um ápice, entre dois vícios, uma cumeada entre dois abismos: a coragem, entre covardia e temeridade; a dignidade, entre complacência e egoísmo; a doçura, entre cólera e apatia. Pensar a virtude é pensar nas nossas insuficiências.

O próximo capítulo trará uma abordagem com a finalidade de relatar as virtudes autodeclaradas dos sujeitos envolvidos com a APA Floresta Manaós, as quais poderão contribuir para o exercício de cidadania ambiental. Conforme Aristóteles defendia, uma vida feliz requer hábitos virtuosos e estes devem ser adquiridos desde cedo. Para Scruton (2016, p. 109), “Os jovens eram criados a pensar que a forma como enfrentavam as dificuldades práticas lhes renderia o aprendizado da arte da sobrevivência”.

4. A ÉTICA AMBIENTAL MARCADA PELA VIRTUDE

O amor ensina-nos todas as virtudes.
Plutarco

Este capítulo tem por objetivo relatar as virtudes autodeclaradas dos sujeitos envolvidos com a APA Floresta Manaós que podem contribuir para o exercício de cidadania ambiental. Em vista disso, o capítulo abordará os princípios hodiernos que comportam a ética ambiental e seu debate sobre importância da virtude, os motivos para seu fomento, as virtudes e vícios ambientais. De igual modo, serão abordados aspectos como a capacidade de autoanálise dos sujeitos entrevistados em reconhecer seus vícios e virtudes ambientais, a visibilidade das injustiças ambientais e como se dá a transmissão das virtudes, encaminhando a conclusão para o apontamento de uma educação para a cidadania ambiental virtuosa.

4.1 As virtudes dos cidadãos ambientais da APA Floresta Manaós

Para compreendermos sobre o assunto concernente às virtudes, recorreremos às reflexões da ética aristotélica, que nos instrui sobre a importância da ética fundada no estabelecimento de parâmetros para uma vida ordenada dentro de uma sociedade, primada pela ação racional, posto que as virtudes existem na alma manifestada pelas faculdades.

É válido ponderar que a sociedade na qual Aristóteles se espelhava não abarcava a complexidade em que a modernidade ou, para alguns autores, a pós-modernidade, alicerça-se, contudo, quando nos voltamos para os pensamentos com que a ética aristotélica se constitui, notamos reverberações imprescindíveis, devido a seu viés social e político, posto que, segundo as palavras de Silveira (2012, p. 02), “na ética o homem individual é essencialmente membro da sociedade e, na política, a virtude social do Estado é a medida da virtude de seus cidadãos”. Assim, é crucial analisar como tais ensaios podem ser tomados atualmente, visto que a alma humana continua a buscar parâmetros ou elementos para ter uma vida feliz, ocasião em que Aristóteles apresenta o equilíbrio como virtude para se alcançar a felicidade.

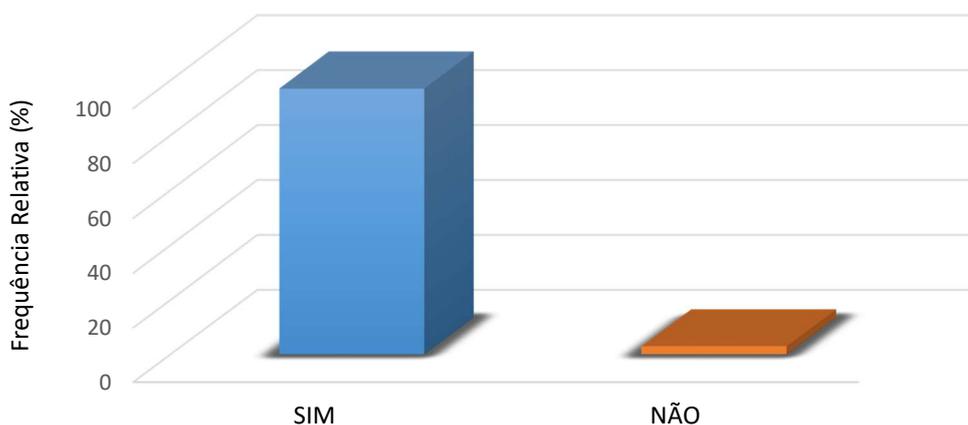
O autor supracitado esclarece, ainda, o fio da lógica condutora do pensamento de Aristóteles, quando este se questiona a respeito do bem supremo da vida, estabelecendo a virtude como meio para conhecer a felicidade (*eudaimonia*²⁷) e a satisfação da vida. Assim, para Aristóteles (1991, p. 02), o alcance da *eudaimonia* é possível por meio do viver racional segundo a virtude. “A virtude irá depender de um julgamento, por força da reta norma da

²⁷ Estado ou condição de ser feliz.

sabedoria prática, ou reta razão, para repudiar os extremos e alcançar o meio termo (*mesótês*)”.

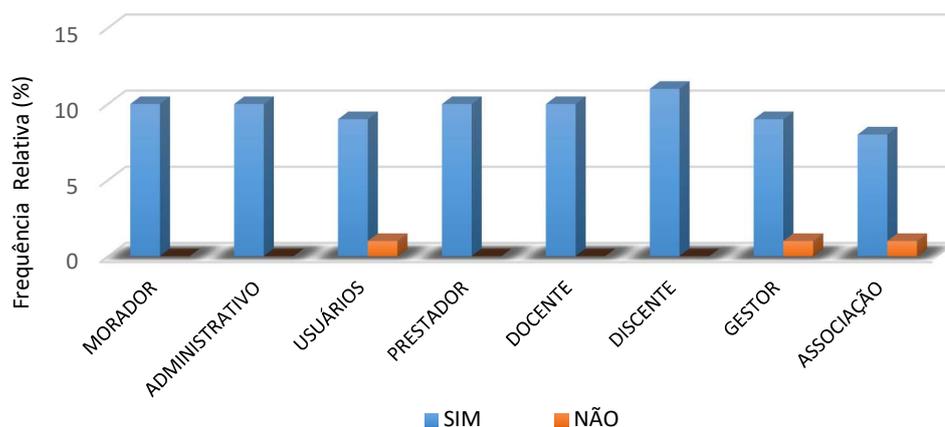
Perguntados se as virtudes contribuem para a prática do exercício da cidadania ambiental, 97% dos entrevistados responderam que sim, como se pode perceber nos seguintes depoimentos: “*É uma forma de enfrentar os problemas, pois desenvolve as potencialidades humanas*” (D10F); “*As virtudes causam um comportamento positivo que busca interesses não individuais apenas, mas pra sociedade*” (PA6NP). Por outro lado, 3% responderam que não porque “*É um processo lento e demorado, acho insuficiente*” (PA9CAX) ou “*porque não é da natureza humana conservar*” (G1), concebendo a virtude como algo intrínseco, natural do ser humano, contudo veremos, a seguir, o conceito aristotélico de virtude (Figuras 95 e 96).

Figura 95 – Contribuição das virtudes para a conservação ambiental



Fonte: Própria, 2018.

De acordo com os resultados das entrevistas, todas as categorias de sujeito compreendem que a virtude coopera para a conservação ambiental, com destaque para os discentes. Em contrapartida, os sujeitos que divergem da importância da virtude são os usuários, gestores e presidentes de associação, em função de uma sociedade distópica, indiferente, corrompida, posto que, como se vê na fala de um dos entrevistados, “*hoje em dia a gente vê tudo com desconfiança, as pessoas estão duras, tem muitas barreiras*” (US1).

Figura 96 – Contribuição das virtudes para conservação ambiental, por categorias de sujeitos

Fonte: Própria, 2018.

É importante notar que duas categorias que são as responsáveis por promoverem ou sugerirem políticas públicas (gestores e presidentes de associação) apontam uma deficiência em relação ao trabalho com a virtude, por se tratar de algo laborioso para seu alcance. Neste contexto, Connelly (2009) questiona sobre como o Estado poderia fomentar atitudes virtuosas nos cidadãos. Essa é uma questão em que o presente trabalho não irá se aprofundar, mas é importante para uma reflexão prospectiva, uma vez que, diante do quadro de crise civilizatória, abordar o exercício da cidadania ambiental, pautado sob um viés virtuoso, é proceder com tenacidade diante dos desafios impostos, superando uma visão cartesiana e fragmentada da vida, que descarta possibilidades por acreditar na insuficiência e dificuldades. Lançamos mão, assim, da recursão ética, que, de acordo com Morin (2007, p. 98), “reforçamos imunologicamente contra a nossa tendência a culpar o outro, tornando-o bode expiatório dos nossos erros”.

O pensamento dualista assenta-se em estado de guerra entre as diferenças, anulando uma dimensão em detrimento do outra, posto que, nas palavras de Morin (idem, p. 58), a “moral não complexa obedece a um código binário bem/mal, justo/injusto. A ética complexa aceita que o bem possa conter um mal, o mal um bem, o justo e o injusto, o injusto o justo”.

Em relação à ética complexa, a presente pesquisa compreende a simbiose entre ética e moral, concebendo que a virtude, tomada como exercício da moral imbuída de princípios éticos ambientais, não descarta a diversidade de possibilidades de ações que venham a contribuir com a conservação e/ou preservação ambiental.

Assim, sobre a complementaridade entre ética e moral, Cortella (2015, p. 18) vai nos esclarecer que esses conceitos são correlatos e conectados, apesar de não deterem sentido idêntico, uma vez que, enquanto ética “é um conjunto de valores e princípios que orientam a

minha conduta em sociedade, a moral é a prática desses valores na ação cotidiana”. Assim, segundo Morin (2007), a ética complexa visa a emancipar a cegueira do sujeito e à consciência, o que atrofia o conhecimento e ignora a moral, sendo apreendida como conjunto de princípios e valores que, no presente trabalho, apresentamos como ética complexa ambiental. Ao passo que a moral é concebida como prática, escolha que se desdobra a partir dessa ética, ou seja, algo a ser vivenciado, sendo, portanto, uma maneira de ver e compreender o mundo com suas contradições e possibilidades.

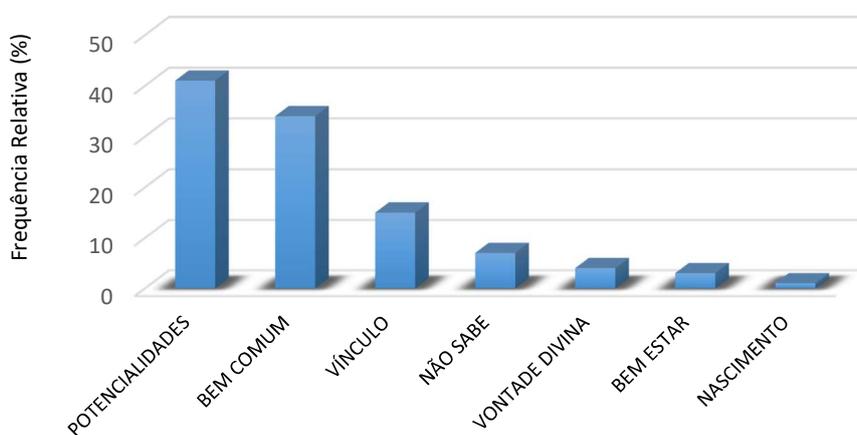
Nesse contexto de correlação entre ética e moral, alguns entrevistados discorreram que a virtude é importante para um comportamento ambiental saudável, o que se pode notar nos seguinte depoimento: “*nem sempre o financeiro ou a punição são suficientes*” (A4F), ou, ainda nessas falas:

Tudo na vida você escolhe. Então você escolhe se você vai querer ou não fazer isso. Pela escolha de cuidar, de querer fazer. A determinação é fundamental, pois se você trabalha na área ambiental, com o primeiro problema, já dá vontade de desistir, então por isso é necessário a perseverança. (D2B).

Para você conservar tudo tem que partir de um ponto positivo, e quando você encontra uma pessoa virtuosa, você começa a ver bons exemplos. Uma questão simples, basta ter um pensamento equilibrado, mas é complicado porque as pessoas que têm grana e influência, são elas que decidem o destino, por isso eu vejo que quando a degradação afetar de forma agressiva é que irão mudar. (D1F).

Perguntados acerca da importância das virtudes para o exercício da cidadania ambiental, por ordem de emergência, os sujeitos explanaram que o motivo da importância das virtudes é que: desenvolvem as potencialidades humanas; promovem o bem-comum; e aumentam o vínculo do homem com o ambiente. Outros não souberam explicar ou disseram que se trata da vontade divina, da promoção do bem-estar e advém do nascimento (Figura 97).

Figura 97 - Exposição de motivos sobre a importância das virtudes pelos sujeitos entrevistados



Fonte: Própria, 2018.

Os resultados das entrevistas demonstraram que os sujeitos apontaram virtudes intelectuais e morais como fomento para a transformação de cidadãos “mais humanos”, ou seja, que podem desempenhar a finalidade virtuosa da humanidade. Contemplando o reconhecimento da importância da virtude na questão ambiental, defenderam que “*a virtude é uma forma de enfrentar os problemas, pois desenvolve as potencialidades humanas, contra o consumismo, a indiferença e a falta de compromisso*” (D10F); “*Sim, porque mudaria as pessoas por dentro e com boas ações por fora*” (A3); “*Sim, acho fundamental porque se as virtudes fossem desenvolvidas, teríamos esperança de mudar esse mundo*” (A5).

Sobre essas três questões – escolha, equilíbrio e punição – em seu livro *Ética a Nicômaco*, Aristóteles (1991) ressalta que a virtude é o equilíbrio entre dois vícios, por isso podemos ser “maus de muitas maneiras, mas bom somente em uma”, dividindo, assim, a virtude em virtude intelectual e moral, sendo a primeira gerada “graças ao ensino, requerendo experiência e tempo enquanto a virtude moral é adquirida em resultado do hábito. E os hábitos dignos de louvor, chamamos virtudes” (ibidem, p. 27). Para o filósofo, a virtude não nasce com a pessoa, mas é uma disposição de caráter, uma escolha evidenciada, uma vez que nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza, mas somos “adaptados por natureza a recebê-las e nos tornamos perfeitos pelo hábito” (ibidem).

É o que também ocorre com as virtudes: pelos atos que praticamos em nossas relações com os homens nos tornamos justos ou injustos; pelo que fazemos em presença do perigo e pelo hábito do medo ou da ousadia, nos tornamos valentes ou covardes. O mesmo acontece com a temperança, a coragem e as outras virtudes, pois o homem que a tudo teme e de tudo foge, não fazendo frente a nada, torna-se um covarde, e o homem que não teme absolutamente nada, mas vai ao encontro de todos os perigos, torna-se temerário; e, analogamente, o que se entrega a todos os prazeres e não se abstém de nenhum torna-se sem limite, enquanto o que evita todos os prazeres, como fazem os rústicos, se torna de certo modo insensível. (...) por outro lado, se as virtudes dizem respeito a ações e paixões, e cada ação e cada paixão é acompanhada de prazer ou de dor, também por este motivo a virtude se relacionará com prazeres e dores. (ARISTÓTELES, 1991. p. 84).

Vimos, dessa forma, que Aristóteles (1991) expõe que a virtude se assenta à categoria de disposição de caráter, pois os homens não são considerados virtuosos ou não por sentirem emoções, assim como a virtude não pode ser uma simples capacidade de sentir emoções, mas resulta da disposição de caráter que os torna bons e que os faz desempenhar bem a sua função, uma vez que é possível errar de muitos modos (pois o mal pertence à classe do ilimitado e o bem à do limitado, como supuseram os pitagóricos), mas só há um modo de

acertar. Por isso, é fácil errar e difícil atingir o alvo. Pelas mesmas razões, o excesso e a falta são característicos do vício, e a mediania da virtude.

A virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consistente numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria-prática. E é um meio-termo entre dois vícios, um por excesso e outro por falta (ARISTÓTELES, 1991, p. 35).

Na direção para encontrar o equilíbrio entre os vícios, é necessário compreender que o florescimento ecológico ou ambiental deve incluir o florescimento humano, uma vez que depende do equilíbrio adequado de um vasto leque de emoções humanas sociais, depende do bom funcionamento de certas partes-chave do cérebro humano, conforme defende Wensveen (2004, p. 186), para quem o sistema cerebelar associado à sabedoria prática (ou prudência, na linguagem católica romana) “liga informações sobre situações externas com perfis aprendidos de respostas emocionais integradas bem-sucedidas, operando em um nível de intensidade que depende de um sentido de posição em uma estrutura relacional particular”. Para o citado autor, o exercício da sabedoria prática, enquanto prática da virtude, transforma de forma intensificada, o que o ambientalista tende a referir-se como sensibilidade.

Nesse sentido é um processo lento, pois, como nos aponta Aristóteles, a virtude como um todo, intelectual e moral, não vem da natureza humana, mas da educação, sendo adquirida pela prática, pelo hábito, de forma racional, implicando uma escolha ou, segundo Comte-Sponville (2009, p. 09), uma “disposição adquirida de fazer o bem”, fruto do equilíbrio entre extremos prejudiciais, uma ponderação pautada pela noção de justa medida, ou seja, uma proporção entre o excesso e a falta, que faz emergir o ato virtuoso, posto como uma ação equilibrada em contrapartida ao vício como ação extrema, seja pela a falta ou o excesso, conforme podemos refletir nos exemplos demonstrados abaixo (Quadro 7).

Quadro 7 - Lista relacional entre vício da falta, virtude e vício pelo excesso
(continua)

| VÍCIO PELA FALTA | VIRTUDE | VÍCIO PELO EXCESSO |
|-------------------------|---------------------|---------------------------|
| Covardia | Coragem | Temeridade |
| Insensibilidade | Temperança | Libertinagem |
| Avareza | Liberalidade | Esbanjamento |
| Vileza | Magnificência | Vulgaridade |
| Modéstia | Respeito Próprio | Vaidade |
| Moleza | Prudência | Ambição |
| Indiferença | Gentileza | Irascibilidade |
| Descrédito Próprio | Veracidade | Orgulho |
| Rusticidade | Agudeza de Espírito | Zombaria |

Quadro 7 - Lista relacional entre vício da falta, virtude e vício pelo excesso
(continuação/conclusão)

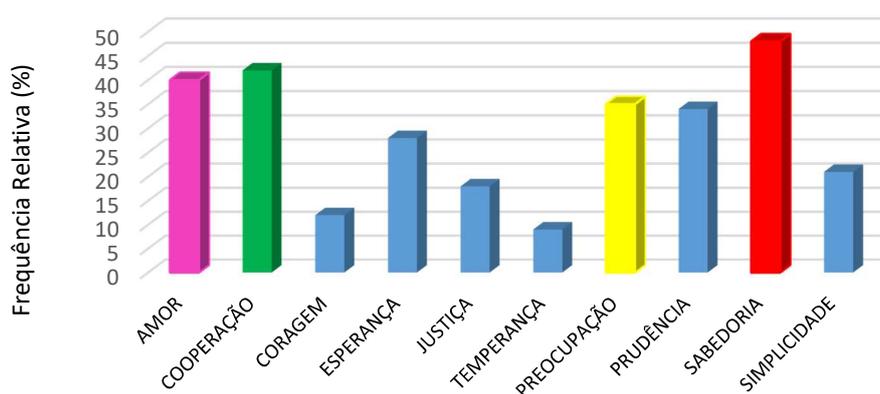
| VÍCIO PELA FALTA | VIRTUDE | VÍCIO PELO EXCESSO |
|------------------|------------------|--------------------|
| Enfado | Amizade | Condescendência |
| Desavergonhado | Modéstia | Timidez |
| Malevolência | Justa indignação | Inveja |

Fonte: ARISTÓTELES (1991 apud SILVA, 1998).

Comte-Sponville (2009, p. 09) vai apontar que a virtude ocorre na interseção da hominização (como fato biológico) e da humanização (dimensão cultural), argumentando que tais virtudes morais “fazem um homem parecer mais humano”. Nesse sentido, vimos quanto as virtudes estão intrinsecamente presentes na história do homem em sociedade, conduzindo suas escolhas, sua maneira de pensar e seu comportamento. Como vimos no decorrer da pesquisa, a virtude não é nata, ou seja, não nasce com o ser humano, mas poderá ser modelada para exprimir um comportamento desejado. Em breve, retornaremos a este assunto.

Em ordem de eflorescência nas falas qualificadas, os entrevistados declararam como virtudes fundamentais para o exercício de uma cidadania ambiental, as quais apoiam a conservação ambiental ou contribuem para tal: a sabedoria, o amor, a cooperação, a preocupação, a prudência, a esperança, simplicidade, a justiça, a coragem e a temperança (Figura 98).

Figura 98 - Virtudes que ajudam na conservação ambiental segundo os sujeitos entrevistados



Fonte: Própria, 2018.

Cafaro (2005), em seu artigo *Environmental Virtue Ethics*, faz um apanhado das teorias em torno do conceito de virtude e defende que a ética da virtude é um ramo da ética focada nas questões de caráter e desenvolvimento humano. Aborda as influências de vários livros no desenvolvimento da ética da virtude ambiental nos últimos anos, como o livro de

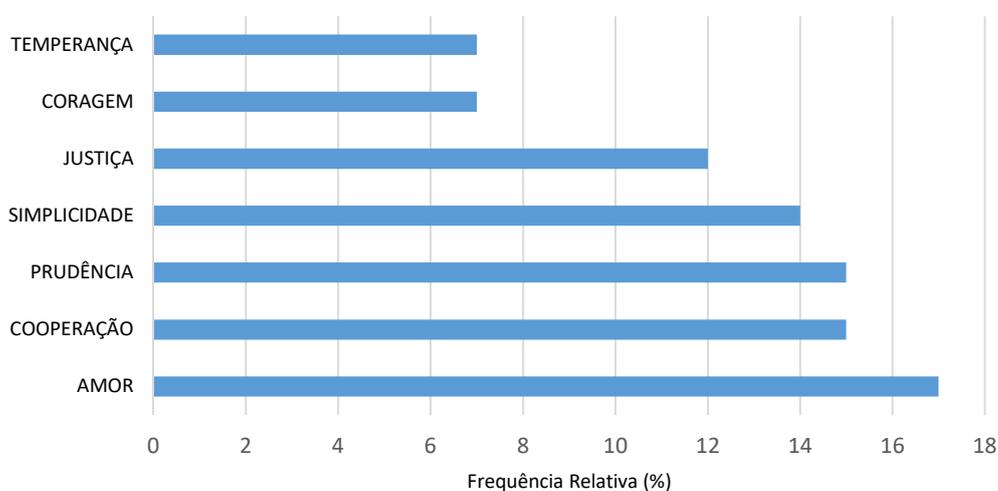
O'Neil (1993), *Ecology, policy and politics*, no qual defende uma concepção aristotélica, onde a natureza deve ser protegida tanto para garantir os recursos básicos que as pessoas precisam para viver quanto para preservar as oportunidades de desenvolvimento do conhecimento científico, da criação artística e da conexão pessoal com o mundo natural.

Para Dobson e Valencia (2004), deve ficar claro que a cidadania ambiental atinge as coisas em um nível diferente. Os autores defendem que a cidadania ambiental funciona em um nível mais profundo e pedem às pessoas que reflitam sobre as atitudes que informam seu comportamento. Mais especificamente, eles pedem às pessoas que considerem seu comportamento no contexto da justiça e da injustiça.

As reflexões emergidas na pesquisa permeiam o pensamento de que, assim como Aristóteles concebeu as virtudes como promovendo o florescimento individual e societal, a comunidade entrevistada apontou para um futuro possível quando uma ética da virtude ambientalmente informada for capaz de conceber as virtudes como promoção da saúde individual, social e ecológica. Aristóteles (1991) pede às pessoas que vejam a sua própria bondade como tributários da bondade em sentido maior e as encoraja a manter sua própria prosperidade dentro dos limites, a fim de permitir o florescimento de outros, humanos e não-humanos.

Perguntados sobre quais virtudes possuem e que podem ser manifestadas para a promoção do bem-estar ambiental, os entrevistados responderam em ordem de eflorescência: o amor, a cooperação/solidariedade, a prudência, a simplicidade, a justiça, a coragem e a temperança (Figura 99).

Figura 99 - Virtudes ambientais pessoais dos sujeitos entrevistados



Fonte: Própria, 2018.

Considerando que, no primeiro momento os sujeitos apontaram a virtude da sabedoria, entendemos que se faz necessário salientar que Aristóteles insere uma distinção em relação a esse assunto. Para ele, a sabedoria é a compreensão dos princípios superiores das coisas, que funciona como um guia para levar uma vida humana verdadeiramente exemplar. Nodari (1997) aponta que Aristóteles firmou a distinção entre sabedoria teórica (*sophia*) e sabedoria prática (*phronesis*).

Segundo o citado autor, para Aristóteles a sabedoria teórica (*sophia*) advém de uma virtude intelectual, possibilitando ao sujeito compreender a natureza da realidade em sua causa final (metafísica), enquanto a sabedoria prática (*phronesis*) é a virtude do exercício e da conduta. Para Nordari (idem, p. 396), “Aristóteles, à luz dessa diferença, diz que a típica virtude da razão prática é a prudência, sabedoria prática, (*phrónesis*), enquanto a típica virtude da razão teórica é a sabedoria, sabedoria teórica, (*sophia*)”.

Silveira (2012) resgata as virtudes, da parte científica, enumeradas por Aristóteles. Neste contexto, a ciência (*epistémê*) é definida como capacidade demonstrativa; a inteligência (*noûs*) como capacidade pelos princípios, isto é, capacidade de conhecer os princípios da ciência; e a sabedoria (*sophía*) é definida como unidade entre ciência e inteligência, isto é, a capacidade tanto de conhecer os princípios como de demonstrar a partir deles. Assim, a *sophía* é a virtude mais elevada da razão científica ou teórica e tem por objeto as realidades mais elevadas, as realidades divinas.

Os sujeitos entrevistados apontam a sabedoria como virtude fundamental para o exercício da cidadania, posto que “*diante da crise ambiental é necessária mais sabedoria em lidar com a questão*” (M07). Afinal, a “sabedoria é o grande objetivo das pessoas realmente inteligentes, mas o tolo não sabe nem o que o satisfaz de fato” (BIBLIA, PV 17:24), contudo somente a prudência aparece no reconhecimento de pertencimento e atuação da sabedoria, legitimando o pensamento de Aristóteles quanto à prudência ser a sabedoria na prática.

A sabedoria prática (*phrónesis*) que Aristóteles conceitua como prudência também foi apontada pelos sujeitos como uma virtude a ser exercida na defesa e conservação ambiental. Para Nodari (1997, p. 396), “A prudência, virtude do intelecto prático, é uma virtude intelectual do tipo original e o conhecimento que lhe é próprio é um conhecimento específico. Consiste em saber dirigir corretamente a vida do homem”.

Bebendo da fonte aristotélica, Comte-Sponville (2009, p. 38) expõe que a prudência é a “disposição que permite deliberar corretamente sobre o que é bom ou mau para o homem e agir em consequência”. Ressalta, ainda, que a prudência condiciona todas as outras virtudes, posto que nenhuma delas saberia o que se deve fazer, nem como chegar ao fim (o bem) a que

ela visa, porquanto “as outras virtudes, sem a prudência, não poderiam mais que revestir o inferno com suas boas intenções”. Neste mesmo sentido, notamos essa preocupação na seguinte fala: “*É necessário gerir com prudência porque são ações que visam o benefício de toda a coletividade e o ambiente é responsabilidade de toda comunidade*” (G7).

Nessa direção, Silveira (2012) argumenta que a prudência (*phrónêsis*) também é prática, porque o verdadeiro bem do homem não é o bem do indivíduo singular, mas o da *polis*. Conforme se considere o bem do indivíduo, o bem da família, da qual o indivíduo é parte, ou o bem da *polis*, da qual a família é parte, ter-se-á uma *phrónêsis* pura (relacionada diretamente com o indivíduo), uma *phrónêsis* econômica (ligada à economia doméstica) e uma *phrónêsis* política (legislativa, administrativa e judiciária). Mas, de forma alguma, a *phrónêsis* é confundida com a ciência política, conforme defende Comte-Sponville (2009, p. 40): “O homem prudente é atento, não apenas ao que acontece, mas ao que pode acontecer; é atento, e presta atenção”.

Virtude ética e prudência incluem-se mutuamente e não podem se definir uma sem a outra. A ação é boa, quando prudência e virtude se reencontram. O reencontro do pensamento e do desejo dá-se, com efeito, na decisão. Porque a prudência é o princípio da decisão e a decisão é o princípio da ação. A virtude intelectual é um estado habitual verdadeiro que dirige a ação. Eis, então, a razão pela qual a prudência vai sempre junto com a virtude ética: ela dirige a decisão afirmando a verdade, enquanto a virtude deseja o justo meio. Assim, a prudência (sabedoria prática) não é apenas uma regulação das nossas ações, mas ela exprime uma obrigação propriamente dita. Segundo Nodari (1997), a prudência não julga, ela decide. Não conhece simplesmente, ela faz. Ela é, portanto, o princípio da decisão.

A cooperação emerge como a próxima virtude elencada no exercício da cidadania ambiental, é tratada na ação colaborativa, assim podemos chamá-la de solidariedade. Tognetta e Assis (2006) relembram que tantas virtudes, como a honestidade, a solidariedade e a humildade, apesar de possuírem um lugar especial em discussões sobre a moralidade em tempos atuais e na história das relações humanas, só são evocadas por sua falta.

Escrever sobre cooperação e solidariedade significa escrever, ao mesmo tempo, sobre rejeição e desconfiança... Algumas vezes a confiança tem breve duração e é frágil, dissolvendo-se facilmente e resultando em pânico. Algumas vezes a suspeita é tão profunda que a cooperação se torna impossível. (DOUGLAS, 1998, p. 15).

Lima (2006, p. 08) alerta que a cooperação não possui um conceito único, mas que converge para significados de articulação, reiterando que, nas ciências sociais, os processos cooperativos são vistos como instauradores de solidariedade, mas que ainda não possui um

campo de estudo que “permita avaliar o percurso dessa problemática de contornos interdisciplinares no contexto de suas fecundas produções”.

Na perspectiva moral e cognitiva, Tognetta e Assis (2006) citam Piaget, o qual ressalta que:

(...) a cooperação se destaca como um instrumento eficaz para a evolução moral, porque pressupõe a passagem de um único ponto de vista para a coordenação de vários. Tal passagem, em plano mental, só é possível quando quem pensa for primeiramente sujeito de suas ações. Piaget prescrevia que a ação do próprio sujeito é que faz com que ele conheça os objetos. Dessa forma, pensar sobre os conflitos e coordenar as variáveis que os compõem só é possível quando esse pensar é realizado pelos sujeitos envolvidos. (TOGNETTA e ASSIS, 2006, p. 55).

Para um dos entrevistados, “*O amor basta. Pois as três vertentes do amor são: quem tem amor, ama a Deus porque Dele vem o amor; ama seu próximo e ama a natureza*” (M1). Na relação “eu-próximo”, seja ou não humano, Gadamer (2000) vai argumentar justamente sobre o amor, afirmando que:

Aquele que ama esquece a si mesmo, põe-se de fora da própria existência, vive por assim dizer no outro. Com essa primeira expressão Hegel afronta já o seu tema mais próprio, porque nesta analogia de razão e amor estão intimamente implícitas a coisa, a sua concordância, mas ainda a sua diferenciação. A universalidade do amor não é a universalidade da razão. Hegel não é Kant. No amor há um Eu e um Tu, ainda que estes se possam dar um ao outro com dedicação. O amor é a superação da estranheza entre o Eu e o Tu, uma estranheza que existe sempre e que precisa existir, para que o amor possa estar vivo. Na razão, ao contrário, o Eu e o Tu são intercambiáveis e representam a mesma coisa. E além disso: exatamente por isto o amor não é uma abstração, mas uma concreta universalidade, isto é, não é isto que todos são (como seres racionais), mas como o que são o Eu e o Tu e, em verdade, de tal modo que isto não é nem o Eu nem o Tu – mas o Deus que aparece, isto é, o espírito comum, que é mais que o saber do Eu e o saber do Tu. (GADAMER, 2000, p. 101).

O rompimento da estranheza na relação com o outro só é possível em uma ligação relacional virtuosa do amor, emergindo processos de escuta, diálogo e aceitação com a outridade, superando a perspectiva da relação “eu-isso” com a natureza, vista de forma instrumental, objeto de satisfação humana apenas. Assim, para Comte-Sponville (2009, p. 242), o “amor não se comanda, pois é o amor que comanda. Só necessitamos de moral em falta de amor, por isso que temos tanta necessidade de moral”.

Detoni (2010), em sua análise do texto de Agostinho *Enchiridion de fide, spe et caritate* (Manual sobre a fé, a esperança e a caridade), elucida que Agostinho usa os termos amor e caridade como sinônimos. O amor é força da alma e da vida. É ele que a determina no sentido bom ou ruim, segundo o objeto que se ama. Amor é uma vida que combina o amante e o objeto amado. É movimento, uma inclinação, uma tendência que nos impulsiona a sair de

nós mesmos, do nosso mundo em direção ao amado. Daí a importância do amor a Deus, a nós e ao próximo. São esses os “objetos” que devem ser amados.

A falta de amor impele à prática da moral, do dever. Comte-Sponville (2009) alerta:

A Máxima do dever: Age como se amasses. Reiterando que o dever que só nos constrange a fazer aquilo que o amor, se estivesse presente, bastaria, sem coerção, para suscitar (...) amar o próximo significa praticar de bom grado todos os seus deveres para com ele (COMTE-SPONVILLE, 2009, p. 243).

Bauman (2004), em seu livro *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*, faz uma condensação sobre como o contexto de insegurança e incerteza também afeta os relacionamentos na modernidade líquida, fomentando sua diluição. Realiza uma metáfora na substituição do compromisso mútuo por um processo de “conexão”, ressaltando a facilidade de se “desconectar” do outro.

O supracitado autor aponta que o “amor-próprio” é a consequência de ser amado, uma vez que a pessoa entende que sua voz, presença e opinião são importantes, especiais, sentidos e digno de amor, configurando a expressão relacional de outriedade “amar ao próximo como a ti mesmo”, premissa que funda a moralidade, posto que, para o autor, o instinto de preservação não é suficiente para a sobrevivência, necessitando, assim, da moralidade para a emersão da relação humana do eu com o outro.

Para Comte-Sponville (2009, p. 241), virtude e dever são duas coisas diferentes, “o dever é uma coerção, a virtude, uma liberdade, ambas necessárias, claro, solidárias uma da outra, evidentemente, mas antes complementares, até mesmo simétricas”. É necessário, portanto, o rompimento e a superação do pensamento binário que fragmenta e anula as oposições por um pensamento que possibilite compreender uma relação dialógica, recursiva, retroativa e hologramática, conforme aponta Morin (2005).

Segundo a máxima aristotélica, “não nascemos virtuosos, mas nos tornamos”. Assim, a virtude do amor tem a capacidade de transformar e nos transformar e, nesse sentido, Comte-Sponville (idem) vai indicar que o caminho é a educação, a polidez, a moral e o amor, pois:

Sem o amor, o que restaria de nossas virtudes? E o que valeriam elas se não as amássemos? O amor é, portanto, primeiro, não em absoluto, sem dúvida (pois então seria Deus), mas em relação à moral, ao dever, à lei. É o alfa e o ômega de toda virtude (COMTE-SPONVILLE, 2009, p. 245).

Ainda segundo Comte-Sponville (idem, p. 241), “a moral é um simulacro de amor: agir moralmente é agir como se amássemos”, contudo, como bem assevera Bauman (2004), vivemos numa sociedade em que o amor nos é negado tanto pela incerteza em relação ao

outro como por questões sociais que invalidam o amor ao próximo, caminhando para autodestruição e definhamento. Assim, Bauman (idem) afirma que amar o próximo não é natural, razão pela qual a moralidade é um ato fundador.

No caminho das virtudes onde o amor comanda, a esperança é lembrada e apontada como virtude necessária para a conservação ambiental. A indicação da esperança faz-nos lembrar das várias versões do mito sobre a “Caixa de Pandora”, que, após a fuga de todos os males ou bens imateriais em outras versões, restou-lhe a esperança.

Detoni (2010) elucida que as virtudes da esperança, da fé e do amor possuem uma interdependência, uma vez que:

Graças à fé é que podemos amar a Deus no qual acreditamos. É por meio dela que veem operadas nossas boas obras (Ef 2, 8-9). Fé que age através da caridade (Gl 5, 6) e que não pode existir sem a esperança (*Ench.* 2.8). As três virtudes estão intimamente unidas, mas é a caridade, segundo o apóstolo Paulo, a exercer a primazia (1Cor 13). Quem não ama crê inutilmente, ainda se o que crê seja verdadeiro. E inutilmente espera, ainda se as coisas que espera dizem respeito à verdadeira felicidade. Mas quem ama retamente, crê e espera retamente. (DETONI, 2010, p. 112).

Detoni (idem, p. 100) alude que Agostinho desenvolve um equilíbrio dinâmico entre as três supracitadas virtudes, mas não abordando a questão da virtude de forma direta, mas sendo percebida no decorrer do texto, clarificando que a “virtude é a ordem do amor, diz respeito à vivência concreta, é o meio através do qual a ordem moral se estabelece nas ações humanas”.

Tal ordem é operada e mediada pelo uso da razão, uma vez que, para Agostinho, fé e razão não se interpõem, mas são complementares, esclarecendo que a virtude é caminho para a felicidade humana, pois a razão sozinha é insuficiente. Para ele, a razão é parte constitutiva da condição espiritual do homem, não existindo incompatibilidade, mas reciprocidade. Neste sentido, alguns dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa exprimiram que “*é uma coisa sentimental, acho que vem de Deus. Eu percebo que o espírito santo de Deus coloca na pessoa essa vontade*” (M2), aludindo a um caráter divino. Outro, no entanto, compreende que “*tem muita gente que tem esperança, fé e fazem as coisas com amor e se isso pudesse ser repassado seria bom*” (M8), tratando como virtude de disposição de caráter, de escolha.

Rocha (2007) vai analisar a esperança não no seu aspecto espiritual, mas na observação filosófica e psicanalítica, explanando que, apesar de diferentes, são complementares. Para ele, a esperança tem um papel constitutivo na dinâmica da temporalidade humana, considerada um elemento constitutivo do próprio existir do homem no mundo, além de emergir uma pulsão da vida.

Para tanto, o autor supracitado apoia-se em vários autores, como Heráclito de Éfeso, quando este expõe que o esperado não deve ser concebido como um termo a que se chega, um objeto que se encontra ou se recebe, como um prêmio que se consegue no fim da caminhada. Rocha (2007, p. 259) deslinda, então, que a esperança, na sua essência, pode ser compreendida como um horizonte que se revela nos induzindo a caminhar adiante, assim, “esperança não é esperar, é caminhar. A esperança só se concebe enquanto sustenta o desejo de ir na direção de um objeto que não se tem e que, se o tivéssemos, extinguiria o próprio élan da esperança”.

Para Rocha (idem, p. 260), “a esperança é o que, em última análise, anima e impele a nossa alma peregrina, que constantemente nos faz ir adiante, impulsionando o nosso ser a caminhar pela simples alegria de caminhar e desbravar horizontes”. Essa força, que impulsiona para o desconhecido, revigora o sujeito para a ação, em sentido contrário à espera, estacionada no aguardo do outro para agir.

Quem espera não conhece nem pode representar o objeto de sua esperança, porque este ainda não existe. Esperança, portanto, não é só caminhar, mas é caminhar na escuridão da noite, mesmo quando não se está em condição de poder contar com a luz de uma estrela-guia. É caminhar no escuro, vale dizer, é caminhar sem a proteção das estradas, quando caminhamos em plena luz do dia, orientados pela bússola da razão. Neste contexto, poderíamos de novo descrever a esperança como “a paixão do possível”, pois, no conceito de possível: de um lado, descortina-se a vastidão dos horizontes imensos e indeterminados (no possível tudo é possível); e, de outro lado, destacam-se a falta de segurança e a incerteza que o conceito sempre sugere, pois, no possível, nada é impossível. (ROCHA, 2007, p. 261).

Ainda, de acordo com Rocha (idem, p. 264), a esperança está na crença de um melhor porvir, uma vez que “o ‘ainda não’ da esperança volta-se para o futuro, mas sem deixar de fincar suas raízes no presente, como *solo revigorado do ter sido*, tempo de nossas decisões e escolhas”, motivo pelo qual a esperança se distingue de um devaneio. Neste sentido, fé e razão coexistem pela complexidade do real, emergindo da relação dialógica, simbiótica da recursividade, complementariedade, não anulando as dimensões e as diferenças, mas enriquecendo a compreensão.

Vimos que não apenas a espécie humana possui esperança, mas até mesmo os animais, a flora e, segundo a crença cristã, toda a criação de Deus.

Porque a ardente expectativa da criatura espera a manifestação dos filhos de Deus. Porque a criação ficou sujeita à vaidade, não por sua vontade, mas por causa do que a sujeitou, na esperança de que também a mesma criatura será libertada da servidão da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus. Porque sabemos que toda a criação geme e está juntamente com dores de parto até agora. (BÍBLIA, RM 8:19-22).

Segundo Jones (2003), em hebraico, as palavras “*adam*” (homem) e “*adamah*” (solo) demonstram uma conexão, uma relação intrínseca, pois podemos encontrar em ambos elementos naturais para sua composição. Diante dessa simbiose, para os cristãos, o primeiro homem, Adão, por sua desobediência sujeitou todo o planeta à degradação, encontrando somente em Jesus sua redenção. Sua esperança está no retorno do Messias, o qual devolverá o projeto de *oykos* original, de perfeição.

Esperar e esperança, apesar de possuírem derivações etimológicas, possuem conceitos distintos, mas complementares. O filósofo Mario Sergio Cortella, em Cortella e Betto (2007, p. 12), declara: “considero a esperança uma virtude, (...) como força intrínseca para a realização de um objetivo. Assim, a esperança procura tornar o desejo verdadeiro e, portanto, não admite a perda, a falência da expectativa de que algo vai realmente acontecer”.

Nodari (1997) vai esclarecer que, a partir das partes da alma, Aristóteles faz a dedução das virtudes. Segundo o autor, a parte da alma especificamente humana, que consiste em dominar as tendências e impulsos, que são por si desmedidos, Aristóteles chama de virtude ética (morais).

A origem da ação — sua causa eficiente, não final — é a escolha, e a da escolha é o desejo e o raciocínio com um fim em vista. Eis aí por que a escolha não pode existir nem sem razão e intelecto, nem sem uma disposição moral; pois a boa ação e o seu contrário não podem existir sem uma combinação de intelecto e de caráter. O intelecto em si mesmo, porém, não move coisa alguma; só pode fazê-lo o intelecto prático que visa a um fim qualquer. E isto vale também para o intelecto produtivo, já que todo aquele que produz alguma coisa o faz com um fim em vista; e a coisa produzida não é um fim no sentido absoluto, mas apenas um fim dentro de uma relação particular, e o fim de uma operação particular. Só o que se pratica é um fim irrestrito; pois a boa ação é um fim ao qual visa o desejo. (ARISTÓTELES, 1991, p. 123).

Connelly (2009) traz a virtude ética ambiental para uma ação de cidadania ambiental, argumentando que as virtudes são disposições de caráter, mas também contribuem para o bem coletivo. Explica que a maioria de nós, muitas das vezes, atuará apenas em resposta a motivações externas baseadas no favorecimento de preço, punição ou proibição.

Connelly (*idem*, p. 66) defende a importância de tais medidas, mas sustenta que, isoladamente, são insuficientes e precisam ser complementadas com o incentivo às virtudes, pois “os eco-cidadãos virtuosos irão internalizar o propósito e o valor das boas práticas ambientais, e sua obediência transcenderá assim o mero cumprimento, indo além de cidadão ambiental independente”. Nessa direção, uma virtude é um traço de caráter que um ser humano precisa realizar para fins ambientais, alcançando a eudemonia, uma concepção de florescimento humano.

Nesse sentido, o Estado vem para dirimir as ações em prol da sustentabilidade. Veiga (2010) nos alerta que a falta de uma definição clara de sustentabilidade não pode (e não deve) impedir medidas restritivas por parte do poder público. Somos sabedores da importância do poder do Estado na implantação e implementação de medidas, as quais no âmbito ambiental poderiam vir como complemento da responsabilidade privada, promovendo uma cidadania ambiental mais imbricada com a realidade cultural amazônica.

O “ethos” amazônico remete-nos a um modo de vida onde a frugalidade desponta como objeto de desejo. A simplicidade foi apontada pelos sujeitos entrevistados nesta pesquisa como uma das virtudes necessárias ao exercício da cidadania ambiental, uma vez que o impacto ambiental é decorrente do número cada vez mais crescente da população mundial e da capacidade de suporte do ecossistema. Por isso, é necessário que repensemos o modo de viver e busquemos produzir com um desgaste mínimo do capital natural, consumindo de forma diferente, solidária, frugal, sem desperdício e suntuosidade.

Frugal deriva de um radical latino “*frug*”, “*frux*” e “*frui*”, podendo ser concebido como “virtude”, “valor” e “desfrutar”, respectivamente. Para Domingues e Robin (2007, p. 221), “frugalidade significa desfrutar a virtude de obter um valor adequado para cada minuto da nossa energia vital e de tudo que usufruímos”. Portanto, a frugalidade está relacionada com viver em paz, de forma simples. Ela parte do questionamento intrínseco quanto a se necessitamos de muito para alcançar a felicidade. Segundo Comte-Sponville (2009 p. 165), “a simplicidade aprende a se desprender, ou antes, ela é esse desprendimento de tudo e de si mesmo”.

O ato de valorizar aquilo que se tem, sem desperdiçar recursos no intuito de usufruir do ambiente, pode ser confundido com avareza, mas vai na contramão desse vício, posto que a frugalidade em sua raiz é o equilíbrio, a ideia grega do áureo meio-termo, expressa por Aristóteles. Segundo Domingues e Robin (idem, p. 223), “significa colher com eficácia a felicidade no mundo em que vivemos. (...) é usar adequadamente, administrar sabiamente o dinheiro, o tempo, a energia, o espaço e os bens materiais”.

“A simplicidade é o último grau de sofisticação” dizia Leonardo da Vinci, à medida em que, de acordo com Comte-Sponville (idem, p. 163), a “simplicidade não é uma virtude que se some à existência. É a própria existência, enquanto nada a ela se soma. Por isso é a mais leve das virtudes, a mais transparente e a mais rara”.

Comte-Sponville (idem, p. 164) vai alertar que simplicidade não é simploriedade, mas o oposto, visto que o “contrário do simples não é o complexo, mas o falso”.

É importante ressaltar a distância entre frugalidade e hedonismo, dados os reflexos incompatíveis em sua relação com o mundo material. O hedonismo está imbricado no deleite e prazer dos sentidos via consumo excessivo de bens e a busca constante de um número sempre maior deles. As pessoas frugais, contudo, obtêm valor de todas as coisas, podendo deliciar-se da apreciação de uma simples flor ou do canto de um pássaro na natureza. Em contrapartida, o hedonista necessitaria de milhares de buquês de rosa ou de manter cativos vários pássaros para contemplação dos seus cantos.

Para Onça e Felicio (2010), a relevância dada à frugalidade está relacionada à produção artificial da escassez, assegurando uma ideologia de guardiões da natureza. Constitui, assim, uma autêntica ideologia de legitimação do sistema capitalista, visto que se o capitalismo é o sistema que torna inevitável a produção da escassez e se a escassez é algo desejável e louvável, a conclusão lógica a se tirar é a de que o capitalismo é desejável e louvável.

Os citados autores compreendem que outras vezes na história da humanidade a cultura de escassez consistiu em legitimar um sistema vigente, exemplificando a Idade Média, quando o servo deveria servir ao senhor feudal, cultivar, colher, moer e produzir muito, mas consumir quase nada daquilo que produzia. Do pouco que sobrava, ainda apareceria a figura da Igreja para tomar aquilo como dízimo, posto que o homem medieval queria alcançar a salvação da sua alma.

Para Onça e Felicio (idem), acreditar na possibilidade de eliminar essa situação de exploração consumindo menos terá como única consequência o crescimento da miséria social e física, alegando que, para um autêntico ponto de vista revolucionário, a crítica ao consumo capitalista só faz sentido como um dos aspectos decorrentes da luta central contra o processo de exploração.

(...) propor que as pessoas consumam menos sob a alegação de que tal procedimento constitui um feroz ataque às estruturas capitalistas é “tão imbecil e tão reacionário” como impor aos trabalhadores um salário menor sob o argumento de que assim se coloca em xeque o regime de assalariamento. (BERNARDO, 1979, p. 180-181 apud ONÇA & FELICIO, 2010, p. 564).

Em contrapartida, os autores reconhecem os inúmeros estudos que demonstram que, quanto maior o tempo devotado ao trabalho, a logística gera estresses, minam o relacionamento social e familiar e provocam doenças físicas e emocionais, o que os leva a concluir que as sociedades mais aceleradas tendem a apresentar pegadas ecológicas maiores e terríveis impactos ao bem-estar individual e social. Assim, defendem que:

A transição para uma cultura e uma economia sustentáveis envolverá, pois, uma adaptação a novos horários e ritmos temporais. A cultura de longas horas de trabalho e ocupações excessivas deverá ser substituída por padrões mais sustentáveis de uso do tempo. (ONÇA & FELICIO, 2010, p. 550).

Nesse sentido, para Connelly (2009), as virtudes vão além do aspecto privado e restrito, para a abrangência social, exigindo, portanto, uma visão de bem ambiental comum sustentável (como o autor prefere chamar). Defende que as virtudes não são apenas hábitos, são hábitos criticamente refletidos, uma reflexão habituada, disposições conscientes e críticas, a que poderíamos chamar de práxis. Connelly (idem, p. 69) completa dizendo que “os deveres são compromissos que exigem o livre exercício das virtudes para identificá-las e realizá-las. A cidadania ambiental compreende os deveres ambientais em conjunto com as virtudes adequadas à sua realização”.

Temos muitos exemplos de hábitos que ajudam na conservação e preservação ambiental, dentre eles, a separação dos resíduos sólidos, a compra somente de itens necessários, redução da utilização de agrotóxicos e a tentativa de reduzir a pegada ecológica, que, segundo Dobson (2004) e Connelly (2009) são atitudes assimétricas, ou seja, não há igualdade em relação aos deveres, existindo uma variação a depender dos indivíduos, grupos e nações. Neste sentido, as pessoas que já consumiram (e continuam a consumir) ainda têm responsabilidades. Assim, a responsabilidade ambiental é distinta entre os territórios privados, estatais, nacionais e transnacionais, dada a questão de que vivemos em um todo imbricado e que os países que já esgotaram seus bens ambientais da humanidade possuem um dever maior sobre os demais.

4.2 A virtude da justiça e a visibilidade das injustiças ambientais

Sobre a questão de atitudes assimétricas, a paridade também emergiu como virtude da justiça. Nas palavras de Dobson (2006, p. 133, tradução nossa), “a virtude fundamental é, antes, a justiça - embora eu concorde inteiramente que certas disposições de caráter podem ser necessárias para satisfazer suas demandas²⁸”.

Segundo a multiformidade humana, faz-se necessária uma diversidade de virtudes atuando em conjunto na promoção do bem comum. Comte-Sponville (2009, p. 69), citando

²⁸ The key virtue is, rather, justice – although I entirely agree that certain dispositions of character may be required to meet its demands. (DOBSON, 2006, p. 133).

Alain, relembra que “a justiça não existe”, justifica explanando que a justiça existe quando a operamos, pela falta de outras virtudes, ela emerge. Como um bom tempero, dá sabor às outras virtudes, visto que:

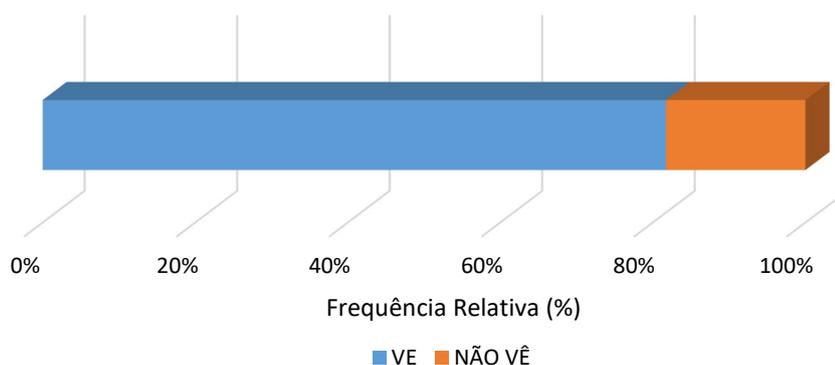
A justiça é sem dúvida a única que é absolutamente boa. A prudência, a temperança ou a coragem só são virtudes a serviço do bem, ou relativamente a valores; a justiça – que as superam ou as motivam. A serviço do mal ou da injustiça, prudência, temperança e coragem não seriam virtudes, mas simples talentos ou qualidades do espírito ou do temperamento, como diz Kant. (COMTE-SPONVILLE, 2009, p. 69).

A justiça, assim, diferencia-se das demais por possuir a capacidade de guiá-las. Aristóteles (1991, p. 97) vai alegar que a justiça é, portanto, uma virtude completa, a maior das virtudes, porém não em absoluto e sim em relação ao nosso próximo, mediada pela amizade, e detêm-se a escrever sobre o vínculo entre amigos e justiça, dizendo que: “É completa porque aquele que a possui pode exercer sua virtude não só sobre si mesmo, mas também sobre o seu próximo”.

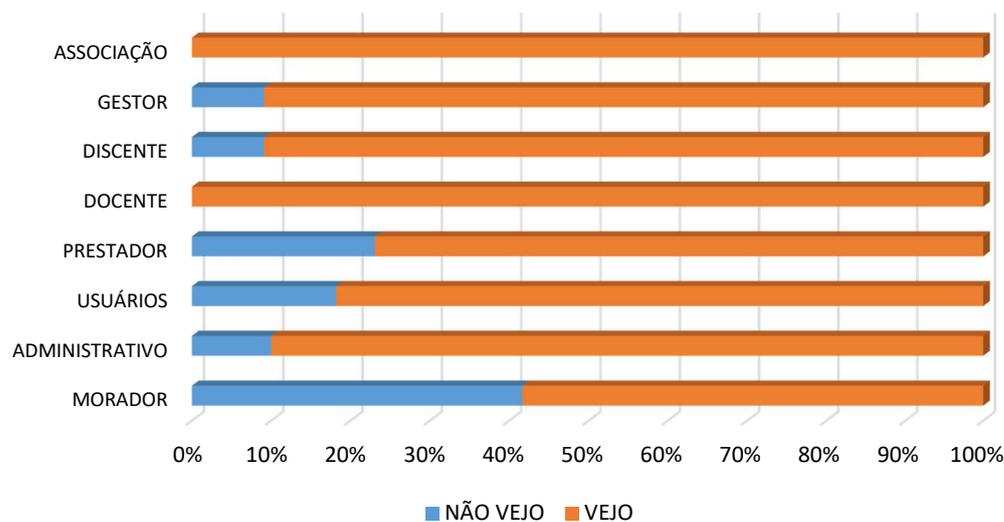
O exercício da justiça extrapola os limites da esfera privada para a coletiva, quando os olhos são abertos ao próximo, abarcando a virtude da justiça em dois sentidos: como conformidade ao direito (*jus*, em latim) e como igualdade ou proporção, uma vez que, segundo Comte-Sponville (2009, p. 71-72), “julgarão injustas tanto a diferença demasiado gritante das riquezas (é nesse sentido, sobretudo que se fala de justiça social) quanto a transgressão da lei”.

Nesse sentido, foi perguntado aos entrevistados a respeito das injustiças ambientais, se os sujeitos as percebem em seu ambiente, posto que somos sabedores de que o Estado dá mais atenção para alguns lugares em detrimento de outros. O resultado foi que 82% apontam os tipos de injustiças recorrentes e 18% negam a existência ou atestam não as enxergarem (Figuras 100 e 101).

Figura 100 - Visibilidade da injustiça ambiental declarada pelos sujeitos entrevistados



Fonte: Própria, 2018.

Figura101 - Visibilidade da injustiça ambiental, por categoria de sujeitos entrevistados

Fonte: Própria, 2018.

A invisibilidade das injustiças ambientais foi externada por todas as categorias de sujeito, com maior amplitude testemunhada pelas categorias dos docentes e dos presidentes de associação, os quais evidenciam isso em suas falas, tais como:

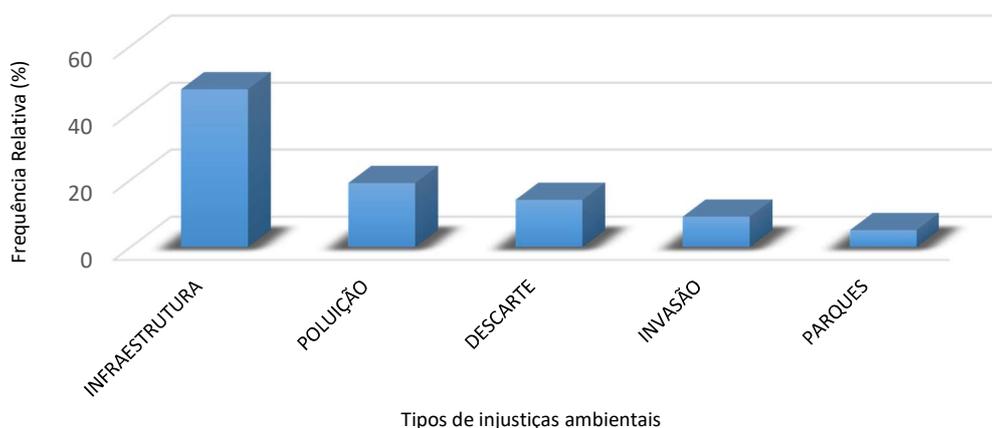
Aqui tem vários exemplos de injustiça ambiental provocado pelo governo e por empresas que são protegidas pelo Estado. O igarapé está 100% poluído, pois a fábrica despeja todo tipo de dejetos nele. Já foi denunciado várias vezes e o governo não faz nada porque não tem interesse nem imparcialidade. (M1).

Sim, o esgoto, a limpeza das ruas que estão só buraco, a segurança, não fazem um mutirão de limpeza. Somos esquecidos. (M6).

Inserção de parques e espaços públicos planejados na cidade para a prática de esporte. Só vimos isso em alguns pontos da cidade como o Centro e a Ponta Negra. (D8Z).

Vimos que primeiro destroem a fauna e flora pelas invasões, segundo deixam as pessoas se estabelecerem nesses lugares e depois surgem áreas de alagação, furto de energia, é um ciclo. (D9B).

Por outro lado, outros sujeitos declararam: “Não vejo nenhuma injustiça” (M8) ou “Não é questão de injustiça, mas não existe uma política pública ambiental a longo prazo para essa questão” (G1). A respeito das evidências que demonstram as injustiças ambientais, os sujeitos elencaram, com substancial ênfase, a falta de infraestrutura como saneamento básico, em seguida, os problemas de asfalto, segurança, presença excessiva de cachorros de rua, furto de água e energia, falta de lixeiras e calçadas, deficiência na coleta dos resíduos sólidos, invasão, falta de parques e fiscalização (Figura 102).

Figura 102 - Evidências de injustiça ambiental elencadas pelos sujeitos entrevistados

Fonte: Própria, 2018.

Em relação ao atendimento total de esgoto, Manaus possui indicadores muito preocupantes, posto que tal serviço está diretamente relacionado a condições sociais, tais como a saúde pública. No relatório emitido pelo Instituto Trata Brasil (2018), com uma população de 2.094,391 habitantes, apenas 10,18 % é assistida com rede de esgoto. A evolução do serviço de atendimento e tratamento pode ser visto abaixo, demonstrando um índice de queda e lenta recuperação (Quadro 8).

Quadro 8 - Evolução no atendimento total e tratamento de esgoto em Manaus

| Serviço | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | Evolução |
|-------------|-------|------|------|-------|-------|----------|
| Atendimento | 27,49 | 8,85 | 9,90 | 10,40 | 10,18 | -17,31 |
| Tratamento | 24,33 | 8,85 | 9,90 | 10,40 | 10,18 | -14,15 |

Fonte: Instituto Trata Brasil, 2018.

Concernente à poluição, os entrevistados apontaram que esse é um problema de educação e até mesmo inimizade dos próprios sujeitos que fazem uso do ambiente, uma vez que poluem a casa do vizinho, o igarapé e o fragmento florestal, assim como dos comerciantes e empresas existentes ao longo da APA Floresta Manaós, que descartam seus resíduos no igarapé ou ao longo das vias públicas. Apontam que tais atitudes são manifestações da falta de preocupação com o outro e consigo próprio, até mesmo falta de amizade com o seu próximo e com o seu próprio ambiente. Sobre a relação amizade-justiça, o filósofo Aristóteles vai devotar uma larga reflexão sobre o tema.

Ao relacionar justiça e amizade, Aristóteles vem demonstrar a necessidade do elo e da emergência de outras virtudes, visto que a justiça, segundo Comte-Sponville (2009, p. 82),

viria em uma relação “nem egoísta nem altruísta, mas a pura equivalência dos direitos atestada ou manifestada pela intercambiabilidade dos indivíduos”. Isso porque, se todos os sujeitos possuíssem a amizade, a generosidade e a bondade para com o seu próximo, as leis não seriam necessárias e o respeito à igualdade seriam fluidos, posto que a virtude do amor superaria o respeito dos direitos.

Nodari (1997) vai apontar que a justiça é a via média entre o ganho e a perda, assim explana a motivação de Aristóteles em dedicar dois livros da *Ética a Nicômaco* ao tema da amizade, sendo também uma expressão de virtude moral fundamental na vida, posto que, de todos os bens que concorrem à felicidade, a amizade, após a sabedoria, é a virtude mais estimável e mais indispensável ao homem. De fato, ninguém deseja viver sem amigos, mesmo dispondo de todos os outros bens. Assim, para Nodari (idem, p. 399), “A amizade ajuda as pessoas a pensar, agir, manter-se unidas, e praticar a justiça, pois considera-se que a mais autêntica forma de justiça é uma disposição amistosa”.

A relação de amizade na promoção da justiça assinala a defesa em relação aos mais fracos, visto que, como assinala Comte-Sponville (2009, p. 93), “uma justiça que só valesse para os fortes seria injustiça, e isso mostra o essencial da justiça como virtude: ela é o respeito à igualdade de direitos, não de forças, e aos indivíduos, não as potências”.

Em uma sociedade de desiguais em que vivemos, pelas relações sociais, econômicas, de gênero, cor ou crença, de certa forma a desigualdade intervém no acesso à educação, saúde, trabalho, locomoção, entre outros. As injustiças ambientais sinalizadas apontaram principalmente para o atendimento da rede de esgoto nos domicílios dos entrevistados, que é praticamente inexistente, acarretando problemas de saúde nas crianças, deficiência estética do ambiente, esburacamento do asfalto das ruas, ou seja, acarreta inúmeros transtornos.

Outra desigualdade é a questão da iluminação pública e segurança deficitária, que desperta um sentimento de insegurança no ambiente e incrementa os índices de violência e tráfico. A insuficiência de fiscalização viabiliza o furto de energia e água, além da invasão do fragmento florestal, ora pelos próprios moradores, ora por infratores que utilizam a APA como rota de fuga ou para venda e consumo de entorpecentes.

Vimos, portanto, falta de assistência e ineficiência do Estado derivando na promoção de injustiças ambientais. Comte-Sponville (idem, p. 93) diz que “quando a lei é injusta, é justo combatê-la – e pode ser justo, às vezes, violá-la”, contudo as leis transformam-se em “letras-mortas”, posto que os transtornos emergentes de processos burocráticos, a corrupção e

a troca de favores na esfera pública, imbricados pela falta de participação cidadã tanto da esfera pública quanto da privada, cooperam para o atual quadro, uma vez que²⁹:

(...) as razões para o recente renascimento da Cidadania como ideia é a crescente consciência de que a busca não adulterada do interesse próprio corrói os tipos de condições que tornam possível uma razoável busca do interesse próprio, e que é desejável algum compromisso com a intersubjetividade da vida social. A saúde e a estabilidade de uma Democracia moderna dependem, não só da justiça de sua estrutura básica, mas também das qualidades e atitudes de seus cidadãos. (DOBSON, 2006, p. 43, tradução nossa).

Como aponta Comte-Sponville (2009, p. 74), “a justiça não pertence a ninguém, a nenhum campo, a nenhum partido; todos são moralmente obrigados a defendê-la”, por isso a necessidade da disposição de caráter para conhecer, saber como e onde usar tal virtude como condição de norteamento. A justiça subsiste na medida em que homens e mulheres a desejam, em conformidade a produzem. Sendo assim, toda justiça é humana e histórica, não opera sem leis, sob caráter moral, tampouco sem cultura, pois necessita da sociedade, o mérito, segundo é que “instaura uma ordem que não existe, mas sem a qual nenhuma ordem jamais poderia nos satisfazer” (ibidem, p. 94-95).

Connelly (2009) acrescenta uma lista que serve de orientação para as virtudes necessárias para a conservação do ambiente, tais como:

Fé, esperança e caridade parecem apropriadas para qualquer lista de virtudes, assim como coragem, sabedoria, justiça e moderação. Se a justiça é a virtude chave, os outros serão subordinados a ela, mas é não faz parte do meu propósito atual para estabelecer uma hierarquia de meio ambiente virtudes, apenas para indicar o que alguns deles podem ser. A frugalidade pode ser considerada um candidato como um meio ambiente central virtude, com cuidado, paciência, indignação justa, responsabilidade, ascetismo, compromisso, compaixão, preocupação e cooperação que compõem os números. (CONNELLY, 2009, p. 73)

Então o supracitado autor conclui com um comentário que sustenta que as virtudes ambientais são disposições contínuas e confiáveis, motivadas internamente, mas que uma sociedade sustentável continuará a exigir lei, regulamentação, e incentivos econômicos cuja presença serve como indicador moral de valores e objetivos. O cidadão virtuoso ambientalmente irá internalizar isso conscientemente e considerará a melhor maneira de agir sobre isso.

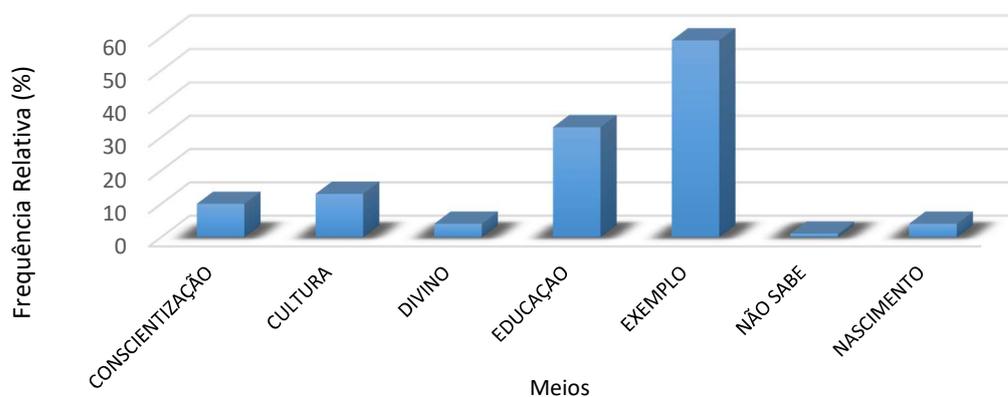
²⁹ “the reasons for the recent revival of Citizenship as an idea is the growing awareness that the unadulterated pursuit of self-interest undercuts the kinds of conditions that make a reasonable pursuit of self-interest possible, and that some commitment to the intersubjectivity of social life is desirable. The health and stability of a modern Democracy depends, not only on the justice of its basic structure but also on the qualities and attitudes of its citizens”. (DOBSON, 2006, p. 43).

4.3 Como nos tornamos virtuosos?

Em uma relação autopoietica, a cidadania ambiental emerge da confluência entre as responsabilidades e ações nas esferas pública e privada. No entanto, cabe indagar: como um sujeito é transformado em um cidadão virtuoso?

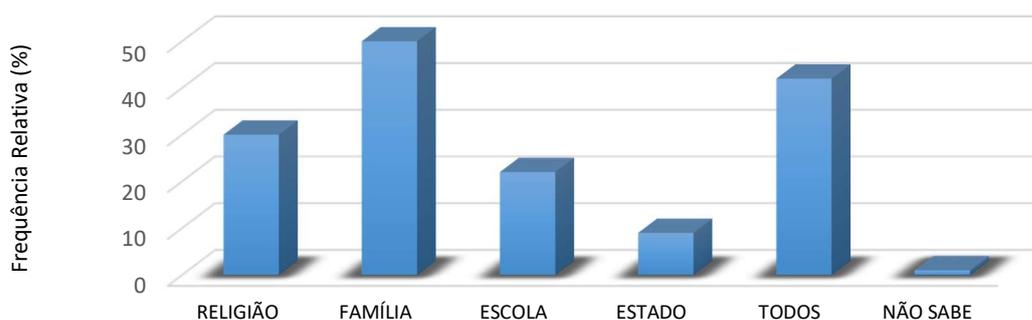
Os participantes responderam, conforme informações abaixo, que o cidadão ambiental virtuoso emerge do exemplo, da educação, da cultura, do processo de conscientização, em síntese, do hábito. Na contramão, alguns deduzem que é natural, nasce com o ser humano, outros, porém, apontaram ser algo divino. E, segundo os entrevistados, os responsáveis pela transmissão de virtudes em maior número são as seguintes categorias: a família; todas as pessoas e não apenas as instituições sociais (família, escola, igreja); e a religião. Em menor apontamento: a escola, o Estado ou não souberam informar (Figuras 103 e 104).

Figura 103 - Como os sujeitos entrevistados acreditam que nos tornamos virtuosos



Fonte: Própria, 2018.

Figura 104 - Responsáveis pela transmissão de virtudes, apontados pelos sujeitos entrevistados



Fonte: Própria, 2018.

Anteriormente vimos que, segundo Aristóteles (1991), a virtude moral é adquirida como resultado do hábito, tendo sido evidenciado que nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza. Por hábito entendemos que é algo adquirido pelo processo social, no contato com o outro, portanto, dá-se quando acordamos, estudamos ou trabalhamos, no círculo de amizade, nas escolhas ou na forma de consumir, enfim, na prática diária dos costumes.

Silveira (2012) nos esclarece que:

As virtudes éticas derivam do costume. Realizando gradualmente atos justos, tornamo-nos justos, ou seja, adquirimos a virtude da justiça, e ela permanece em nós de forma estável como um *habitus*, que contribuirá sucessivamente para que realizemos atos justos. Realizando atos de coragem, tornamo-nos corajosos, quer dizer, adquirimos o hábito da coragem, que, depois, nos ajudará a realizar facilmente atos corajosos, e assim sucessivamente. Para Aristóteles, as virtudes éticas se aprendem da mesma maneira como se aprendem as diferentes artes, que também são hábitos. (SILVEIRA, 2012, p. 14).

Assim, o florescimento humano e o tornar-se um homem bom, evocados pelas virtudes, derivam de vidas cujo significado é dotado por um sentido de compromisso, seja com as gerações futuras ou com um criador divino. Segundo Wensveen (2004), a virtude ambiental da lealdade torna-se então um aspecto-chave – um constituinte – do cultivo da coragem, uma vez que mantém um foco constante no que importa em uma era Ecológica, ao invés de cair nos extremos inúteis da apatia (congelamento) ou obsessão (luta cega) em face da deterioração ambiental generalizada.

Sobre *habitus*, Wacquant (2004) vai explicar que a noção é originária de Aristóteles no conceito de *hexis*, quando elaborou a doutrina sobre virtude, significando um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta os nossos sentimentos e desejos numa situação e, como tal, a nossa conduta. No entanto, foi traduzida para o latim como *habitus* por Tomás de Aquino, assumindo um entendimento de capacidade para crescer através da atividade ou disposição durável, potência e ação intencionada. Em 1960, o sociólogo Pierre Bourdieu a retrabalhou para formar uma teoria disposicional.

Nesse sentido, Bourdieu estabeleceu pensamentos classificatórios, uma vez que necessitava compreender o vínculo entre o capital econômico, a estrutura sócio-institucional e a individualidade, assim, o *habitus* para Bourdieu, segundo Wacquant (2004), é um “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”.

Não anulando esta perspectiva, mas retornando ao pensamento primário contido em Aristóteles, podemos então compreender que o *habitus* abarca uma reflexão sobre si, gostos, valores, crenças, percepção da realidade, entre outros, indo além de uma concepção como ação incorporada em função de um grupo social, mas sendo altamente influenciada por ela. Posto que a compreensão complexa é multidimensional, ela não reduz o outro a somente um dos seus traços, dos seus atos, mas tende a tomar em conjunto as diversas dimensões ou diversos aspectos da sua pessoa. Como aponta Morin (2007, p. 112), ela tende a inserir as pessoas em seus contextos e, nesse sentido, simultaneamente, a imaginar “as fontes psíquicas e individuais dos atos e das ideias de um outro, suas fontes culturais e sociais, suas condições históricas eventualmente perturbadas e perturbadoras. Visa a captar os aspectos singulares e globais”.

Nodari (1997) elucida que Aristóteles foi o primeiro a oferecer uma apresentação consistente das disposições da ação constitutivas para uma vida bem sucedida, ou seja, para uma práxis racional. Para designá-la, o filósofo utilizou uma nova expressão ética, criada a partir da palavra grega “*ethos*”. O termo grego designa o local de estada permanente e habitual, e, por conseguinte, também a morada do costume e da moral. Essa morada contém e orienta nosso agir, mas é também reproduzida e modificada por ele.

As virtudes éticas derivam e são produto em nós do hábito. Nascem, desenvolvem-se e aperfeiçoam-se pela prática. Não são naturais. Mas também não podem ir contra a natureza do ser. Pela natureza, somos potencialmente capazes de formar os hábitos e, mediante o exercício, traduzimos essa potencialidade em atualidade. As virtudes são adquiridas de uma atividade prévia. O constante exercício vai nos dar a faculdade de agir sempre de uma maneira habitual. É uma potência que é produzida por uma atividade. E a virtude ética é produto do hábito, do costume (*éthos*). Nenhuma das formas de virtude ética se constitui em nós por natureza, pois nada do que existe por natureza pode ser alterado pelo hábito. (NODARI, 1997, p. 393).

Nesse sentido, as virtudes são assimiladas e integradas via processo racional, provida dos costumes e hábitos, não são inatas, mas estão contidas no ser humano como potência de ser, portanto a autorreflexão e a interação social e cultural fomentam racionalizações e comportamentos. Morin (idem, p. 142) vai demonstrar que a autoética é a mais individual possível, engajando a responsabilidade pessoal, ao mesmo tempo, é um ato transcendental que nos liga às forças vivas de solidariedade, anteriores às nossa individualidades, originárias da nossa condição social, biológica, física e cósmica, pois “une-nos ao outro e à nossa comunidade, mais amplamente ao universo e, como tal, é ato de religação”.

Isto posto, vimos que não exclusivamente a família é a responsável pela transmissão de condutas morais virtuosas, como foi apontado pela maioria dos sujeitos entrevistados, mas

também as instituições sociais (família, escola, igrejas) e o Estado, enfim, toda a comunidade humana, visto que, como aponta Morin (idem, p. 135), “todas as atividades racionais da mente são acompanhadas de afetividade, assim precisamos de inteligência racional, mas também de afetividade, simpatia, compaixão”.

Frente às crises econômicas, sociais, políticas, morais e ambientais, faz-se necessária a superação do atual modelo civilizatório, de modo a promover mudanças de caráter cultural e comportamental. O exercício e fomento de práticas virtuosas necessitam ser estimuladas na tentativa de retomar o diálogo entre as diferenças. Neste sentido, os sujeitos da pesquisa apontaram a virtude da coragem como qualidade necessária para esse caminho, corroborando com o pensamento de Comte-Sponville (2009, p. 51) de que “de todas as virtudes, a coragem é sem dúvida a mais universalmente admirada”.

É necessário compreender que a coragem, por si só, em sua natureza, pode estar a serviço do bem ou do mal. Assim, a coragem sem moral é egoísta, enquanto a coragem desinteressada é heroísmo. Em síntese, a coragem só é desejada, sob o aspecto moral, quando se põe, ao menos em parte, a serviço de outrem, quando escapa, pouco ou muito, do interesse egoísta imediato, conforme aponta Comte-Sponville (idem).

Nesse sentido, a virtude da coragem, enquanto estatuto da moral, não servirá ao mal. O autor declara que Aristóteles vai apontá-la como a mediana entre covardia e temeridade, apesar de que essa coragem não é a ausência do medo, mas a capacidade de superá-lo, quando ele existe, por uma vontade mais forte e mais generosa, ou seja, não é a coragem dos durões, é a coragem dos doces e dos heróis.

De modo complementar, Paul Tillich (1992) vai apontar que a coragem não está restrita a um ato moral ou virtuoso, mas supera esta dimensão. Para ele, a coragem está imbricada na forma ontogênica à totalidade da existência humana, na sua própria estrutura, assim, parte para uma análise nas esferas psicológica, teológica e filosófica. Alicerçado no pensamento existencialista, localizando o ser humano como um ente integrado ao seu contexto sociocultural, Tillich (idem) desenvolve uma ontologia da coragem, ressaltando o homem e a sua coragem de ser, aceitar, negar e cooperar em uma sociedade dominada pela ansiedade, insegurança e pela desfiguração da humanidade.

A coragem em Tillich (idem) emerge como um ato humano de autoavaliação, não descartada como virtude ética, mas o autor a reconhece como autoafirmação do ser de alguém, uma vez que existe a coragem de poder vencer a ansiedade. Assim, salienta que aceitar a sua insignificância é um ato de fé, de coragem existencial.

Tillich (idem, p. 256) compreende o impacto do capitalismo não apenas sobre a política e a economia, mas volta seus estudos para a esfera cultural-espiritual, ao passo que o ser humano na sociedade industrial não está apenas sitiado pela miséria, injustiça, apego ao consumo e sua coisificação, pois o “pior elemento presente em tal situação não é a miséria econômica resultante do desemprego, mas o sentimento da absoluta falta de sentido”, promovendo uma desintegração existencial e atitudes destrutivas, ou seja, um vazio existencial e a falta de sentido.

Souza (2009) sintetiza a coragem para Tillich em três dimensões: aceitar o mundo que nos cerca; ter a coragem da solidão; e ter a coragem de participar do poder criador que está em toda pessoa, visto que a coragem está enraizada no ser-em-si, apoderada pela potência de ser que transcende tudo que é, sendo assim a condição da fé, uma vez que a fé é a base da coragem de ser. Assim, aceitar a insignificância é o primeiro ato significativo, é um ato de fé, pois aceita-se a aceitação pela potência do ser-em-si, da qual se participa e que dá ao ser coragem de tomar sobre si as ansiedades do destino, da culpa e do desespero.

Em suma, o autor discorre que ambos os filósofos – Comte-Sponville (2009) e Tillich (1992) – descrevem a necessidade da introspecção solitária em busca da descoberta de quem somos e, para isso, faz-se necessária, primeiro, a coragem. Nessa direção, Morin (2007, p. 94), citando Jung, exprime que a “humanidade sofre de uma imensa carência introspectiva”. E demonstra que o trabalho de introspecção é extremamente difícil, pois encontra inúmeras armadilhas devido:

- à complexidade interior do espírito que comporta a multipersonalidade potencial em cada um de nós;
- às zonas cegas e às suas carências que nos tornam tão indulgentes com os nossos erros e tão severos com os erros dos outros;
- à self-deception, ou seja, a má boa-fé ou à boa má-fé;
- à nossa tendência para a autojustificação que sempre transfere para o outro o erro ou a falha;
- ao ódio que cega, ao sentimentalismo idealizador (Diel);
- ao ressentimento injusto, *quos laeserunt et oderunt*, “ detesta-se quem se lesou” (Sêneca). (MORIN, 2007, p. 94).

4.4 O exercício de autoavaliação e o reconhecimento dos vícios ambientais

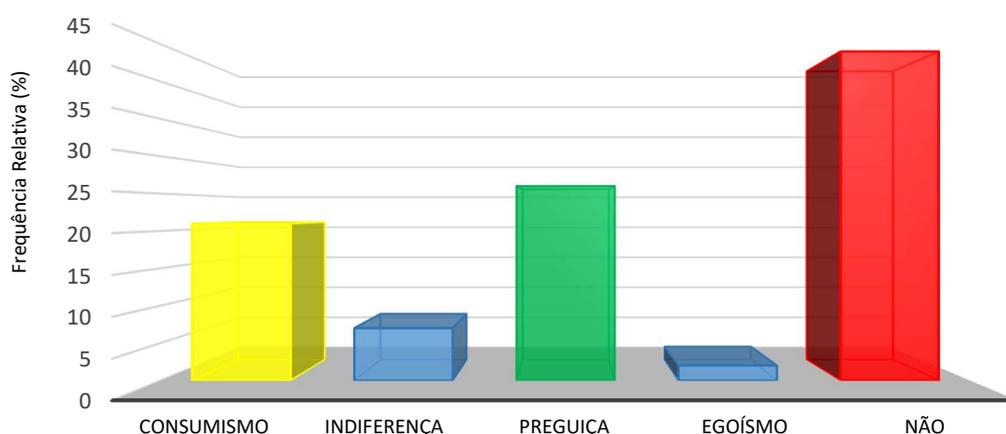
A reflexão introspectiva consiste em uma análise de si e das experiências vividas, possibilitando uma melhor compreensão e consciência própria e identificando obstáculos que

refreiam a evolução pessoal. Para Morin (2007, p. 96), “a cultura psíquica é uma necessidade permanente de autocorreção contra a self-deception e a autojustificação”.

Destarte, os sujeitos entrevistados apresentaram uma dificuldade em autoanalisar-se, se possuíam desvirtudes em relação ao seu ambiente, sendo este fato um dado importante para a pesquisa, uma vez que 44% responderam que não possuem falhas, enquanto 56% reconheceram alguns vícios.

Durante a análise do perfil dos sujeitos da presente pesquisa, conforme já descrito, constatamos uma diferença na capacidade de autoanálise entre os gêneros feminino e masculino, tendo este último maior dificuldade em reconhecer se possuía alguma falta em relação ao ambiente. Dentre os que declararam possuir alguma falha, estes apontaram alguns erros na sua relação com o ambiente, como preguiça (26%), consumismo (21%), indiferença (7%) e egoísmo (2%) (Figura 105).

Figura 105 - Vícios pessoais ambientais declarados pelos sujeitos entrevistados



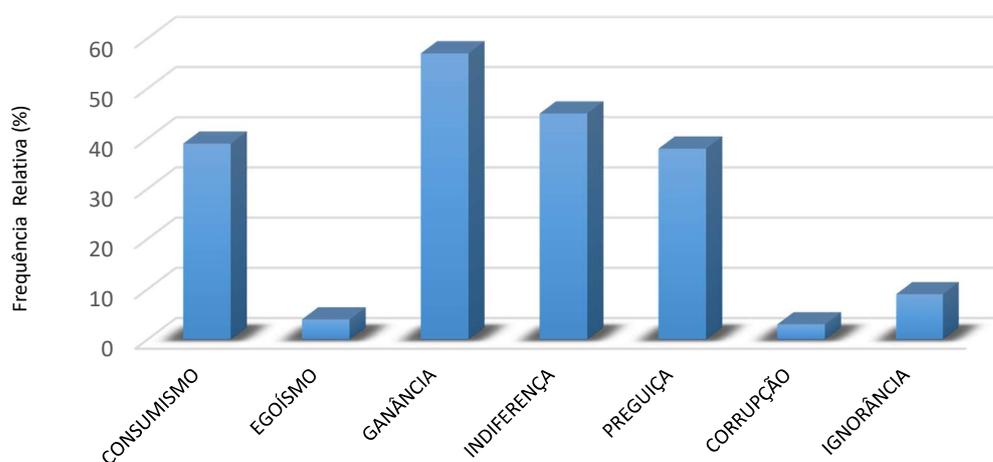
Fonte: Própria, 2018.

A habilidade de autoanálise é obscurecida pelos vícios, impedindo o autodesenvolvimento legítimo, como consequência, o vício é mau para os indivíduos e prejudicial para as suas comunidades, posto que, minando a razão e destruindo, assim, a nossa capacidade de compreender o nosso lugar próprio no mundo e agir moralmente, os vícios como hábitos de pensamento e ação, se não forem controlados, tendem a nublar a razão, a voz da consciência e da prudência, resultando na diminuição da racionalidade, num afastamento da realidade ou pelo menos do que é mais importante na vida, conforme aponta Frasz (2004).

O alicerce da ética da virtude ambiental é que não podemos prejudicar a natureza sem prejudicarmos a nós mesmos, um florescimento humano básico depende de um ambiente saudável, que, por sua vez, depende da habilidade introspectiva humana.

Em seguida, pedimos para os sujeitos apontarem o descuido das pessoas em relação ao ambiente, ocasião em que, prontamente, sem qualquer embaraço, apontaram a ganância (29%), a indiferença (23%), o consumismo (20%), a preguiça (19%), a ignorância (5%), a corrupção (2%) e o egoísmo (2%) (Figura 106).

Figura 106 - Vícios gerais que degradam o ambiente, apontados pelos sujeitos entrevistados



Fonte: Própria, 2018.

Sobre os descuidos em relação ao ambiente, aqui referidos como vícios ambientais, serão apresentados como disposições humanas não passivas e antagônicas à virtude, posto que vimos que nem as virtudes nem os vícios são paixões. Com respeito às paixões, diz-se que somos movidos por elas, mas, com respeito às virtudes e aos vícios, não se diz que somos movidos por eles e sim que temos tal disposição não natural, mas que envolve escolha. Por conseguinte, se as virtudes não são paixões nem faculdades, só resta uma alternativa: a de que sejam disposições de caráter, como aponta Aristóteles (1991).

Para Frasz (2004, p. 136, apud Cafaro *et al.*, 2005), um vício é um hábito pessoal, uma prática social ou um aspecto do caráter humano o qual desaprovamos. Sendo assim, considerar o vício, além da virtude, leva a um tratamento mais completo do caráter moral, uma vez que não podemos ignorar o fato que podemos ser maus de muitas maneiras, como assinalou Aristoteles (*idem*). De acordo com Frasz (2004), como os seres humanos falham pode nos dizer muito sobre nós mesmos, posto que talvez em nenhum outro lugar nossos fracassos sejam mais evidentes do que em nosso tratamento da natureza.

O filósofo Aristóteles nos alerta que a virtude é a mediania entre dois vícios, o excesso e a falta, razão pela qual a existência de três disposições, sendo duas delas vícios que envolvem a demasia e a carência, e a terceira uma virtude, ou seja, o meio-termo. Alcançar o equilíbrio é extremamente difícil, pois é possível errar de muitos modos, pois o mal pertence à classe do ilimitado e o bem à do limitado, razão pela qual é fácil errar a mira, difícil atingir o alvo. Pelas mesmas razões, o excesso e a falta são característicos do vício, e a mediania da virtude. Desse modo, Aristóteles (1991, p. 36) lança mão de uma frase da *Elegeia Adésposta* de autoria anônima: “pois os homens são bons de um modo só, e maus de muitos modos”, sendo, portanto, incoerente buscar uma mediania em atos injustos, covardes ou libidinosos. Assim, instrui que:

A virtude também está em nosso poder, do mesmo modo que o vício, pois quando depende de nós o agir, também depende o não agir, e vice-versa; de modo que quando temos o poder de agir quando isso é nobre, também temos o de não agir quando é vil; e se esta em nosso poder o não agir quando isso é nobre, também está o agir quando isso é vil. Logo, depende de nós praticar atos nobres ou vis, e se é isso que se entende por ser bom ou mau, então depende de nós sermos virtuosos ou viciosos. (ARISTÓTELES, 1991, p. 53).

Vimos, portanto que a maldade é voluntária e que os vícios são antagônicos às virtudes, tanto os do excesso quanto os da falta, corrompendo e afastando o homem do caminho da felicidade o levando à dor, caracterizando-se, portanto, como um sentimento negativo. Para Frasz (2004, p. 136, apud Cafaro *et al.*, 2005), mais uma vez, como nos tempos gregos, o mal é descrito não em termos de desobediência a Deus, mas em termos de como ele mina a felicidade do indivíduo ou de seus vizinhos desafortunados.

Nesse sentido, explorar o vício ambiental no nível individual não significa ignorar as causas maiores e sistêmicas da degradação ambiental. Criar sociedades sustentáveis exigirá uma oportunidade política fundamental. Como aponta Frasz (*idem*), os cidadãos de todo o mundo devem trabalhar para a aprovação e aplicação de leis antipoluição fortes, medidas para limitar o crescimento da população humana, fortalecimento da agricultura familiar, alternativas de fontes energéticas limpas, otimização do transporte público, entre outros.

Em contrapartida a Aristóteles, o filósofo Arthur Schopenhauer apresenta a dor como algo positivo e intrínseco à vida humana, uma vez que o homem é dotado de desejo e, deste desencadeamento para a sua dor, a felicidade é um sentimento que emana quando a dor é interrompida. Schopenhauer (2005) sustenta que o homem é perverso, constituído de maldade, razão pela qual não podemos esperar ações virtuosas, mas que as mesmas existem pela razão, ou seja, escolha racional. Induz que, como todo viciado, que nega o vício até a

morte, não deveríamos nos espantar com os demônios do interior que também emergem nos outros, mas que é necessário ser tolerante com a estupidez, falhas e vícios humanos, visto que o que temos diante de nós é somente nosso reflexo, uma vez que:

Trata-se dos erros da humanidade, a que também nós pertencemos, possuindo em consequência também todas as falhas, mesmo aquelas que nos indignamos, apenas porque justamente agora não se manifestam em nós, pois não se encontram à superfície, mas repousam ao fundo, e se apresentarão ao primeiro motivo. (SCHOPENHAUER, 2005, p.305).

Sem anular as diferenças entre os filósofos supracitados, mas tomando-os de forma complexa, vimos os enfrentamentos humanos, assim como colocado pelo apóstolo cristão Paulo, em sua carta aos Romanos, “porque o que faço não o aprovo; pois o que quero isso não faço, mas o que aborreço isso faço” (BÍBLIA, RM 7:15). Nesse sentido, a busca pela mediania entre os vícios requer um esforço associado à razão.

Ao exigir um esforço não apenas físico, mas mental, segundo Ingenieros (2004), o sujeito mergulha para uma mediocridade intelectual que torna o homem solene, uma vez que este, evitando as dificuldades e obstáculos, passeia sua vida pelas planícies e evita olhar para os cumes escalados, vive entre as engrenagens da rotina, adorando o senso comum e confundem-no com o bom senso.

Assim, podemos nos questionar a razão pela qual degradamos o ambiente. Franz (2004) nos aponta porque somos ignorantes, egoístas, gulosos, arrogantes, gananciosos e apáticos, ou seja, preguiçosos. Segundo este autor, porque não entendemos nossas obrigações para com os outros ou para nosso próprio interesse:

(...) erroneamente assumimos que podemos manter separados os danos à natureza e os danos à humanidade, os danos aos outros e os danos a nós mesmos. Não vemos que os vícios ambientais não prejudicam apenas a natureza, eles prejudicam a nós e às pessoas ao nosso redor. (FRASZ, 2004, p. 153).

Os vícios da ganância e do consumismo são elementos bem explorados na literatura ambiental, sendo constatados e retratados por diversos ângulos. Observamos que o ato do consumir é inerente ao ser humano desde o nascimento até a morte mediante a existência de inúmeras necessidades, sejam elas naturais, fisiológicas ou não, como o ato de se alimentar, beber, vestir-se, fazer sexo ou curar o corpo. A questão está no fato de quando tais necessidades se metamorfoseiam em vícios.

De acordo, com Frasz (idem), a ganância leva a danos ambientais em pelo menos três dimensões. Primeiro, quando o lucro é colocado acima de outras metas, a ganância leva os empresários a violarem as leis ambientais ou a fazerem o mínimo necessário para cumpri-las.

Em segundo lugar, a ganância mina o processo político democrático. Por terceiro, a ganância acentua os danos ambientais quando impulsiona o consumo excessivo entre a população.

O consumo desmedido de bens e serviços é o que entendemos por consumismo, levando à exploração excessiva dos recursos naturais, impedindo sua capacidade de regeneração e rompendo com a resiliência e capacidade de suporte ambiental. Por conseguinte, acentua-se a produção de lixo e resíduos sólidos, líquidos e gasosos gerados diariamente por uma sociedade cada vez mais consumista.

Como aponta Bosco (2012), a lógica da necessidade e a lógica do desejo expõem que a noção de lucro mexeu não apenas com a essência da mercadoria, outrora satisfação da necessidade humana, mas também com a ambição humana, doravante persuadida pelo desejo ensejado via publicidade a adquirir um bem, chegamos ao consumismo.

Sobre a responsabilidade ambiental, aludida no Capítulo 2, vimos que, apesar de os sujeitos se sentirem responsáveis pela conservação do local, estes (96%) apontaram que a responsabilidade de possibilitar um ambiente saudável, em ordem de prioridade, é do governo, em seguida, da comunidade e, então, do cidadão.

A respeito dessa atribuição da responsabilidade ambiental Scruton (2016, p. 07) assinala que “quando os problemas ficam nas mãos do governo, perdemos o controle sobre eles”, pois parecem estar tão “fora de nosso alcance que ficamos à deriva” (ibidem, p. 17). Logo o autor propõe que as questões ambientais sejam enfrentadas por todos, na esfera das circunstâncias diárias, para que não sejam confiscadas pelo Estado.

Contudo é importante salientar, diante da complexidade do sistema ambiental, a incumbência de cada segmento (governo, comunidade, cidadão e líderes) em uma relação retroalimentada e recursiva, consideramos que a responsabilidade ambiental advém desse encadeamento, uma vez que, segundo Morin (2008, p. 133), “a organização liga de maneira inter-relacional os elementos ou acontecimentos ou indivíduos diversos que desde então se tornam os componentes de um todo”, emergindo, assim, uma cultura ambiental.

Dessa cultura, a cidadania ambiental emerge de um compromisso na esfera privada, em que o indivíduo compreende sua função e impacto ambiental de suas escolhas e seu comportamento, superando, assim, uma visão fragmentada e simplificada, conforme defende Morin (idem). Nessa direção, todos os segmentos são geridos pelos seres humanos que detêm diferentes responsabilidades no processo.

Para Leite apud Ingenieros (2004, p. 10), a cultura dos homens medíocres, “miseráveis, vacilantes, domesticados entre aquisições materiais e posturas previsíveis e regularmente aceitas” é marcada por um modelo de desenvolvimento econômico, pela

intensificação da noção de lucro, pela procura incessante de toda ordem do que é considerado bens, pelo desperdício e pelos costumes. Bosco (2012, p. 41) externa que o consumismo e a ganância corroboram para um ciclo vicioso em busca da felicidade, uma vez que, ao não se conseguir alcançá-la, consome-se exponencialmente mais, entrelaçando relações sociais sob as voltas do consumismo e ganância desenfreada, como aponta Trigueiro (2008). Portanto, como defende Comte-Sponville (1997, p. 08, apud Bosco, 2012), “em vez de desejar sempre alguma coisa, a pessoa deveria aprender a gostar daquilo que já possui”.

O vício do egoísmo, a indiferença e a corrupção são expressões da mesma natureza humana, o amor por si mesmo. Estão relacionados à falta de virtude da benevolência, incluindo, ainda, além do egoísmo, o ciúme e a ganância, pois estes são traços que competem com as tendências de promover o bem dos outros. Segundo Frasz (2004), a falta de preocupação com o bem-estar dos outros pode ser expressa em emoções odiosas ou em comportamentos egocêntricos que ignoram ou fecham os olhos ao seu bem-estar.

Segundo Wensveen (2000 apud Connelly, 2009), o egoísmo é primeiro sobre a lista tradicional de pecados e, também, deve ser considerado como um dos maiores eco-pecados. É notável como muitos pecados se traduzem facilmente em pecados ecológicos – inveja, raiva, preguiça, ganância e glotonaria – sendo bons exemplos, com a sua evasão obviamente necessária para qualquer futuro sustentável. De acordo com Connelly (2009), outros pecados ecológicos incluem claramente a exploração, crueldade, ignorância intencional, cinismo e desespero.

O reconhecimento pessoal da preguiça pelos sujeitos entrevistados e seu apontamento como um dos vícios que cooperam na degradação ambiental é uma admissão observada de sua própria delimitação, uma vez que o preguiçoso, avesso às atividades que exigem um esforço seja físico ou mental, dirige sua vida segundo sua conveniência, não apenas resguardando-lhe energia, mas também desqualificando os problemas e soluções. Isto pode ser percebido nas seguintes falas: “*Eu tenho muita preguiça não vou esconder pra ti não. Mas o pouco que eu aprendi foi na escola*” (P5); “*Dá muito trabalho*” (DF1); “*Não tenho dificuldades em agir pra conservar o ambiente, às vezes é preguiça mesmo*” (A2CC).

A palavra apatia vem da apatia grega que significa “sem sentimento”, ou seja, pode ser entendida como uma falta: falta de interesse ou preocupação, especialmente em relação a assuntos de importância ou apelo geral, e falta de emoção ou sentimento. Segundo Frasz (2004), há uma estreita ligação entre a apatia e a preguiça. Assim, o vício ambiental da preguiça não é apenas do espectro físico, no sentido de negligenciar ou ter aversão ao trabalho, mas também está imbuída no esforço de refletir, autoanalisar, sentir e agir, uma vez

que, normalmente, as pessoas que sofrem desse vício utilizam do lema “não necessito aprender nada, além do necessário”, o que fomenta um pensamento-guia: “deixa para depois” ou “alguém faz por mim”.

A apatia é um vício ambiental chave, por várias razões. Ao eximir-se das atitudes, falhamos e prejudicamos o ambiente, ao passo que fazer melhor exige trabalho, especialmente no início: andar de bicicleta para trabalhar ao invés de dirigir um carro, montar lixeiras de reciclagem ao invés de simplesmente jogar nosso lixo na lixeira, o que demonstra, assim, nossas falhas ambientais morais à preguiça. Para Frasz (2004), muitas vezes, precisamos pensar em nosso caminho para melhores soluções ambientais, e a apatia se mostra no pensamento preguiçoso, bem como na ação ou inação sem convicção.

A preguiça é a “mãe de todos os vícios” diz um ditado popular, por isso, transforma-se em um grande obstáculo ao êxito ou progresso da educação ambiental, uma vez que, como defende Frasz (2004), a apatia e a indiferença são social e ambientalmente insustentáveis, causam, ou permitem, grandes danos, por estes critérios, são vícios.

Ingenieros (2004) aborda os vícios numa concepção de mediocridade humana, caracterizando o homem medíocre como aquele rotineiro que tem o cérebro e o coração entorpecidos, que compartilha uma hipocrisia moral, sujeitando seu caráter às domesticidades convencionais, sendo, assim, condenado a vegetar, pois não suspeita que, além dos horizontes, existe o infinito. Segundo Ingenieros (idem, p. 78), esse sujeito carece de iniciativa e olha sempre para o passado como se tivesse os olhos na nuca “por isso a mediocridade é moralmente perigosa, e em certos momentos da história seu conjunto é nocivo: quando reina o clima da mediocridade”.

Cifuentes (2016), de forma complementar, aponta os vícios como egoísmo e aponta que:

Só existem, contudo, dois amores possíveis: ou se ama o bem em si mesmo, porque é digno de ser amado, e então – ao menos implicitamente – ama-se a Deus, Bem Supremo, sobre todas as coisas e ama-se todo o resto porque participa de Sua bondade; ou se ama o que redundará num benefício pessoal e se acomoda aos interesses próprios, e assim, nos amamos a nós mesmos sobre todas as coisas e amamos as coisas, e o próprio Deus, egoistamente, só porque nos satisfazem e nos realizam. (CIFUENTES, 2016, p. 05).

O desenvolvimento da virtude ambiental da benevolência é uma característica que torna este florescimento possível e proporciona um vínculo de parentesco com a terra, ou seja, fomenta a florescência do cidadão ambiental, apto a viver uma vida ambientalmente boa que mantém fidelidade com o mundo natural e rejeita o chauvinismo humano e noções de superioridade humana, como defende Frasz (2004). Contudo, ao amar a si mesmo sobre todas

as coisas, o sujeito egoísta aponta para um comportamento exclusivista em que impera seus desejos, necessidades e interesses em detrimento do outro. Neste caso, a relação de outriedade não existe, uma vez que o sujeito egoísta não possui a capacidade de enxergar o outro ou sua dor, rejeitando a empatia, potencializando a indiferença e alimentando a corrupção. Assim, o egoísmo ocorre quando o *eu* (ego) desiste da interação com o *outro* (alter) ou interpõe obstáculos que dificultam ou impedem essa interação, a partir de disposições individuais para o controle interpessoal, como aponta Suassuna (2011).

O egoísmo pode ser analisado sob vários vieses, problematizando o *ego*, *alter* e *self*, na relação entre eles em interações concretas. Entretanto, o presente trabalho não tem a pretensão de discorrer sobre eles, mas apontá-los no contexto dos vícios ambientais, que comprometem a relação de responsabilidade ambiental do sujeito com o outro e com o ambiente, porque o egoísmo ou o extremo amor próprio é a origem de muitas neuroses, visto que, neste caso, o sujeito agarra-se com unhas e dentes às suas racionalizações, teima e insiste nas suas desculpas. Por isso reincide nos mesmos erros e, ao justificar os seus descabros, incapacita-se para o crescimento e o progresso. Quando falamos de egoísmo, englobamos dentro deste conceito muitos outros que giram em torno de um eixo comum: soberba, orgulho, vaidade, altivez e a presunção, conforme assinalado em Cifuentes (2016).

Nesse sentido, os vícios ambientais emanaram nas falas dos sujeitos entrevistados quando questionados sobre a raiz dos problemas ambientais, que fizeram referência a consumismo, ganância, indiferença, preguiça e corrupção como faces da mesma natureza, o egoísmo. A ignorância, dimensão que comporta o processo de conhecimento humano, está alocada em uma perspectiva não apenas da educação formal ou informal, mas também da sociocultural, uma vez que os problemas se tornaram tão complexos, numa relação imbricada de recursões e retroações nos âmbitos político, econômico, geopolítico, cultural, social e educacional, e suas inter-relações. Pesa, ainda, o fato de estarmos diante de uma educação que não comporta uma visão prospectiva do viver sustentável e de cidadania.

A ignorância repousa no fato de que a espécie humana ainda não se deu conta de que está inserida em um sistema ambiental, onde todos os seres, bióticos e abióticos, estão articulados, agem e sofrem dos impactos que produz e reproduz, assim, a crise ambiental constituída não apenas pela crise de civilização, como aponta Leff (2001), o que pode ser percebido pelo uso exacerbado dos recursos naturais, energéticos e de alimentos ou, ainda, por uma crise moral e ética, razão pela qual é insuficiente a crítica à racionalidade econômica e tecnológica hodierna.

Todos os desvios éticos vêm certamente de uma insuficiência de senso crítico e de uma dificuldade de obter conhecimento pertinente na tentativa de combater a ilusão, fruto de uma propensão interior favorecida pelos nossos processos psíquicos de autocegueira, dentre os quais a *self-deception* (mentira para si mesmo). Como aponta Morin (2007), a consciência é extremamente frágil, posto que o espírito humano sabe rejeitar o que lhe é desagradável e selecionar o que lhe satisfaz, assim a memória e o esquecimento seletivos são também operadores de ilusão.

Apesar dos extraordinários avanços tecnológicos, a espécie humana ainda não foi capaz de eliminar a fome, de trazer justiça ambiental, de substituir as fontes de exploração fóssil para alternativas dos recursos energéticos. Entre outros, o “*homo economicus*” e sua derivação “*homo consumens*”, após abstração em suas relações morais, éticas, religiosas, políticas e culturais, segundo Juruá (2000), é incapaz de justificar a complexidade das ações econômicas do próprio homem, visto que suas funções elementares de consumo e produção ignoram evidências profundas, uma vez que outros fatores de promoção do autoconhecimento e de espiritualidade, como a religião e a filosofia, deixam de ser instigados, como sinaliza Di Biase (2005).

Neste contexto, o ser humano, parcelado, coisificado não apenas pelo mercado, perde o sentimento de pertencimento ao ambiente natural. Assim, a tarefa de estabelecer ligações entre ser humano e natureza é complexa, porque envolve a subjetividade humana, pois sabe-se que atitudes, valores e percepções não podem ser excluídas, como explicita Tuan (2012).

O conhecimento científico desenvolveu os modos mais refinados para conhecer todos os objetos possíveis, mas se tornou complementarmente cego para a subjetividade humana. Tornou-se cego em relação ao próprio avanço da ciência, assim, a ética do conhecimento luta contra a cegueira e a ilusão e o reconhecimento das incertezas e das contradições, éticas inclusive, como aponta Morin (2007), estimulando o desejo pelo equilíbrio entre as éticas (biocêntrica, antropocêntrica e ecocêntrica) ambientais.

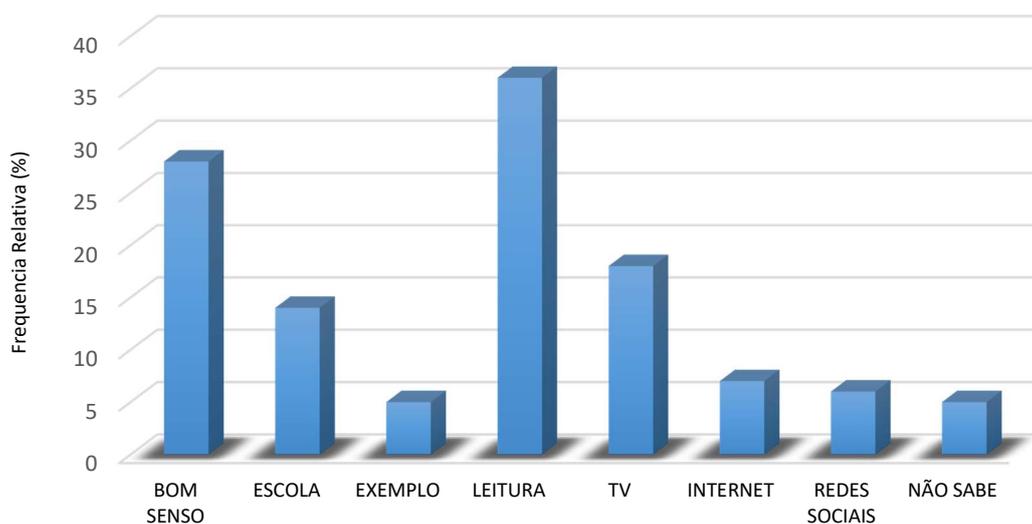
Nesse sentido, faz-se necessária uma educação postulada para abrigar desafios locais, regionais e planetários, a qual desperte a vivência de novos valores, de novas atitudes, de um novo olhar e agir sobre a realidade em que se vive, na busca de solucionar solidariamente problemas ambientais comuns, uma vez que, de acordo com Morin (2007), não apenas a hiperespecialização disciplinar das ciências humanas desintegra a noção de homem, mas também a fragmentação das relações sociais e a dissolução da relação de outriedade contribuem fortemente para a perda da visão ou concepção de conjunto, pois, assim como os espíritos fechados em suas disciplinas não podem captar os vínculos de solidariedade que

unem os conhecimentos, o cidadão autocentrado em suas vontades e desejos também não é capaz de compreender e perceber seu ambiente.

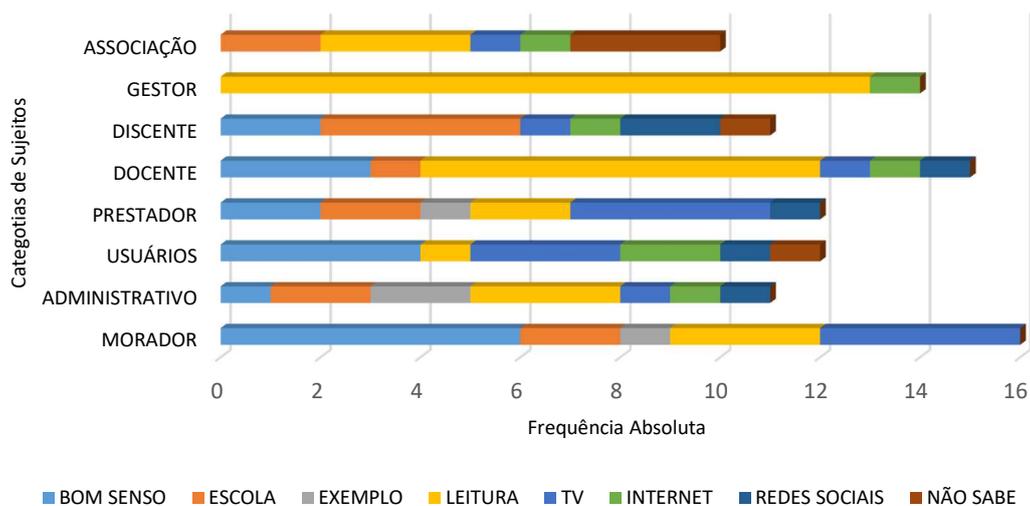
4.5 Educação Cívica Ambiental Virtuosa: criando cidadãos ambientais responsáveis

Questionamos os sujeitos sobre quais canais de conhecimento utilizam para sua informação ou formação na sua educação ambiental. Em resposta, 30% dos entrevistados informaram que era pela leitura, resultado compreensível, pois estamos estudando um espaço de formação de recursos humanos. Por sua vez, 24% dos sujeitos responderam que possuíam bom senso, sabendo, portanto, como atuar sustentavelmente. Por outro lado, 15% declararam que se informavam pela TV, sendo este um recurso de alcance abrangente. Outros 12% de entrevistados apontaram a escola como canal de informação, além de 6% que citaram a internet, 5% as redes sociais, 4% citaram aprendizagem pelo exemplo e 4% não souberam indicar um instrumento (Figuras 107 e 108).

Figura 107 - Canais de conhecimento para conservação ambiental, apontados pelos sujeitos entrevistados



Fonte: Própria, 2018.

Figura 108 - Canais de conhecimento para conservação ambiental, por categoria de sujeitos

Fonte: Própria, 2018.

Um dos caminhos encontrados para enfrentamento dos problemas ambientais foi a instituição da educação ambiental em âmbito mundial. Em breve reflexão sobre o processo histórico da educação ambiental no Brasil, vimos considerável avanço nas políticas públicas educacionais ambientais apesar da insuficiência dos resultados alcançados no sentido de fomentar uma mudança no comportamento dos sujeitos. Seus objetivos vêm sendo alcançados no sentido de sensibilizar e informar os sujeitos para a questão ambiental. Em caminho complementar, possuímos no Brasil uma das legislações ambientais mais modernas e avançadas no mundo (MMA, 2017), apontando a responsabilidade das pessoas jurídicas, físicas, autoras e coautoras de infrações. Contudo, ainda podemos testemunhar desastres ambientais que estão atrelados à questão da disposição de caráter dos indivíduos em uma esfera privada de responsabilidade, derivando para uma dimensão coletiva.

Podemos citar como simples exemplo a responsabilidade objetiva das indústrias, futo da legislação que as obriga a investir em proteção ambiental e uso de energia limpa, contudo somos testemunhas de tragédias ambientais e da morosidade em julgar os processos, potencializando um sentimento de injustiça ambiental. Como vimos no caso de Cataguases (MG) em 2003, Cocal e Buriti dos Lopes (PI) em 2009, Mariana (MG) em 2015 e Brumadinho (MG) em 2019, onde a falta de manutenção da barragem, a ausência de fiscalização dos órgãos responsáveis, ou seja, a ingerência na gestão de riscos, a inobservância dos princípios de precaução e prevenção, a lentidão do julgamento e a brandura das penas fomentaram a impunidade e a consolidação de vícios e injustiças ambientais, sejam em nível local, regional e nacional.

Vimos anteriormente, neste estudo de caso, as evidentes injustiças ambientais, tidas inclusive pela ausência de parques públicos, saneamento básico, segurança, entre outros, comprometendo a educação cidadã ambiental virtuosa, que, segundo Bell (2004), seria ancorada nas dimensões básicas da responsabilidade privada, justiça ambiental e ação coletiva, permeada por um processo de ensino-aprendizagem que comportasse uma moral virtuosa com a outridade, seja ela humana ou não humana numa cidadania ambiental do tipo republicana, fomentada por ações e esferas diversificadas que comportassem o real humano na tessitura autopoietica social.

O caminho percorrido pelos movimentos ambientais desde a desestabilização provocada pelo lançamento do livro *Primavera Silenciosa* em 1962, de Rachel Carson, ecoa hodiernamente nas reflexões de uma educação ambiental que atenda aos princípios de sustentabilidade e capacidade de suporte em um planeta finito em seus recursos naturais.

Quando refletimos na trajetória da Educação Ambiental no mundo, vimos que as primeiras proposituras emergem em 1968 quando irrompe um Conselho para Educação Ambiental, no Reino Unido, ou seja, há 51 anos ambientalistas buscam alternativas de conciliar o impacto antrópico manifestado em seus estilos de vida, escolhas, sistema econômico, de forma a buscar consonância com conservação e/ou preservação ambiental. Testemunhamos, junto com o Clube de Roma e a Conferência das Nações sobre o Ambiente Humano em Estocolmo em 1972, a elaboração do relatório “Os limites do Crescimento Econômico” e a “Declaração sobre o Ambiente Humano”, conhecido como “Declaração de Estocolmo”.

Desde lá, inúmeras recomendações de Conferências Internacionais, como o Encontro Internacional em Educação Ambiental (1975), que resultou na criação do Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA e na “Carta de Belgrado”, que discorreu sobre as necessidades e desejos dos cidadãos planetários em erradicar a pobreza, a fome, o analfabetismo, a poluição, entre outros, assim como a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi (1977), que resultou na definição dos objetivos, estratégias, características da EA nas esferas nacional e internacional.

Todos esses movimentos fomentaram no Brasil reações refletidas tanto na esfera privada, com ambientalistas, docentes e universitários, quanto na coletiva, com o início de políticas públicas educacionais ambientais, uma vez que em 1976 foram criados cursos de pós-graduação em Ecologia na precípua Universidade do Amazonas – UA, com a disciplina de Ciências Ambientais para cursos de graduação em Engenharia (MEC, 2018).

Os primeiros passos da política educacional ambiental foram instaurados no Ensino Superior, em alguns cursos onde os recursos naturais eram campo de pesquisa, ou seja, somente em áreas do conhecimento em agrárias, exatas e biológicas. Atualmente, tais domínios foram ressignificados, segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, em Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharia / Tecnologia; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes (CNPq, 2019).

Após o Seminário de Educação Ambiental para América Latina (1979), o MEC assinalou uma proposta curricular de introdução da “Ecologia” para o ensino secundarista, seis anos depois, expedindo o Parecer 819/85/MEC, o qual buscava integrar de forma sistematizada as áreas do conhecimento para a “formação da consciência ecológica do futuro cidadão” (MEC, 2019).

A partir daí emergiu uma ebulição de ações, encontros internacionais e nacionais, e, no Amazonas, em 1989, o Centro de Ciências do Amazonas - CCA é instituído, segundo Brito (2011), para atender a necessidade de formar capital intelectual humano para as áreas formais e não formais da EA, ou seja, estimular a inclusão da dimensão ambiental nos currículos.

Nesse sentido, de acordo com Czapski (1998), os Centros de Educação Ambiental (CEA) floresceram como preparação para Rio-92. No Amazonas, segundo o Prof. Neliton Marques, em entrevista concedida para esta pesquisa, o Centro foi direcionado para funcionar como uma esfera do CCA e se tornou uma das dimensões mais consolidadas.

Somente em 1991, com a Portaria 678/91/MEC, a dimensão ambiental foi introduzida nos currículos para todos os níveis e modalidades de ensino, reforçando a necessidade de capacitação de professores, e, por meio da Portaria 2421/91/MEC, foi apontada a responsabilidade para as Secretarias Estaduais de Educação, as metas e estratégias para implantação da EA em todo o estado nacional brasileiro (MEC, 2019).

Com a Rio-92, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global é criado, resultando na Carta Brasileira para a Educação Ambiental, subsidiando as redes de EA e o Programa Nacional de Educação Ambiental. Entretanto, as discussões sobre a redação da Carta da Terra foram concluída somente em 2000, resultado de inúmeras oitivas interculturais advindas das diferentes sociedades espalhadas no mundo (MMA, 2019).

A Agenda 21 é lançada com o intuito de fortalecer atitudes e valores ambientalmente sustentáveis e, em seu Capítulo 36, encontramos a definição de que a Educação Ambiental é um processo que busca:

Desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos. (MEC, 1992).

Alvitrado em seus apontamentos, irrompe o Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA em 1994, com o objetivo de capacitar o sistema de educação formal, não-formal, supletivo e profissionalizante, em todos os níveis e modalidades, o qual promoveu, no referido ano, uma consulta Pública para culminância em 2005 da realização do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, após sete anos de intervalo (MMA, 2019). Assim, o PRONEA vem atuando, desde então, apontando caminhos e elaborando documentos de referência na educação ambiental, tendo como última edição um marco legal normativo de 2018. Somente em 1999, a Política Nacional de Educação Ambiental é instituída por meio da Lei nº 9795/1999.

Com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs em 1997, a preocupação ambiental é inserida como tema transversal nos currículos do ensino primário, orientação esta em discussão atualmente, uma vez que se questiona a insuficiência do trabalho transversal nas escolas, aduzindo a criação de uma disciplina exclusiva para o trabalho da dimensão ambiental no ambiente formal.

Em 2002, a UNESCO estabelece como início da “Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” o ano de 2005, ou seja, a educação é eleita como mecanismo do desenvolvimento sustentável, sustentando que, durante o período de 2005 a 2014, seria necessário alcançar o objetivo de integrar princípios, valores e práticas do desenvolvimento sustentável a todas as modalidades de ensino e aprendizagem. Assim, por meio de Conferências Nacionais, o Ministério do Meio Ambiente iniciou as discussões acerca da implementação de políticas públicas, tendo como temáticas: 2003 – I CNMA – Fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente; 2005 – II CNMA – Gestão Integrada das Políticas Ambientais e Uso dos Recursos Naturais; 2008 – III CNMA – Mudanças Climáticas; e, na última edição, em 2013, a discussão da temática dos Resíduos Sólidos. Em todos esses momentos, o processo se iniciou nas etapas municipais, regionais, estaduais e culminou no encontro nacional.

A amplitude de ações no campo da educação ambiental foi se diversificando. A educação ambiental não ficou restrita aos bancos escolares formais, mas em instituições públicas e privadas, multinacionais, assim como no seio da sociedade civil, ela começou a ser

desenvolvida por meio do acesso à informação e formação via cursos presenciais, EAD e mídias em geral, na tentativa de efetivar um exercício ativo de cidadania ambiental.

Frente à evolução tecnológica, um novo contexto social real-virtual aduz a novas abordagens de políticas públicas educacionais ambientais, correlacionando as dimensões da tessitura sócio-educacional-cultural humana, uma vez que a liquefação e a simbiose das telecomunicações existentes e as que estão por vir, representadas pela televisão, cinema, jogos eletrônicos, informática, imprensa, ou seja, a indústria multimídia e a revolução digital promovem novos formatos do processo de ensino- aprendizagem que superam a educação EAD, uma vez que as decisões técnicas, a adoção de normas e regulamentos, e as políticas tarifárias contribuirão, queiramos ou não, para modelar os equipamentos coletivos da sensibilidade, da inteligência e da coordenação que formarão coletivos da sensibilidade, da inteligência e da coordenação que formarão no futuro a infraestrutura de uma civilização mundializada, como aponta Levy (2007).

Para este autor, hodiernamente, o *Homo sapiens* enfrenta rápida modificação de seu meio, da qual ele é o agente coletivo, involuntário. Portanto, ou superamos um novo limite, uma nova etapa da hominização, inventando algum atributo do humano tão essencial quanto a linguagem, mas em escala superior, ou continuamos a nos “comunicar” por meio da mídia e a pensar em instituições separadas umas das outras, que organizam, além disso, o sufocamento e a divisão das inteligências.

É compreensível reconhecer que, na nossa pesquisa, a maioria informou que emprega a leitura de livros, uma vez que as entrevistas se deram em *campus* universitário. Logo, todos os grupos apontaram os livros, tendo maior destaque para a categoria de docentes e gestores universitários, com exceção dos discentes, os quais não registraram tal alternativa, ou seja, a nova geração aponta a necessidade de novos processos de ensino-aprendizagem e tomada de informação.

O bom senso foi indicado com maior expressão nas categorias morador e usuário (os quais também, vale frisar, são moradores do entorno da APA), com abstenção entre os responsáveis pela associação e gestores. A televisão pôde ser recomendada em todas as categorias e a escola prevaleceu em quase todas as categorias, exceto nos gestores, os quais não vivenciam a realidade dos bancos escolares.

Concernente ao “bom senso”, sendo este um processo de reflexão fundado na razão e sabedoria, Aristóteles, como vimos anteriormente, defendia uma ética do bom senso, baseada nos juízos morais do homem bom e virtuoso, como aponta Nodari (1997), para atingir a eudaimonia (felicidade), ou seja, utilizando a *phronesis* (sabedoria prática) a pessoa seria

capaz de analisar os contextos em busca de um equilíbrio, uma justa medida ou bom senso, uma sabedoria prática, disponível a todos pelo exercício da reflexão e discernimento no dia a dia. Assim, o sujeito com bom senso, dispõe da razão para realizar julgamentos e escolhas segundo normas e padrões aceitos pela sociedade ou em prol do bem estar coletivo.

Descarte (2010, p. 39-40) vai contribuir afirmando que, apesar de todas as ciências contidas nos livros, elaborada por diversos autores, com suas razões, as mesmas não dispõem de demonstrações e “não se acham, absolutamente, tão próximas da verdade quanto os simples raciocínios que um homem de bom senso pode formular naturalmente, no que concerne às coisas que se lhe apresentam”. Nesse sentido:

O bom senso é a coisa do mundo melhor partilhada, pois cada qual pensa estar tão bem provido dele, que mesmo os que são mais difíceis de contentar em qualquer outra coisa não costumam desejar tê-lo mais do que o têm. E não é verossímil que todos se enganem a tal respeito; mas isso antes testemunha que o poder de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se denomina bom senso ou a razão, é naturalmente igual em todos os homens; e, destarte, que a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem mais uns racionais do que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem. As maiores almas são capazes dos maiores vícios, tanto quanto das maiores virtudes, e os que só andam muito lentamente podem avançar muito mais, se seguirem sempre o caminho reto, do que aqueles que correm e dele se distanciam. (DESCARTES, 2010, p. 10).

A televisão emergiu como instrumento de alcance de informação sobre a questão da conservação e preservação ambiental, sendo destacada, pela categoria dos moradores, usuários e prestadores, como um canal mais acessível para a grande quantidade de pessoas. Bourdieu (1997, p. 57) nos leva a reflexão sobre o campo jornalístico elucidando que campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço, assim, o campo jornalístico é um mundo que tem leis próprias, o qual é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões, sendo a televisão um instrumento de comunicação muito pouco autônomo, uma vez que pesa uma série de restrições dos próprios jornalistas baseados nos interesses comuns ligados à sua posição no campo de produção simbólica e no fato de que têm em comum estruturas cognitivas, categorias de percepção e de apreciação ligadas à sua origem social, à sua formação (ou à sua não-formação) (ibidem, p. 51).

Bourdieu (idem) desvenda como a televisão é um instrumento de violência simbólica, pressionada por instâncias econômicas e políticas, ocultando mecanismos anônimos, invisíveis, através dos quais se exercem as censuras de toda ordem, apresentando-se como um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica. Em vez de servir

como ferramenta de registro, a televisão torna-se dispositivo de criação de realidade, uma vez que caminha rumo a universos em que o mundo social é descrito-prescrito, tornando-se o árbitro do acesso à existência social e política, visto que, conforme a audiência, é decidido o que é mais importante e o que merece ser transmitido, privilegiando certo número de *fast-thinkers* que propõem *fast-food* cultural, alimento cultural pré-digerido, pré-pensado. Assim, a televisão é um recurso de informação, utilizada por muitos como formação não-formal da educação ambiental, a qual deve ser colhida com cautela ora pela insuficiência das informações, ora por travestir a realidade segundo interesses políticos e econômicos.

Em seguida, a escola manifesta-se em quarto lugar, recebendo ênfase na categoria discente, uma vez que tais sujeitos advêm do ensino médio, local de atuação da educação ambiental formal. Apesar de emergir em quase todas as categorias de sujeito, ela foi excetuada nas categorias usuários e gestores.

Vimos, assim, em toda a história da educação ambiental que distintas dimensões que abarcam o ser humano foram reconhecendo a importância da sua atuação na esfera ambiental, onde os sujeitos possuem acesso à informação e à formação, tanto na área formal quanto na informal, contudo, há tempos, temos notado a insuficiência do alcance da educação ambiental na promoção de mudanças qualitativas e quantitativas de comportamento.

Nesse sentido, como defendem Sorrentino *et al.* (2005), a Educação Ambiental, como processo educativo, deve ser direcionada para a cidadania ativa, considerando seu sentido de pertencimento e corresponsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais.

Embora os avanços da educação ambiental sejam incontestáveis, estes não estão sendo suficientes para promover mudanças substanciais em direção à agilidade no combate da degradação ambiental. A velocidade com a qual se devastam e se desequilibram os sistemas que asseguram a sustentabilidade humana na Terra continua infinitamente superior à nossa capacidade de gerar respostas adaptativas culturais, principalmente em nível educacional. A educação ambiental ainda não representa uma força suficiente para interferir na inércia daquele movimento e modificar a sua trajetória de desestabilização (MEC, 2001).

Podemos nos questionar por que há necessidade de uma ética da Virtude Ambiental. Cafaro (2004) nos responde defendendo que:

Ética Ambiental é simplesmente Ética no que diz respeito às interações e relacionamentos entre o homem e o meio ambiente, portanto, uma ética ambiental adequada também requer não só uma ética da ação - que oriente sobre o que devemos e não devemos fazer ao Meio Ambiente - mas também uma ética do caráter

- que oriente sobre quais atitudes e disposições devemos e não devemos ter em relação ao Meio Ambiente. (CAFARO, 2004, p. 02).

As disposições de caráter, com inspiração na ética das virtudes em Aristóteles, levam-nos a refletir sobre a ação antrópica sobre o ambiente, rompendo com exercício da cidadania ambiental primado apenas pela ideia de cumprimentos de deveres ou obrigações, em direção à ação como disposição de caráter virtuoso no ser humano, fomentando, dessa forma, diversos mecanismos, dentre eles a educação dos juízos morais do homem bom e virtuoso.

Em comparação aos dados anteriores, quando perguntamos sobre por quais meios o ser humano poderá mudar o seu comportamento no sentido de conservar e/ou preservar o ambiente, os sujeitos da pesquisa responderam atentando para duas particularidades, afirmando que os meios são a educação, a fiscalização e quando receberem algum tipo de benefício, de forma pecuniária ou não, como desconto em impostos, ou seja, as ações da educação ambiental necessitam vir concatenadas com o exercício de cidadania ambiental, em que os cidadãos reconheçam seus direitos, mas reflitam acerca dos seus deveres, primando por uma educação cidadã ambiental virtuosa, onde ações fomentadas pela integração dos aspectos educacionais, culturais e cívicos venham na direção de comportamentos virtuosos, uma vez que a virtude, como vimos, não é natural, mas emergida ora da reflexão ora exemplo prático.

Connelly (2009) traz a virtude ética ambiental para uma ação de cidadania ambiental, argumentando que as virtudes são disposições de caráter que contribuem para o bem coletivo. Explica que a maioria de nós, muitas vezes, atuará apenas em resposta a motivações externas baseadas no favorecimento de preço, punição ou proibição. Ele defende a importância de tais medidas, mas defende que, isoladamente, são insuficientes e precisam ser complementados com o incentivo às virtudes, pois os eco-cidadãos virtuosos irão internalizar o propósito e o valor das boas práticas ambientais e sua obediência transcenderá, assim, o mero cumprimento, indo além de cidadão ambiental independente.

Assim, vimos que, desde a Carta de Belgrado, em 1975, quando foi apontada a necessidade de uma nova ética que promovesse atitudes e comportamentos para os indivíduos e sociedades que pudessem reconhecer sua responsabilidade, as complexas e dinâmicas relações antrópicas com o ambiente apontaram para a formação de uma ética ambiental virtuosa fundada por meio de uma educação ambiental, ou seja, de uma atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade

humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (LDB, Art.2º, 1996).

Vimos que a virtude, como mediana entre dois vícios, visa a alcançar o equilíbrio e, apesar de possuir certo grau ancorada na esfera da subjetividade humana, pertence, segundo Aristóteles, ao domínio do saber prático, uma vez que se trata de estabelecer as condições sob as quais devemos agir para o alcance da realização pessoal de forma prudencial, em consonância ao termo grego *phronesis*, podendo ser traduzido também como razão prática, ou capacidade de discernimento.

Assim, vista de forma complexa, como a cultura opera de forma autopoietica, a subjetividade humana instalada no sujeito opera suas escolhas pautada na relação do mundo social, fruto de construção de crenças, valores e moral partilhadas. Vimos que Aristóteles (1991, p. 27) apresenta a virtude como intelectual e moral, sendo a primeira gerada graças ao ensino, requerendo experiência e tempo, enquanto “a virtude moral é adquirida em resultado do hábito”. E os hábitos dignos de louvor, chamamos virtudes. Evidencia que nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza, mas somos “adaptados por natureza a recebê-las e nos tornamos perfeitos pelo hábito”.

É o que também ocorre com as virtudes: pelos atos que praticamos em nossas relações com os homens nos tornamos justos ou injustos; pelo que fazemos em presença do perigo e pelo hábito do medo ou da ousadia, nos tornamos valentes ou covardes. O mesmo acontece com a temperança, a coragem e as outras virtudes, pois o homem que a tudo teme e de tudo foge, não fazendo frente a nada, torna-se um covarde, e o homem que não teme absolutamente nada, mas vai ao encontro de todos os perigos, torna-se temerário; e, analogamente, o que se entrega a todos os prazeres e não se abstém de nenhum torna-se sem limite, enquanto o que evita todos os prazeres, como fazem os rústicos, se torna de certo modo insensível. (ARISTÓTELES, 1991, p. 35).

Beckman (2001, p. 179) acredita que as pessoas podem exercer sua cidadania ambiental sem medo de punição, perda ou desejo de recompensas econômicas ou sociais, mas por serem virtuosas. Seja por incentivo fiscal, medo, desejo ou virtuosidade, o empenho em manter "um planeta vivo" abre a possibilidade de defesas baseadas na justiça ambiental, além das mudanças no valor e comportamento, suscitando reflexão quanto ao futuro que queremos, contudo, vimos que a virtude não é nata, mas fruto da reflexão, autoanálise e escolhas.

A cidadania ambiental sugere a ancoragem em três dimensões-chave: responsabilidade privada, justiça ambiental e ação coletiva, haja vista que é enfatizada a responsabilidade pessoal do indivíduo em suas ações, bem como a ênfase aos direitos à justiça

ambiental obtidos por uma ação coletiva, assim, segundo Bell (2004), envolve pessoas que operam como membros públicos, assumindo a responsabilidade coletiva pelas ações.

No exercício da cidadania ambiental na esfera privada, vimos que os sujeitos estão dispostos a adotarem algumas medidas no grau mínimo, como assinatura de abaixo-assinado e realização de denúncias, mas não enfatizaram a escolha de mudança nas compras ou consumo de carne bovina. Na perspectiva econômica, a adesão foi perto da integralidade na questão da redução do desperdício de água e luz e controverso em relação ao pagamento da criação de um tributo ambiental. Sob o prisma intermediário, qual seja, a separação de resíduos sólidos, estes se apresentaram otimistas em desempenhar a função. No ângulo ativo de mobilização popular e trabalho voluntário, houve um equilíbrio entre a participação ou não.

A respeito das evidências que demonstram as injustiças ambientais, os sujeitos elencaram, com substancial ênfase, a falta de infraestrutura, como saneamento básico. Em seguida, foram mencionados os problemas de asfalto, segurança, presença de cachorro de rua, furto de água e energia, falta de lixeiras e calçadas, deficiência na coleta dos resíduos sólidos, invasão, falta de parques e fiscalização.

Quanto ao aspecto da ação coletiva, externado pela participação via associação, os sujeitos, em quase sua totalidade, responderam que não participam ou participariam desse tipo de movimento, uma vez que não possuem tempo. Outros motivos alegados foram a existência de partidarismo, a corrupção, a ausência de interesse pessoal, o fato de não gostarem ou estarem desacreditados no exercício da função, posto que não cumpre as finalidades da sua criação.

Portanto, temos a necessidade de uma Educação Ambiental Cidadã Virtuosa que nos direcione a vivenciar a topofilia e o pertencimento como práxis virtuosa. Sobre a importância dessa Educação, os sujeitos entrevistados revelam que:

Ser gentil pensar no outro, tratar com harmonia, olhar para a vida e ter a necessidade de olhar com respeito. A ganância, consumismo e indiferença destroem tudo. Mas as pessoas virtuosas, aquelas que cuidam, compreendem a circularidade, o berçário de plantas, a germinação da vida, o cuidado. Amar a vida e necessidade de reconstituição da vida. Tendo atenção à vida, ao outro. Por isso que a cidadania ambiental é sim a prática da responsabilidade cívica para o ambiente, totalmente, pois um ambiente que você só tira e não coloca, viverá no deserto. Então a virtude é uma pedagogia de escala potencial. (A10).

O pensamento e a ação que beneficia o coletivo é essencial. Vimos que até a percepção ambiental está vinculada a um contexto social, a uma cultura. Então as virtudes poderiam ser trabalhadas em prol do ambiente. Eu não acredito na radicalização da natureza intocada. As pessoas não têm a informação verdadeira, mas manipulada. E os maiores manipulados são os jovens principalmente nas ONGs que formam militantes. Eu acredito que cada um tem a sua história e a sua motivação para conservar o ambiente. Não adianta só informação. Ele só conservará quando sentir a necessidade, seja ela por questão ambiental ou

financeira, além de ser tocado em suas emoções, desenvolver o sentimento de auxiliar no processo de conservação. A multa e a vantagem financeira também são bons instrumentos. Mas eles precisam passar por uma experiência ambiental, de cuidado. (D8Z).

Os outros métodos de incentivo como multas ou vantagens financeiras tendem a reprimir só por um tempo e para uma pequena parcela quando tem fiscalização, mas quando não tem a fiscalização, voltam a degradar. Em contrapartida se uma pessoa possui ações virtuosas ela faz isso com ou sem fiscalização. (A2).

Tem que mudar toda a educação para estimular um comportamento mais cívico que vise o bem coletivo. As pessoas não sabem ser boas mais. Não precisa punir se a pessoa for conscientizada e as virtudes causam um comportamento positivo que busca interesses não individuais apenas, mas para a sociedade. Lembrando sempre que a natureza dá o seu troco. (PA6NP).

Nesse sentido, uma Educação Cidadã Ambiental Virtuosa poderia ser compreendida a partir de como os sujeitos da *polis*, no exercício de seu dever para com a sociedade e o Estado, labutam na concretização de seus direitos ambientais refletidos na conquista da dignidade da pessoa humana, fundados nos princípios da responsabilidade privada, justiça ambiental e ação coletiva na relação moral virtuosa.

O desafio para o Estado no exercício da cidadania ambiental, como direito e obrigação de todos os cidadãos às condições que possibilitem ao ser humano atuar na defesa da vida, como defende Dobson (2007), é promover a participação privada e não apenas coletiva para a promoção do equilíbrio ambiental do planeta, reconhecendo que direitos e responsabilidades ambientais transcendem as fronteiras nacionais tanto quanto intergeracionais.

A educação cidadã ambiental representa uma possibilidade não apenas de sensibilizar as pessoas em defesa da vida, mas também aludir que todo direito demanda deveres e sua inobservância causa prejuízos e degradação local/global, sobretudo no avanço de uma sociedade sustentável. Neste contexto, como aponta Morin (2007), é preciso ter em mente que a deterioração ambiental não está relacionada apenas ao modelo de desenvolvimento em curso, às instituições ambientais, sociais e aos valores adotados na sociedade, mas principalmente às suas escolhas, que movimentam a ecologia da ação.

Questionamos os sujeitos sobre quais canais de conhecimento utilizavam para sua informação ou formação na sua educação ambiental, ocasião em que 30% responderam que o faziam pela leitura, traduzindo um resultado é compreensível, pois estamos estudando um espaço de formação de recursos humanos. Por outro lado, 24% responderam que possuem bom senso, sabendo, portanto, como atuar sustentavelmente. Outros 15% mencionaram a TV, sendo este um recurso de alcance abrangente, enquanto 12% apontaram a escola, 6% a

internet, 5% as redes sociais, 4% o exemplo e, ainda, 4% não souberam indicar um instrumento.

Diante dos resultados obtidos nesta tese e do contexto sócio-educacional-cultural em que estamos, apontamos como reflexão uma educação cidadã ambiental virtuosa ancorada nas dimensões básicas da responsabilidade privada, justiça ambiental e ação coletiva, conforme preconiza Bell (2004), permeada por um processo de ensino-aprendizagem que comporte uma moral virtuosa com a outridade, seja ela humana ou não humana, numa cidadania ambiental do tipo republicana, fomentada por ações e esferas diversificadas que comportem o real humano na tessitura autopoietica social.

Sobre a relação complexa entre atuação privada/coletiva, cidadão/Estado, refletimos sobre os questionamentos de Connelly (2009), quando este indaga:

Até que ponto é possível promover uma vida ecovirtuosa? Qual papel que o Estado pode ter nisso? Ou somos forçados a concluir que (virtude sendo voluntária) ela não pode ser promovida pelo Estado e que tentativas de promover a ação voluntária através dos meios disponíveis pelo Estado são por sua própria natureza neutralizantes? (CONNELLY, 2009, p. 80, tradução nossa).

Nesse sentido, entendemos que a virtude, ao contrário de que algumas pessoas pensam, não advém de sentimentos ou paixões, mas do processo de vida racional, via escolhas, para alcançar o bem-estar individual e coletivo. Sendo assim, acreditamos que o Estado, por meio de ações complexas nas dimensões acerca da realidade humana, na operação da cultura, por intermédio não apenas da educação formal e informal mas também de estímulos integrados que manejam o comportamento humano, pode contribuir para a promoção de virtudes intelectuais e morais.

Isso posto, é necessário compreender que a responsabilidade privada implica uma rede complexa e pode fomentar e fortalecer uma participação mais ativa nos destinos da sociedade, constatando problemas e apontando objetivos e soluções palpáveis.

O currículo da educação cidadã ambiental primará por propostas pedagógicas centradas na sensibilização, experimentação ambiental, desenvolvimento de competências e habilidades capazes de fomentar a autoanálise para a promoção da conscientização ambiental, mudança de escolhas e comportamentos, e mobilização, tendo como eixo de atuação, segundo princípios apontados por Comte-Sponville (2009), a virtude impressa na polidez, prudência, temperança, coragem, justiça, generosidade, compaixão, misericórdia, gratidão, humildade, frugalidade, tolerância, doçura, boa-fé, humor e na virtude cardeal do amor.

Nas palavras de Scruton (2009), esse processo deve estar alicerçado no encorajamento da gênese de uma identidade e pertencimento no “oykos”, a “*oykofilia*”, que é uma nova forma de enfrentar e compreender a relação do homem com a natureza baseada em uma ética da virtude, depreendendo outros valores morais, uma distinta forma de conceber o mundo, o ambiente e os homens, ou seja, um processo de permanente aprendizagem que considera as numerosas manifestações e áreas do conhecimento e saberes local e planetário. Contudo, as atividades educacionais propostas, uma vez compreendendo a relação do impacto antrópico com o ambiente na constituição de injustiças ambientais e sociais, devem romper com o favorecimento de temas predominantes ecológicos, vistos de forma pontual e fragmentada, como a produção e tratamento de lixo, a proteção e a conservação do verde, o uso e degradação dos bens naturais, a poluição, entre outros.

Mais que isso, faz-se necessária a articulação e a transversalização desses temas como gênese de problemas sociais, apresentando as relações entre as dimensões do ser humano, tomadas como áreas do conhecimento, portanto, fundadas em um paradigma da complexidade, abarcando a ecologia da ação, baseada nos princípios sistêmico/organizacional, hologramático, retroativo, recursivo, autônomo/dependente e dialógico, de modo a comportar as lógicas antagônicas e complementares e a reintrodução desse sujeito no conhecimento, uma vez que se faz necessário um sujeito pensante, reflexivo e autoanalítico, que compreenda a sua existência no cosmos.

Uma alternativa pedagógica, no ambiente formal de educação para o exercício da cidadania ambiental, é o estímulo à prática do voluntariado desde cedo, na educação infantil, expandindo para o ensino básico, médio e superior, por meio da adesão a ações ambientais como recolhimento de lixo, mudança de um item na alimentação, avaliação de sua pegada ecológica, escambo, redução do uso do automóvel, entre outros, de acordo com sua capacidade cognitiva, maturação e linguagem, transpondo, assim, o pensamento de que as responsabilidades dependem da ação governamental, a qual estimula a passividade.

É imprescindível que o cidadão ambiental, exprimindo seus compromissos e imbuído de seu deveres e direitos, mobilize-se e questione a falta de políticas públicas sustentáveis da iniciativa privada e pública. Assim, o docente, dado que possui a função de mediador do processo ensino-aprendizagem, necessitará construir não apenas experimentações, mas principalmente referenciais ambientais e instrumentos para o desdobramento de uma prática pedagógica socioambiental que estimule o voluntariado e a disposição de mobilização.

É notório e sabido o pensamento viciado que faz recair as exigências do complexo processo educacional somente sobre o professor, de forma fragmentada e pontual na exigência

de responsabilidades e imputação do fracasso de forma injusta, uma vez que se faz necessário que a instituição escolar, como um todo, desenvolva o trabalho, visto que é fundamental que os professores participem de atividade de formação, tanto iniciais quanto continuadas, para o domínio de saberes práticos e teórico-conceituais, quais sejam: científicos, éticos, metodológicos, políticos e culturais, além de condições de trabalho, reconhecimento profissional e salarial, dentre outros.

Sobre a formação docente, é imprescindível que as universidades compreendam a dimensão interdisciplinar que abarca o estudo do ambiente, portanto, a formação inicial acadêmica dos discentes necessita contemplar essa necessidade, contudo nos deparamos com uma cultura e uma estrutura acadêmica rígidas e fragmentadas.

Nesse sentido, em primeiro momento, poder-se-ia elaborar um projeto-piloto via criação de uma disciplina, pois o paradigma da complexidade abarca o princípio dialógico que comporta as lógicas antagônicas, submetendo a prática da transversalidade, mediada pela Educação Ambiental, como alternativa para superação dos obstáculos de fragmentação curricular existente nos cursos de licenciaturas, o que, portanto, enriqueceria e redimensionaria o processo de aprendizagem dos futuros docentes, para uma prática mais próxima da realidade e com um maior nível de significação do conhecimento. Tal sugestão foi proposta e desenvolvida na Universidade do Estado do Amazonas – UEA, no ano de 2008, como resultado do curso de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências na Amazônia, por meio do estudo intitulado *A prática da Transversalidade na Formação de Professores: Reflexos no Ensino Básico*, desenvolvido pela corrente pesquisadora (OLIVEIRA, 2013).

O projeto necessitou de equipes multidisciplinares para realização das trocas interdisciplinares e contou, portanto, com acadêmicos dos cursos de licenciaturas da Escola Normal Superior: Biologia, Matemática, Geografia, Letras e Pedagogia. O estudo reuniu acadêmicos dos cursos descritos, levando em conta o envolvimento dos coordenadores dos cursos para desenvolvimento da proposta. Em seguida, transversalizamos o tema “Amazônia” nos currículos de cada disciplina com trocas de saberes no intuito de emergir uma abordagem metodológica transversal. Outra preocupação levantada foi o obstáculo do trabalho em equipe, a relação interpessoal, a solidariedade, o respeito e a responsabilidade, habilidades necessárias para uma prática docente interdisciplinar.

Entendemos, assim, que o caminho para a educação cidadã ambiental pode ser pensado não apenas no ambiente formal, mas também no informal, contudo, pela nossa formação acadêmica, nossa proposta direciona-se para a educação formal devido a reconhecer

a inclusão dos temas cidadania e educação ambiental no currículo, mesmo que atualmente de forma separada.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, em 2008, ou seja, onze anos atrás, contemplaram a cidadania como tema transversal da Ética, oferecendo orientações em torno da moral e valores no ambiente escolar. Hodiernamente, após a reforma da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, o exercício da cidadania ambiental não emerge com esta denominação, mas podemos constatar competências que contemplam elementos para a sua atividade, as quais foram levantadas por esta tese.

A BNCC é um documento de caráter normativo da educação no Brasil, estabelecendo um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os discentes necessitam desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica, visando nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, MEC, 2017).

Dentre a magnitude de todas as competências, em sua ação recursiva e retroativa, ressaltamos o apontamento das questões de 6 a 10, as quais discorrem sobre:

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com auto-crítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, MEC, 2017, p. 9-10).

Nesse sentido, ao prever a necessidade do desenvolvimento de competências e habilidades de autoanálise, autocrítica, responsabilidade privada e coletiva, virtude de cooperação e de cidadania, a nova proposta vem na direção da promoção da cidadania ambiental de forma indireta, mas com grandes possibilidades de avanço, posto que aduz à uma conduta virtuosa, racional, na tomada de decisões fundada em princípios éticos sustentáveis.

CONCLUSÃO

O processo histórico da cidadania demonstra que a sua concepção vem rompendo com uma delimitada lógica de Estado-nação. A cidadania está em crescente construção, considerando o contexto temporal, sócio-político-cultural, sua evolução está intrinsicamente marcada por um encadeamento de discussões e enfrentamentos, possibilitando o alcance de direitos civis, políticos sociais e, neste século, ambientais endossando o direito do cidadão a um ambiente ecologicamente equilibrado e uma qualidade ambiental de vida saudável via compartilhamento dos bens públicos com toda a sociedade.

A Constituição Federal, em seu Art. 225, declara que todos os cidadãos têm direito a um meio ambiente equilibrado, que é concebido como um bem de uso comum, sendo este indispensável à qualidade de vida da população. Nos termos da Constituição, é responsabilidade do poder público e da coletividade a defesa e a preservação do mesmo para as presentes e futuras gerações. Ao não mencionar a responsabilidade privada e imputar o dever de defender e preservar o ambiente ao poder público e à coletividade, o cidadão, apesar de contemplado pela comunidade, torna-se invisibilizado, ou seja, seu compromisso, cuidado e obrigação são sequestrados, uma vez que as pessoas possuem dificuldade em se enxergar no coletivo: “o coletivo não é de ninguém”.

Ao construir o conceito de Cidadania Ambiental, é necessária a reflexão em torno da relação dos direitos e deveres com incumbências sociais não limitadas ao papel do Estado-Nação, mas refletindo a respeito da incumbência privada/coletiva, dado que cada pessoa possui direito de usufruir de um ambiente saudável e, para tal, precisa agir em prol do ambiente.

Ao analisar este estudo de caso, vimos, no *Campus* Senador Arthur Virgílio Filho, o estreitamento da construção social do conceito do ambiente com temporalidades que deliberaram sobre processos não apenas ecológicos, mas também simbióticos, dos quais primariamente tivemos uma defesa territorial (cidadania clássica) intramuros, que foi dilatada para uma proteção e intervenção ambiental para intra e além dos muros, atentando para a sustentabilidade nas dimensões intersetoriais: ambientais, sociais, econômicas e culturais, entre outras.

Com um olhar retrospectivo e prospectivo sobre o ambiente, foi possível tecer reflexões acerca dos fatos que ocorreram, constatando a emergência de gestão ambiental engendrada, via gênese de um movimento ambiental, que fomentou a institucionalização do

estudo ambiental como Ciência, visto que o encadeamento de atuação e formação de uma cultura ambiental foi encarado como um elemento capital na promoção de todos os setores, desde o individual, na tomada do exercício da Cidadania, até a mobilização do coletivo, traduzida em políticas públicas ambientais mais próximas daquilo que se conceitua como Cidadania Ambiental. Assim, testemunhamos, até este momento, que a história ambiental da APA Floresta Manaós é um exemplo de resiliência ligado a movimentos orquestrados por cidadãos ambientais que fomentaram e fomentam ações públicas e privadas no intuito de conservar e/ou preservar aquela área que se configura simbolicamente como algo bem maior que suas dimensões territoriais.

A presente pesquisa demonstrou uma expressiva manifestação dos sujeitos quanto aos efeitos da ação antrópica sobre o ambiente, ou seja, a comunidade entrevistada reconhece o efeito de suas ações no ambiente, uma vez que 93% responderam que há algum tipo de impacto, podendo este ser sentido de alguma forma próxima ou distante do agente. Em contrapartida, somente 4% argumentaram que o impacto de suas ações não exercia nenhuma influência no ambiente.

Quanto ao grau de apego ao lugar, boa parte deles (79%) declarou possuir apego ao lugar, o que foi manifestado em todas as categorias de sujeitos entrevistados.

Dentre os indicadores topofílicos, temos uma parcela significativa dos entrevistados que declara sentir bem-estar (73%) e orgulho (92%). Os demais externaram o sentimento de invasão, desarmonia, maternidade, sentimento de impotência, sustento e realização, e outros até não sentem nada.

A respeito da relação ética ambiental, temos uma distribuição mais uniforme entre antropocêntricos (48%) e biocêntricos (36%). Somente alguns (16%) sugeriram a emersão de uma nova compreensão sobre a relação do homem com o ambiente, com o intuito de possuir uma confluência entre o antropocentrismo e o biocentrismo. A maioria dos entrevistados (79%) declara a fé judaico-cristã com maior expressão antropocêntrica nesses que naqueles que não confessam nenhuma fé.

Em uma análise combinatória das categorias relação ética ambiental e apego, vimos que os antropocêntricos (85%) possuem e os biocêntricos (82%) declararam que dispõem do sentimento afeto pelo fragmento florestal.

A interseção entre as categorias tempo e apego nos possibilitou vislumbrar a influência do período de tempo na questão topofílica, demonstrando que os sujeitos que possuem mais tempo de contato e grande apego com este fragmento florestal eram os gestores da UFAM, seguidos dos moradores (aqueles com 31 a 45 anos de contato com o local). Os

com proximidade mais recente foram os discentes, variando entre meses a um ano. Contudo, apesar de os sujeitos possuírem pouco tempo de contato, também possuem grande apego. Independentemente do período de tempo de contato com a APA, os sujeitos possuem afeição pelo lugar, mas a forma como é expresso o cuidado é bastante diferente em cada caso.

Não analisamos os aspectos topofóbicos, contudo cerca de 3/4 dos entrevistados declara que o fragmento florestal não produz nenhum transtorno. Dentre aqueles que declaram transtornos, atribuem-no ao aparecimento de animais peçonhentos, à insegurança, devido ao local ser rota de fuga de delinquentes, à infraestrutura e à temperatura. Em relação ao aspecto da temperatura, é importante frisar que a maioria consegue ressaltar os serviços ecológicos emanados pela preservação da APA, mas outros não.

A grande maioria dos sujeitos (96%) se sente responsável pela conservação do local e somente uma pequena parte deles atribui essa responsabilidade ao Estado ou a outrem. A interrogação sobre de quem é a responsabilidade de possibilitar um ambiente saudável, por ordem de prioridade, revela que, para eles, o governo deve vir de forma preliminar, em seguida o cidadão e só então a comunidade e os líderes ambientais.

Dentre as atitudes que revelam essa responsabilidade estão não poluir, cuidar, descartar corretamente os resíduos, vigiar, educar a si e ao outro, desenvolver pesquisa, plantar, dirigir com atenção, não fazer nada, conscientizar a si e aos outros, mobilizar, não desmatar (com 3% de referência, cada), desenvolver projetos (2%), realizar recuperação de áreas degradadas, desenvolver parceria, reutilizar, fazer assessoria técnica, fazer compostagem, denunciar, implantar fossa ecológica e não caçar (1% cada).

Concernente aos meios e motivações para a conservação ambiental, os sujeitos apontam para as seguintes estratégias: a educação, a fiscalização e o alcance de algum tipo de benefício, de forma pecuniária ou não, como por exemplo, o desconto em impostos. Em se tratando das motivações intrínsecas, tidas como instrumentação que podem levar a uma mudança de comportamento em prol da conservação do ambiente, os entrevistados apontaram: o risco de extinção da humanidade e o sentimento de pertencimento ao local onde vivem e a satisfação em conservar.

Quanto à perspectiva de satisfação em conservar, há a crença da existência de “pessoas que gostam de contribuir para a conservação ambiental”, segundo os entrevistados, em ordem decrescente do número de citações, pelo fato de: serem virtuosas, possuírem uma preocupação coletiva, receberem algum benefício, serem conscientes, terem prazer, sentirem pertencimento ao lugar, serem coagidas por algo, serem educadas e possuírem cultura.

Sobre a questão conceitual em torno de cidadania ambiental, 61% dos sujeitos nunca ouviram falar sobre o tema e 39% já haviam ouvido falar, contudo, pela análise e associação das palavras “cidadania” e “ambiental”, para 46% dos sujeitos ela é a atuação do indivíduo sobre o ambiente, enquanto 14% relacionam cidadania ambiental ao compromisso com a vida, 20% expressaram que se trata do dever e o direito dos cidadãos, 14% exprimiram a responsabilidade do indivíduo e finalmente 6% falaram que cidadania ambiental é o vínculo com o ambiente.

Mas, para além do entendimento do conceito, o exercício da cidadania ambiental é para muito poucos (2%) sua ação cidadã ambiental pontual. Outros poucos (13%) não se autodeclararam como cidadãos ambientais. Contudo, quando analisamos o nível de disposição que os sujeitos possuem, observamos uma equidistância, vindo logo em seguida uma forte inclinação para operar em defesa da área protegida. Cerca de 80% da comunidade entrevistada declara boa disposição para se movimentar.

A categoria que possui maior entusiasmo para operar uma mobilização em defesa da APA são os gestores (em função do cargo que ocupam), os docentes e, em seguida, os administrativos. Entretanto, podemos perceber uma apatia entre os moradores, usuários, prestadores e discentes.

A forma de atuação revelada quanto ao papel de cidadão ambiental, para os entrevistados, dar-se-ia de forma individual a partir de denúncia aos órgãos ambientais competentes para que estes tomassem uma providência. É importante frisar que, durante a entrevista, alguns sujeitos deixaram evidente que a atuação para resolução de problemas dentro de uma instituição de ensino requer alguns cuidados, sendo, portanto, ineficiente e que, apesar da boa intenção, pode haver retaliações. Há aqueles que disseram que não fariam nada (20%) e outros (23%) que iriam mobilizar pessoas para uma participação voluntária voltada à remediação do dano, conclamando a sociedade civil e o Estado para a solução da problemática.

Cerca de 1/4 dos participantes declararam não possuir dificuldades para exercer a cidadania ambiental e outros 1/4 declararam que não possuem nenhuma dificuldade para desempenhar atitudes em prol do ambiente. Houve, ainda, aqueles que responsabilizaram a falta de infraestrutura, de recursos humanos, de tempo e de informações sobre como devem agir para conservar o ambiente. A perspectiva privada do cidadão em relação aos obstáculos para o exercício da cidadania ambiental foi externada apontando a falta de tempo, prioridade, desvirtude, óbice de mobilizar as pessoas e impedimentos engendrados pela inércia do Estado.

Quanto a uma participação popular, ou seja, a cidadania ambiental coletiva, notamos que os sujeitos declararam sensibilidade ao tema ambiental, contudo cerca de 2/4 tinham conhecimento que moravam em uma APA ou que estavam em alguma área de proteção, mas poucos apontaram que este local seria uma Área de Proteção Ambiental (APA), enquanto outros 2/4 não sabiam que a “floresta” ou a “mata” da UFAM era uma Unidade de Proteção Ambiental. Sobre sua cooperação no processo de criação da APA, a pesquisa mostrou que a grande maioria (84%) não atuou nesse processo.

Essa baixa participação se revela ainda na indisposição dos sujeitos em participar de associações. A categoria de sujeito com maior expressão de participação são os gestores. Essa indisposição foi atribuída à oposição de envolver-se nesse processo devido à falta de tempo, à existência de partidarismo nas associações, à falta de interesse (mas não souberam definir a razão), à crença da presença de corrupção e à crença de que as associações não cumprem as finalidades da sua criação.

Para a grande maioria dos sujeitos (97%), as virtudes contribuem para a prática do exercício da cidadania ambiental, uma vez que “*é uma forma de enfrentar os problemas pois desenvolve as potencialidades humanas*” (D10F). Para os sujeitos, o motivo da importância das virtudes é que desenvolvem as potencialidades humanas, promove o bem-comum e aumenta o vínculo do homem com o ambiente. Outros não souberam explicar ou disseram que se trata da vontade divina, da promoção do bem-estar ou advém do nascimento. Os resultados das entrevistas demonstraram que os sujeitos apontaram virtudes intelectuais e morais como fomento para a transformação de cidadãos.

Dentre as virtudes manifestadas para a promoção do bem-estar ambiental, temos, em ordem de decrescente de expressão: o amor, a cooperação/solidariedade, a prudência, a simplicidade, a justiça, a coragem e a temperança.

Em relação à percepção ou visibilidade das injustiças ambientais, a grande maioria (82%) aponta os tipos de injustiças, a saber: a falta de infraestrutura como saneamento básico, seguida dos problemas de asfalto, segurança, presença de animais de rua (cachorros), furto de água e energia, falta de lixeiras e calçadas, deficiência na coleta dos resíduos sólidos, invasão, falta de parques e ausência de fiscalização.

Para os entrevistados, a formação desse cidadão ambiental virtuoso emerge do exemplo, da educação, da cultura, do processo de conscientização, em síntese, do hábito. Na contramão, outros deduzem que é natural e nasce com o ser humano. Outros, porém, apontaram ser algo divino. Para os entrevistados, os responsáveis pela transmissão de

virtudes, em maior número, são a família, todas as pessoas e não apenas as instituições sociais (família, escola, igreja) e a religião. Em menor apontamento, a escola e o Estado.

Os entrevistados tiveram dificuldades para apontar seus vícios ambientais pessoais, houve uma dificuldade em se autoanalisarem. Uma parte significativa deles (44%) respondeu que não possuía falhas. Constatamos uma diferença na capacidade de autoanálise entre os gêneros feminino e masculino, tendo este último maior dificuldade em reconhecer se possuía alguma falta em relação ao ambiente. Dentre os que declararam possuir alguma falha, foram reveladas como falha a preguiça, o consumismo, a indiferença e o egoísmo. Ao ser solicitado o apontamento de descuido de outras pessoas em relação ao ambiente, prontamente, sem qualquer embaraço, ocorreu o apontamento da ganância, da indiferença, do consumismo, da preguiça, da ignorância, da corrupção e do egoísmo.

A tese, em uma relação simbiótica entre a topofilia, a virtude e a mobilização, fez emergir a cidadania ambiental na APA Floresta Manaós, demonstrando que os sujeitos possuem forte apego e orgulho (indicadores topofílicos) ao lugar. Ficou demonstrado que a segurança e a justiça socioambiental possuem um fator destacado na expressão topofílica desses sujeitos. Além disso, o sentimento de pertença, cuidado e responsabilidade ao lugar são evidentes na diversidade de ações que os cidadãos ambientais alegaram desenvolver. Aflorou uma aversão ao modelo de exercício da cidadania via associações, demonstrando, assim, a necessidade de questionamentos e pesquisas sobre o tema.

Quanto às virtudes, vimos que, por serem um processo racional de escolha moral, seu exercício poderá ser desenvolvido em uma cidadania ambiental republicana, em um país como o Brasil, sendo, contudo, não apenas fortalecida na educação ambiental, mas também com a possibilidade de ser ampliada para ser fomentada pelo Estado, no intuito de abarcar todas as áreas que comportam a dimensão humana, dilatando e imprimindo uma visão cultural sustentável virtuosa.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **A Amazônia: Do discurso à práxis**. São Paulo: Edusp, 2004.
- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**: São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2017.
- ALENCAR, Rejanne Nájila; CABRAL, Julião; SOUZA, Marcelo Pereira. **Área de Proteção Ambiental**. Planejamento e Gestão de Paisagens Protegidas. 2. ed. São Carlos: RIMA, 2005.
- ALVES, Jhones Lemos. **Estudo temporal dos fragmentos florestais urbanos por meio das ferramentas geotecnológicas: o caso da cidade de Manaus, Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011. 78f. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4513>>. Acesso em: 17 jan. 2018.
- ALVES, Roberta Borghetti; KUHNEN, Ariane; BATTISTON, Márcia. Lar doce Lar: Apego ao Lugar em Área de Risco diante de Desastres Naturais. **Revista Psico**. v. 46, n. 2, p. 155-164, 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/17484/0>>. Acesso em: 30 jan. 2018.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Topofilia, topofobia, topocídio em Minas Gerais. In.: DEL'RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia (Orgs.). **Percepção ambiental**. A experiência brasileira. São Carlos: EdUFSCAR, p. 139-152, 1999.
- ANDRADE, Daniel; ROMEIRO, Ademar. Capital natural, serviços ecossistêmicos, e sistemas econômicos: rumo a uma economia dos ecossistemas. **Texto para discussão: I/E UNICAMP**, n. 159, 2009. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1789/texto159.pdf>>. Acesso em: 31 dez. 2018.
- ANDRADE, João Bosco Ladislau de. **Indicadores de Sustentabilidade Aplicáveis à Gestão e Políticas Públicas para os Resíduos Sólidos Industriais: uma contribuição com foco no Polo Industrial de Manaus**. 1. ed. Manaus: Edua, 2012.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Texto Integral. Coleção a obra-prima de cada autor. Martin Claret. Lê Livros, 2016. Disponível em: <https://onlinecursosgratuitos.com/24-livros-de-aristoteles-para-baixar-em-pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Poética. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheimda. Versão Inglesa de W. D. Ross. Tradução, Comentários e Índices Analítico e Onomástico de Eudoro de Souza. Nova Cultural, 1991.
- ÁVILA, Rafael Doñate; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. O Sistema Municipal de Meio Ambiente no Brasil: avanços e desafios. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 21, supl. 3, p. 33-47, 2012. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/sausoc/2012.v21suppl3/33-47/pt>>. Acesso em: 30 dez. 2018.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, 2008, p. 43-64. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/02.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2018.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BARAÚNA, Silvia Maria Quintino. **Condições sociais de migrantes em Manaus, 1920-1945**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010. 183f. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3746>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARNETT, Julie; DOHERTY, Brian; BURNINGHAM, Kate; CARR, Anna; JOHNSTONE, Glenn; ROOTES, Chris. **Using Science to create a better place**. Environmental Citizenship: Literature Review. Environment Agency, 2005.

BAUMAN, Zigmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.

BECK, Ulrich. Incertezas fabricadas. In: **Sociedade do Risco**. O medo da Contemporaneidade. UNISINOS.BR/IHU. São Leopoldo, 2006. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao181.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

BECKERT, Cristina. Filosofia e Ecologia: Elementos para uma Ética Ambiental. **Revista Portuguesa de Filosofia**, v. 59, n. 3, 2003.

BECKMAN L. Virtue, sustainability and liberal values. In: Barry J., Wissenburg M. (orgs.). **Sustaining Liberal Democracy: Ecological Challenges and Opportunities**. London: Houndmills, 2001. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1057/9781403900791_11>. Acesso em: 21 jun. 2018.

BELL, Derek R. Liberal Environmental Citizenship. **Citizenship and the Environment Workshop, ECPR Research Sessions**. Uppsala, Apr., 2004. Disponível em: <<https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/9915c1af-66d2-4a56-9efd-d21f2aa78053.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: a guerra na Floresta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

BEREND, Ivan T. **An Economic History of Twentieth-Century Europe**. Cambridge University Press, 2006.

BERTRAND, Yves e VALOIS, Paul. **Paradigmas Educacionais - Escola e Sociedades**. Horizontes Pedagógicas. Instituto Piaget: Lisboa, 1994.

BETTO, Frei; CORTELLA, Mario Sergio. **Sobre a esperança - Diálogo**. 1. ed. São Paulo: Papirus, 2007.

BÍBLIA SAGRADA. **Tradução de João Ferreira Almeida**. Rio de Janeiro: King Cross Publicações, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, v. 7, 2004.

BOM SUCESSO, Edina de Paula. **Trabalho e qualidade de vida**. Rio de Janeiro: Dunya, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **Os usos sociais da Ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **Sobre a Televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 3. ed. Brasília: MEC, 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 01 jan. 2017.

_____, Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 01 mar. 2019.

_____, Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981. **Coleção de Leis do Brasil**, v. 3, p. 19, 1981. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6902-27-abril-1981-371587-norma-pl.html>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

_____, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____, MMA. **Bolsa Verde**. Disponível em: <<http://legado.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2010/10/legislacao>>. Acesso: 08 out. 2018.

_____. **Legislação ambiental no Brasil é uma das mais completas do mundo**. Disponível em: <<http://legado.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2010/10/legislacao>>. Acesso em: 09 out. 2018.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. **SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília, 2011.

BRITO, Rosa Mendonça de. **100 anos UFAM**. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

BRITO, Fernando de A. A.; FERREIRA, Maria de F. A. Breves considerações acerca do conceito de cidadania ambiental: uma proposta de compreensão arendt-moriniana. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, n. 17, p. 11-36, 2014. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/2032>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

CAFARO, Philip. **Environmental Virtue Ethics**. Artigo eletrônico, 2005. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/45520987/Cafaro_Environmental_Virtue_Ethics_2014.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1517691141&Signature=15OuiRyLeDGL%2FxzGdYG90vN0oA0%3D&response-content-DEnvironmental_Virtue_Ethics.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CALDAS, Silvio Rodrigues. **Impactos ambientais sobre a floresta da UFAM**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. 174f. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5167>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

CALLAI, Helena Copetti. O Estudo do Lugar como Possibilidade de Construção da Identidade e Pertencimento. A questão social no novo milênio. **VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 2004. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/HelenaCallai.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____ ; LUISI, Pier Luigi. **A visão sistêmica da Vida**. Uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. Tradução de Mayra Teruya Eichemberg e Newto Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2014.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. CARR na Universidade de Cambridge, janeiro – março, 1961. Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARSON, Rachel. **Silent spring**. The New Yorker, 1962.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o Homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. Martins Fontes: São Paulo, 1994.

CAVALCANTE, Kátia Viana; CARVALHO, Albertino de S; PINHEIRO, Eduardo da Silva; GORDO, Marcelo; FRAXE, Therezinha. **Gestão Ambiental: Zoneamento Ambiental do Campus da UFAM. V Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Belo Horizonte/MG**, 2014. Disponível em: <<https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2014/I-064.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

CERETO, Marcos; TORRES, Lucio. O Projeto Como Patrimônio: O caso da UFAM [UA] de Severiano Porto. **4º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação Belo Horizonte**, 2015. Disponível em: <www.forumpatrimonio.com.br/arqdoc2015/artigos/pdf/83.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2018.

CGU, Controladoria-Geral da União. **Ministério da Transparência avalia ações de fiscalização ambiental realizadas pelo IBAMA**, 2017. Disponível em: <<https://www.cgu.gov.br/noticias/2017/08/ministerio-da-transparencia-avalia-acoes-de-fiscalizacao-ambiental-realizadas-pelo-ibama>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

CICONELLO, A. A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil. In: Duncan Green (Ed.). **From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can change the world**. Oxford: Oxfam International: 2008.

CIFUENTES, Rafael Llano. **Egoísmo e amor**. 3. ed. São Paulo: Quadrante, 2016.

CISOTTO, Mariana Ferreira. Sobre Topofilia, De Yi-Fu Tuan. **Geograficidade**, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.uff.br/posarq/geograficidade/revista>>. Acesso em: 18 set. 2017.

CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Árvores do Conhecimento**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/arvore-do-conhecimento>>. Acesso: 18 ago. 2019.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno Tratado das grandes virtudes**. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução 10/88**, de 14 de dezembro de 1988. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=74>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

_____. **Resolução nº 428**, de 17 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cecav/images/download/resolucao_CONAMA_428_17dez2010.PDF>. Acesso em: 14 out. 2018.

CONNELLY, James. The virtues of Ecological Citizenship. In: REYNOLDS, Martin; BLACKMORE, Chris; SMITH, Mark (eds). **The environmental responsibility reader**. The Open University. Zed Books. London-New York, 2009.

CORTELLA, Mario Sergio. **Educação, convivência e ética: audácia e esperança**. 1. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

CUMMINS, R. A.; LAU, A. L. D. **Personal Well-Being Index-School Children (PWI-SC)**. 3. ed. Melbourne: Deakin University, 2005. Disponível em: <<http://www.acqol.com.au/uploads/pwi-sc/pwi-sc-english.pdf>>. Acesso: 28 abr. 2018.

CURRY, P. **Redefining Community: Towards an Ecological Republicanism**. *Biodiversity and Conservation*, 2000, v.9, 1059 – 71

CZAPSKI, Silvia. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília: Coordenação da Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto, 1998.

DAVIDOFF, L. **Introdução à psicologia**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

DENARDIN, Valdir Frigo, SULZBACH, Mayra Taiza. Capital Natural na Perspectiva da Economia. **Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. São Paulo: ANPPAS, 2002. Disponível em: <http://www.unisc.br/universidade/estrutura.../nucleos.../capital_natural.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2018.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

DETONI, Emerson. Santo Agostinho: fé, esperança e caridade. **Mirabilia**, n. 11, p. 99-116, jun./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.raco.cat/index.php/Mirabilia/article/view/283186/371095>>. Acesso em: 31 dez. 2018.

DIAP, Departamento intersindical de Assessoria Parlamentar. **Qual a diferença entre partido político e movimento social?** Disponível em: <<https://www.diap.org.br/index.php/noticias/voce-sabia/26548-qual-a-diferenca-entre-partido-politico-e-movimento-social>>. Acesso em: 29 dez. 2018.

DI BIASE, Francisco; AMOROSO, Richard. **A Revolução da Consciência**. Petrópolis: Vozes, 2005.

DOBSON, Andrew. **Citizenship and the Environment**. Oxford, New York, 2006.

_____. **Environmental citizenship and pro-environmental behaviour**. Rapid research and evidence review. Sustainable Development Research Network. Keele University, 2010.

_____. **Environmental Citizenship: Towards Sustainable Development**. Wiley InterScience, 2007. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/sd.344>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

_____; VALENCIA, Angel. **Citizenship and the Environment**. A Proposal for na ECPR workshop. Uppsala, 2004. Disponível em: <<https://ecpr.eu/Filestore/WorkshopOutline/6bbf065b-46cf-4751-9b06-ec8bec22e212.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

DOMINGUEZ, Joe; ROBIN, Vicki. **Dinheiro e vida**. São Paulo: Cultrix, 2007.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 1998.

DRAY, Wesley Tavares. **Arborização condominial em Manaus**: um estudo sobre as percepções dos moradores. Dissertação de mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas Manaus, 2014. 109f. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4324>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

DUARTE, ROSÁLIA. Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o Trabalho de Campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

EDUCALINGO. **Amaurose** [on-line]. Disponível em: < <https://educalingo.com/pt/dic-de/amaurose> >. Acesso em: 01 mar. 2019.

EISENBERG, José. O político do medo e o medo da política. **Lua Nova (online)**. São Paulo, n. 64, p. 49-60, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n64/a05n64.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ESCOLA DE ASSOCIATIVISMO. **Política Partidária nas Associações**. Disponível em: <<https://escoladeassociativismo.com/curso/politica-partidaria-nas-associacoes/>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

FAS, Fundação Amazonas Sustentável. **Bolsa Floresta**. Disponível em: <<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Bolsa-Floresta-00001/#top>>. Acesso em: 28 out. 2019.

FELIPPE, Máira Longhinotti; KUHNEN, Ariane. O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. **Estudo de Psicologia (Campinas)** v. 29, n. 4, p. 609-617, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v29n4/v29n4a15.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2019.

FERREIRA, Damy. **O meio ambiente segundo o Seu Criador** - 13 estudos bíblicos sobre o Meio Ambiente. São Paulo: SOCEP, 2004.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2005.

FISCHER, Gustave-Nicolas. Tradução de Armando Pereira da Silva. **Psicologia social do ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FLEURY, Sônia. Inclusão Social e Democracia Deliberativa na América Latina. **Encuentro de Egresados del Programa INDES – Honduras**: “La Inclusión Social, una Perspectiva de Gerencia Social en las Estrategias de Reducción de la Pobreza”, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/88316/231703.pdf.txt>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

FOLADORI, Guillermo. Degradação Ambiental no Socialismo e no Capitalismo. **Revista Outubro**, n. 13, 2005. Disponível em: <<http://outborevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-13-Artigo-02.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FORSBERG, Silvia M.C. **Protecting an urban forest reserve in the Amazon**: a multi-scale analysis of edge effects population pressure, and institutions. Tese de Doutorado, Indiana University, 1999.

FRASER, M. T. D.; GONDIN, S.G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 14, n. 28, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

FRASZ, Geoffrey. Benevolence as an Environmental Virtue. In: CAFARO, Philip. **Environmental Virtue Ethics**, 2005. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/45520987/Cafaro_Environmental_Virtue_Ethics_2014.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1517691141&Signature=15OuiRyLeDGL%2FxzGdYG90vN0oA0%3D&response-content-DEnvironmental_Virtue_Ethics.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FREITAS, Ernani Cesar; PRODANOV, Cleber. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GADAMER, Hans-Georg. Da palavra ao conceito. A tarefa da hermenêutica enquanto filosofia. Tradução de Hans-Georg Flickinger e Muriel Maia-Flickinger. In: **Hermenêutica filosófica: nas trilhas de Hans-Georg Gadamer**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. Coleção Questões da Nossa Época, v. 25. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIMENES Éder Rodrigo; FURRIEL, Wesley Oliveira; BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Partidarismo no Brasil: Análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002-2014). **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 121-148, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/67083/38515>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

GOULART, M. D.; CALLISTO, M. Bioindicadores de qualidade de água como ferramenta em estudos de impacto ambiental. **Revista da FAPEAM**, ano 2, n. 1, p. 153-164, 2003.

GOUREVITCH, Aron Yakovlevich. O Tempo como problema de história cultural. In: RICOUER, Paul *et al.* (Org.). **As Culturas e o Tempo**: estudos reunidos pela Unesco.

Tradução de Gentil Tilton, Orlando dos Reis e Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, p. 263-283, 1975.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HALL, Edward. **A dimensão oculta**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A. 1981.

HEIMBECKER, Vlândia Pinheiro Cantanhede. **Habitar na cidade: provisão estatal da moradia em Manaus, de 1943 a 1975**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. 221f. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4941>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

HERMSDORFF, Sonia. **Responsabilidade Ambiental é de todos**. Disponível em: <<http://pagina22.com.br/2013/07/23/responsabilidade-ambiental-e-de-todos/>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

HIDALGO, M. C.; HERNANDEZ, B. Place attachment: Conceptual and empirical questions. **Journal of Environmental Psychology**, v. 21, p. 273-281, 2001. Disponível em: <<http://www.biblioteca.uma.es/bbldoc/articulos/16665764.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **O que é fiscalização ambiental**. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/fiscalizacao-ambiental/o-que-e-fiscalizacao/fiscalizacao-ambiental-quem-fiscaliza#oque>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

_____. **Roteiro metodológico para a gestão de área de proteção ambiental**. APA. Diretoria de Unidade de Conservação e Vida Silvestre, Brasília: ED. IBAMA, 2001.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

INGENIEROS, José. **O homem medíocre**. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

IPBES. Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. **Media Release: Nature's Dangerous Decline 'Unprecedented'; Species Extinction Rates 'Accelerating'**. Disponível em: <https://www.ipbes.net/news/Media-Release-Global-Assessment#_By_the_Numbers>. Acesso em 29 mai. 2019.

ISA, Instituto Socioambiental. **Instrumentos Econômicos e Financeiros para a Conservação Ambiental no Brasil**. Uma análise do estado da arte no Brasil e no Mato Grosso Desafios e perspectivas, 2007. Disponível em <https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/10295.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

ITB, Instituto Trata Brasil. **Painel Saneamento Brasil**. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/esgoto>>. Acesso em: 03 set. 2019.

ITTELSON, W.H (Org.). **Homem Ambiental**. Brasília: Instituto de Psicologia/UnB, n. 14, 2005.

JONES, James. **Jesus and the Earth**. London: SPCK, 2003.

JOSSO, M.C. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

JURUÁ, Ceci Vieira. O vazio na economia: o deserto e as miragens. **Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro**, 2000. Disponível em: <http://ecopol.socioeco.org/documents/34ceci_p.htm>. Acesso em: 23 jun. 2018.

KELSEN, Hans. **A Democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LAGO, Regina Arczynska. **Possibilidades da Liderança como recurso Gerencial para a transformação nas Organizações: O Caso da Fundação Real Grandeza**. Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3460>>. Acesso em 26 jun. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARAIA, R. B. **Cultura: Um Conceito Antropológico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.

LEAL, Rogério Gesta; SCHNEIDER, Yuri. **Os Efeitos Deletérios da Corrupção em face dos Direitos Humanos e Fundamentais**. Disponível em: <<http://ajuris.kinghost.net/OJS2/index.php/REVAJURIS/article/download/368/303>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**. Blumenau: FURB Editora, 2000.

_____. **Ecologia, capital e cultura: A territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandro Valeuzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *et al.* **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LENZI, Cristiano Luís. Cidadania Ambiental: do nacionalismo ao cosmopolitismo. **40º Encontro Anual de Anpocs**. ST33: Teoria Social Hoje: quais agendas? EACH-USP, 2016. Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/40-encontro-anual-da-anpocs/st-10/st33-3/10491-cidadania-ambiental-do-nacionalismo-ao-cosmopolitismo/file>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

LEWIS, C.S. **Crônicas de Narnia**. Tradução de Paulo Mendes de Campos e Sileda Steuernagel. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

LIMA, Ludmila Moreira. Cooperação, o que vem a ser? **Revista Hegemonia**, v. 1, n. 2, p. 1-18, 2006. Disponível em: <http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia_02_02.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

LIMA, S. A. B. **A participação social no cotidiano**. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1983.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUIZ, L. F. **Distribuição de Lagartos e Serpentes (Reptilia: Squamata) Associados a Ambientes Aquáticos no Campus da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas**. Monografia - UFAM, Manaus, 2009. 26f. Disponível em: <https://ppbio.inpa.gov.br/sites/default/files/Monografia_Luciana_Luiz.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2018.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MALANSKI, Lawrence Mayer. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Resenha, 2014. Disponível em: <<http://parquedaciencia.blogspot.com.br/2014/04/resenha-do-livro-topofilia-um-estudo-da.html>>. Acesso em: 14 out. 2016.

MANAUS. Decreto nº 1503 de 27/03/2012. **Diário Oficial do Município de Manaus (DOM)**, n. 2897, p. 7-9, 2012. Disponível em: <<http://semmas.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2010/10/Decreto-1.503-de-27-de-mar%C3%A7o-de-2012.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

_____. Decreto nº 4515 de 26/07/2019. **Diário Oficial do Município de Manaus (DOM)**, n. 4647, p. 01, 2019. Disponível em: <<http://dom.manaus.am.gov.br/pdf/2019/julho/DOM%204647%2026.07.2019%20CAD%201.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2019.

MARCON, Jaydione Luiz; MENIN, Marcelo; ARAÚJO, Maria Gracimar Pacheco; HRBEK, Tomas (Orgs.). **Biodiversidade Amazônica: caracterização, ecologia e conservação**. Manaus: EDUA, 2012.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. Tradução de Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001.

_____; YÁÑES, Ximena Dávila. **Habitar Humano: em seis ensaios de biologia-cultural**. São Paulo: Palas Athena, 2009.

MEADOWS, Donella H; MEADOWS, Dennis; RANDERS, Jorgen. **The limits to Growth: The 30-Year Update**. Chelsea Green Publishing Company, 2004.

MEC/CAPES, Ministério da Educação/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Conferencistas problematizam transformações do ensino superior**. Seminário internacional. Sala de Imprensa. Brasília, 13 mai. 2015. Disponível em: <<http://capes.gov.br/component/content/article/36-salaimprensa/noticias/7525-conferencistas-estrangeiros-problematizam-transformacoes-do-ensino-superior>>. Acesso em 13 dez. 2018.

MEDEIROS, Alexsandro. **Poder e Corrupção**. Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/ci%C3%A7a-politica/poder-e-corrupcao/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência e glossário**. 4. ed. Rev. ampl.atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Tradução de Eloá Jacobina. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002b.

_____. **Ciência com consciência.** Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 82. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.

_____. **Educar na era planetária.** O pensamento complexo como método da aprendizagem pelo erro e incerteza humana. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Tradução de Dulce Matos. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008a.

_____. **O método 1: A natureza da natureza.** Porto Alegre: Sulina, 2002a.

_____. **O método 2: A vida da vida.** Tradução de Marina Lobo. Porto Alegre: Sulina, 2005a.

_____. **O método 4: As ideias – habitat, vida, costumes, organização.** Tradução de Juremir Machado da Silva. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008b.

_____. **O método 6: Ética.** Tradução de Juremir Machado da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria.** Lisboa: Instituto Piaget. Coleção Epistemologia e Sociedade, 1993.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo.** São Paulo: Annablume, 2001.

MOURA, Mara A.P.; LIMA, Antônia J.L.; TEIXEIRA, Solange. **Cidadania Ambiental: Um Conceito em Construção. Inovação e Sustentabilidade sob a ótica da Economia Ecológica. X Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica,** Vitória, 2013.

MOURA, Marinaide Ramos. O simbólico em Cassirer. **Ideação**, n. 5, p. 75-85, 2000. Disponível em: <<http://gepai.yolasite.com/resources/O%20SIMB%3%93LICO%20EM%20CASSIRER.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

MUSSEN, P. H.; CONGER, J. H.; KAGAN, J.; HUSTON, A. C. **Desenvolvimento e personalidade da criança.** São Paulo: Harbra, 1988.

NERY, L.C.; LOROSA, E.S., FRANCO, A.M.. Feeding Preferences of the Sand Flies *Lutzomyia umbratillis* and *L. spathotrichia* (Diptera: Psychodidae, Phlebotominae) in the Urban Forest Patch in the City of Manaus, Amazonas, Brazil. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz (Online)**, v. 99, n. 6, p.571-574, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mioc/v99n6/v99n6a06.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

NEVES, Leticia de Oliveira. **A Obra de Severiano Porto Na Amazônia: Uma Produção Regional e uma Contribuição para a Arquitetura.** Disponível em: <<http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Leticia-de-Oliveira-Neves.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

NICODEMO, M. L. F.; VINHOLIS, M. de M. B.; PRIMAVESI, O.; ARMANDO, M. S. **Conciliação entre produção agropecuária e integridade ambiental: o papel dos serviços ambientais.** São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste Documentos, v. 82, 2008. Disponível em:

<<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPPE/18192/1/Documentos82.pdf>>.

Acesso em: 30 dez. 2018.

NODA, Sandra. **Notas de aula: Epistemologia Ambiental** - Disciplina pós-graduação em Ciência do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Centro de Ciências do Ambiente/UFAM. 2016 (a).

_____. **Notas de aula: Epistemologia Ambiental** - Disciplina pós-graduação em Ciência do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Centro de Ciências do Ambiente/UFAM. 2017 (b).

NODARI, Paulo Cesar. A Ética Aristotélica. **Síntese Nova Fase (Belo Horizonte)**, v. 24, n. 78, p. 383-410, 1997. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/722/1149>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

OLIVA-AUGUSTO, Maria Helena. Tempo, Indivíduo e Vida Social. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 30-33, 2002. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v54n2/14808.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

OLIVEIRA, Fabiane Araújo; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **A prática da Transversalidade na formação de professores** – Reflexos no ensino básico. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

ONÇA, Daniela de Souza; FELICIO, Ricardo Augusto. O culto à frugalidade e a produção artificial da escassez. **Revista Científica ANAP Brasil**, v. 3, n. 3, p. 606-614, 2010. Disponível em: <https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/view/45/48>. Acesso em: 02 ago. 2019.

O'NEIL, John. **Ecology, Policy and Politics**. Human Well-being and the Natural World. Environmental Philosophies. Routledge, 1993.

PEREIRA, Ulliane de Amorim. **Saneamento Ambiental e o Processo Saúde Doença em Manaus/AM**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2018. 189f. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6716>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PICCOLI, Andrezza de Souza; KLIGERMAN, Débora Cynamon; COHEN, Simone Cynamon; ASSUMPCÃO, Rafaela Facchetti. A educação ambiental como estratégia de mobilização social para o enfrentamento da escassez de água. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p.797-808, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n3/1413-8123-csc-21-03-0797.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Apresentação. In: WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PPGCASA. **Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia**. Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: <<http://www.ppgcasa.ufam.edu.br/index.html>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

PRIBERAM. CEGA. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/cega>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

PRIMACK, Richard B; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação**. Londrina: Editora Planta, 2001.

PROTEC. **Pró-Reitoria de Inovação Tecnológica**. Disponível em: <<https://www.protec.ufam.edu.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

REYNOLDS, Martin; BLACKMORE, Chris; SMITH, Mark (Eds.). **The environmental responsibility reader**. The Open University. Zed Books: London-New York, 2009.

PRUDENTE, Mauro Godoy. **A ética das virtudes e a formação do caráter humano**. Porto Alegre: Editora do Autor, 2018.

RAMMÉ, Rogério Santos. Justiça ambiental, marxismo ecológico e suas relações com o direito socioambiental. **Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí**, v. 06, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/download/6084/3351>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

RCN, Comitê. **Crianças e Adolescentes sem registro civil de nascimento**. O que fazer? Guia de orientação para profissionais da educação. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/150562/Versao_Final_Cartilha_Sub_registro.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2019.

ROCHA, Zeferino. Esperança não é esperar, é caminhar. Reflexões filosóficas sobre a esperança e suas ressonâncias na teoria e clínica psicanalíticas. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 255-273, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v10n2/1415-4714-rlpf-10-2-0255.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

RODRIGUES, Antonia Brito; COSTA, Nadja M.C. A mobilização popular e comunitária para a implantação de programas de educação ambiental. **Revista Eletrônica TEIAS**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 01-11, 2002. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23930/16903>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Elementos de Direito Ambiental: Parte Geral**. 2. ed. Rev. atual. ampl. São Paulo: Revista do Tribunais, 2005.

RUFATO, Fabrício Duim. **Bem-estar e relacionamento ambiental em crianças (10 – 12 anos)**. Um estudo em Cascavel – PR. Dissertação de Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993.

SACHS, Ignacy. Amazônia – Laboratório das Biocivilizações do Futuro. In: CASTRO, Vanessa Maria de; WEHRMANN, Magda E. S. de. **Esquina da Sustentabilidade: um laboratório da biocivilização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

SALLES, Carolina. **A participação popular como instrumento de legitimidade do procedimento de licenciamento ambiental**. JusBrasil, 2014. Disponível em: <<https://carollinasalle.jusbrasil.com.br/artigos/133049826/a-participacao-popular-como>>

[instrumento-de-legitimidade-do-procedimento-de-licenciamento-ambiental](#)>. Acesso em: 17 mai. 2019.

SÁNCHEZ, Solange Silva. **Cidadania Ambiental: novos direitos no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2000.

SANTOS, Inês Maria Meneses; SANTOS, Rosângela da Silva. A Etapa de Análise no Método História de Vida – Uma Experiência de Pesquisadores de Enfermagem. **Texto Contexto-Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 714-719, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/12.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SAYAGO, D. A. V. **A invenção burocrática da participação: discursos e práticas no Ceará**. Tese (Doutorado) Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2000.

SAWAIA, B. B. (Org.) **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SENADO. **Em Discussão**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

SCHOPENHUAER, A. **O mundo como vontade e como representação**. Tradução, apresentação, notas e índices de Jair Barboza. São Paulo: Unesp, 2005.

SCRUTON, Roger. **Filosofia Verde. Como pensar seriamente o Planeta**. Tradução de Maurício Righi. 1. ed. São Paulo: É Realizações, 2016.

SILVA, J. A. da. **Curso de direito ambiental constitucional**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

SILVEIRA, Denis. As Virtudes em Aristóteles. **Revista de Ciências Humanas**, v. 1.n. 1, 2000. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/203>> Acesso em: 14 jun. 2019.

SISTO, Celso. **Luz dos meus olhos**. São Paulo: Editora do Brasil, 2017.

SOBRINHO, José Dias. O Sentido Ético da Avaliação. In: **A Universidade na Encruzilhada**. Seminário Universidade: por que e como reformar? Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; JUNIOR, Luíz Antônio Ferrado. Educação ambiental como Política Pública. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

SOUTO, F. J. B. A imagem que fala. O uso da fotografia em trabalhos etnoecológicos. Pp. 173-185. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. (Orgs.) **Métodos e Técnicas na pesquisa Etnobiológica e Etnológica**. Recife: NUPEEA, 2010.

SOUZA, Vitor Chaves. A coragem em André Comte-Sponville e Paul Tillich. **Revista Eletrônica Correlatio**, v. 8, n. 15, p. 92-101, 2009. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/COR/article/view/973>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. S. Trabalhando com história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo, v. 37, n. 2, p. 119-126, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reusp/v37n2/14.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SUASSUNA, R. F. Egoísmo e interação. **Contemporânea**, v. 1, p. 179-197, 2011. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/25/10>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

SUFRAMA. **Superintendência da Zona Franca de Manaus**. Disponível em: <<http://site.suframa.gov.br>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

TASSARA, Eda. Ambientalismo e participação na contemporaneidade: reflexões sobre o ciclo de seminários. In: SORRENTINO, M. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

TAVARES, Eduardo Machado de Faria. **Manual de Cidadania Ambiental**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais – SEMAD. Belo Horizonte: Instituto HOU, 2013. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/manual-de-cidadania-ambiental.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT**, n. 3, p. 20-27, 2009. Disponível em: <http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista_PMKT_003_02.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018.

TILLICH, Paul. **A coragem de ser**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino; ASSIS, Orly Zucatto Mantovani de. A construção da solidariedade na escola: as virtudes, a razão e a afetividade. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 32, n. 1, p. 49-66, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n1/a04v32n1.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

TORO, Rolando. **Por uma sociologia da felicidade**. Tradução de Maria Luiza Appy. São Paulo: Revista Psiconews, 1996.

TRIGUEIRO, André. **Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2008.

TUAN, Yi-F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 2012.

UFAM, Universidade Federal do Amazonas. **Nota de Pesar – Professora Martha Falcão**. 2016. Disponível em: <<https://ufam.edu.br/noticias-bloco-esquerdo/5862-nota-de-pesar-professora-marta-falcao>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

UFAM, CONSUNI. **Resolução N° 002/2012**. Instituição da Política Ambiental da UFAM. Disponível em: <<http://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0022012suni-.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

UNEP. United Nations Environment Programme. **Annual Report of the International Environmental Technology Centre**, 2002. Disponível em: <<http://gec.jp/en/pub/ar/ear2002.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

VEIGA, José Eli da. Indicadores de Sustentabilidade. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 39-52, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/06.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

VIANA, Nildo. **O que são Partidos Políticos**. Goiânia: Edições Germinal, 2003.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. (Org.) **Ecologia & Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Iuperj, Espaço & Tempo, 1987.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o Habitus. **Problemas e Práticas**, n. 25, Lisboa: Celta, 2004.

WAUTIER. A. M. **A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

WEBER. Max. **O que é burocracia**. Conselho Federal de Administração, 2018. Disponível em: <http://cfa.org.br/wp-content/uploads/2018/02/40livro_burocracia_diagramacao.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2018.

WENSVEEN, Louke Van. Cardinal Environmental Virtues: A Neurobiological Perspective. In: CAFARO, Philip. **Environmental Virtue Ethic**, 2005. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/45520987/Cafaro_Environmental_Virtue_Ethics_2014.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1517691141&Signature=15OuiRyLeDGL%2FxzGdYG90vN0oA0%3D&response-content-DEnvironmental_Virtue_Ethics.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**. Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZIMMER, Ademir Hugo; MACEDO Manuel Claudio Motta; KICHEL, Armindo Neivo; ALMEIDA Roberto Giolo de. **Degradação, recuperação e renovação de pastagens**. Campo Grande: Embrapa Gado de Corte, 2012. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/951322/1/DOC189.pdf>> Acesso em: 23 ago. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro de Entrevista semiestruturada

A – PERFIL DO ENTREVISTADO

Sexo () F () M

Idade () 18 – 30 anos () 31 – 40 anos () 41 – 59 anos () 60 ou mais

Instrução () Não alfabetizado () Fundamental () Médio () Superior

Reside

Natural

Religião

B – TOPOFILIA

1. Há quanto tempo tem contato com este local?
2. Como você se sente tendo contato com este fragmento florestal?
3. Este fragmento florestal causa algum transtorno pra você? Qual?
4. Pense em um símbolo/imagem/palavra que melhor representa este lugar?
5. Você sente orgulho desse local?
6. Cite o principal motivo de orgulho ou da falta dele.
7. Você tem orgulho de ser Manauara ou de morar nessa terra? Por quê?
8. Você tem apego a este lugar?
9. Você se sente responsável pela conservação deste local?
10. Por meio de quais atitudes você expressa sua responsabilidade com o ambiente?
11. Como você acredita que deve ser a relação do homem com o ambiente? Você acha que o ambiente deve estar voltado para atender as necessidades de quem? E a proteção das formas de vida?

C – VIRTUDES Humor () Bom () Mal () Angustiado () Estressado

12. O que você mais gosta de fazer para se sentir feliz?
13. Você acredita que o ser humano só conservará o ambiente por meio de quais motivações?
14. Você acredita que aquelas pessoas que cuidam do ambiente onde estão, fazem isso por quê?
15. Você acredita que as virtudes contribuem para a conservação do ambiente? Por quê?
16. Quais virtudes você julga necessárias para a conservação do ambiente?
17. Você acredita que possui algumas dessas virtudes ou outra para conservar o seu ambiente? Caso positivo, qual virtude seria?
18. Quais os defeitos que você julga ser uma motivação na degradação ambiental?
19. Você acredita que tenha algum desse defeito em relação à conservação do seu ambiente? Caso positivo, qual vício seria?
20. Como você acredita que obtemos as virtudes? Como nos tornamos pessoas virtuosas?
21. Você acredita que a responsabilidade de transmitir virtudes é de quem?

D – CIDADANIA AMBIENTAL – CA

22. Você já ouviu falar em cidadania ambiental? Explique com suas palavras o que é.
23. Você se reconhece como cidadão ambiental?
24. Você tem conhecimento de que mora numa Área de Proteção Ambiental? Caso positivo, você participou da implantação?
25. Você acredita que exerce alguma influência no ambiente em que você está? Essa influência gerada impacta sobre o quê?
26. Quais das ações que expressam os cuidados necessários para o ambiente?
27. Você acredita que as atitudes em prol do ambiente servem para quê?
28. Você se acha responsável pela preservação e conservação ambiental com objetivo de assegurar o direito das futuras gerações de possuírem um ambiente saudável?
29. Na sua opinião, quem são os responsáveis por solucionar os problemas ambientais?
30. Na sua opinião, quais são as suas dificuldades para o cuidado com o ambiente?
31. Dentre as medidas elencadas abaixo, você estaria disposta a adotar?

Assinale conforme sua disposição.

| MEDIDAS | SIM | NÃO |
|---|------------|------------|
| Separar o lixo de sua casa. | | |
| Denunciar para o órgão competente. | | |
| Substituir ou diminuir o consumo de carne | | |
| Trabalhar como voluntário (a) em algum mutirão | | |
| Assinar um abaixo-assinado | | |
| Reduzir o consumo e desperdício de água e luz. | | |
| Contribuir com dinheiro para despoluir igarapés poluídos. | | |
| Mobilizar a população do bairro. | | |
| Não comprar produto novo, mas sim comprar em bazar ou brechó. | | |
| 32. Qual a sua disposição em contribuir para preservar/conservar o ambiente? | | |
| 33. Somos sabedores que o Estado dá mais atenção para alguns lugares do que outros. Você consegue identificar alguma questão de injustiça ambiental no lugar onde você mora promovida pelo Estado ou por outrem? Cite um exemplo. | | |
| E – MOBILIZAÇÃO | | |
| 34. Se você presenciasse algum ato lesivo à APA UFAM, o que você faria? | | |
| 35. Você teria alguma sugestão de melhoria para o ambiente onde você mora? | | |
| 36. Você participa das ações promovidas pela associação do seu bairro? Por quê? | | |

APÊNDICE B: Solicitação de Anuência à Prefeitura do *Campus* Senador Arthur Virgílio Filho



Poder Executivo
Ministério de Educação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Centro de Ciências do Ambiente – CCA
Programa de Pós-Graduação em
Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPGCASA
 Manaus, 08 de fevereiro de 2018.



À
Prefeitura do Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho da Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Carmem Sílvia Viana Guimarães
Assunto: Autorização para Pesquisa Acadêmica de Doutorado

Ilma Senhora,

Ao tempo em que cumprimentamos Vossa Senhoria e a parabenizamos pelo muito que têm feito pelo Campus Universitário, gostaríamos de apresentar-lhe o Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPGCASA, constituindo-se em um espaço público de fundamental importância para o povo amazonense, desenvolvendo a cultura e ciência do nosso povo.

Para que avancemos na Pesquisa, Ilma. Prefeita, necessitamos do apoio e colaboração de vários órgãos governamentais do Estado e, por isso, **apresentamos-lhe a Doutoranda do Programa da UFAM, FABIANE ARAÚJO DE OLIVEIRA**, minha orientanda, que realiza Pesquisa de TESE voltada para analisar o exercício da cidadania ambiental na **APA UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELIZA MIRANDA e ACARIQUARA**. A colaboração desta Prefeitura é de suma importância para desenvolvermos mecanismos que possam auxiliar no desenvolvimento sustentável de nosso Estado.

Desta forma, contando com a vossa atenção e dedicação, **solicitamos que autorize a doutoranda, por mim orientada, Profa. Msc. FABIANE ARAÚJO DE OLIVEIRA a realizar a sua pesquisa na área do referido campus** para fins de estudo acadêmico em sua tese de doutorado.

Contando com vosso costumeiro apoio e auxílio, reitero votos de sucesso na vossa gestão, colocando-nos à disposição para auxiliá-lo naquilo que pudermos.

Atenciosamente,
 Prof. Dra. Maria Olívia de A. Ribeiro Simão
Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia - PPGCASA

APÊNDICE C: Solicitação de Anuência à SEMMAS



Poder Executivo
Ministério de Educação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Centro de Ciências do Ambiente – CCA
Programa de Pós-Graduação em
Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPGCASA
 Manaus, 09 de outubro de 2017.



Ao
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS
Sr. Antônio Nelson Oliveira Júnior
Assunto: Autorização para Pesquisa Acadêmica de Doutorado

Ilmo Senhor,

Ao tempo em que cumprimentamos Vossa Senhoria e o parabenizamos pelo muito que têm feito pelas questões ambientais no município de Manaus, gostaríamos de apresentar-lhe o Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPGCASA, constituindo-se em um espaço público de fundamental importância para o povo amazonense, desenvolvendo a cultura e ciência do nosso povo.

Para que avancemos na Pesquisa, Ilmo. Secretário, necessitamos do apoio e colaboração dos demais Órgãos governamentais do Estado e, por isso, **apresentamos-lhe a Doutoranda do Programa da UFAM, FABIANE ARAÚJO DE OLIVEIRA**, minha orientanda, que realiza Pesquisa de TESE voltada para analisar o exercício da cidadania ambiental na **APA UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELIZA MIRANDA e ACARIQUARA**

A colaboração desta Secretaria, que têm em Vossa Senhoria, uma postura ímpar em relação ao incremento e evolução da Pesquisa e Proteção ambiental, é de suma importância para desenvolvermos mecanismos que possam auxiliar no desenvolvimento sustentável de nosso Estado. Desta forma, contando com a Vossa atenção e dedicação, **solicitamos que autorize a doutoranda, por mim orientada, Profa. Msc. FABIANE ARAÚJO DE OLIVEIRA a consultar** os instrumentos de recebimento de denúncias e formalização das mesmas, mapas, dados, tabelas, quadros, entre outros documentos e informações necessárias para fins de pesquisa acadêmica em sua tese de doutorado.

Contando com vosso costumeiro apoio e auxílio, reitero votos de sucesso na vossa gestão, colocando-nos à disposição para auxiliá-lo naquilo que pudermos.

Atenciosamente,
 Prof. Dr. Valmir César Pozzetti
Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia - PPGCASA

APÊNDICE D: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos entrevistados



Poder Executivo
Ministério de Educação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Centro de Ciências do Ambiente – CCA
Programa de Pós-Graduação em
Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPGCASA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa **A CIDADANIA AMBIENTAL como constituição relacional da topofilia, virtude e mobilização popular: o caso da APA UFAM-ACARIQUARA**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Fabiane Araújo de Oliveira**, Av. Rodrigo Otávio, 3000 Coroado - Campus Universitário Setor Sul – CCA - Mini Campus, pelo telefone (92) 981277675 ou 3083 0673, email fabiane.araujo29@gmail.com, aluna do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA, matrícula nº 3160080, tendo como orientadora responsável a Profa. Dra. Maria Olívia de A. Ribeiro Simão, Av. Rodrigo Otávio, 3000 Coroado - Campus Universitário Setor Sul – CCA - Mini Campus, pelo telefone 92 99602 1937, email mariaoliviar@uol.com.br.

A pesquisa possui como objetivo geral avaliar **o exercício da cidadania ambiental** na **APA UFAM-ACARIQUARA**. **Para isso, traz como objetivos específicos: Averiguar se a topofilia** dos sujeitos que moram na APA UFAM-ACARIQUARA e seu entorno, bem como aqueles que a frequentam, promove a cidadania ambiental; Identificar as virtudes que podem emanar do exercício de cidadania ambiental pelos sujeitos envolvidos com a APA; Relatar se as associações envolvidas direta e indiretamente com a APA estimulam a promoção da cidadania ambiental via mobilização popular ambiental desses sujeitos; e descrever a cidadania ambiental exercida pelos sujeitos usuários da APA.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, esta tem como **classificação de risco mínimo** pois não realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional de variáveis fisiológicas, psicológicas, sociais, culturais, morais, intelectuais ou espirituais não caracterizando assim como invasivo de sua intimidade embora haja futura análise de suas opiniões e conceitos sobre os temas envoltos na pesquisa. Abaixo seguem alguns riscos e os modos de minimizá-los.

RISCO

Desconforto como angústia ou ansiedade para responder as perguntas.

O ambiente pode oferecer alguma espécie de desconforto;

MINIMIZAÇÃO

- Conversar calmamente com o sujeito esclarecendo que não existem respostas prontas ou corretas mas que o importante é seu ponto de vista.
- Prestar informações em linguagem clara e acessível, utilizando-se das estratégias mais apropriadas à cultura, faixa etária, condição socioeconômica e autonomia dos convidados a participar da pesquisa;
- Conceder o tempo adequado para que o convidado a participar da pesquisa possa refletir, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida
- Buscar um ambiente reservado e silencioso.
- Buscar o momento, condição e local mais adequados para que o esclarecimento seja efetuado, considerando, para isso, as peculiaridades do convidado a participar da pesquisa e sua privacidade;

Se você vir a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a problemática será prontamente remediada por meio do acompanhamento psicológico e/ou atendimentos psicoterápicos oferecidos pelo Centro de Serviços de Psicologia Aplicada (CSPA) disponibilizado pela Clínica-Escola da Faculdade de Psicologia (Fapsi).

Sua participação é voluntária e se dará por meio de respostas à questionários, entrevistas e fotografias. Caso aceite participar, estará contribuindo para **os benefícios de diversos segmentos**: Para **você**, será oportunizado uma reflexão quanto à responsabilidade privada e coletiva que possui mediante a sua importância enquanto ser de um sistema ambiental, o qual desenvolve suas atividades como cidadão, sendo detentor de direitos e deveres, assim você terá um retorno pessoal e social. Para **academia** teremos um avanço do estado da arte em torno deste conceito incipiente no Brasil e no mundo, além de auxiliar no desenvolvimento da construção conceitual desse conceito no cenário político-pedagógico na área em Ciências Ambientais. Para o **governo** servirá como ancoragem técnica-científica para futuras diretrizes de Políticas Públicas Ambientais bem como servirá como material científico de base para o Plano de Manejo em atual elaboração nesta Área Protegida.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, **tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa**, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) **não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração**. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, **mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo**.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, ramal 2004, email: cep.ufam@gmail.com.

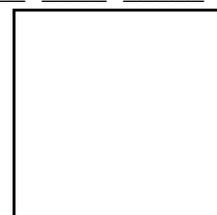
Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

Data: ____ / ____ / ____



Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar

ANEXOS

ANEXO 1: Anuência da SEMMAS



PROGRAMA DE CONHECIMENTO

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA
Nº15/2017 – SEMMAS

1. DADOS DO REQUERENTE

| | | |
|---|----------------------------|---|
| Discente responsável: FABIANE ARAUJO DE OLIVEIRA | | Cidade: Manaus |
| CPF: 623.908.482-49 | RG: 1190408-9 | |
| DDD/Telefone: 092 98127 7675 | | E-mail: fabiane.araujo29@gmail.com |
| Orientador responsável: Prof. Dr. Valmir Cesar Pozzetti | | Instituição: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia- INPA |
| Curso: Doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPGCASA | Contato: 99981-0683 | E-mail: v_pozzetti@hotmail.com |
| Endereço: CD Ed. Village Vert, 25 Ap702 – Adrianópolis | | |

2. DADOS DA SECRETARIA

| | |
|--|-----------------------------|
| Nome: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS | Fone: (92) 3236-6070 |
| Setor Responsável: Departamento de Áreas Protegidas - DEAPR | Fone: (92) 3236-7420 |

3. DESCRIÇÃO DA PESQUISA

| |
|--|
| TÍTULO: CIDADANIA AMBIENTAL: Das denúncias à sensibilização popular. |
| IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO: Trata do sistema de Cidadania Ambiental na APA UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELIZA MIRANDA e ACARIQUARA. Por meio de Pesquisas |



- Esta autorização não dispensa a apresentação de outros documentos solicitados *a posteriori*, a exemplo da cópia de documento comprobatório de pedido de autorização ao Comitê de Ética para aplicação de pesquisa com humanos.

6. CONSIDERAÇÕES

A referida Pesquisa tem potencialidade para a compreensão das condutas opostas ao ambiente. Estas mobilizam a população a denunciá-las junto aos órgãos ambientais com o intuito de exigir do poder público uma ação. A análise dos indicadores e informações obtidas na elaboração de estratégias, subsidiarão para tomadas de decisão na gestão da Unidade de Conservação.

7. AUTORIZAÇÃO

Fica autorizada a realização de Pesquisa referente à: **Cidadania Ambiental: Das Denúncias a sensibilização popular**, conforme solicitação do discente responsável.

Este documento tem validade para o período de **12 (meses) meses** a contar da data da assinatura deste **Termo**, prorrogável por igual período.

Manaus, 29 de dezembro de 2017.

Marco Denner Lima
Município: 125.721-44

Diretor do Departamento de Áreas Protegidas

Angeline Ugarte Amorim

Gestora das Áreas de Proteção Ambiental

ANEXO 2: Anuência da Prefeitura do *Campus* Senador Arthur Virgílio Filho



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Prefeitura do Campus Universitário – PCU
Departamento de Logística e Meio Ambiente - DLMA



UFAM

Fls 1/1 do Memo nº 025/2018/DLMA/PCU/UFAM

Memo. Nº 025/2018-DLMA-PCU

Manaus (Am), 22 de fevereiro de 2018.

A Sua Senhoria a Senhora

Prof. Dra. Maria Olívia de A. Ribeiro Simão

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA

Nesta

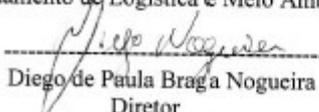
Assunto: Anuência/Autorização para Pesquisa Acadêmica de Doutorado

Senhora Professora Doutora,

Em atendimento à solicitação de autorização de pesquisa (anexo) a ser realizada pela doutoranda Profa. Msc. Fabiane Araújo de Oliveira, esta prefeitura **AUTORIZA** a realização da pesquisa na área do campus da UFAM que faz parte da APA UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELIZA MIRANDA e ACARIQUARA e agradecemos o elogio e a confiança depositada nesta prefeitura.

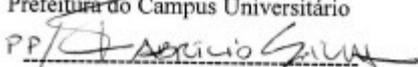
Atenciosamente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Departamento de Logística e Meio Ambiente


Diego de Paula Braga Nogueira
Diretor

Visto:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Prefeitura do Campus Universitário



Arq. Carmem Silvia Viana Guimarães
Prefeita

ANEXO 3: Aprovação do CEP/UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: CIDADANIA AMBIENTAL COMO CONSTITUIÇÃO RELACIONAL DA TOPOFILIA, VIRTUDE E MOBILIZAÇÃO POPULAR: O CASO DA APA UFAM ACARIQUARA.

Pesquisador: FABIANE ARAUJO DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 88386918.6.0000.5020

Instituição Proponente: Centro de Ciências do Ambiente

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.844.663

Apresentação do Projeto:

Resumo:

A existência da cidadania ambiental como forma de promover a responsabilidade individual e coletiva, bem como a justiça ambiental, estimula nesse cidadão o reconhecimento de que seus direitos e responsabilidades devem transcender fronteiras nacionais e intergeracionais, de forma a exercer sua cidadania sem medo de punição ou recompensa econômica, mas por ser virtuoso, pois o mesmo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 2.844.663

| | | | | |
|---|--|---------------------|----------------------------|--------|
| / Brochura Investigador | .pdf | 21:30:07 | DE OLIVEIRA | Aceito |
| Parecer Anterior | PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_2761498.pdf | 11/07/2018 21:29:27 | FABIANE ARAUJO DE OLIVEIRA | Aceito |
| Parecer Anterior | PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_2643376.pdf | 11/07/2018 21:29:08 | FABIANE ARAUJO DE OLIVEIRA | Aceito |
| Cronograma | CRONOGRAMA_02.pdf | 11/07/2018 21:25:51 | FABIANE ARAUJO DE OLIVEIRA | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | PROJETO_DE_TESE_V03.pdf | 11/07/2018 21:25:21 | FABIANE ARAUJO DE OLIVEIRA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | ANUENCIA_SEMMAS_02_03.pdf | 17/05/2018 16:29:55 | FABIANE ARAUJO DE OLIVEIRA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | ANUENCIA_SEMMAS_01_03.pdf | 17/05/2018 16:29:35 | FABIANE ARAUJO DE OLIVEIRA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | ANUENCIA_CAMPUS.pdf | 17/05/2018 16:29:16 | FABIANE ARAUJO DE OLIVEIRA | Aceito |
| Folha de Rosto | FOLHA_DE_ROSTO_CARIMBADO.pdf | 17/05/2018 16:14:04 | FABIANE ARAUJO DE OLIVEIRA | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 26 de Agosto de 2018

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador)